



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS – MAHIS

JOSÉ DE ARIMATÉA VITORIANO DE OLIVEIRA

**TEMPO MODERNO CONFORME NARRATIVA OU
A MEMÓRIA, A CRÔNICA, A HISTÓRIA, O COTIDIANO:
FORTALEZA NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX**

FORTALEZA
2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE

JOSÉ DE ARIMATÉA VITORIANO DE OLIVEIRA

**TEMPO MODERNO CONFORME NARRATIVA OU
A MEMÓRIA, A CRÔNICA, A HISTÓRIA, O COTIDIANO:
FORTALEZA NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em História e Culturas (MAHIS) da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestrado em História.

Orientador: Prof. Dr. Erick Assis de Araújo

**FORTALEZA
2010**

048t Oliveira, José de Arimatéa Vitoriano de
 Tempo moderno conforme narrativa ou a
 memória, a crônica, a história, o cotidiano: Fortaleza
 nas décadas iniciais do século XX / José de
 Arimatéa Vitoriano de Oliveira. – Fortaleza, 2010.
 224p.; il.
 Orientador: Prof. Dr. Erick Assis de Araújo.
 Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) –
 Universidade Estadual do Ceará, Centro de
 Humanidades.
 1. Memória. 2. Crônicas históricas. 3. Tempo
 moderno. 4. Cotidiano. 5. Cidade de Fortaleza. I.
 Universidade Estadual do Ceará, Centro de
 Humanidades.

CDD: 981.31

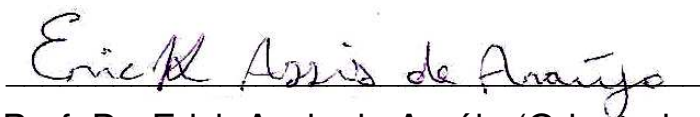
JOSÉ DE ARIMATÉA VITORIANO DE OLIVEIRA

**TEMPO MODERNO CONFORME NARRATIVA OU
A MEMÓRIA, A CRÔNICA, A HISTÓRIA, O COTIDIANO:
FORTALEZA NAS DÉCADAS INICIAIS DO SÉCULO XX**

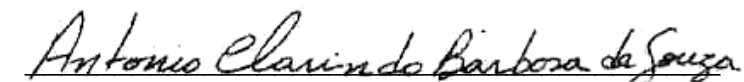
Dissertação submetida à Coordenação
do Curso de Pós-Graduação em
História e Culturas (MAHIS) da
Universidade Estadual do Ceará,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestrado em História.

APROVADO EM 20/12/2010.

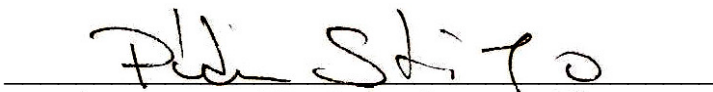
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Erick Assis de Araújo (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará



Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Universidade Federal de Campina Grande



Prof. Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas
Universidade Estadual do Ceará

Tão-somente para quatro pessoas essenciais: Seu Epifânio e Dona Sebastiana Vitoriano (meus amados avós), Maria de Fátima Vitoriano (minha querida mãe) e Kalliany Menezes Vitoriano (a mulher de minha vida).

AGRADECIMENTOS

A FUNCAP pela inestimável ajuda financeira proporcionada pela bolsa.

Aos colegas de mestrado, sobretudo Samuel e Gerardo, que proporcionaram boas discussões e vivências tanto em sala de aula como fora dela: como esquecer Quixadá, Recife e Caicó (ahhhhh Caicó!)?

Aos professores do mestrado Gisafran, Gleudson, Álbio e Damasceno, pelo aprendizado proporcionado.

À Universidade Estadual do Ceará, como ao povo de meu Estado por extensão, que me proporcionaram a graduação e esta pós-graduação. Em um Estado onde muito falta a muita gente, posso me considerar um privilegiado, pois pude ter estudo. E isso é deveras destacável, vindo de um aluno que sempre estudou em escolas públicas.

Aos professores Pádua Santiago e Antônio Clarindo de Souza, pelas valiosas contribuições na qualificação e ao professor Erick Assis de Araújo, orientador.

E por derradeiro, última somente nessa ordem de loas que se segue, agradeço à amada Kalliany, minha musa apocalíptica e escatológica (quem a conhece bem sabe que essas não são designações pejorativas).

E é pensando nela, sempre nela, que faço minhas as seguintes palavras de Robert Plant: If the sun refused to shine/I would still be loving you/When mountains crumble to the sea/There'll still be you and me/Kind woman, I give you my all/Kind woman, nothing more. (Se o Sol se recusasse a brilhar/Eu ainda estaria amando você/Quando as montanhas desmoronarem rumo ao mar/Ainda assim haverá você e eu/Mulher bondosa, eu te darei tudo/Mulher bondosa, nada mais).

*"Good Times, Bad Times
You know I had my share"*

("Bons tempos, Maus tempos
Você sabe que eu fiz a minha parte")

Trecho da música Good Times Bad Times.
Do disco Led Zeppelin I

RESUMO

Busca-se perceber, no presente trabalho historiográfico, a partir da premissa direcionada ao transcorrer do tempo moderno, a condição de subjetividade que se faz presente nesse dito tempo em questão. Para tal, lançamos mão de crônicas históricas escritas tendo como temática principal e recorrente a vivência na cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado. Através dessas crônicas (consideradas em sua condição de crônicas históricas), podemos entrever, por exemplo, nuances do cotidiano da cidade. Devemos considerar que para se fixar enquanto memória, o que se registra como tal deve estar em um processo de transformação ou mesmo em vias de desaparecer. E temos com Fortaleza uma cidade onde cotidianamente ocorriam transformações em sua fisionomia e nos hábitos de quem nela habitava. Eis o cenário no qual essas memórias são registradas nas crônicas sobre a urbe. Além disso, tais narrativas também nos servem na exata medida de suscitarem em si questionamentos acerca da rememoração/memorização de aspectos sobre a realidade da cidade. É, portanto, na relação que se estabelece entre o cotidiano, a memória, a história e o tempo (na sua acepção atrelada à modernidade) que direcionamos nossas atenções no transcorrer do trabalho que se segue.

Palavras-chave: memória, crônicas históricas, tempo moderno, cotidiano, cidade de Fortaleza.

ABSTRACT

We seek to understand, in this historiographical work from the premise directed the course of modern times, the condition of subjectivity that is present in said time in question. To this end, we used historical chronicles written with as main theme and the applicant living in the city of Fortaleza in the early decades of last century. Through these chronicles (considered in its condition of historical chronicles), we can detect, for example, the daily nuances of the city. We consider that to be fixed as memory, which is registered as such should be a process of transformation or even disappearing. And we have with a fortress town where daily changes occurring in your physiognomy and habits of those who lived it. Here's the site in which these memories are recorded in the chronicles of the city. Furthermore, such narratives also serve us in the exact measure in itself raise questions about the recollect/memorization of aspects of reality in the city. It is, therefore, the relationship established between everyday life, memory, history and time (in its meaning tied to modernity) we direct our attention in the course of the work that follows.

Keywords: memory, historical chronicles, modern time, everyday life, city of Fortaleza.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS ..	9
CAPÍTULO 1: POR UMA SEMÂNTICA DO TEMPO MODERNO E DA VIDA DE TODO DIA ..	
1.1 Por uma problemática da Modernidade e do Tempo.....	26
1.2 Por uma problemática do cotidiano relacionado ao tempo moderno.....	53
1.3 Alguns aspectos concretos do cotidiano de Fortaleza ..	69
CAPÍTULO 2: VISÕES ACERCA DE UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO ..	
2.1 Algumas visões concretas do cotidiano de Fortaleza.....	91
2.2 A cidade de Fortaleza, um espaço em transformação ..	117
CAPÍTULO 3: CRÔNICA HISTÓRICA, TEMPO CRÔNICO E MEMÓRIA SOBRE FORTALEZA ..	
3.1 História em Crônicas/Crônicas da História.....	154
3.2 Crônicas históricas como lugares de memória.....	173
3.3 A cidade como um espaço de memórias.....	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS ..	211
REFERÊNCIAS.....	215

Considerações iniciais

Nosso destino aqui sobejamente almejado é a cidade de Fortaleza. Porém, antes de alcançá-lo, façamos um breve desvio que nos conduzirá a uma outra cidade, qual seja, Maurília.

Mas assim agindo, podemos bem nos questionar sobre quais os laços que uniriam, afinal, Maurília a Fortaleza para que dessa forma procedamos em tal aparência? De fato, Maurília não passa de uma cidade invisível¹ surgida da imaginação do escritor italiano (nascido em Cuba) Italo Calvino. Mas é justamente no modo como esse autor classifica suas cidades invisíveis que podemos entrever um possível ponto em comum.

Conforme Calvino procede em sua mencionada obra, todas as cidades ali citadas se fazem acompanhar de um epíteto que as caracteriza marcadamente. Sendo assim, temos a acompanhar o designante "as cidades" termos qualificativos tais quais "a memória", "o desejo", "os símbolos", "as trocas", "os olhos", "delgadas", "contínuas", "o céu", "os mortos", etc.

E onde se alocaria, afinal, a invisível e imaginária cidade de Maurília nessa conjuntura de qualificações? Esta vai incluir-se no rol caracterizado como "a cidade e a memória".

Expõe Calvino em sua narrativa que aquele que aportasse a Maurília se veria convidado a visitar a cidade enquanto que ao mesmo tempo observa antigos cartões-postais que demonstram como a urbe já havia sido um dia. Nesses postais se pode vislumbrar, por exemplo, como eram a praça, o coreto e tantos outros detalhes que não mais subsistem, ou melhor, subsistem tão-somente nesses tais cartões-postais.

Para portar-se e mostrar-se, aos anfitriões, como um convidado conveniente, resignado e mesmo satisfeito, a este caberia não decepcionar aqueles, agindo o tal convidado de uma maneira em que haja manifesta demonstração de louvor e júbilo pela cidade da memória, ou seja, a cidade dos cartões-postais, mas

¹ Referência direta à obra de Italo Calvino doravante assaz pertinaz no desenrolar dessa introdução. Cf. CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

que esse louvor e esse júbilo não se mostrem deveras ofensivos (posto que demasiados) em relação às mudanças que o visitante pôde verificar em uma simples comparação entre o passado e o presente de Maurília.

Bem se aplica essa comparação que aqui estamos a fazer entre uma das cidades invisíveis de Calvino e Fortaleza. Logo a seguir explicamo-la, pois conforme se refere o mencionado autor, foi a partir da mudança (nos damos a liberdade de denominar de ruptura) que com o tempo transmutou Maurília do "que foi" ao "que é", que se tornou possível uma apreciação lançada do presente (tanto do suposto visitante como da própria Maurília) ao passado (da suposta cidade).

Assim sendo, constatamos que essa relação entre o passado e o presente, relação esta entremeada pela perspectiva do transcorrer do tempo, nos possibilita conjecturar "que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudades daquilo que foi".²

Se Maurília podia ter seu passado enquanto cidade vislumbrado através de antigos cartões-postais, como nos caberia, já tendo a capital cearense em justa medida, estabelecer e configurar, analogamente, os "cartões-postais" que se aplicariam ao vislumbre do passado da cidade de Fortaleza?

Ou proposto de outra forma, se Fortaleza porventura fosse uma dessas cidades invisíveis oriundas da imaginação criativa de Italo Calvino e considerada na perspectiva caracterizante posta por este de "a cidade e a memória", como atingiríamos dita memória relacionada a essa cidade?

Enfim, se Maurília pode ter sua memória resguardada e que tal memória pode ser entrevista através de cartões-postais, Fortaleza, que obviamente não é uma cidade invisível, tem em comparação rastros que também se prezam a tal empreendimento.

Os "cartões-postais" de Fortaleza seriam, a nosso ver, as crônicas escritas sobre a cidade no período aqui em questão (décadas iniciais do século passado), pois seria mediante essas narrativas, ou seja, as crônicas, que se tornaria possível recordar com saudades (muitas das vezes) daquilo que a urbe já fora um dia.

Se estamos realmente dispostos a fazer, portanto, das crônicas escritas sobre Fortaleza os nossos "cartões-postais" acerca da memória/história da cidade,

² CALVINO, 2007, p. 30.

temos como ponto de partida a própria conformação do termo "crônica", que tem sua origem na Grécia antiga, apresentando tal termo uma ligação indissociável com a noção de tempo, ou seja, especificamente esse tempo tornado e enfatizado como um tempo crônico.

Seria, por conseguinte, através de tais crônicas que as memórias antigas vinculadas à cidade, seus "cartões-postais" de antanho, poderiam ser preservadas e tal qual em Maurília ficarem referentes recordações dispostas a quem quisesse e se dispuser a apreciá-las.

Mas mesmo nesse suposto simples ato, o de apreciar retrospectivamente o que um dia já havia sido (enfim, rememorar), podemos ter ressaltadas conotações distintas, posto que a apreciação conduzida por quem de fato viveu o passado ganha o sentido de recordação/rememoração, enquanto que para quem não viveu esse tempo pretérito (incluímo-nos nesse referente) e somente toma contato com ele justamente a partir dessas memórias resguardadas, a conotação é outra, a de conhecer para não ignorar³ ou conforme propõe Paul Ricoeur, memorizar.⁴

Mas cabe aqui uma relevante observação, um adendo importante. Não seriam todas e quaisquer crônicas que se incluiriam nesse afã de rememoração/memorização da cidade. Nesse ponto, especificamos que as crônicas que se prezam a tal intento devem se fazer acompanhar, sobremaneira, de aspectos que as deixariam com características mesmo de similitude (ou verossimilhança, se preferirmos) com a história, merecendo assim tais crônicas a pomposa dignificação de "crônica histórica", afinal, ao manter-se em conformidade com determinados preceitos e imposições pertinentes ao labor historiográfico, como o enquadramento concernente à verdade (ou conforme Paul Ricoeur, a ambição veritativa que tanto se

³ É como cita um dos cronistas aos quais fazemos referência: "é preciso falar mais, sempre mais da Fortaleza, para que os velhos recordem e os novos não ignorem". COLARES, Otacílio. **Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande**. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1980a, p. 79.

⁴ Cabe aqui citar o que observa Ricoeur, para quem "com a rememoração, enfatiza-se o retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido como tendo ocorrido antes do momento em que esta declara tê-lo sentido, percebido, sabido. A marca temporal do antes constitui, assim, o traço distintivo da recordação, sob a dupla forma da evocação simples e do reconhecimento que conclui o processo da recordação. A memorização, em contrapartida, consiste em maneiras de aprender que encerram saberes, habilidades, poder-fazer, de tal modo que estes sejam fixados, que permaneçam disponíveis para uma efetuação, marcada do ponto de vista fenomenológico por um sentimento de facilidade, de desembaraço, de espontaneidade. Esse traço constitui o correspondente pragmático do reconhecimento que conclui a recordação no plano epistemológico". RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007, p. 73.

estende à memória como à história), esse tipo específico de crônica, ou seja, histórica, configura-se como "uma quase-história".⁵

Referente similitude entre a crônica, ou melhor, entre a crônica histórica e a história (no exato sentido de ciência historiográfica) pode ser auferida no que tange o proceder que se exige e se espera desse cronista enquanto histórico, posto que "o verdadeiro cronista-histórico não inventa, não entrega o espírito ao devaneio".⁶

E o que seria, afinal, entregar o espírito ao devaneio senão eximir-se de algo que se assemelha ao rigor prático e científico que se impõe a todo e qualquer trabalho historiográfico? E com relação às crônicas, ditas então históricas, como podemos perceber a observância a tal rigor?

No que concerne a esse rigor que se impõe às crônicas enquanto históricas, podemos percebê-lo tanto extrínseca como intrinsecamente. No primeiro desses casos, externamente, temos o rigor que se impôs ao se determinarem algumas dessas narrativas em forma de crônica como "cartões-postais" oficiais da cidade, ou dito de outra maneira, com o estabelecimento dessas narrativas como lugares de memória que têm a função de administrar a presença do passado no presente.⁷

E o que representaria e caracterizaria, afinal de contas, a presença desse passado no presente senão a memória?

O estabelecimento de determinadas crônicas na condição de um lugar de memória ocorreu com a iniciativa de se criar a "Coleção José de Alencar"⁸, coleção esta que visava "à publicação inicial de cinco obras julgadas de interesse geral, quase, no seu todo, alusivas à cidade de Fortaleza".⁹

⁵ GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1983, p. 9.

⁶ Idem.

⁷ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez 1993, p. 24.

⁸ Na "orelha" de todos os livros dessa coleção, consta o seguinte histórico de sua criação: "A *Coleção José de Alencar*, criada pelo Decreto Municipal N.º 5.370, de 19 de julho de 1979, na administração do Exmo. Sr. Prefeito, Professor Lúcio Gonçalo Alcântara, sendo Governador do Estado do Ceará, o Exmo. Sr. Coronel Virgílio de Moraes Fernandes Távora, visa, com a sua denominação e seu programa, homenagear a memória e a personalidade extraordinária de José de Alencar, ilustre filho da terra cearense, o criador da autêntica literatura nacional, ao ensejo do transcurso do sesquicentenário de seu nascimento, em 1 de maio de 1829".

⁹ COLARES, Otacílio. Fortaleza Velha (introdução à obra). In: NOGUEIRA, João. **Fortaleza velha: crônicas**. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1981, 8.

As tais cinco obras com seus respectivos autores são as seguintes: "Fortaleza de ontem e anteontem" (Edigar de Alencar); "Fortaleza descalça" (Otacílio de Azevedo); "Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande" (Otacílio Colares); "A Fortaleza de 1810" (João Brígido); e "Fortaleza velha" (João Nogueira).

Cabe a observação que todas as cinco obras acima mencionadas trazem, não por mera coincidência, a direta menção e a clara referência à cidade de Fortaleza, isso sendo facilmente verificável nos próprios títulos desses reportados trabalhos.

Contudo, nos daremos ainda ao direito de acrescentar mais três obras à alçada e ao sentido premente dessa coleção supracitada, posto que estas ditas narrativas também trazem em si considerações diretamente relacionadas à capital cearense e à sua memória. Tais obras são as seguintes: "História abreviada de Fortaleza" (Mozart Soriano Aderaldo); "Geografia estética de Fortaleza" (Raimundo Girão); e "Coisas que o tempo levou" (Raimundo de Menezes).

Com relação a esta última, o leitor pode até atentar para a "falta" da referência, já inclusa no próprio título, à cidade de Fortaleza. Seria uma exceção dentre todas as outras? Bem, se a referência não se faz presente no título, ei-la no subtítulo, dirimindo assim qualquer altercação: "crônicas históricas da Fortaleza antiga".

Evidente que o critério utilizado aqui para se ter nessas crônicas históricas supracitadas a fonte documental primordial do presente trabalho historiográfico não pauta-se tão-somente no fato dessas crônicas apresentarem títulos referentes e honoríficos à cidade de Fortaleza. Além disso, todas elas têm em comum o fato de abarcarem, basicamente, o mesmo período histórico, qual seja, as décadas iniciais do século XX, delimitando dessa forma o cerne do recorte espaço-temporal de nossa pesquisa.

Mas todas essas obras cronísticas teriam mesmo seu foco irradiador instaurado nas primeiras décadas do século passado? E quanto à obra "A Fortaleza de 1810", que claramente delimita, com seu título, seu campo de visibilidade e alcance temporal?

Eis aí o motivo de termos escolhido suprimir tal obra de nosso escopo memorialístico, histórico e documental, ou seja, tendo essa obra fugido ao recorte temporal aqui estabelecido, deixamos de lado o trabalho mencionado de João Brígido, por tratar dito trabalho de um período muito aquém ao que nos propomos

apreciar. Somente por isso deixamos de mencionar tão importante estudo sobre a capital cearense.

Mas sobre João Brígido, antes de prosseguirmos no detalhamento das sete obras escolhidas e nomeadas como a força motriz da presente pesquisa, bem cabe que se destaque que "como cronista desta qualidade ninguém no Ceará o superou".¹⁰

Feitas as devidas considerações, objetivamos que é em torno das sete obras destacadas mais acima que configuramos nosso encadeamento de juízos no que pese o estabelecimento de lugares de memória aptos a captar os "cartões-postais" do passado de Fortaleza.

Faz-se necessário, entretanto, um breve resumo que funcione como uma sucinta apresentação dessas obras em forma de crônica e de seus respectivos autores para que assim possamos nos acercar ainda mais dessas ditas narrativas cronísticas e de sua relevância acerca da apreciação das memórias da urbe fortalezense nelas contidas.

Para tal, lançamos mão das descrições e apreciações contidas em obra de Raimundo Girão, empreendimento este que se destina em justa medida a tracejar um levantamento que abranja a produção de crônicas históricas produzidas sobre a capital alencarina.

Iniciemos, assim, essa trajetória de caráter perscrutável e perscrutante, conforme o indicado por Raimundo Girão, a partir de Edigar de Alencar e sua respectiva produção.

Nascido em Fortaleza no ano de 1901, Alencar, quando da confecção de sua obra cronística já radicado no Rio de Janeiro, de acordo com Girão, "foi menino de rua que virou gente boa. Vadiou, perambulou solto por onde quis, freqüentou *bodegas* mais próximas da casa, jogou pelada de futebol com bola de meia, mas foi criando juízo".¹¹

Autor de obras que deram-lhe repercussão no âmbito intelectual nacional, como por exemplo "O Carnaval carioca através da música", Alencar, em sua específica narrativa de memórias sobre Fortaleza:

Descreve com arte e precisão o carnaval cearense, o cinema do Ceará. Destaca a ação de pioneiros e desbravadores, como Júlio Pinto e José

¹⁰ GIRÃO, 1983, p. 16.

¹¹ Ibid., p. 72.

Rôla, que dotaram incansáveis a Capital de quantos benefícios e novidades em favor de seu progresso e bem-estar. Fala do Pão da Cidade, o gostoso pão-da-tarde, o pão-do-chá, avidamente procurado por todas as famílias. Separa capítulo bem longo para o futebol cearense, levantando-lhe as origens e o desenvolvimento. (...) Capítulo também necessário é o que discorre sobre a ação ou atuação dos bodegueiros e lojistas... O bodegueiro ou merceeiro teve, antes do advento dos supermercados, papel presente no abastecimento dos lares, intermediário entre o vendedor em grosso e o povo que deseja comprar, mourejando dias e horas da noite no seu mister.¹²

Encerrando essa exposição resumida acerca da obra em questão de Edigar de Alencar, sempre em conformidade com Raimundo Girão, temos que este observa que "o livro de Edigar de Alencar é, sem favor, livro bem feito, equilibrado, suave de ler-se, de conteúdo sentimental para quem, principalmente, viveu, conviveu com o que ele evoca".¹³

Indo adiante, chegamos agora ao cronista Otacílio de Azevedo. Este nasceu no hoje município de Redenção, interior do Ceará, no ano de 1896, fixando-se na capital em 1910. Apesar de "muito pobre e sem outra ilustração que os rudimentos das primeiras letras"¹⁴, conseguiu Azevedo constituir-se como poeta, lançando, ainda na década de 1910, livros de versos tais como "Dentro do passado" (1913) e "Alma ansiosa" (1918).

Já no que tange sua obra de memórias sobre a cidade de Fortaleza, temos a destacar que:

Fortaleza Descalça, de Otacílio Ferreira de Azevedo, é outra mimosa caixa de reminiscências, que nos vêm com a forma de um objeto superiormente artesanado. Cada página sua "é uma fotografia sem retoque". (...) Metade da obra (até a p. 185) é pura memorização, "trazendo para nós imagens do passado – a Fortaleza bucólica e mansa do início do século, fisionomias extintas, tipos humanos do seu tempo, jogando com todas essas gamas num estilo fluido, maneiroso". A outra metade tem mais o caráter de uma pequena antologia de Poetas e Pintores do Ceará, cearenses ou cearensizados. O livro de Otacílio edifica e dá-nos o sentido de entusiasmo que as almas nobres experimentam ao saber de como um pequeno funileiro do sertão subiu a escada de Jacó das vitórias plenas, galgando os claros céus da Literatura.¹⁵

Já acerca de outro Otacílio, o Colares, temos a informar que este nasceu, em Fortaleza, no ano de 1918 e que:

¹² GIRÃO, 1983, p. 74.

¹³ Ibid., p. 73.

¹⁴ Ibid., p. 78.

¹⁵ Ibid., p. 77.

Diferente do homônimo, estudou até formar-se pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1941. Ainda acadêmico, iniciou-se no jornalismo e no radialismo nos quais cobriu percurso longo e dificultoso, porém sabendo dar conta do recado com eficiência e zelo.¹⁶

No que diz respeito à obra cronística aqui enfatiza de Otacílio Colares, ressalta Raimundo Girão que esta se trata de uma "das peças fundamentais da bibliografia da cidade, pela riqueza de seu conteúdo e de sua vasta gama de informações, interpretação e evocação".¹⁷

Chegando ao próximo cronista, João Nogueira, temos a respeito desse as seguintes observações:

João Nogueira nasceu *na* Fortaleza (só dizia assim) em 27 de outubro de 1867 e faleceu *na* Fortaleza em 2 de dezembro de 1947. Aos 80 anos de idade, portanto, e teve largo tempo para ser homem de bem, de bondade e de sabedoria. Era engenheiro de alta competência e quase intransigente honestidade profissional. (...) Forrou-se de boas humanidades, sabia o latim, o francês, o inglês. (...) Em João Nogueira o amor do Ceará era tão alto que atingia as raias de uma neurose. Amava tanto Fortaleza, que os seus amigos o chamavam, jovialmente, "o noivo da cidade", lembrando-se, talvez, de que era inupto. Ninguém tocasse na cidade. Fortaleza era a jóia de valor antigo que se devia conservar intacta, a fim de nada perder de sua preciosidade.¹⁸

Acerca especificamente de "Fortaleza velha", obra de enlevo memorialístico de Nogueira sobre a capital cearense, considera Girão que cada crônica nela contida "vale como ilustração convincente e muita vez sugestiva, mostrando coisas da cidade, costumes da cidade, as diversões da cidade, o espírito da cidade".¹⁹

Sobre outro de nossos cronistas históricos em questão, Mozart Soriano Aderaldo, temos a informar que o mesmo era maranhense de nascimento, mas cearense (sobretudo fortalezense) de coração.²⁰ Este fora "crítico, ensaísta, historiador e genealogista. Pertencente ao Instituto do Ceará e à Academia Cearense de Letras".²¹

¹⁶ GIRÃO, 1983, p. 80-81.

¹⁷ Ibid., p. 83.

¹⁸ Ibid., p. 50.

¹⁹ Ibid., p. 49.

²⁰ Afirmava peremptoriamente Aderaldo, "sou cearense por que quero".

²¹ GIRÃO, 1983, p. 62.

Especificamente sobre sua obra de cunho memorialístico aqui em destaque, temos que:

Este livro de Mozart Soriano Aderaldo é dos que *ficam*. O panorama geral da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção recebeu com ele tintas fortes e claras, misturadas habilmente por quem sabe pintar, sem usar pincel... Os nossos olhos contemplam esse panorama como se, de fato, estivessem *vendo*.²²

Chegamos agora para abordar, na qualidade de cronista que também assinalou suas memórias sobre a cidade de Fortaleza, Raimundo Girão, sendo este o mesmo autor que vem nos orientando nessa pequena apresentação que estamos a fazer sobre as crônicas e os cronistas da cidade.

Informa-nos sobre si mesmo Girão que ele nascera no ano de 1900 na cidade de Morada Nova, estabelecendo-se na capital cearense em 1913. Além de toda sua intensa vida literária e acadêmica, foi prefeito da cidade e secretário de Estado.

Acerca de seu amor e ligação com a cidade de Fortaleza, apesar de nela não ter nascido, observa Girão que "nem sei explicar, ao certo, porque se ama a uma cidade, vila ou outra aglomeração humana, e mais ainda se esse amor cai, ou sai, do coração ou afetividade de quem nela não nasceu".²³

Apesar disso "não" saber explicar, dedica Raimundo Girão um livro inteiro à cidade, mas que não nos enganemos em face à referência ao termo "geografia" contido no título da referente obra:

Da geofísica mesmo, só o capítulo "A paisagem", onde fica debuxado, embora ao ligeiro, o com que a Natureza presenteou o território no qual se configura o município da capital cearense. O resto é crônica. Indiscutivelmente, com ressaibos de interpretação sociológica, sempre objetivando fotografar com palavras o que formou, na sua complexidade temporal e espacial, a vida da urbe nos seus diversos lados, das origens até a fase contemporânea.²⁴

Por fim, chegamos ao término desse périplo que está a conduzir-nos pelos sete cronistas que perpassarão, com suas respectivas obras e seus referentes enfoques sobre a cidade, toda a presente pesquisa historiográfica que aqui estamos a apresentar.

²² GIRÃO, 1983, p. 62.

²³ Ibid., p. 52.

²⁴ Ibid., p. 58.

Falta tão-somente um desses sete, e esse é Raimundo de Menezes. Nascido em 1903 na capital cearense, Menezes bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Ceará, tendo também exercido na cidade as funções de jornalista e radialista.

Mas no caso da obra de caráter memorialístico de Menezes que abordaremos no transcorrer de nosso texto, cabe uma observação interessante. Essa narrativa cronística tem sua origem indissociavelmente ligada à primeira emissora de rádio que funcionou em Fortaleza. Assim informa-nos acerca dessa correlação Girão:

Criada a estação de rádio P.R.E.-9, por João Dummar, apareceu, quase de surpresa, um moço a transmitir com assiduidade de ponteiro de relógio, pequenos comentários sob o nome de "Coisas que o tempo levou". Era Raimundo de Menezes.²⁵

Ou seja, antes de surgirem no formato livresco (originalmente no ano de 1938), as crônicas de Menezes eram lidas em seu programa de rádio, muitas das vezes atendendo pedidos enviados por seus ouvintes.

Publicara também Raimundo de Menezes suas crônicas em periódico (Gazeta de Notícias), mas o que nos interessa grandemente aqui, mais que enfatizar o meio de divulgação dessas crônicas, é o fato de que tais narrativas eram, "nem se discute, crônicas no exato sentido, tendo como temas, acontecimentos locais e pessoas da Fortaleza".²⁶

Em suma, podemos bem perceber, nessa breve descrição que acaba de se seguir das crônicas históricas sobre a cidade de Fortaleza (e de seus autores), que nelas podemos entrever vários aspectos que compõem o relicário de memórias da cidade.

Mas como essas lembranças e memórias podem, afinal, se prestar a um trabalho historiográfico? A fim de nos assistir em tal questionamento, recorreremos ao filósofo francês Paul Ricoeur, quando de sua observação de que a lembrança "é o momento objetual da memória"²⁷, além de que informa-nos também Ricoeur que essa lembrança pode ser encontrada ou buscada.

²⁵ GIRÃO, 1983, p. 45.

²⁶ Idem.

²⁷ RICOEUR, 2007, p. 23.

Dessa forma, no caso, portanto, desses cronistas postos em destaque mais acima, acreditamos que fica evidente que para eles (como também para nós) essas lembranças foram antes buscadas que meramente encontradas, significando nisso a clara constatação acerca do interesse de tais cronistas, que seria "o de tornar de novo conhecidos fatos e gente que, com o passar do tempo, se vão perdendo".²⁸

Assim sendo, tais lembranças (o tornar de novo conhecido, ou seja, rememorar), que redundam no arcabouço significativo da memória, nos fornecem sempre a consciência de alguma coisa, pois "toda consciência é consciência de alguma coisa".²⁹

E essa "alguma coisa", em nossa realidade aqui suscitada, se faz representar pela cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século XX, como também se apresenta no modo como se vivia nessa referida cidade e nessa época aludida, estando tudo isso localizado em uma temporalidade que não mais a nossa, posto que já uma temporalidade anterior.

Dessa maneira, chegamos ao ponto que nos coloca diante de outra realidade, que um dia já foi, pois "o anteriormente significaria a realidade, mas a realidade no passado".³⁰

Porém, antes que o termo "realidade" aqui empregado venha a causar estupor e admiração em qualquer alma benfazeja, enfatizamos que o mesmo aplica-se nesta ocasião em sua condição ligada à história, mas não a história enquanto ciência, e sim a história no sentido de seqüência de acontecimentos no mundo. Acontecimentos estes que, por estarem no passado, tendem a perder-se, isso por causa do passar intransigente do tempo, precisando muitas vezes que sejam lembrados, rememorados ou mesmo memorizados, e as crônicas podem ser um lugar privilegiado para isso.

Para tal proposta de rememoração, como afirmamos, nos valem das crônicas históricas aqui enfatizadas, visto que cada cronista configura sua própria visão referente à realidade da cidade.

Assim consideramos válido, em um esforço historiográfico que visa entrever os diferentes significados que são dados a essa dita realidade, perceber os

²⁸ COLARES, 1980a, p. 13.

²⁹ RICOEUR, 2007, p. 23.

³⁰ Ibid., p. 294.

traços mnemônicos narrados, através dessas crônicas, acerca do passado da cidade de Fortaleza, pois desse jeito teríamos uma contextura expressivamente relevante sobre dito passado.

Ressalte-se também que cada visão, por mais que exprima uma opinião específica (a de seu autor), só faz sentido se analisada em uma situação que a considere em um contexto coletivo que a fomente, a defina, como também a faça portadora de sentido.

Em muitas dessas memórias temos a possibilidade de escrutinar várias nuances do cotidiano (no qual e com o qual bem podemos depreender aspectos ligados à essa realidade do dia-a-dia) tanto da cidade como de seus habitantes. Eis aí o principal que buscamos alcançar com as ditas crônicas históricas.

Afinal, seria como citou mais acima Raimundo Girão, pois conforme declara tal autor, essas crônicas nos servem na exata medida de "fotografar com palavras" o que já se passou, ou seja, a realidade de antanho.

Excelente analogia essa expressada por Girão, "fotografar com palavras", pois assim podemos ver, como alguém que se embevece diante de uma bela imagem captada em uma fotografia, através da leitura dessas crônicas, o passado da cidade que já se foi, contido tão-somente nas memórias de uma realidade anterior.

Essas "fotografias" em forma de palavras não seriam deveras similares (para não dizermos com o mesmo significado) aos tais "cartões-postais" da Maurília de Calvino?

Vemos em um cartão-postal, que nada mais é que uma fotografia contendo uma determinada paisagem, imagens de alguma coisa. Assim como também para ler, temos de ver as letras que formam palavras que passam a significar alguma coisa. Ou seja, para apreciar uma fotografia ou para se ler um texto, temos de vê-los (até os cegos "vêem", através do tato, as letras que compõem o alfabeto braile).

Óbvio conclusão? Evidente que sim. Mas através dessa metáfora, a de "fotografar o passado da cidade com palavras", temos que seria pelas crônicas, tidas e havidas aqui como "cartões-postais" reveladores de um passado que se faz presente, ainda e somente nelas, que tais narrativas podem se transformar em privilegiados relicários da memória, no caso, da memória da capital cearense no alvorecer do século passado.

Ah! O passado. Esse passado de Fortaleza, da cidade em pleno período de intensas transformações urbanas que foram as décadas iniciais do século derradeiro, seria um passado complacente e perfectível de se captar, visto que contido no bojo das muitas transformações e mudanças (rupturas) advindas na cidade, transformações estas que modificaram, sobremaneira, tanto a fisionomia como o modo de se viver em plena urbe?

Conjecturamos que sim, pois seriam justamente as transformações e mudanças, inseridas em um contexto de rupturas modernizantes e modernizadoras, que possibilitariam e tornariam viáveis esses registros do passado, pois se não houvessem ocorrido modificações consideráveis e significativas nessa contextura, não haveria nada (ou muito pouco) para se registrar.

Eis aí um interessante e aparente paradoxo: para se fixar enquanto memória, o que se registra como tal deve estar em um processo de transformação ou mesmo em vias de desaparecer. Em suma, costuma-se registrar (aqui no sentido de guardar, preservar) alguma coisa principalmente quando isso apresenta alterações e alterações diante da possibilidade justamente de alteração, de mudança.

E o que vinha a alterar na cidade de Fortaleza de inícios do século passado a realidade que se vivenciava era todo um conjunto de transformações que atendiam pela designação abrangente de modernidade. Mas para melhor enquadrar o sentido expresso da modernidade em seu aspecto de fomentadora de modificações no cotidiano e na conseqüente memória da cidade e de seus moradores, vamos desenvolver nosso encadeamento de juízos levando-se em consideração, sobretudo, a noção de tempo moderno, visto que assim podemos levar a termo uma correlação que ligaria, assim o pensamos, a modernidade com a memória.

Esse tempo moderno se apresenta como portador de três características basilares: a ruptura, o progresso e a aceleração. Essas três características concernentes ao tempo moderno dotam-no com as devidas condições para que seja analisado, conforme o historiador alemão Reinhart Koselleck, no âmbito da subjetividade.

Essa subjetividade do tempo moderno pode bem ser verificada quando de sua vinculação ao cotidiano. Se o cotidiano se ressalta, sobremaneira, por características como a rotina e a banalidade, como ligar o que é rotineiro e banal ao

que enseja em si a ruptura, o progresso e a aceleração? Eis aí um aspecto interessante e que aparentemente é paradoxal, mas que se enquadra na perspectiva do tempo moderno em seu aspecto subjetivo.

Sendo assim, mesmo diante de alguma coisa que cause considerável impacto na cidade quando de sua inserção (o automóvel, por exemplo), o transcorrer do tempo (moderno, portanto, acelerado e progressivo) faz com que o impacto da novidade de hoje perca seu fulgor de novidade e seu vigor impactante para o que impactará amanhã, pois nada pode manter-se novo por todo o sempre, indefinidamente. Atesta isso, simplesmente, o transcorrer natural e inexorável do tempo.

Ou seja, é próprio ao tempo a seguinte sequência lógica: o amanhã se transforma no ontem passando pelo hoje. Dessa forma, pode-se bem evidenciar que a ruptura provocada hoje, que se mostra capaz de quebrar uma hodierna rotina banal existente, com o transcorrer do tempo, sempre ele, tempo acelerado e que mira sem cessar o por vir, passa a configurar no dia seguinte uma rotina que também passa a ser considerada como banal, pois o que pode ser capaz de provocar uma ruptura necessariamente já será outra coisa.

Dessa forma, teríamos caracterizada a correlação entre tempo (moderno) e cotidiano, sendo que tal correlação torna-se a nós familiar a partir da leitura que fazemos das crônicas (históricas) escritas sobre a cidade de Fortaleza, que na condição de uma "quase história", nos parecem belos e inteligíveis "cartões-postais" sobre o passado (memória) da capital cearense.

Dita correlação que envolveria e afetaria as rotineiras banalidades do cotidiano com as rupturas aceleradas do progresso advindas no transcurso do tempo moderno, enfatizam dois aspectos que são postos em evidência por Koselleck e que ganham um complemento na abordagem feita por Ricoeur acerca de tais aspectos, pois ambos são considerados por este como conceitos-guias na abordagem levada a termo por aquele. Esse dois conceitos são os seguintes: o "espaço de experiência" e o "horizonte de expectativa".

Ou seja, daí podemos bem depreender que a experiência impactante de hoje abre caminho e torna possível e viável novas expectativas acerca do amanhã, que seriam efetivadas (ou talvez não) em um contexto de tempo acelerado e progressivo, enfim, de um progresso que se concebe em pleno âmbito de um tempo

determinadamente caracterizado como moderno ou simplesmente em um contexto de tempo tido e havido como moderno.

Sendo assim, enfatizamos que nossa intenção é trabalhar com as citadas crônicas históricas escritas sobre a cidade de Fortaleza em sua condição de narrativas privilegiadas acerca de um tempo passado, de uma realidade anterior apresentada pela urbe. Incluiremos nessa análise, ainda, algumas narrativas pertinentes à cidade e oriundas de fontes periódicas, para que assim possamos ter ressaltada alguma característica específica sobre a cidade, sua memória ou seu cotidiano.

Dentre os principais teóricos aos quais lançaremos mão, destacamos o filósofo francês Paul Ricoeur, que através de seus questionamentos e indicações referentes à história enquanto um saber epistemológico que se volta para o passado, a partir do presente, nos forneceu um considerável e inestimável arcabouço teórico-metodológico para a lida com, sobretudo, as crônicas históricas postas por nós em evidência.

Um ponto de destaque das proposições de Ricoeur que acabamos por adotar em nossa pesquisa é aquela que diz respeito à estrutura triádica da operação historiográfica. Tal estrutura trifurcada, que caracterizaria a história (enquanto ciência do conhecimento, como também um saber que se volta para uma realidade atrelada sobremaneira ao passado e à memória), compõe-se de três fases, a saber: documental, explicativa/compreensiva e representativa.

Cada uma dessas fases, propostas conforme Ricoeur, estabelecem a trajetória que o historiador acaba por percorrer em sua labuta. Com a fase documental teríamos o estabelecimento da memória arquivada. Já na fase de explicação/compreensão enfatizam-se e aplicam-se os questionamentos com os quais lida o historiador. E por fim, o resultado de todo esse processo redonda na escrita da história, ou seja, na representação historiadora que nada mais é que a representação da história enquanto narrativa. Todo esse caminho que se traceja é por onde intentaremos trafegar.

Dito tudo isso, agora somente nos cabe tecer considerações sobre a divisão, em capítulos, da presente dissertação. Esta encontra-se dividida em três capítulos, os quais serão brevemente listados a seguir.

No capítulo inicial da presente narrativa historiográfica buscaremos tratar das considerações que se fazem necessárias sobre as perspectivas que serão

suscitadas acerca do estabelecimento, delimitação e utilização da noção de tempo moderno.

Nesse capítulo, que está intitulado como "por uma semântica do tempo moderno e da vida de todo dia", teceremos ainda considerações no que tange a problemática do cotidiano em sua relação com o tempo moderno, além de se fazer menção a alguns aspectos específicos desse cotidiano. Em tal capítulo, nossas provas documentais são variadas, indo obviamente das crônicas históricas, passando pelas narrativas historiográficas, resvalando até nos periódicos.

Indo adiante, chegamos ao segundo capítulo, que recebe o título de "visões acerca de uma cidade em transformação". A ênfase aqui será dada à perspectiva e à constatação de que a cidade estava a passar, sobretudo nas décadas iniciais do século XX, por um intenso processo de transformação urbana, que acabou por afetar, também, aspectos relacionados diretamente ao modo como se vivia em plena cidade de Fortaleza.

Nesse capítulo abordaremos o modo como "se deveria agir" em uma cidade assim em transformação, ou seja, perceberemos a questão da moral no cotidiano da cidade, mas uma moral que se aplicava em conformidade com o tempo em questão, enfim, um tempo moderno.

Para tal, nos valeremos de narrativas historiográficas produzidas por historiadores que, ao abordarem basicamente a cidade de Fortaleza em período concomitante ao aqui estabelecido, podem trazer-nos relevantes informações acerca dessa urbe em transformação. Além dessas visões coligidas aos historiadores, nos utilizaremos também das visões lançadas pelos cronistas históricos sobre sua própria cidade.

E por fim, no derradeiro capítulo, nos ateremos mais detidamente às crônicas escritas sobre a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado. Essa parte do presente trabalho é por nós denominada de "crônica histórica, tempo crônico e memória sobre Fortaleza".

Nessa parte, a ênfase dada será sobremaneira direcionada aos aspectos concernentes à crônica em sua possibilidade de se depreender tanto a memória como a história da cidade. História aqui entendida seja como sinônimo de ciência historiográfica, como também de seqüência de acontecimentos no mundo e que representam uma realidade anterior do que um dia já foi vivido.

Só nos resta esperar e desejar, então, que o leitor que adentre as próximas páginas, consiga ver, ao menos entrever, de relance que seja, os detalhes contidos em "cartões-postais" que buscaram "fotografar com palavras" muitos aspectos do passado da cidade de Fortaleza.

E tais cartões, postais de uma cidade pretérita, mostram-se ao leitor através das linhas escritas, cheias de memória e de história, nas crônicas (consideradas aqui tanto memorialísticas como também históricas) sobre a capital cearense nas décadas iniciais do século passado.

CAPÍTULO I

Por uma semântica do tempo moderno e da vida de todo dia

*Constitui uma experiência quotidiana o fato de
o tempo – o tempo objetivo – “fluir” continuamente, ou que,
subjetivamente, o amanhã se transforme no ontem passando pelo hoje.*
Reinhart Koselleck¹

*Tempo novo, portanto, também tempo acelerado. Esse tema
da aceleração parece fortemente ligado à idéia de progresso.*
Paul Ricoeur²

*Procurando acabar com a segmentação entre passado e presente,
os estudos do cotidiano contrubuíram para a ampliação do objeto
de conhecimento histórico, levando à descoberta de temporalidades
heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e
descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado
aos hábitos, mas também o tempo criador, a multiplicidade de durações
que convivem entre si urdidas na trama histórica.*
Maria Izilda Santos de Matos³

1.1 Por uma problemática da Modernidade e do Tempo

Consistindo a cidade, parafraseando Sandra Pesavento, em um lugar no tempo como também um momento no espaço⁴, partimos do pressuposto que para compreendermos esses tais lugares, ou seja, as cidades, hão de se estabelecerem e determinarem as relações entre esse espaço e, sobretudo, a temporalidade em questão.

¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 274.

² RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 364.

³ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 29-30.

⁴ PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, 2007, p. 15.

Referentes relações que envolvem o espaço e o tempo devem ser percebidas como co-partícipes de uma mesma conjuntura fenomenológica, tendo em vista que “à dialética do espaço vivido, do espaço geométrico e do espaço habitado, corresponde uma dialética semelhante do tempo vivido, do tempo cósmico e do tempo histórico”.⁵

A questão que envolve a problemática do tempo, visto que o espaço desde já se estabelece com a cidade de Fortaleza, permeará toda a presente parte do trabalho, tendo em vista que aqui partimos da condição *sine qua non*, estipulada conforme Paul Ricoeur, de que tanto o discurso historiográfico como o discurso em forma de crônica, ambos ulteriormente abordados, contituem-se como obras narrativas.

Considerando-se que toda obra narrativa atém-se ao caráter temporal da experiência humana, teríamos assim caracterizada a premissa de que “o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal”.⁶ Dessa forma, delineia-se aí o terreno propício para efetuarmos nossa análise, pois o mundo que se exhibe nas obras narrativas que lançamos mão é o mundo representado pela capital cearense nas décadas iniciais do século passado, ou seja, em uma representância⁷ essencialmente dialética que envolve esse espaço habitado e seu respectivo tempo histórico, estando esses dois termos indissociavelmente imbricados, tendo em vista que “ao momento crítico da localização na ordem do espaço corresponde o da datação na ordem do tempo”.⁸

Faz-se mister e imprescindível – em uma abordagem historiográfica acerca do tema, atentando que a cidade constitui-se em uma materialidade erigida pelo ser humano – observar que a urbe,

Na sua compreensão, é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e

⁵ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007, p. 162.

⁶ RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas, SP: Papirus, 1994, p. 15.

⁷ É interessante que se realce, a partir do proposto por Ricoeur, o conceito de representância, visto que tal conceito liga-se diretamente à perspectiva que se vislumbra ao analisarmos o caráter temporal da experiência humana que se faz representar em uma obra narrativa. Conforme Ricoeur, “o mundo, em história, é a vida dos homens do passado tal como ela foi. É disso que se trata. E a primeira coisa que se diz disso, é que aconteceu. Tal como o dizemos? Eis toda a questão. E ela nos acompanhará até o final do estágio da representação, onde encontrará, se não sua resolução, ao menos sua formulação exata sob a rubrica da representância”. Cf. RICOEUR, 2007, p. 190.

⁸ Ibid., p. 162.

de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo.⁹

No nosso caso específico, vale sempre ressaltar, o espaço ao qual nos reportamos é representado pela cidade de Fortaleza, estando o tempo estabelecido nas primeiras décadas do século passado. A essa delimitação espaço-temporal, na busca por determinar referentes relações, conjugamos a perspectiva concernente à modernidade, visto ser essa uma característica recorrente e destacável nos documentos aqui abordados (narrativas históricas e em forma de crônicas, como também, em menor escala, periódicos), documentos estes que tendo a cidade (espaço) em uma dada época (tempo) como temática constante, nos possibilitam vislumbrar um panorama acerca de um tempo e de um espaço em transformação, ou se preferirmos, ainda, de uma vivência cotidiana que se transformava nesse referido espaço em seu respectivo tempo.

Contudo, essa modernidade, na acepção a qual buscamos depreendê-la, ganha sentido e dele torna-se fomentadora quando se faz acompanhar com a perspectiva do tempo, ou melhor, da passagem/transcorrer do tempo, daí resultando no que o historiador alemão Reinhart Koselleck denomina de “tempos modernos”.

Dentre as considerações propostas por esse autor para se analisar a modernidade, primordialmente recorreremos a uma delas:

Em primeiro lugar nos interrogaremos se o conceito de “tempos modernos” nos oferece algo mais do que simplesmente uma maneira formal de distinguir entre um período histórico e os períodos anteriores. Indicaria o conceito de modernidade algo como um novo tempo?¹⁰

Se, em resposta a Koselleck e tendo a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado em mente, podemos perceber esse tempo advindo com a modernidade como novo, teríamos, assim, constituído um novo regime de historicidade¹¹, marcado pela percepção de um tempo consideravelmente moderno e

⁹ PESAVENTO, 2007, p. 14.

¹⁰ □ KOSELLECK, 2006, p. 268-269.

¹¹ O historiador francês François Hartog assim define regime de historicidade: “entendo essa noção como uma formulação erudita da experiência do tempo que, em troca, modela nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele dá ritmo à escala do tempo, representa uma ‘ordem’ à qual podemos aderir ou, ao contrário (e mais freqüentemente), da qual queremos escapar, procurando elaborar outra”. HARTOG, François. Tempo e história: “como se escreve a história da França hoje?”. In: **História Social**, Campinas, SP, n. 3, 1996, p. 129.

novo, percepção essa que seria muito mais ampla e profunda do que simplesmente ponderar sobre a passagem objetiva do tempo (que simplesmente flui), enfatizando-o, dessa forma, também e principalmente, em sua passagem subjetiva.

Ainda acerca do que se pode depreender do exposto por Koselleck sobre essa perspectiva subjetiva que se vincularia e por fim caracterizaria a passagem do tempo, observamos que tal passagem traria em si o caráter conformador da própria história, posto que “foi dentro de um conceito de tempo como este [subjetivo] que os anais e as crônicas fixaram e escreveram os acontecimentos que se sucederam na história”.¹² E como não havemos de considerar os acontecimentos que se sucedem ao longo da história senão em sua qualidade distintiva essencialmente temporal e subjetiva?

Mas essa concepção de tempo subjetivo, todavia, pode conduzir-nos a uma aporia, pois não podemos simplesmente nos deixar levar pela tentação de alocar todas as experiências vividas através e no decorrer desse tempo em questão sob a égide abrangente de um regime de historicidade, como se todos os que habitavam Fortaleza no período aqui abordado, por esse regime se deixassem conduzir.

Um regime de historicidade nunca existe em estado “puro”, conforme adverte-nos François Hartog:

Um regime de historicidade não é uma entidade metafísica, descida do céu, mas um quadro de pensamento de longa duração, uma respiração, uma rítmica, uma ordem do tempo que permite e que proíbe pensar certas coisas. Contestado tão logo instaurado, um regime de historicidade reformula, “recicla” elementos anteriores da relação com o tempo, para fazê-los dizer outra coisa de maneira diferente (tal como a *historia magistra* retomada pelo cristianismo e historiadores medievais). A passagem de um regime a outro conduz a períodos de cruzamentos: o período revolucionário é um bom exemplo disso. Um regime, enfim, não existe jamais em estado puro.¹³

No que diz respeito à cautela que devemos ter ao referir-nos à existência (ou consumação) desse provável regime de historicidade, temos em Paul Ricoeur uma advertência: “é preciso resistir à sedução de expectativas puramente *utópicas*”.¹⁴

¹² KOSELLECK, 2006, p. 274.

¹³ HARTOG, 1996, p. 132.

¹⁴ RICOEUR, 1997, p. 371.

Mas como podemos resistir a tal sedução? Haveria a possibilidade de consumir-se aí, novamente, outra aporia? Sobre essa aporia que porventura se estabeleceria, é ao próprio Ricoeur a quem recorreremos para seu desenlace, pois com o que propõe esse autor queremos enfatizar que um suposto regime de historicidade somente ganha sentido (ou viabilidade) quando percebido por aqueles que são seus próprios sujeitos. Assim temos que:

A humanidade torna-se o sujeito de si mesma ao se dizer. Narrativa e coisa narrada podem de novo coincidir, e as duas expressões “fazer a história” e “fazer história” se recobrir. O fazer e o contar tornaram-se o verso e o reverso de um único processo.¹⁵

Sendo assim, ao intentarmos perceber, conforme dispõe Hartog, a passagem de um regime a outro, teríamos aí também intrinsecamente estabelecida a passagem de um tempo a outro, estando ambas as passagens depreendidas a partir das narrativas as quais lançaremos mão.

Ou seja, ao tornar-se sujeita de si mesma ao se dizer, a humanidade, aprioristicamente inserida nesse regime de historicidade, tanto “faz” como “conta” cada determinado acontecimento, coincidindo-se dessa forma tanto o “fazer a história” como também o “fazer história”. Tal premissa nos serve, tendo as crônicas em mente, em seu exato sentido de que quem as escreveu (os cronistas) tanto “fazia a história” como de igual maneira “fez história”.

A questão relacionada ao aspecto da passagem, seja de um regime a outro ou de um tempo a outro, liga-se indissociavelmente à questão da aceleração, posto que, conforme já aludido anteriormente, havemos de considerar que “tempo novo, portanto, também tempo *acelerado*”.¹⁶ Além disso, essa idéia de aceleração estaria fortemente ligada à perspectiva de progresso.

E essa aceleração (ou esse progresso) traria consigo, ou se preferirmos, se faria acompanhar por um importante aspecto contrastante, posto que “é por contraste com essa aceleração assumida que podem ser denunciadas reação, atraso, sobrevivência”.¹⁷ E todos esses aspectos (mais seus respectivos opostos), afinal, conferem ao tempo um viés profundamente subjetivo.

¹⁵ RICOEUR, 1997, p. 366.

¹⁶ Ibid., p. 364.

¹⁷ Idem.

E se o tempo em questão, na presente abordagem, reveste-se em seu caráter subjetivo, o que intentaremos perceber é o aspecto que caracterizaria essa subjetividade, qual seja, a modernidade. Assim sendo, antes de prosseguir, permitamo-nos tracejar uma sucinta digressão sobre a problemática da modernidade consubstanciada ao tempo, tendo em vista que toda definição de modernidade redundaria na constatação de que essa ganha forma e sentido a partir de três noções basilares, que são o progresso, a aceleração e a ruptura.

Já de início duas constatações acerca da modernidade: disparidade e multiplicidade, que conferem a qualquer busca por definir-lhe um caráter, de certo modo, um semblante insuficiente ou mesmo incongruente. Quem observa isso é o antropólogo francês Bruno Latour, como que preludiando a torrente de definições que podemos nos deparar, salienta esse autor que “a modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores”.¹⁸

Modernidade, então, carrega consigo a faculdade que tem uma palavra de apresentar diversos sentidos, ou seja, a polissemia. E é justamente com sua indagação quanto ao que é modernidade, que Michael Löwy¹⁹ abona o afirmado anteriormente por Latour: “poucos conceitos são tão equívocos, ambíguos e polissêmicos”.²⁰

Dando seguimento à nossa empreitada, voltemos a Latour e vejamos ele próprio corroborar consigo mesmo ao agir como um pensador que profere um sentido a algo que já os possui em demasia, aludindo que:

Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável.²¹

Porém, a instalação de um novo regime (seria de historicidade?), conforme assinala Latour, traria consigo mudanças que podem ser percebidas de uma maneira ambígua, pois o contrastante e estável passado que se vê superar pelo moderno, evidencia e prenuncia nesse ato de superação toda a instabilidade

¹⁸ □ LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 15.

¹⁹ Textualmente, Löwy inicia seu relato com a inquirição: “O que é a modernidade?”. LÖWY, Michael. A Escola de Frankfurt e a modernidade: Benjamin e Habermas. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 32, mar 1992, p. 119.

²⁰ Idem.

²¹ LATOUR, op. cit., p. 15.

que se estabelecerá daí por diante, resultando em um verdadeiro estigma, conforme relata-nos o historiador Nicolau Sevcenko: “a ruptura da cadeia da tradição não significa a gênese de outra corrente, mas a dispersão dos elos – esse é o estigma da modernidade”.²²

Eis aí um exemplo do quão polissêmico pode ser o sentido da modernidade, visto que a revolução no tempo, mencionada acima por Latour, que acompanha o adjetivo moderno, enceta o debutar de um novo regime, que se instaura daí por diante. Mas a ascensão desse novo regime encerra, também, seu congênere anterior, significando para esse regime que se esvai não a gênese em um novo tipo, tal qual afirma Sevcenko, mas sua dispersão.

Portanto, parafraseando Bruno Latour, podemos mesmo declarar que o significado de modernidade e suas acepções realmente possuem tantos sentidos quantos forem os pensadores ou quantas forem as visões desses pensadores acerca do novo que se estabelece ou do passado que se desvanece.

Mais uma vez recorrendo a Latour, este deixa claro, ainda, que todas as definições que buscam compreender e explicar o sentido de modernidade apontam, de uma forma ou de outra, para o relevante aspecto da passagem do tempo. E como pudemos perceber, essa passagem não se dá de forma indolor, mas sim traumática, estigmatizante, pois ao passármos do estável para nos confrontar diante do novo, do desconhecido, nos vemos dispersos em um estigma que caracterizaria a própria modernidade.

Esse estigma poderia bem ser caracterizado como o preço que o homem moderno se vê obrigado a pagar, conforme assevera Marshall Berman, outro autor que tem na temática da modernidade o objeto de suas atenções. Observa dito autor que o viver moderno traz consigo, também, uma miséria e uma ansiedade intrínsecas, fatores esses que são vistos por Berman como as “contas que o homem moderno tem de pagar”.²³

O tempo surgido dessa (ou nessa) passagem seria, portanto, tido e havido como novo, o que o caracterizaria diretamente como contrastante em relação ao passado. Essa perspectiva da passagem (e seu ritmo) é deveras importante na presente abordagem acerca da modernidade, ou se preferirmos, do tempo moderno.

²² SEVCENKO, Nicolau. Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, set 1984/abr 1985, p. 79.

²³ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 138.

Sucintamente, podemos considerar que a noção de que o tempo “passa”, “transcorre”, corrobora em sua percepção e mensuração atreladas à idéia de que o mesmo decorre sempre em uma progressão, em uma constante evolução, em uma aceleração. Tal constatação parece por demais óbvia e sua conceituação devidamente inserida, aceita e praticada em nosso dia-a-dia sem maiores ponderações, tanto que podemos chegar a conclusão manifesta que “estamos em geral tão habituados às idéias de tempo, história e evolução”.²⁴

O tempo que advém a partir das rupturas faz, por fim, que nos habituemos ao progresso e à aceleração. Porém, tal habituar-se²⁵, a princípio, torna-se uma tarefa difícil, que se atrela ao estigma do progresso, ou conforme Sevcenko, ao estigma da modernidade.

Todavia, com o transcorrer irreversível do tempo, essa ruptura e essa novidade também vão aos poucos perdendo seu caráter conformador que as caracterizam como ruptura e novidade, justamente devido a essa própria passagem do tempo, pois nada pode ser novidade por todo tempo, ainda mais em um mundo acelerado e abarcado pela modernidade.

Para melhor ilustrarmos tal perspectiva, recorreremos inicialmente a um exemplo dentre tantos possíveis, no qual um cronista narra o impacto (ruptura, novidade) que se verificara na cidade de Fortaleza com a chegada do primeiro automóvel.²⁶ Podemos perceber nitidamente nas palavras do cronista em questão, Marciano Lopes, todo o impacto e a conseqüente quebra da rotina (hábito, costume) provocada por esse acontecimento:

Na madrugada do dia 28 de março de 1909, a pacata cidade de Fortaleza acordou sobressaltada. Por volta das 22 horas um barulho desconhecido se fazia ouvir e crescia, perturbando as silenciosas ruas

²⁴ WHITROW, G. J. **O tempo na história**: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 9.

²⁵ Habituar tem por sinônimo acostumar. Estes verbos demonstram bem a perspectiva de que ao se analisar a passagem do tempo marcado pelas rupturas (que dentre outras coisas vêm despedaçar os elos da corrente da tradição, conforme palavras de Sevcenko) e suas conseqüentes transformações, estas trazem consigo obviamente mudanças, mas que com o passar do tempo estas mesmas mudanças passam a ser assimiladas, gerando aí uma acomodação nos hábitos e costumes. Estes, por sua vez, carregam em si características que se impregnam ao que denominados de cotidiano.

²⁶ Vale ressaltar que praticamente todos os cronistas históricos aos quais presentemente lançamos mão, exceção feita unicamente à figura de Otacílio Colares, trazem em suas narrativas referências diretas ou indiretas acerca do primeiro automóvel que circulou pelas ruas da cidade de Fortaleza, algo que nos mostra a importância e o impacto que tal fato teve no cotidiano da cidade.

de pedras toscas. Das janelas, olhares curiosos, perplexos, face a uma visão jamais imaginada ali. Um veículo estranho, tão pertinho de todos a se mover lentamente, conduzindo alguns cavalheiros elegantes e respeitados da época. Clóvis Meton, Dr. Meton de Alencar, Dr. Gadelha e Júlio Pinto inauguravam, visivelmente emocionados, o primeiro carro a motor de Fortaleza, o “rambler”.²⁷

A perturbação causada pelo desconhecido barulho (imaginemos tal impacto causado na pacata Fortaleza de 1909) fez a cidade acordar sobressaltada. O silêncio reinante nas ruas de pedras toscas, já “altas horas” (o autor afirma que a cidade “acordou”, portanto, presume-se que às 22 horas, no começo do século passado, a maior parte da população da cidade já dormia ou, pelo menos, já se recolhera às suas residências), deu lugar a um ronco estranho, em cuja direção, olhares perplexos e curiosos se dirigiam.

Em outro autor, Gustavo Barroso, podemos encontrar também um relato acerca desse automóvel que pioneiramente percorreu as ruas da capital cearense. Assinala este autor, com uma riqueza de detalhes maior que aquela encontrada anteriormente em Marciano Lopes (como na informação, por exemplo, sobre o veículo em questão ter sido comprado em segunda mão, no Recife), que tal primeiro automóvel “causou sensação”²⁸ e que, com seu passar, “as janelas enchiam-se de gente curiosa”.²⁹

Portanto, a rotina que se quebrava, a partir desse fato simultaneamente curioso e gerador de curiosidade, aos poucos foi se transformando em outra, na qual o automóvel gradualmente foi se inserindo no cotidiano da cidade. Por conseguinte, era de se supor que em uma cidade que se mostrava ávida pela modernidade, fatos dessa natureza, que causavam tanto impacto nos hábitos e costumes de seus habitantes, fossem realmente desejados, mas que nem por isso deixavam de causar sobressaltos diante do que se estava por descobrir.

Mas com o passar do tempo, aquilo que outrora fora suficiente para quebrar a rotina, passava a integrar-lhe também, não provocando mais sobressaltos em ninguém, ou, expressando-nos de uma maneira diferente, causando sim sobressaltos, mas de outra natureza que não aqueles que se formavam através da curiosidade.

²⁷ LOPES, Marciano. **O ronco do motor do rambler acorda a cidade espantada**. Jornal O Povo, Fortaleza, 13 abr 1986, Domingo do Povo, p. 5.

²⁸ BARROSO, Gustavo. **O consulado da China**. 3. vol. 3. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 2000, p. 140.

²⁹ Idem.

Para corroborar com o que estamos tentando explicar, façamos referência agora a uma crônica que remete-nos ao tema concernente à mesma situação do “rambler” (mais precisamente ao automóvel de um modo geral) que vem norteando a presente discussão³⁰: passados vinte e sete anos da entrada de Fortaleza na era automobilística (o que servira, em 1909, para quebrar a rotina das “ruas ingênuas e provincianas”³¹ da cidade, por certo, em 1936 já não seria assim tão impactante, pois o simples trafegar de um veículo já não causaria espanto a nenhum cidadão), o que causava sobressaltos eram os acidentes de trânsito, efeito direto da inserção do automóvel no dia-a-dia da cidade.

Mas podemos supor, ainda, que mesmo esses acidentes, que certamente trouxeram impactantes sobressaltos aos habitantes da urbe, quebrando, quando de suas ocorrências, uma rotina que se apresentava em uma cidade tida e havida por muitos ainda como pacata, ingênuas, simples e provinciana, passaram, esses acidentes, gradualmente, a fazer parte dessa mesma rotina. Podemos deduzir isso através das palavras do cronista João Nogueira, que ao tratar do automóvel, faz menção aos acidentes que esse veículo vinha a ocasionar, acidentes estes que “hoje [1936] a Fortaleza os conta diariamente”.³²

Se no ano de 1936, conforme expõe Nogueira, os acidentes de trânsito na capital cearense já ocorriam com uma frequência diária³³, temos aí a constatação de que aquilo que quebra a rotina de uma cidade (lembremo-nos do primeiro automóvel em 1909) – com o transcorrer do tempo e com o progressivo advento de outros elementos que também, quando de sua inclusão, vêm a quebrar a rotina

³⁰ Cf. NOGUEIRA, João. **Fortaleza velha**: crônicas. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1981, p. 162-169. Esta crônica foi originalmente publicada em 24 de abril de 1936, ou seja, passados 27 anos da chegada do primeiro automóvel a motor à capital cearense.

³¹ MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, p. 129. Vale ressaltar que este autor, que dedica em seu livro uma crônica (justamente intitulada “o primeiro automóvel”) ao histórico veículo que primeiramente trafegou por Fortaleza, destoa em sua narrativa do exposto por Gustavo Barroso no que tange a informação de que o rambler houvera sido comprado na cidade do Recife em segunda mão. Afirma Menezes que tal veículo fora sim adquirido em segunda mão, mas sendo oriundo diretamente dos Estados Unidos. Eis o trecho no qual Menezes discorda de Barroso: “foi um acontecimento surpreendente aquele da notícia da chegada a Fortaleza, vindo dos Estados Unidos, pelo vapor inglês ‘cearense’, de um automóvel já usado, comprado, em segunda mão”. *Idem*.

³² NOGUEIRA, 1981, p. 165.

³³ Evidente que se poderia fazer um levantamento acerca dos acidentes de trânsito ocorridos em Fortaleza no ano de 1936. Tal levantamento enriqueceria, sobremaneira, a presente pesquisa. Porém, acreditamos que tal empresa fugiria de nossos expressos objetivos aqui tentados alcançar.

estabelecida – aos poucos passa a integrar e/ou a constituir, ele próprio, uma nova rotina.

Essa reflexão faz com que fiquemos atentos quanto aos aspectos constituintes e definidores da rotina que se vivia no dia-a-dia (cotidiano) da cidade e principalmente na relação que se estabelece e se constitui quando da quebra dessa rotina, pois seu impacto e suas conseqüências, com o transcorrer do tempo, passam a ser assimilados e muitas vezes rotineiramente praticados. Então, para que algo tenha a força de quebrar uma “nova” rotina que se institui, há de se arvorar com outras características, substancialmente distintas das anteriores.

Sendo assim, podemos considerar que o “novo” que causava impacto na cidade, com o transcorrer do tempo, naturalmente perdia sua condição de novidade, cedendo dessa maneira lugar a um novo “novo”. Eis aí ressaltada uma interessante característica moderna: “a conjunção entre o sentido da novidade dos tempos modernos e o da aceleração do progresso”.³⁴

Antes de darmos continuidade, porém, citemos tão-somente mais um exemplo acerca da rotina que se via quebrada (sua quebra redundando na gênese de uma outra rotina) na cidade de Fortaleza. E tal exemplo encontraremos em linhas escritas pelo já mencionado cronista Raimundo de Menezes, em uma narrativa que versa sobre o primeiro telefone que houve na cidade, fato este ocorrido ainda no século XIX. Nesse relato, a rotina que se quebrava é percebida e descrita pelo autor através da “novidade” que se verificava, então, na urbe:

A novidade do telefone trouxe em Fortaleza uma série de confusões humorísticas, bem como um infindável rosário de piadas as mais impagáveis.

Contava-se, então, que o negociante Jesuíno Lopes de Maria, ao comunicar-se com a Casa Boris, a fim de indagar se havia pregos á venda, tivera o seguinte diálogo com o empregado da firma:

– Vocês têm pregos aí? – perguntara.

– De que tamanho? – interpela o caixeiro.

– Destes aqui – respondera Jesuíno, do outro lado do fio.³⁵

Por certo a “novidade” representada pelo telefone explica bem a gafe cometida (e que se tornara motivo de chacota) pelo citado Jesuíno. Ou seja, a ruptura, expressa através tanto do telefone como na necessidade de se estabelecer um novo parâmetro no modo usual de se portar ao conduzir um simples diálogo

³⁴ RICOEUR, 1997, p. 365.

³⁵ MENEZES, 2000, p. 68.

(simples na medida que o tal Jesuíno bem poderia ser um freguês habitual da Casa Boris e que encomendar pregos ou outros itens seria algo rotineiro), mostra que, a princípio, essa ruptura que se impõe gera “erros”, pelo simples fato de que as pessoas não têm, ainda, a exata noção de como comportar-se e agir diante da novidade em questão.

A maneira de se estabelecer e conduzir o diálogo descrito acima, para Jesuíno, mostrava-se inteiramente nova e desconhecida, na qual não mais necessariamente se teria contato direto ou visual com o dialogador. Isso gerou a citada confusão. Mas como a novidade, ou seja, a quebra da rotina usual e anterior, dos diálogos face a face, aos poucos vai deixando de ser novidade e passando a integrar a rotina nova que se constitui (gradualmente isso se dá com o aumento no número de terminais telefônicos na cidade), podemos então supor que em diálogos posteriores ao descrito acima por Raimundo de Menezes, o então mal fadado e motivo de chacota Jesuíno Lopes de Maria não teve mais problemas em comunicar-se ao telefone.

Nem Jesuíno nem quaisquer outros fortalezenses, assim o pensamos, que já haviam tido contato com essa novidade advinda com a modernidade que se infundia na cidade, ou seja, o telefone, após justamente sua difusão, devem ter tido problemas semelhantes ao comunicarem-se por esse meio moderno (sobretudo naquela época) de interação.

Em suma, Jesuíno deve ter se acostumado ao uso do telefone. Nada mais natural no que tange a assimilação que fazemos das “novidades” que são gradualmente inseridas em nosso cotidiano. À uma quebra de rotina, segue-se o estabelecimento de uma outra. Até que essa “nova” rotina seja quebrada por outra e assim sucessivamente. Tudo relacionado ao “passar, ao fluir do tempo”, conforme expõe Koselleck.

Dando prosseguimento e dirigindo-nos mais uma vez ao citado Koselleck, quando este, ao analisar o contraste que se origina na passagem fomentada pela modernidade, faz uso de uma distinção semântica contida no bojo da própria expressão “tempo moderno”, asseverando-nos assim que:

Para podermos chegar à experiência de um novo tempo, vamos recorrer a uma distinção semântica que já está presente na expressão “tempo moderno”. Esta expressão pode significar ou a simples constatação de que o “agora” é novo, de que o tempo atual se opõe ao tempo passado, seja qual for a profundidade desse passado. Neste sentido se forjou a

expressão “*modernus*”, que desde então não perdeu o significado de “atual”.

Por outro lado, o novo tempo pode indicar uma reivindicação qualitativa, a de ser novo no sentido de inteiramente diferente, ou até mesmo melhor, do que o tempo anterior. Então o novo tempo indica novas experiências que jamais haviam sido experimentadas dessa maneira, ganhando uma dimensão que confere ao novo um caráter de época.³⁶

Essa distinção semântica proposta por Koselleck comporta duas significações bem claras: uma delas diz respeito à simples constatação de que o “agora” é novo, ou seja, que é “atual” e se opõe ao tempo passado, mas também pode indicar uma reivindicação qualitativa, porque iria além de uma mera observação acerca do que é novo ou do que mereça assim ser designado, pois tal requereria um caráter que o evidenciasse como diferente e acima de tudo como uma novidade.

Paul Ricoeur, ao tratar dessa distinção semântica a qual se refere Koselleck, considera-a como uma polaridade entre duas categorias: a de espaço de experiências e de horizonte de expectativa. Essas duas categorias, enfatiza Ricoeur, seriam conceitos-guias na referida obra de Koselleck, afirmando o autor de “Tempo e Narrativa” que:

Em Reinhart Koselleck, elas [as citadas duas categorias] são conceitos-guias, pertencentes a um empreendimento bem definido, o de uma *semântica conceitual* aplicada ao vocabulário da história e do tempo da história. Como *semântica*, essa disciplina se aplica mais ao sentido das palavras e dos textos do que aos estados de coisas e aos processos de uma *história social*. Como *semântica conceitual*, ela pretende extrair as *significações* das palavras-chave, como justamente “história”, “progresso”, “crise” etc., que mantêm com a história social uma dupla relação de *indicadores* e de *fatores* de mudança. Com efeito, na medida em que essas palavras-chave trazem à linguagem as mudanças em profundidade cuja teoria a história social faz, o próprio fato de ter acesso ao plano linguístico contribui para produzir, para difundir, para fortalecer as transformações sociais que elas nomeiam. Essa dupla relação da história conceitual com a história social só se revela quando concedemos à semântica a autonomia de uma disciplina distinta.³⁷

Portanto, levando-se em consideração os exemplos anteriormente citados, o do primeiro automóvel e o da introdução do telefone na cidade, teríamos aí consubstanciados, através desses dois exemplos, os dois conceitos-guias que

³⁶ □ KOSELLECK, 2006, p. 274.

³⁷ RICOEUR, 1997, p. 405-406.

podemos auferir em Koselleck, quais sejam, o do espaço de experiências e o do horizonte de expectativa.

Sendo assim, a experiência impactante, representada tanto pela inserção do automóvel como pelo telefone, parte da constatação óbvia de que aquilo seja novo. E esse “novo”, inserido em um novo tempo, passa a indicar novas experiências, que passam a indicar, por sua vez, em um ato contínuo, novas expectativas.

E tendo sempre em conta que esse novo tempo, tempo moderno, é também, conforme afirma Ricoeur, um tempo acelerado que se liga à idéia de progresso, temos bem delineada a perspectiva que se estabelece com os conceitos de espaço de experiências e horizonte de expectativa. A experiência impactante de hoje abre caminho e torna possível e viável novas expectativas, que seriam efetivadas (ou mesmo não) em um contexto de tempo acelerado, ou seja, de progresso, de modernidade. Em suma, contexto de tempo tido e havido como moderno.

Ainda acerca dessa análise semântica conduzida por Reinhart Koselleck, recorramos a um pequeno “resumo” de tal análise perpetrado conforme Ricoeur:

Três temas se destacam das cuidadosas análises semânticas de Koselleck. Em primeiro lugar, a crença de que a época presente abre sobre o futuro a perspectiva de uma *novidade* sem precedentes; em seguida, a crença de que a mudança para melhor se acelera; e, por fim, a crença de que os homens são cada vez mais capazes de *fazer* sua história. Tempo novo, aceleração do progresso, disponibilidade da história – esses três temas contribuíram para o desdobramento de um novo horizonte de expectativa que, por ricochete, transformou o espaço de experiência em que se depositaram as conquistas do passado.³⁸

Mais uma vez tendo em mente as proposições feitas por Koselleck, cabe a colocação aqui do que Ricoeur denomina de “tempo calendárico” ou “tempo do calendário”. De acordo com o filósofo francês:

O momento presente com seu agora absoluto torna-se uma data qualquer entre todas aquelas cujo calendário permite o cálculo exato no âmbito deste ou daquele sistema calendárico aceito por uma parte mais ou menos extensa da humanidade.³⁹

³⁸ RICOEUR, 1997, p. 363.

³⁹ □ Id., 2007, p. 164.

Cabe aqui observar que Ricoeur discute, em sua obra "Tempo e Narrativa", a relação entre o "tempo vivido" e o "tempo universal", relação essa que resultaria no "tempo histórico". É nesse "terceiro-tempo" que encontramos o que o autor denomina de "tempo do calendário".⁴⁰ Determinado tempo tem um óbvio "parentesco" com o tempo físico, "um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade"⁴¹, porém, carrega consigo algo mais, redundando no que Ricoeur denomina de sequência das gerações.

Tal noção enfatiza a relação entre a passagem do tempo (histórico) e os indivíduos envolvidos nesse processo, posto que "a idéia de sequência das gerações proporciona a base sobre a qual repousa essa relação anônima entre indivíduos, tomada em sua dimensão temporal".⁴²

Essa relação entre indivíduos contida em uma sequência das gerações pode ser auferida, em um exemplo dentre tantos outros possíveis, no seguinte trecho de um soneto alusivo a Fortaleza do passado:

Em ti [Fortaleza do passado] meus pais viveram, à vontade,
Da etapa moça os anos bonançosos,
Cheios de crenças, no esplendor da Idade!

Cidade, envelheceste! Nunca mais
Hão de voltar-te os anos tão saudosos,
Como não volta o "Tempo" dos meus pais!⁴³

À perspectiva de um contínuo uniforme coaduna-se a percepção do autor quanto ao tempo (de seus pais e o seu próprio) que não volta mais. E é justamente conforme tal percepção que o autor observa que foi nessa Fortaleza do passado que seus pais viveram, e que ele, no seu presente (seu "agora"), também habita na mesma cidade. Ou seja, a cidade é a mesma, sendo o tempo o fator variável (passado e presente) da relação, ressaltando-se aí a sequência das gerações especificada por Ricoeur.

Recorramos, então, a mais um exemplo para demonstrar a perspectiva da sequência das gerações:

⁴⁰ Cf. RICOEUR, 1997, p. 179-216.

⁴¹ Ibid., p. 183.

⁴² Ibid., p. 187.

⁴³ MARQUES. J. Esmerino. Fortaleza do passado. In: BENEVIDES, Artur Eduardo (org.). **Cancioneiro da cidade de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1973, p. 82.

Quando te conheci, ó Fortaleza,
a história do Ceará, retificada,
adava de casaca e de cartola,
na sisudez do teu Barão de Studart.

Homens sábios viviam recolhidos.
Prisioneiros de livros incontáveis,
o povo só os via de ano em ano,
na comemoração das grandes datas.

Foram-se, um dia. Apenas o retrato
ficou nalgumas salas – tristes salas
carregadas de tempo e de silêncio.

A alma deles, decerto, está no céu.
A que sofre, nas noites, ó cidade,
é Paula Ney, que não te esquece nunca...⁴⁴

Como uma geração sucede outra, os membros da subsequente referem-se aos representantes da geração antecedente com a constatação de que, um dia, os primeiros, na lógica de um contínuo uniforme do tempo, foram-se. Enfim, à noção de sequência das gerações cabe designar “a cadeia dos agentes históricos como *viventes* que vêm ocupar o lugar dos *mortos*”.⁴⁵

Dando seguimento, lancemos mão agora de um exemplo deveras rico em imagens referentes à percepção de um determinado “agora”:

As idéas, como as diatheses, devem transformar-se na passagem através de cada indivíduo. A biologia demonstra que as modificações são possíveis na hereditariedade.
Querer forçosamente conservar o passado no presente, contra todas as leis da sociologia, é característico mórbido de temperamento regressivo. O minuto em que lerdes estes períodos nunca mais voltará... mas elle já vos deixou uma idéa nova.

[...]

Dos ossos riscados á pintura de Miguel Angelo; da contagem pelos dedos aos postulados de Euclydes; das rudes embarcações de Xerxes aos submarinos e aos aeroplanos; do simples “elan” primitivo á organização complexa do Estado moderno; da alchimia á chimico-physica, – ha evidentemente um progresso, uma ascensão em espiral, como na “helice” imaginaria da classificação periodica de Mendeleeff.⁴⁶

O autor acima traz à baila, concomitantemente à percepção de que o novo advém em detrimento ao que é ultrapassado, uma noção que se conjuga

⁴⁴ CARVALHO, Jäder de. Sonetos para Fortaleza. In: BENEVIDES, 1973, p. 52.

⁴⁵ RICOEUR, 1997, p. 187.

⁴⁶ MORAES, Delorizano. Reflexões. **Ceará Ilustrado**, Fortaleza, anno II, n. 53, 12 jul 1925, p. 14.

constantemente ao tempo. Mas não seria meramente qualquer tempo, senão um tempo que se faça acompanhar do adjetivo “moderno”.

Ressalte-se a utilização do termo progresso pelo autor. Não nos esqueçamos que Delorizano Moraes caracteriza acima como mórbido o temperamento que não se faz acompanhar do progresso, mas que se coloca de forma oposta a este, como regressivo.

Ressaltamos também o que o autor salienta como uma “ascensão em espiral”, que ao conter exemplos calcados em uma evidente evolução técnico-científica (que culminaria com os submarinos e os aeroplanos, que iniciaria na alquimia um trajeto que redundaria na físico-química), justificaria sua “explicação científica” para fundamentar uma sentença que condena à condição de mórbido os refratários ao progresso. Conforme suas próprias palavras: a biologia (ciência) demonstra que...⁴⁷

Além da biologia e da físico-química, o autor acima menciona outra ciência: a sociologia. As três, portanto, entram nessa análise sob a designação abrangente de “ciências”, ou, conforme Boaventura de Souza Santos, como “racionalidade científica”.⁴⁸ Como afirma Moema Vergara, a expansão do conhecimento (progresso):

Estava ancorado na crença de que a ciência moderna era a grande dádiva do Ocidente para a humanidade e, portanto ensinar como se conhece o mundo por meio do método científico era o “verdadeiro” caminho para se alcançar o progresso.⁴⁹

⁴⁷ Como intentaremos demonstrar mais adiante, a modernidade (progresso) liga-se diretamente a uma perspectiva de ordenamento. Nesse ponto, a ciência (no contexto por nós abordado), age como uma fomentadora de uma certa ordem, ordem esta intimamente ligada à noção de progresso. Conforme expõe Habermas a respeito da ciência e seu método: “O método científico, que levava sempre a uma dominação cada vez mais eficaz da natureza, proporcionou depois também os conceitos puros e os instrumentos para uma dominação cada vez mais eficiente do homem sobre os homens, através da dominação da natureza...”. Cf. HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1968, p. 49.

⁴⁸ Observa Boaventura Santos que “O modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais. Ainda que com alguns prenúncios no século XVIII, é só no século XIX que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes. A partir de então pode falar-se de um modelo global de racionalidade científica”. Cf. SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Ed. Afrontamento, 1987, p. 10.

⁴⁹ VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. In: **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan/jun 2004, p. 23.

O progresso, ao mesmo tempo que traz o desenvolvimento (submarinos, aeroplanos, etc.), paradoxalmente incita uma crise, que evidencia-se como um elo da corrente que se dispersa, elo este representado na perda de uma identidade social:

O sentido de desenraizamento expresso na perda de identidade social e de formas de orientação multisseculares, aparece de forma recorrente elaborando a imagem de uma *crise* de proporção e conteúdo inéditos. Sem dúvida, os termos desarraigado e desenraizado falam do homem arrancado de sua íntima relação com a natureza, mas paradoxalmente apontam para a nova condição humana de vencedor da natureza. Afinal, atribui-se aos engenhos astuciosos fabricados pelos homens – as máquinas com seus mecanismos irresistíveis e incansáveis – essa vitória na guerra com a rude natureza. A máquina foi apontada como expressão simbólica e material dessa vitória que logrará emancipar o homem do limitado destino de ser subjugado aos imperativos do mundo físico.⁵⁰

A máquina seria, portanto, apenas um aspecto que evidenciaria a “concretude” da vida cotidiana sendo modificada pelo progresso.⁵¹ Mas como ao progresso (modernidade) temos de relacionar à noção de ruptura, a “concretude” da vida cotidiana não seria, de fato, tão concreta assim, visto que marcada justamente pela noção de ruptura.⁵²

Aqueles que viveram no final do século XIX tinham em si claramente a noção que se vivia em uma época de profundas transformações e rupturas, mas que o porvir, o novo século que se avizinhava, poderia representar uma era ainda mais cheia de transformações, pois ansiava-se pelas “maravilhas que o século XX anunciava pra toda a humanidade”.⁵³

Vale a pena coligir e citar algumas visões dispostas em um livro de memórias, cujo objetivo declarado nem é esse, o de se debruçar sobre as mudanças que adviriam com o novo século, mas que mesmo assim torna-se rico em imagens

⁵⁰ BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, set 1984/abr 1985, p. 37.

⁵¹ PESAVENTO, Sandra. Trabalhadores e máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880-1920). In: **Anos 90**, Porto Alegre, n. 2, maio 1994, p. 165.

⁵² Para tal percepção acerca das rupturas que davam um novo ritmo à vida cotidiana, fazendo com que sua “concretude” se mostrasse mais “concreta” justamente quando fomentada pela ruptura, consideramos a frase proferida por Karl Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”, frase esta aludida por Marshall Berman em seu livro homônimo, o qual se presta a analisar a “aventura da modernidade”, deveras rica e ilustrativa para descrever um regime de historicidade que se pautava na modernidade, ou seja, um regime que se marcava e fazia marcar como um tempo moderno. Cf. BERMAN, 1998.

⁵³ ARARIPE, Guarani Valença de. **O café central**: o romance de João e Maria. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997, p. 91.

que nos descrevem o período de transição que se vivia em plena passagem do século XIX para o XX. Nesse livro, no capítulo intitulado “passagem do século – 1900”, temos que:

Não se falava em outra coisa. O balanço dos entendidos indicava que o século XIX havia sido dos mais significativos para todos os Povos. Os grandes vultos da Humanidade, como: Guglielmo Marconi, com a telegrafia sem fio; Guilherme Conrado Röntgen, com a descoberta dos raios X; J. Nicephore Niepce com a imagem fotográfica; os irmãos A. e L. Lumière, com o aparelho cinematográfico; Marie Curie, com a descoberta do radium; Heinrich Hertz, com as ondas eletromagnéticas; Thomas Edison, com o fonógrafo; Graham Bell, com o telefone; Alexandre Volta, com a pilha elétrica; Gramme, com a invenção da máquina que permitiu a eletricidade sair do laboratório, e entrar na usina; Michael Faraday, com o motor elétrico e o gerador de eletricidade; Cláudio Luiz Berthollet, com a química orgânica; Louis Pasteur, inoculando o primeiro soro anti-rábico; Henry Ford, com a revolução industrial; Charles Darwin, estudando a “Origem das Espécies”; Alberto Santos Dumont, fazendo voar na França, Paris, no caminho de Bagatele, o “14 bis” – “o mais pesado que o ar”.⁵⁴

Os exemplos citados já são muitos, além do que o autor com eles prossegue na sua descrição que gira em torno do encantamento diante das várias inovações que surgiram entre o final do século XIX e o alvorecer do século XX. Mas cremos serem suficientes tais exemplos relacionados acima, posto que o principal que pretendemos demonstrar ancora-se na noção do que já fora feito e do que ainda estaria por fazer.

Para o autor, tudo isso, resumido na vitória do homem sobre a natureza, ou melhor, em sua cooptação e domínio, visava, em suma, um bem maior para toda a humanidade. De fato, visava uma vitória que lograva emancipar o homem do limitado destino de ser subjugado aos imperativos do mundo físico. Mas tal “emancipação”, que se vislumbrava no século que se iniciava, requeria atores que se cobrissem de muitas responsabilidades, pois “os homens que adentravam o novo século, que se avizinhava com amplas possibilidades, na solução dos grandes problemas que enfrentava a Humanidade”⁵⁵, deveriam ser e estar aptos para utilizar tamanhas possibilidades.

Antes de darmos mais um passo adiante, retornemos à segunda significação fornecida por Reinhart Koselleck no tocante à distinção semântica do “tempo moderno”: a que indica uma reivindicação qualitativa. Recorremos a uma

⁵⁴ ARARIPE, 1997, p. 91-92.

⁵⁵ Ibid., p. 92.

crônica intitulada “Fortaleza dos lampiões” para ilustrar a percepção que seu autor tinha de que a cidade do passado mostrava-se diferente daquela de seu “agora”, o que implicava, de acordo com a observação do autor, em mudanças nos hábitos e costumes, traçando, assim, uma perspectiva qualitativa:

Como a Fortaleza daquelas eras passadas, tão diferentes de hoje, tinha outro sabor, com os seus hábitos e costumes, seu primitivismo familiar, tão suave, tão gostoso, na suprema delícia de um romantismo que fala à nossa emotividade!...

Fortaleza dos tempos antigos! Fortaleza d'outrora! Fortaleza dos nossos avós! Como é doce evocar-te, numa enternecida saudade, ó Fortaleza dos lampiões!⁵⁶

Em outro texto, ao qual recorremos para exemplificar a presente linha de raciocínio, alusivo ao progresso da iluminação pública da cidade de Fortaleza⁵⁷, seu autor constata que quanto a esse quesito, o tempo moderno não perdera seu significado de atual, pois temos descritas as três “eras” da iluminação (sendo a primeira dessas “eras” justamente a dos lampiões) por quais passara (no caso das duas primeiras) e ainda passava (no caso da terceira) a capital cearense, a saber: a era do azeite de peixe; a era do gás carbônico; a era da eletricidade com fios.

Contudo, o que mais nos despertou a atenção com relação a esse texto não foi a descrição feita pelo autor consoante sua análise ao caráter atual do tempo moderno no que se referia a seu “agora”, mas sim sua capacidade e intenção prognosticantes acerca de um “agora” que não mais seria o dele, mas o “agora” de outrem, localizado em um futuro vindouro, enfatizando dessa forma a sequência das gerações e o horizonte de expectativas os quais já fizemos menção. Leiamos, então, tal trecho:

Quando encerrar-se a era da eletricidade com *fios*, que virá? *Dicant paduani*.

Quem sabe se um dia a cachoeira de Paulo Afonso não irradiará, sem fio algum pelos ares, a sua enorme energia por todo o Centro e Nordeste Brasileiros, movendo, aquecendo, e iluminando a nossa Fortaleza?

A contemplação do progresso constante das ciências e de suas aplicações à indústria, autoriza-nos a crer nisso.

Já não se transmite a grandes distâncias, tanto o som como as imagens? Por que, pois, um dia, não se poderá transmitir sem fios e pelos ares a energia mecânica?

⁵⁶ □ MENEZES, 2000, p. 33-34.

⁵⁷ NOGUEIRA, João. Iluminação da Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, anno LIII, tomo LIII, 1939, p. 141-146.

Isto é hoje uma utopia, um devaneio; mas quantas vezes a utopia de hoje não se torna a realidade de amanhã!
Santos Dumont e Júlio Verne que o digam...⁵⁸

Assim sendo, percebemos que em uma análise cuja temática recorrente é a problemática do tempo (tempo moderno, cabe a ressalva), as conjecturas relativas ao “agora” desse tempo devem ser ampliadas, posto que, conforme defende Ricoeur, deve-se operar uma mudança na noção do presente, sendo este presente considerado também pelo aspecto de passagem, de transição, ou se preferirmos, de transformação.

Dessa forma, as relações do presente (“agora”) com o passado e com o futuro podem ser percebidas não como uma inflexível e objetiva ordem cronológica (onde o ontem dá lugar ao hoje que por sua vez dará lugar ao amanhã), mas consideradas a partir de “qualidades temporais que podem existir no presente sem que as coisas de que falamos quando as narramos ou as predizemos ainda existam ou já existam”.⁵⁹

No caso do texto de João Nogueira vislumbramos claramente tal noção. O autor reconhece que muito do que ele prediz não passa de uma utopia, efetivamente um devaneio, uma utopia hoje (no seu “agora”). Mas, mirando o que já existiu, o autor, ato contínuo, intenta antever o que um dia existirá, afinal, a utopia de hoje tornar-se-á a realidade de amanhã.

Um outro exemplo ao qual podemos lançar mão encontra-se presente em um livro do historiador Antônio Otaviano Vieira Júnior, cujo título, relevante no âmbito da discussão que vimos travando nessas derradeiras páginas, já diz muito: “Entre o passado e o futuro”.⁶⁰ E o que estaria entre o passado e o futuro senão o presente?

O autor, ao analisar um documento, a “Lista de Homens Brancos que habitavam a Vila de Fortaleza”⁶¹, redigida em 1799 pelos então vereadores da vila (ainda futura cidade), relata sua intenção: “o que procuramos apresentar nos capítulos seguintes é o desenvolvimento de Fortaleza até os anos 1850, dialogando

⁵⁸ □ NOGUEIRA, 1939, p. 145-146.

⁵⁹ RICOEUR, 1994, p. 26. Em outras palavras, tal noção, conforme defende Ricoeur, é por ele denominada de triplo presente, que vêm a ser: o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro. Cf. RICOEUR, *Ibid.*, p. 22-30.

⁶⁰ □ Cf. VIEIRA JR., Antonio Otaviano. **Entre o futuro e o passado**: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850). Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

⁶¹ Infelizmente, referido documento não foi encontrado disponível para que pudéssemos dispor diretamente de suas informações nesta pesquisa.

diretamente com as previsões feitas pelos garbosos cavalheiros [os vereadores] em 1799”.⁶²

E o que os vereadores previam para o futuro da capital cearense, conforme demonstra Vieira Júnior em seu livro? Eis a resposta: haveria para eles um futuro promissor, com porto, ruas, iluminação, pontes e estradas. Para esses vereadores de Fortaleza e seus contemporâneos, muito do que se previra e desejara não passava de utopias, verdadeiros devaneios. Mas o que seria do futuro sem a utopia?

Mas o futuro previsto pelos vereadores em 1799 realmente se concretizara? Um texto, intitulado “Fortaleza de 1845” e atribuído a Outro Aramac⁶³, no que concerne ao aspecto da cidade na época, traz-nos algumas informações: “era um areial movendo-se à mercê da ventania, à mudar constantemente de nível nas zonas descobertas, ondulando-se. Não tinha nem luz, nem calçamento, nem esgotos, salvo os das grandes depressões do solo”.⁶⁴

Segundo Outro Aramac, a iluminação que se previra em 1799 ainda era insuficiente no ano de 1845. Além disso, as ruas continuavam sem calçamento e o porto almejado, assim como o sistema de esgotos, somente sairiam do papel já em pleno século XX. Enfim, o futuro promissor antevisto no final do século XVIII pelos vereadores, de fato se concretizaria, mas tal se daria muito além das previsões feitas.

O “futuro” previsto até que adveio, mas conduzido por uma passagem de tempo mais lenta que a desejada. No quesito pontes e estradas, para encerrarmos esse tópico da discussão, o autor da “Fortaleza de 1845” dá conta, apenas, de uma pequena ponte, localizada “na Rua de Baixo, descida da praia”.⁶⁵ Tudo muito aquém do previsto. Ou seja, no que tange esses itens modernos que deveriam ser inseridos na cidade de Fortaleza, o futuro ainda deveria esperar. Enfim, o horizonte de

⁶² □ VIEIRA JR., 2005, p. 24.

⁶³ Possivelmente um pseudônimo utilizado pelo jornalista João Brígido. Este texto foi publicado, originalmente, parceladamente no jornal UNITÁRIO, de Fortaleza, em 1903.

⁶⁴ ARAMAC, Outro. Fortaleza de 1845: Almanaque do Ceará para o ano de 1845, se voltar organizado de memória, e sob documentos. In: **Revista do Instituto do Ceará**, anno LXXII, tomo LXXII, 1958, p. 230.

⁶⁵ Ibid., p. 231. Já que o assunto aqui versa sobre pontes, cabe citar o exposto por Raimundo Girão, que dá notícia de outras delas que existam à época: “as pontes de Caucaia, sobre o rio Ceará, começadas desde 1845, tinham sido concluídas em 1859”. In: GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979, p. 106.

expectativas ainda se vislumbrava muito além do que o olhar mais otimista poderia, naquele momento, enxergar.

Mas voltemos a tratar da cidade. Urbe essa ainda perfeita⁶⁶ em 1799, se vislumbrada em seu porvir, com seu futuro promissor previsto (ou se preferirmos, profetizado) pelos vereadores, com sua, talvez, utopia. Cidade que tinha defronte si um caminho traçado, previamente delimitado.

Aludindo a Ricoeur, quando este observa que “podemos aproximar da profecia a utopia, a qual une à descrição da cidade perfeita uma narração antecipada da caminhada que dá acesso a ela”⁶⁷, encerramos esse ponto recorrendo novamente a Vieira Júnior, que de acordo com sua narrativa, observava que “a então vila de Fortaleza tinha seu futuro previsto, e a perspectiva construída pelos vereadores estava pautada em indícios vigorosos, apresentados na carta de 1799”.⁶⁸ E o que seriam tais indícios vigorosos senão um horizonte de desejos e expectativas?

Porém, devemos ser cautelosos ao imputar às modificações advindas através do tempo (ou mesmo àquelas ainda por vir) uma reivindicação qualitativa que forçosamente tornará determinado tempo em um tempo de modernidade. Tal cautela deve ser direcionada ao historiador que, munido de diversas concepções acerca da configuração e conceituação do tempo moderno (conforme no presente texto, a partir do estipulado por Koselleck e Ricoeur, por exemplo), parte do pressuposto que, de fato, sua análise abordará uma temporalidade também moderno (além do seu próprio), temporalidade essa que se localiza no passado por ele cautelosamente escrutinado.

⁶⁶ Evidente que em qualquer análise historiográfica, ainda mais numa que aborda aspectos ligados a uma cidade, no caso Fortaleza, utilizar-se um termo referente à perfeição é deveras arriscado. Mas no sentido aqui aplicado, a “perfeição” adviria de um desejo, no sentido de profecia. Sendo assim, consideramos que tudo aquilo que reside no plano do por vir, possa ter um desejo de perfeição acompanhando-o. Tal raciocínio nos remete ao que Platão denomina de doutrina das idéias: “Perfeitas e imutáveis, as idéias constituiriam os modelos ou paradigmas dos quais as coisas materiais seriam apenas cópias imperfeitas e transitórias. Seriam, pois, tipos ideais, a transcender o plano mutável dos objetos físicos”. PLATÃO. **Diálogos**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; tradução e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (os pensadores), p. 22-23. Sendo assim, antes da materialização dos objetos físicos, teríamos sua constituição como idéia, que afinal, vislumbra-se sempre como perfeita, perfeição esta que perdura enquanto a idéia assim permanece, sem materializar-se. Fortaleza seria perfeita enquanto idéia de futuro.

⁶⁷ □ RICOEUR, 1997, p. 444.

⁶⁸ □ VIEIRA JR., 2005, p. 24.

Conforme chama a atenção o historiador francês Jacques le Goff, “será legítimo que o historiador reconheça como moderno o que as pessoas do passado não sentiram como tal?”⁶⁹ Para trazermos essa discussão para nossa alçada, como poderíamos, por exemplo, nos reportar com relação às profecias dos vereadores de Fortaleza contidas na carta supracitada de 1799? Seriam profecias modernas? Julgamos que sim. Daí surge um novo dilema: modernas para quem? Para os vereadores ou para os historiadores (tanto o que escreve essas linhas como para os pósteros)?

Arriscaríamos responder ao questionamento acima considerando que ambos (os vereadores e os historiadores) referem-se, sim, a um tempo moderno, mas respeitada e seguida a condição, colocado por Ricoeur, que distingue o conceito de “nossa” modernidade. A citação é um pouco longa, mas bem vale a pena que a façamos:

A filosofia crítica aplicada à história tem como tarefa principal, como dissemos, refletir sobre os limites que um saber sobre si da história que se quer absoluto tentaria transgredir. O tratamento da história como singular coletivo erigido em sujeito de si mesmo – a História – é a expressão mais manifesta dessa pretensão. Mas essa provação não é a única. Uma segunda forma mais dissimulada da mesma pretensão lhe é simetricamente oposta: ela consiste em elevar ao absoluto o presente histórico erigido em observatório e até mesmo em tribunal de todas as formações, em particular culturais, que o precederam. Essa pretensão dissimula-se sob os traços sedutores de um conceito à primeira vista isento de toda veleidade de transgressão dos limites: o conceito de modernidade. A impossível reivindicação ligada a esse conceito apenas é desvendada quando se lhe restitui sua formulação inteira e exata, e quando se diz e se escreve “nossa” modernidade. Não se trata de nada menos do que da “idéia que nosso tempo se faz de si mesmo em sua diferença, em sua ‘novidade’ em relação ao passado”. “Nosso”, “nosso” tempo, “nossa” época, “nosso” presente, são tantas as expressões que equivalem à idéia de modernidade. A pergunta é esta: como “nosso” poderia pensar a si mesmo absolutamente? [...] Desalojada dessa posição insustentável, a pretensão à reflexão absoluta se volta sobre o exato oposto desse coletivo singular, a saber, o momento histórico singular, o agora da história presente.⁷⁰

Como o que se deve considerar, conforme a assertiva de Ricoeur, é a idéia que se faz em si mesmo (em relação ao tempo) tendo como parâmetro as diferenças surgidas ou evidenciadas em relação ao passado (e ao futuro), então tanto para os vereadores em 1799 como para os atuais (e vindouros) historiadores,

⁶⁹ □ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996, p. 169.

⁷⁰ □ RICOEUR, 2007, p. 320-321.

o que se desvela é o “nosso” tempo (sempre o “nosso” agora), daí possibilitando-se a utilização de termos como “nossa” modernidade, sendo o pronome “nosso” ampliado quanto a seu sentido original: quando aplicado aos vereadores em sua própria época, “nosso” no sentido dado a contemporaneidade deles (o “agora” para eles), porém, o pronome possessivo “nosso” aplicado a 1799 pelo historiador de hoje, será o “nosso”, no sentido de atual e vigente para nós.

Servimo-nos ainda, no tocante a essa discussão e na lida em caracterizar noções e conceitos tão relevantes ao desenrolar dessa escrita historiográfica, da colaboração que pode ser dada pela filósofa Agnes Heller. Conforme vimos relatando até o presente momento, a problemática do tempo imbrinca-se em um contexto muito além da mera noção que podemos ter de sua passagem objetiva. Por exemplo, temos que o “hoje” que suplantou o “ontem”, será enfim suplantado pelo “amanhã”. Este, por sua vez, quando da chegada de novo amanhã, tornar-se-á o “hoje”, que vem de substituir o ontem e será substituído pelo amanhã, e assim por diante.

Relembramos que vimos, com Koselleck e Ricoeur, que a proposta de análise do tempo deve basear-se em sua conjectura qualitativa (novo tempo, tempo novo, tempo moderno) e que este tempo deve ser abalizado de acordo com suas qualidades temporais (em um contexto que pode cingir em si passado, presente e futuro). Heller auxilia-nos nessa abordagem ao tratar dos aspectos do presente, do passado e do futuro na historicidade.

Conforme a autora ligada à Escola de Budapeste:

As inúmeras formas do presente da historicidade podem ser abrangidas pelos seguintes termos: “agora mesmo”, “agora” e “estando agora”. O primeiro deles relaciona-se com o passado e com o futuro em sentido ordinário; o segundo, com os “tempos idos” e com os “tempos por vir”; o terceiro diz respeito ao começo e ao fim.⁷¹

Destacamos que para Heller o presente possui “inúmeras formas” que podem ser abrangidas pela tríade “agora mesmo”, “agora” e “estando agora”. Destes elementos podemos incorporar dois a nossa discussão: o “agora mesmo” e o “agora”. Quanto ao primeiro de tais elementos temos que:

⁷¹ HELLER, Agnes. **Uma teoria da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 51. Aconselhamos a leitura de todo o capítulo no qual a autora aborda esta análise sobre presente, passado e futuro. Cf. HELLER, Ibid., p. 51-67.

“agora mesmo” denota ação. Qualquer experiência de vida (sentida, sonhada ou formulada numa proposição) que contenha “agora mesmo” equivale ao compromisso de que estou, de fato, desempenhando “agora mesmo” a ação.⁷²

Já o “agora” é definido assim por Heller:

O “agora” é uma fronteira, uma linha de demarcação entre aquilo que já aconteceu e aquilo que ainda não aconteceu; entre o objeto lembrado e o objeto enquanto propósito; entre o conhecido e o ignorado. O “agora” não é um objeto recordado, tampouco um propósito de ação. Ao mesmo tempo em que lembro os “tempos idos”, estabeleço objetivos, a partir do meu “agora” presentemente dado. Passo por um lugar que existe agora mesmo, mas transcendendo o que é agora. Dentro de certos limites, o “agora” é sempre transcendido. Transformo meu presente em passado, em objeto de memória. Estou sempre transformando meu futuro em presente (na medida em que “planejo”, como se houvesse “um” futuro, só pra mim, no presente, no território do presente).⁷³

As noções de “agora mesmo” e “agora” postas à vista por Heller, a nosso ver, aproximam-se sobremaneira da noção de cotidiano conforme pretendemos utilizá-la. Contudo, antes de direcionarmos nossa atenção ao cotidiano, cremos que, ainda no que tange à modernidade e ao tempo moderno, se faz necessário invocar referências que possam estender mais seu sentido e sua compreensão. Para isso não podemos deixar de nos reportar a Marshall Berman, quando este autor conceitua modernidade objetivando que:

O pensamento atual sobre a modernidade se divide em dois compartimentos distintos, hermeticamente lacrados um em relação ao outro: “modernização” em economia e política, “modernismo” em arte, cultura e sensibilidade.⁷⁴

Jacques le Goff é outro autor que trata dos aspectos que envolvem as definições de modernismo, modernização e modernidade.⁷⁵ Este autor, ao referir-se ao modernismo, por exemplo, distingue-o e classifica-o sob três ângulos: um movimento literário (modernismo literário), um conjunto de tendências artísticas (*Modern Style*) e um esforço de investigação dogmática (modernismo religioso).

⁷² HELLER, 1993, p. 51.

⁷³ Ibid., p. 52.

⁷⁴ BERMAN, 1998, p. 87.

⁷⁵ Cf. LE GOFF, 1996, especificamente o item 5 do capítulo intitulado Antigo/Moderno, p. 179-190.

Já concernente à modernização, le Goff atribui-lhe uma definição que bem se aplicaria ao Brasil:

Quase todas as nações atrasadas se encontraram perante a equivalência entre modernização e ocidentalização e o problema do moderno foi posto paralelamente ao da identidade nacional. Um pouco por todo o lado distinguiu também a modernização econômica e técnica da modernização social e cultural.⁷⁶

Mostrando como, de fato, definir modernidade (modernismo e modernização por extensão) é uma tarefa complexa, visto tais termos terem um caráter sobretudo polissêmico, temos que para Berman, mais acima mencionado, “modernismo” caracterizaria-se na arte, na cultura e na sensibilidade, enquanto “modernização” na economia e na política. Por sua vez, Jacques Le Goff compreende “modernização” em suas variantes econômica e técnica de um lado, social e cultural do outro.

Seja como for, passamos ao largo de tal dissensão, posto que nossa intenção não é definir modernidade e suas ramificações, mas sim intentar compreender o fenômeno moderno em sua correlação ao tempo, daí resultando, de acordo com Reinhart Koselleck, em uma perspectiva que abrangeria a temática do tempo moderno que adveio à cidade de Fortaleza, desde o século XIX, incrementando-se e ressaltando-se (assim supomos) nas décadas iniciais do século XX.

Esse tempo moderno (ou seria melhor aplicar-lhe o plural?), traria consigo mudanças de ritmos e concepções de vida, que influiriam no cotidiano dos cidadãos que habitavam nessa urbe. Daí a necessidade de lançarmos nosso olhar a partir de agora para a problemática do cotidiano, considerando-se sobremaneira nessa empreitada os dois conceitos-guias suscitados em conformidade com Koselleck e que estão indissociavelmente atrelados à dialética do espaço habitado e de seu respectivo tempo histórico, ou seja, a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado.

Quais sejam estes conceitos? O espaço de experiências e o horizonte de expectativa.

⁷⁶ LE GOFF, 1996, p. 185.

1.2 Por uma problemática do cotidiano relacionado ao tempo moderno

Qualquer análise que possamos levar a termo aqui acerca da problemática do cotidiano tem necessariamente de passar por um enquadramento que busque relacionar essa noção com a de tempo moderno, percebendo neste tempo todas as suas implicações sobre a instauração de um novo regime de historicidade, que conflagraria em si rupturas e dissensões que se fariam refletir, a partir das experiências advindas com a modernidade, nas práticas cotidianas dos cidadãos.

Contudo, mais que simplesmente deambular acerca da configuração e consequentes características e feições desse pretense regime de historicidade, regime este que por sua vez fora gestado a partir dos ditames estabelecidos pela modernidade, buscamos sim entrever os dois vieses que, conforme Koselleck e Ricoeur, conflagraram a perspectiva de cotidiano que aqui intentamos perceber, quais sejam estes vieses, os já por demais referidos espaço de experiências e horizonte de expectativa.

Conforme exposto em dois exemplos anteriores (o do primeiro automóvel e o do telefone), ditos vieses nos levariam, tendo sempre a perspectiva da passagem do tempo como balizadora mor, da experiência impactante provocada pela novidade (no caso, o automóvel e o telefone) advinda na cidade à uma expectativa subsequente, expectativa essa que, atrelada ao progresso e à aceleração, faz com que o impacto da novidade de antanho perca seu fulgor de novidade e seu vigor impactante, pois nada pode manter-se novo por todo o sempre, indefinidamente. Atesta isso, simplesmente, o transcorrer natural e inexorável do tempo.

Deixando, dessa maneira, de ser novidade, nessa verdadeira roda viva estabelecida por esse tempo moderno (diga-se de passagem também tempo acelerado e progressivo), aquilo que outrora impactava, quebrando dessa forma uma rotina vigente, com o passar do tempo deixa de impactar. E para que ainda tenha condição de fazê-lo, deve revestir-se com outras características. Temos

perfeitamente delineada essa linha de raciocínio através do caso da constatação do aumento do número de acidentes automobilísticos verificados na cidade, em exemplo já citado, posto que passam eles, os acidentes em si, e não mais simplesmente o automóvel a impactar o cotidiano da urbe. Neste caso, a novidade seriam os acidentes e não mais somente a presença de automóveis trafegando pelas ruas da capital cearense.

Ou seja, a novidade quando torna-se antiga (substituída que é por uma novidade ainda mais nova), deixa consideravelmente de causar tanto impacto e passa a ser rotina.

Se não é mais impactante, determinado acontecimento tende a virar banal no dia-a-dia da cidade. E a rotina (em sua condição também de banalidade), como veremos mais adiante, é um dos aspectos que mais se ligam e caracterizam o cotidiano.

Mas definir cotidiano é uma tarefa por demais árdua, visto que não se tem tão-somente um conceito (ou mesmo vários) que abarque em si toda a complexidade de significados e sentidos que envolve tal problemática. Usualmente tido como algo banal e rotineiro, o cotidiano pode ter, tal qual a observação de Bruno Latour acerca da modernidade (que esta possui tantos sentidos quanto forem os pensadores), uma polissemia de conceituações, nas quais a rotina e a banalidade, tão identificadas a ele, são vistas e analisadas de modos deveras distintos, indo da alienação e passividade à uma criatividade contida em um consumo não passivo do dia-a-dia, além de abordagens que destacam a tênue relação do público com o privado.

Recorrendo primeiramente ao dicionário, encontramos nele a definição (e não conceituação) de cotidiano como algo “de todos os dias; diário: a vida cotidiana; que se faz ou sucede todos os dias”.⁷⁷ Tal definição aproxima o sentido do termo usado em português ao dado a seu similar em língua inglesa, por exemplo, onde cotidiano é grifado como *everyday life*⁷⁸, ou seja, literalmente traduzível como “a vida de todo dia”.

⁷⁷ HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 491.

⁷⁸ Como exemplificação do exposto, temos os títulos, em inglês, de duas conhecidas obras que trazem já na inscrição que as nomeia, a explícita referência ao cotidiano: *The representation of self in everyday life* (Cf. a tradução em português GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002); e *The practice of everyday life*, Cf.

Ainda em uma referência ao exposto no dicionário, temos que aquilo que ocorre todos os dias, ou seja, diariamente, tem simplesmente por sinônimo o termo “vida cotidiana”. Em suma, para ser cotidiano basta que o fato em questão tenha sempre por periodicidade o espaço de tempo que se circunscreve e se sucede por um dia.

Evidente que, superficialmente, podemos definir cotidiano simplesmente como aquilo que ocorre todos os dias. Mas para não ficarmos tão-somente nessa definição por demais simplista e no afã de tentar encontrar algo mais substancial, temos de percorrer o caminho já traçado e indicado por autores que se debruçaram sobre essa referida problemática.

Alguns desses autores dedicaram obras específicas sobre a análise do cotidiano, enquanto outros indiretamente a ele fazem alguma menção. Sendo assim, sem mais delongas, iniciemos uma diminuta jornada à problemática do cotidiano. Para tal, iniciemos lançando mão do proposto por Agnes Heller, quando dita autora trata dos aspectos do “agora mesmo” e do “agora”⁷⁹, para que nos acerquemos da perspectiva de cotidiano que temos em vista.

Heller considera que o “agora mesmo” denota ação, um tipo de ação que pode incluir qualquer experiência de vida, sentida ou mesmo sonhada. Já o “agora” é considerado como uma fronteira, que demarcaria aquilo que já aconteceu e o que ainda não aconteceu.

Ou seja, o “agora” nada mais é que o “presente”, fronteira entre o “passado” (que já aconteceu) e o “futuro” (que ainda não aconteceu). Essa fronteira, representada pelo “agora” ou “presente” é tênue e movediça, visto que “o que passa, com efeito, é o presente”.⁸⁰

Ambos, o “agora mesmo” e o “agora”, coadunariam-se na perspectiva de que as práticas cotidianas resultariam em ações que se ligam diretamente às experiências de vida de cada indivíduo e destes ditos indivíduos com a sociedade, e vice-versa, além de que, na concepção de um cotidiano envolto em um tempo moderno, as noções entre o que é, o que já foi e o que ainda será, são deveras relevantes, pois denotariam, a nosso ver, um intercurso entre a experiência e a expectativa.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

⁷⁹ Vide notas 72 e 73.

⁸⁰ RICOEUR, 1994, p. 30.

E essa relação entre a experiência e a expectativa pode bem ser auferida no trecho de uma crônica disposto logo abaixo, no qual o autor exulta tanto o passado (a experiência já vivida pelos velhos) e o por vir (a expectativa inerente aos novos), para que estes não ignorem e aqueles venham a recordar, tudo isso inserido em um contexto que une o que é (a crônica em questão), o que já foi (a experiência dos velhos) e o que ainda será (a expectativa dos novos). Assim sendo, eis o referido trecho:

É preciso falar mais, sempre mais da Fortaleza, para que os velhos recordem e os novos não ignorem. Afinal, mais de cento e cinquenta anos são passados sobre o trabalho de gerações que hoje não são mais que cinza, nos túmulos dos cemitérios, e raras são as memórias milagrosamente sobreviventes, ora no que resta de uma praça antiga, ora num desvão esquecido de rua, num prédio meio esborcinado, em vias de ceder lugar, compulsoriamente, aos ditames do progresso urbanístico.

É fundamental que se recrie o amor à cidade, agora que ela se ostenta nas fátuas glórias da modernidade, e vai aos poucos soterrando – e sem saudade – as coisas simples, boas e válidas de um passado que nem vai assim tão longe, pois um século e meio de civilização nada é, a bem dizer, se levamos em conta que há, nesse mundo de Deus, tantas cidades cujas vidas se contam por milênios.⁸¹

Dando continuidade e retomando a perspectiva de Agnes Heller, em outra obra essa autora considera que “a vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico”.⁸² Considera ainda a autora que:

Na vida cotidiana, a esmagadora maioria da humanidade jamais deixa de ser, ainda que nem sempre na mesma proporção, nem tampouco com a mesma extensão, uma unidade vital de particularidade e genericidade.⁸³

Esse aspecto da vida cotidiana indicado por Heller, de que o indivíduo é sempre um ser que conjuga em si duas vertentes, uma particular e outra genérica, acompanhará nossa análise daqui por diante. Mas antes abordaremos a apreciação feita pelo sociólogo José de Souza Martins acerca da problemática do cotidiano. Para este autor:

⁸¹ COLARES, Otacílio. **Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande**. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1980a, p. 79.

⁸² HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 20.

⁸³ *Ibid.*, p. 23.

Podemos pensar o cotidiano como o conjunto de atividades naturais e rotineiras (comer, dormir, cuidar da família, prover o sustento) reguladas por costumes e desenvolvidas num espaço social definido e próximo (a casa, a comunidade, o local de trabalho). Nesse sentido, o cotidiano aparece sustentado por tradições que organizam o “modo de organizar a vida” e que, aparentemente, lhe atribuiriam uma condição de imutabilidade.⁸⁴

A definição acima bem que poderia trazer-nos um relevante senão: ora, se podemos entrever, através do cotidiano, como uma de suas características, as rupturas advindas no tempo moderno, com sua respectiva passagem, como conciliar o exposto por Martins no tocante a condição da imutabilidade? No entanto, o problema se desvanece logo a seguir. Ainda conforme Martins:

Entretanto, as informações históricas nos permitem dizer que, certamente, o cotidiano se modificou no ritmo das transformações históricas gerais, embora sempre conservasse marcações claras de concepções e comportamentos.⁸⁵

Destarte, relevante é a observação de Martins no que tange a modificação que vem impregnar o cotidiano no contexto estabelecido pelo ritmo das transformações históricas gerais. A maioria dessas ditas transformações atenderiam, a nosso ver, pela designação (abrangente) de modernidade, ou melhor, de tempo moderno, objetivando tal consideração na perspectiva acima dada por Martins acerca do “ritmo” que é empregado às transformações.

A partir do já exposto anteriormente, temos que antes de fazer-se aparentemente imutável, no cerne do próprio cotidiano, muitas transformações, quando de sua inserção no dia-a-dia da cidade, revestem-se primordialmente (como não poderia deixar de ser) com o caráter da ruptura, isto é, na condição de novidade. Como exemplos disso temos os já aqui citados casos do automóvel pioneiro e do início da era da telefonia em Fortaleza, casos estes que a princípio causaram impacto, mas que com o transcorrer do tempo perdem tal condição impactante, assumindo, então, uma “aura” que os caracterizaria bem mais como rotineiros.

E o palco onde se desenrolariam muitas dessas transformações poderia ir além da cidade, em uma escala de menores proporções, enredando-se em espaços

⁸⁴ MARTINS, José de Souza (org.). **(Des)figurações**: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 77.

⁸⁵ Idem.

mais sucintos de sociabilidade, como a casa ou a comunidade. Acerca desta última, temos o exposto por Pierre Mayol no que concerne à problemática posta em prática, tendo como parâmetro o bairro (comunidade), sobre a organização da vida cotidiana.

Para Mayol, tal organização articula-se ao menos segundo dois registros: os comportamentos e os benefícios simbólicos.⁸⁶ Ou seja, na vivência do dia-a-dia, na vida cotidiana, as transformações advindas têm de ser percebidas segundo duas vertentes: em uma delas valorizaríamos os aspectos práticos que se fazem visíveis nos comportamentos adotados (vestuário, alimentação, códigos de sociabilidade, enfim, no ritmo da vida); em outra vertente intentar-se-iam perceber os benefícios simbólicos, sendo que, neste último caso, adverte-nos Pierre Mayol que “a análise tem aqui enorme complexidade: não depende tanto da descrição, mas sobretudo da interpretação”.⁸⁷

Todavia, ressalte-se que nem tudo que se transforma é observado como algo que venha a representar forçosamente um ganho à vida cotidiana, ou dito de outra forma, o ato de transformar-se carrega empiricamente e introjetado em si, nessa nossa abordagem, a noção de ruptura e aceleração do tempo, daí implicando em sentenças favoráveis ou contrárias a toda transformação advinda (ou por sobrevir), sentenças essas que vão variar de acordo com a postura tomada e defendida por cada indivíduo no cômputo geral das transformações históricas que lhe afetam de alguma maneira.

Poderíamos ter, porém, simultaneamente elogio e crítica perante a transformação que se verificava:

Fortaleza cada dia mais cresce em movimento, mais se alarga, mais aumentada vê a sua população. A passos largos, a cidade progride, civiliza-se, como se diria no Rio de antanho...
Ao mesmo tempo, começa, com esse progresso material, a invadir-nos um frenesi de prazer, de luxo, de sensualismo, que faz perigar a pureza, a correção, a honestidade de costumes, entre nós tradicional.⁸⁸

O progresso e a civilização, que a passos largos instalariam-se na capital cearense, são meritórios de elogio quando da constatação de que com ambos temos

⁸⁶ MAYOL, Pierre. O Bairro. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, Cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 38.

⁸⁷ Ibid., p. 39.

⁸⁸ UM BRADO de alerta pela moralidade pública – o meretrício e o caftismo. **O Nordeste**, Fortaleza, 26 maio 1923, p. 6.

uma cidade que se alarga (geográfica e populacionalmente), que cresce em movimento. Até aqui nesse ponto, o ritmo (movimento) do progresso material que passa a apoderar-se da cidade é percebido como algo salutar.

O ritmo das transformações marcaria os largos passos que alavancariam o progredir e o civilizar-se da cidade. Porém, estes mesmos passos tornam-se largos em demasia quando aceleram também o desvirtuamento. O progresso material deturpa-se (ou é deturpado) e passa a introduzir consigo o prazer (um prazer perigoso, frenético, delirante, desvairado), o luxo e o sensualismo. Percebamos, no relato acima, as duas faces que o progresso material pode tomar, uma positiva e outra negativa.

Nesse ponto, o mesmo Rio de Janeiro (então capital federal) que houvera sido utilizado como exemplo de progresso e civilização⁸⁹ (como se diria no Rio de antanho, acima citado), pode também representar, ao invés de elogio, uma incisiva crítica:

Dizes-te “enojado dessa sociedade condescendente do Rio”. Sociedade amadora de tudo que é leve e transparente. Sociedade altamente intoxicada pelo contacto venenoso e sensual das danças modernas. Sociedade *à la garçonne*...
E confessas que principalmente por tua noiva viver afastada de todos esses modernismos, copiados das telas cinematographicas, te decidiste a “praticar esse acto de bravura”.⁹⁰

A crítica que se dirige à condescendente sociedade carioca cognomina e sintetiza o alvo de toda sua censura e reprovação na denominada sociedade *à la garçonne*. Cabe observar que a moda dos cabelos curtos, *à la garçonne*, ou seja, ao modo masculino (para rapazes), merecia reprimendas desde que foi:

Difundido por todo o mundo ocidental logo após o fim da primeira guerra mundial, esse estilo de corte de cabelo irritava particularmente a muitos não apenas por criar um elemento que atrapalhava a diferenciação entre os sexos, mas também por ser facilmente adotado por pessoas de todos os grupos sociais.⁹¹

⁸⁹ Acerca da influência exercida pelo Rio de Janeiro, como exemplo de progresso e civilidade, sobretudo entre a última década do século XIX e a década inicial do século XX, Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, especificamente o terceiro capítulo, intitulado “Rio de Janeiro: uma cidade no espelho (1890-1910)”.

⁹⁰ A INFLUENCIA da civilização na Sociedade Brasileira. In: **Ceará Ilustrado**, Fortaleza, anno I, n. 32, p. 10, 15 fev 1925.

⁹¹ GOMES, Tiago de Melo. Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920. In: **Cadernos Pagu**, jul-dez 2004, n. 23, p. 127.

E o que difundiu pelo mundo o corte *a la garçonne*, dentre outras coisas consideradas por alguns como “censuráveis” e “reprováveis”, foi um equipamento que indissociavelmente está ligado à modernidade: o cinema.⁹² Eis aí um exemplo cabal de um aspecto visto como negativo que se atrelava ao progresso material, qual seja este aspecto? O cinema.

O trecho que traz, mais acima, o relato de alguém que se sentiu enojado da sociedade carioca foi extraído de uma matéria publicada na revista *Ceará Ilustrado*, sendo tal trecho, conforme indicado no mesmo, direcionado a um rapaz que informara a seu amigo, o autor, estar em vias de casar-se, daí a referência ao “acto de bravura”.

Salutarmente intitulado, no que diz respeito à nossa abordagem, “a influência da civilização (leia-se modernidade) na sociedade brasileira”, o autor relata que seu amigo casadouro somente decidiu-se por tal ato intrépido justamente, e só porque, sua noiva abstinha-se da citada influência da civilização. Sua nubente viveria supostamente afastada de todos e quaisquer modernismos.

Cabe destacar que a influência oriunda do Rio de Janeiro⁹³ se fazia expressar na capital cearense, também, através de aspectos comportamentais da sociabilidade, como a linguagem corriqueira utilizada no dia-a-dia. Exemplo disso temos no disposto por Eduardo Campos:

Ditos espirituosos, gracejos, em verdade aquilo a que todos se costumavam a chamar de “ditados em moda”, tomavam conta da cidade.

Não de raro importados do Rio de Janeiro, como “Será o Benedito?” ou “é o Valdemar!”, gracejos que se iam juntar, por exemplo, aos ditos espirituosos usados por mocinhas e rapazes.⁹⁴

⁹² Acerca dessa discussão que envolve o cinema como um dos mais relevantes aspectos relacionados ao impacto causado pela modernidade, acreditamos que vale a pena conferir, sobretudo o primeiro capítulo que se intitula “a construção da modernidade e algumas dimensões do conceito”, onde a autora faz uma interessante digressão acerca do conceito de modernidade, a excelente tese de Carla Ferraresi. Cf. FERRARESI, Carla Miucci. **Papéis normativos e práticas sociais: o cinema e a modernidade no processo de elaboração das sociabilidades paulistanas na São Paulo dos anos de 1920**. 2007. Tese (doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2007.

⁹³ Centro mais adiantado que a capital cearense, o Rio de Janeiro se notabilizava também como um local para onde acorriam pessoas que buscavam um melhor tratamento ou um diagnóstico de saúde mais apurado, como podemos perceber neste trecho de um livro de memórias, no qual o autor relata a ida de um parente seu a então capital federal em busca de auxílio médico: pois “em Fortaleza estariam fazendo uso de paliativos sem debelar o mal, perdendo tempo e comprometendo ainda mais a saúde”. In: ARARIPE, 1997, p. 111.

⁹⁴ CAMPOS, Eduardo. **Vocabulário antigo e mais coisas não menos longevas**. Fortaleza: Impreço, 2003, p. 70.

Sendo os “nefandos” modernismos copiados do cinema⁹⁵, então, podemos supor que, particularmente na Fortaleza da década de 1920, aqueles que se comprometiam e se compraziam em apontar tais “desvios” tinham muito trabalho por fazer, pois as salas de exibição, segundo relatado por um cronista a seguir, tinham sempre uma afluência muito significativa, apesar da denúncia que se faz acerca da majoração oportunista no valor dos ingressos: “quando a fita era muito boa, o preço era aumentado, de duzentos para quinhentos réis. ‘Uma exorbitância – gritavam todos – só no Ceará se vê isso!’. Mas os cinemas estavam sempre lotados”.⁹⁶

Esses “pecados” dos tempos modernos, que seriam considerados como faltas “censuráveis” e “reprováveis” por muitos, podem ser alocados no que Marshall Berman estipula como a beleza e a miséria da vida moderna. Para esse autor “a vida moderna possui uma beleza peculiar e autêntica, a qual, no entanto, é inseparável de sua miséria e ansiedades intrínsecas, é inseparável das contas que o homem moderno tem de pagar”.⁹⁷

E é justamente no relato da miséria que estaria intrínseca na vida moderna de Fortaleza do início do século XX, que Eduardo Campos adverte que “desafortunadamente o progresso também traz a reboque as distorções sociais, e vícios”.⁹⁸

A conta que o homem moderno se via obrigado a pagar, na cidade de Fortaleza que continuamente modificava seu cotidiano com o advento da modernidade, mostrava-se cada vez mais alta: acidentes de trânsito, distorções sociais, vícios, miséria, etc.

Outro autor que nos fornece um panorama das mudanças advindas em Fortaleza é Paulino Nogueira. Porém, esse autor deixa claro que essas mudanças não necessariamente representavam que a da modernidade traria consigo somente

⁹⁵ Sobre a influência do cinema na capital cearense, especificamente na década de 1920, Cf. SILVA, Márcio Inácio da. **Nas telas da cidade: salas de cinema e vida urbana na Fortaleza dos anos de 1920**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2007.

⁹⁶ AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça**. 2. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992, p. 30-31.

⁹⁷ BERMAN, 1998, p. 138.

⁹⁸ CAMPOS, Eduardo. **O inventário do cotidiano: breve memória da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Ed. Fundação Cultural de Fortaleza, 1996, p. 32.

benefícios. As mudanças existiam, evidentemente. Mas nem tudo que mudava assim o faria necessariamente para melhor:

Também era ainda muito pequena e atrasada esta Capital. Ainda não tinha Passeio Publico, praças arborizadas, templos magestosos, edificios elegantes, tantas e tão grandes ruas alinhadas, calçamento, iluminação á gaz, linhas de bondes, carros de aluguel, hotéis, kiosques, clubs, prado, corridas de touros, a cavallo e á bicycletta, kermesses, bazar, e mais novidades, umas uteis, outras inúteis, e muitas prejudiciaes á saúde, á algibeira, e mesmo aos costumes; porque a civilização assim como traz em seu largo bojo muitos beneficios, também traz muita mascara de hypocrita; e a hypocrisia é com certeza perigosissima, pois de todos os vícios é o que mais se confunde com a virtude, e que por isto mesmo mais illude os incautos e bem intencionados.⁹⁹

Elencando diversos benefícios introduzidos na capital cearense desde sua infância (Passeio Público, alinhamento das ruas, calçamento, iluminação a gás, praças arborizadas, linhas de bondes, edifícios majestosos, etc.), Paulino Nogueira informa-nos que na sua meninice a cidade de Fortaleza “ainda não tinha” tais benefícios. Portanto, se a cidade ainda não os tinha era por que a civilização e a modernidade (leia-se também tempo moderno e progresso) ainda não haviam se estabelecido. Sendo assim, Fortaleza ainda poderia ser considerada muito pequena e atrasada, ainda sem mudanças substanciais em sua fisionomia e em suas funções cotidianas de cidade.

Contudo, tais benefícios podiam representar apenas uma face da civilização. A outra face seria representada por um vício: a hipocrisia. O autor faz questão de mencionar que as novidades introduzidas pelo processo civilizatório por qual ele viu passar a cidade, a partir de sua infância, são de dois tipos: úteis e inúteis. Ou seja, a civilização e a modernidade trariam consigo, simultaneamente, a virtude e o vício, o benefício e o malefício, a utilidade, mas também a inutilidade de vários produtos.

Voltando a Eduardo Campos, este intitula de “a sociedade indesejável” essa que se “degenera” com o advento do progresso e da civilização, em suma, da modernidade. O autor denuncia o consumo de éter e cocaína, por exemplo, que já era praticado na capital cearense no início do século XX, além do aumento da criminalidade (principalmente entre os menores de idade) e do número de

⁹⁹ NOGUEIRA, Paulino. Um epitaphio na calçada. In: **Almanaque do Ceará**. Fortaleza, 1900, p. 142-145.

parturientes solteiras, muitas das quais ainda de menor idade. Um levantamento estatístico realizado entre os anos de 1915 e 1926 detecta “2.329 parturientes solteiras contra 2.710 casadas”.¹⁰⁰

E uma observação não deixa dúvidas quanto às perspectivas para o futuro dessa cidade não tão mais ingênua assim: “a situação moral, no entanto, tenderia a evoluir para pior”.¹⁰¹

Nesse caso, podemos entrever na narrativa de Eduardo Campos que o espaço de experiência por ele abordado mostrava-se substancialmente corrompido e censurável, enquanto o horizonte de expectativa a ele vislumbrava-se com uma nuance deveras sombria. E o que evoluiria ou progrediria tenderia nesse contexto, de fato, mais a uma regressão.

O escritor Juarez Leitão corrobora com tal perspectiva, ressaltando que “a Fortaleza do começo do século não era tão cor-de-rosa como pintam os romances e, apesar dos disfarces pretendidos, já soltava as tranças com inteira desenvoltura”.¹⁰² E trazendo dados estatísticos sobre a violência que diariamente compunha a tal “sociedade indesejável”, o autor cita que:

Em 1923, o delegado Adaucto Alencar, em sua prestação de contas anual, relatava 550 prisões por desordem, 500 por embriaguês, 408 por vagabundagem e 38 defloramentos. Denuncia, ainda, que as meretrizes e seus freqüentadores estavam se drogando com éter, “substância que causa gozos espasmódicos e delírios nervosos”.¹⁰³

Mas se admitirmos que a miséria estaria ligada inseparavelmente à vida moderna, temos de admitir também que ela atinge de modo desigual às várias camadas da população. Em suma, a miséria não seria isonômica, sobretudo na Fortaleza dos anos de 1930, pois em outra observação de Eduardo Campos a qual lançamos mão, temos que:

Tempo, o dos anos trinta. Fortaleza estava dividida em duas metades de gente: a que morava na área de calçamento (...) e a que vivia (vivia?) pelas “areias”, e essa designação de ocupação do solo a significar quem morava nas embrionárias favelas de hoje, gente modesta abrigada

¹⁰⁰ CAMPOS, 1996, p. 33

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² LEITÃO, Juarez. **Sábado, estação de viver**: histórias da boemia cearense. Fortaleza: Editora Premium, 2000, p. 237.

¹⁰³ Idem.

quase sempre em casebres. Crime nas areias, de facada; briga na cidade, no calçamento, - de bengala.¹⁰⁴

A cidade de Fortaleza, dividida em “duas metades”, configurava-se como uma cidade excludente, pois enquanto que em uma metade teríamos a denominada “área do calçamento”, em outra só existiriam as chamadas “areias”, onde até o viver (será que se vive mesmo?) é algo a ser interrogado e não afirmado. Até a natureza dos crimes mostrava-se substancialmente distinta, sendo mais “civilizada” na área do calçamento, visto serem os crimes praticados ali com uma inofensiva bengala, ao contrário das perigosas facadas.

Indo mais adiante e fazendo uso mais uma vez das considerações do sociólogo José de Souza Martins, dispomos de uma análise sua quando esse autor observa que:

O cotidiano não é meramente residual, como pensavam os filósofos, mas sim a mediação que edifica as grandes construções históricas, que levam adiante a humanização do homem. A História é vivida e, em primeira instância, decifrada no cotidiano. Nesse sentido, de modo algum o cotidiano pode ser confundido com as rotinas e banalidades de todos os dias, como fazem muitos pesquisadores, historiadores e sociólogos, que se demoram nos detalhes e formalidades insignificantes da vida, imaginando com isso resgatar o sentido profundo da subjetividade do homem comum.¹⁰⁵

Se o cotidiano, então, serviria como mediação edificante das grandes construções históricas, conformamos com a historiadora Mary del Priore quando essa salienta a postura de outro historiador, o francês Jacques le Goff, para quem “o cotidiano só tem valor histórico e científico no interior de uma análise de sistemas históricos que contribuam para explicar seu funcionamento”.¹⁰⁶

Agnes Heller corrobora aqui com le Goff, pois para ela “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social”.¹⁰⁷

Mas como uma análise que resultaria na explicação do funcionamento do cotidiano e abarcaria em si detalhes e formalidades “insignificantes” da vida teria

¹⁰⁴ CAMPOS, 1996, p. 53

¹⁰⁵ MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 125-126.

¹⁰⁶ PRIORE, Mary del. História do cotidiano e da vida privada. In; CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 262.

¹⁰⁷ HELLER, 1987, p. 20.

alguma relevância histórica? Seria toda abordagem cuja temática principal é o cotidiano “insignificante (ou “insuficiente”) justamente por tentar abranger a subjetividade do homem comum? E essa subjetividade estaria indissociavelmente atrelada a uma insignificância? Afinal, tal aspecto “insignificante” seria, de fato, um problema?

Poderíamos também deambular sobre a importância que realmente poderia ter o cotidiano no que concerne sua utilização em uma empreitada historiográfica que visa abordar as narrativas elaboradas acerca de um espaço e de um tempo delimitados, quais sejam, a cidade de Fortaleza no início do século XX e as subsequentes relações vivenciadas nesse referido palco no transcorrer desse citado período.

Não seria o estudo do cotidiano demasiadamente relacionado a indivíduos “comuns”, o que tornaria qualquer análise a seu respeito meramente residual, unicamente relacionada a jornada específica de cada um desses indivíduos?

O problema estaria assim consubstanciado: seria a análise do cotidiano perfectível e utilizável, visto ser uma abordagem que trata diretamente de uma individualidade? Porém, a vertente que aqui seguimos busca não deixar dúvidas com relação à problemática cotidiano/indivíduo. Michel de Certeau, por exemplo, faz menção a um cotidiano que se reveste e se apresenta tanto em seu caráter coletivo como individual: “o discurso cria uma liberdade com relação ao tempo cotidiano, coletivo ou individual”.¹⁰⁸ Certeau é enfático ao observar que:

De um lado, a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais. De outro lado, e sobretudo, a questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é seu autor ou seu veículo.¹⁰⁹

Michel de Certeau deixa claro que reconhece em cada individualidade o lugar onde atua uma pluralidade, e também evidencia a delimitação de seu campo de ação, ao enfatizar que por mais que distinga essa individualidade, sua atenção

¹⁰⁸ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 271.

¹⁰⁹ Id., 1999, p. 38.

volta-se não para ela, mas sim para os modos de operação ou esquemas de ação que têm nesses indivíduos seu autor ou seu veículo.

O autor de "A invenção do cotidiano", logo no início da introdução geral de sua obra, enfatiza que sua atenção recairá não sobre a ação contida nas práticas dos indivíduos. Para ele, tal atitude implicaria em um regresso (ressalte-se o uso feito por Certeau do termo regresso, por extensão regredir) aos indivíduos, ou seja, em um retorno a uma análise que privilegiaria o "atomismo social", algo prontamente rejeitado. Conforme suas palavras:

O exame dessas práticas não implica um regresso aos indivíduos. O atomismo social que, durante três séculos, serviu de postulado histórico para uma análise da sociedade supõe uma unidade elementar, o indivíduo, a partir da qual seriam compostos os grupos e à qual sempre seria possível reduzi-los. Recusado por mais de um século de pesquisas sociológicas, econômicas, antropológicas ou psicanalíticas (mas, em história, isto seria um argumento?), tal postulado se acha fora do campo deste estudo.¹¹⁰

A correlação do indivíduo com algo maior, com uma coletividade que o abarcaria e lhe daria sentido e conformidade, pode ser auferida neste trecho de uma obra de Paul Ricoeur: "não posso falar de modo significativo de meus pensamentos, se não posso ao mesmo tempo atribuí-los potencialmente a um outro diferente de mim".¹¹¹

Os pensamentos que são meus (traço de minha individualidade), somente ganham uma significância quando, potencialmente, encontram reciprocidade e analogia com alguém que seja diferente de mim, com um outro, ou seja, com alguém que não eu, ganhando aí um sentido de coletividade. E é nessa coletividade, afinal, que se estabelece o sentido que tem a obra narrativa de ser uma produção que atém-se ao caráter temporal da experiência humana. Caráter este essencialmente coletivo.

Outras opiniões acerca da realidade cotidiana podem ser auferidas ainda, como a que se segue:

O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens, sendo afirmado como real por eles. Antes, portanto, de empreendermos nossa

¹¹⁰ CERTEAU, 1999, p. 37-38.

¹¹¹ RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas, SP: Papyrus, 1991, p. 52.

principal tarefa devemos tentar esclarecer os fundamentos do conhecimento da vida cotidiana, a saber, as objetivações dos processos (e significações) subjetivas graças às quais é construído o mundo intersubjetivo do senso comum.¹¹²

Ou seja, a concretude da vida cotidiana, conforme defendem Berger e Luckman, já se manifestaria em uma conduta subjetiva dotada de sentido que todo indivíduo imprime a sua vida.

Sem perdermos de vista a ligação existente entre o individual e o coletivo no que concerne ao estabelecimento da vida cotidiana, temos a proposta acima dos autores, que visando esclarecer os fundamentos do conhecimento que abrangeria a vivência cotidiana, se preocupam com as objetivações subjetivas que se encontram nos processos da vida de cada dia. Aí, nesse ponto, ressaltar-se-ia o dito senso comum.

Esse senso comum, a nosso ver, encontra correlação no que Michel de Certeau intitula de “maneiras de fazer”. Essas maneiras de fazer dão sentido aos modos de proceder da criatividade cotidiana. E essa criatividade, para Certeau, refuta em si mesma todas as noções que tratam da passividade do dia-a-dia, existindo, ao invés disso, o que se denomina de consumo criativo.

Pois bem, nesse consumo, nas palavras de Certeau, os procedimentos populares cotidianos:

Jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados?”), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.¹¹³

Dessa forma, pensamos nos afastar da perspectiva que considera e reduz o cotidiano a algo meramente rotineiro, repetitivo e por isso mesmo insignificante, não havendo nele nenhum lugar para a manifestação de uma criatividade. Confirma tal visão a historiadora Maria Izilda de Matos, para quem:

Ao contrário do que alguns apontam, a história do cotidiano não é um terreno relegado apenas aos hábitos e rotinas obscuras. As abordagens que incorporam a análise do cotidiano têm revelado todo um universo de tensões e movimento com uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo onde se multiplicam formas peculiares de resistência/luta, integração/diferenciação, permanência/transformação,

¹¹² BERGER, Peter; LUCKMAN, John. A construção social da realidade. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987, p. 36.

¹¹³ CERTEAU, 1999, p. 41.

onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas. Assim, não se pode dizer que a história do cotidiano privilegie o estático, já que se tem mostrado toda a potencialidade do cotidiano como espaço de resistência ao processo de dominação.¹¹⁴

Outra voz que se pronuncia acerca da importância do estudo do cotidiano pela historiografia é a do historiador inglês Peter Burke, que considera que “outrora rejeitada como trivial, a história da vida cotidiana é encarada agora, por alguns historiadores, como a única história verdadeira, o centro a que tudo o mais deve ser relacionado”.¹¹⁵

Não chegamos ao ponto enfatizado acima por Peter Burke de encarar a história da vida cotidiana como a única história verdadeira (mas se levarmos em consideração que o cotidiano é aquilo que ocorre todos os dias, então vislumbraríamos que, em última instância, seria nele onde encontraríamos a única história viável, quiçá “verdadeira”), mas com ele coadunamos quando de sua afirmação de que tudo a ela (vida cotidiana) deva relacionar-se.

As práticas cotidianas urdidas na cidade redundam nas objetivações dos processos postos em prática através das maneiras de fazer, o que faz representar-se por “engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, [que] vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas”.¹¹⁶

Podemos aplicar essa questão da politização das práticas cotidianas no referente sentido em que se revestem tais práticas ao assumirem, afinal, um caráter essencialmente coletivo, visto que tais práticas não são encaradas aqui meramente como hábitos e rotinas obscuras. Mesmo quando da ação prática e concreta, no cotidiano, de certos indivíduos supostamente obscuros (por serem infensos à mudança), como no caso dos denominados “tipos populares” (aos quais faremos menção no próximo tópico), podemos entrever aspectos que denotam, nesse cotidiano, potencialidades mesmo de resistência, como também de diferenciação e (tentativa de) transformação.

Ao chegarmos a esse ponto, concluímos que a “insignificância” das práticas cotidianas é, na verdade, sua força. Normalmente o fraco, aquele que exerce suas práticas no cotidiano da cidade, muitas vezes contra tudo e contra

¹¹⁴ MATOS, 2002, p. 26.

¹¹⁵ BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____ (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 23.

¹¹⁶ CERTEAU, 1999, p. 45.

todos, se vê caminhando em um espaço que não foi feito nem por ele nem para ele. Esse espaço foi construído, escrito e funcionalizado por outros (o que denominaríamos, genericamente, de pluralidade). Mas isso não impede sua possibilidade de locomoção:

No espaço tecnocraticamente construído, escrito e funcionalizado onde circulam, as suas trajetórias formam frases imprevisíveis, “trilhas” em parte ilegíveis. Embora sejam compostas com os vocabulários de línguas recebidas e continuem submetidas a sintaxes prescritas, elas desenham as astúcias de interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem.¹¹⁷

Caberia, então, ao historiador intentar captar tais interesses, desejos e trilhas ilegíveis. E assim o tentamos, a partir, sobretudo, das narrativas em forma de crônica que bem nos podem fornecer um relato acerca desse período de muitas mudanças ocorridas na cidade. E para tal, prossigamos a seguir, enfatizando, a princípio, um tipo que se insere no contexto das tais “frases imprevisíveis” proferidas em plena cidade, quais sejam estes tipos? Os denominados tipos populares.

1.3 Alguns aspectos concretos do cotidiano de Fortaleza

Para exemplificar o que vimos descrevendo nessas últimas páginas, tínhamos que na cidade de Fortaleza das décadas iniciais do século passado havia a presença dos chamados “tipos populares” (facilmente relacionados com aqueles que formavam “frases imprevisíveis” em “trilhas ilegíveis”), que como indivíduos destoantes de uma “norma” geral de conduta que se deveria assentar em uma cidade com desejos de progresso e civilidade, despertavam a atenção de toda a coletividade cidadina.

Através desses denominados tipos populares intentamos demonstrar a relação que se estabelece, no cotidiano, entre o coletivo e o individual, ou se

¹¹⁷ CERTEAU, 1999, p. 45.

preferirmos, ainda, entre o público e o privado. Tal relação já se evidencia logo de pronto, pois se haveria uma “norma” de conduta a ser seguida por todos (coletivo), não poderiam ou deveriam apenas certos indivíduos a essa “norma” serem antagonistas ou estarem refratários e infensos.

Ilustra bem a consubstanciação de uma “norma” a ser seguida o historiador Sebastião Rogério Ponte, que considera que os tais tipos populares, metaforicamente, seriam verdadeiros “estranhos no paraíso”. E o que representaria este “paraíso” senão a vivência plenamente inserida ou que, então, estava (buscava) por inserir-se em um tempo moderno? Tais tipos, simplesmente, não teriam sido capazes de se adequarem (ou serem adequados) às transformações que se impunham na cidade:

Os tipos populares, indivíduos empobrecidos e enlouquecidos, faziam parte daquele contingente de miseráveis produzido ou intensificado pela velocidade das relações capitalistas em desenvolvimento no País. Suas esquisitices, manias ou distúrbios psíquicos de alguma forma foram provocados pelo impacto das transformações frenéticas nas ruas, no trabalho, nas casas e na vida das pessoas.¹¹⁸

Conforme o historiador acima mencionado, teríamos assim configurados os principais locais (ruas, trabalho, casas) e comportamentos (na vida das pessoas) onde podemos depreender e vislumbrar as práticas cotidianas urdidas na cidade. Assevera ainda Sebastião Ponte, como que a evidenciar que as práticas dos tipos populares tinham uma penetração deveras pública e coletiva, que “o palco preferido para suas aventuras cotidianas era, como não podia deixar de ser, a Praça do Ferreira”.¹¹⁹

Essa praça, principal logradouro público da cidade¹²⁰, isso já nos primórdios do século passado, servindo como palco onde se encenavam as ações

¹¹⁸ PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social, 1860-1930. 3. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001, p. 177.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Diversas são as obras que se referem diretamente à Praça do Ferreira, sendo que tantas outras a ela fazem menção de forma indireta. Dentre as obras que a este espaço público fazem direta citação, numa evidência acerca desta praça ser, de fato, o mais importante espaço público da cidade de Fortaleza, temos algumas delas a seguir relacionadas: MONTENEGRO, Abelardo F. **A Praça do Ferreira**: tentativa de interpretação do Ceará-Moleque. Fortaleza: Ed. A. Batista Fontenele, 1959; GALENO, Alberto. **A praça e o povo**: homens e acontecimentos que fizeram a história da Praça do Ferreira. 2. ed. Fortaleza: Multigraf, 2000; JOB, Daniel Carneiro. **Praça do Ferreira**: o inédito, o sério e o pitoresco. 2. ed. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1992; LEITÃO, Juarez. **A Praça do Ferreira**: república do Ceará-moleque. Fortaleza:

desses denominados tipos populares, ao menos conforme o exposto por Ponte, coloca-nos diante de um questionamento: esses tipos teriam tamanha relevância apenas por exercerem suas mencionadas “esquisitices” no principal logradouro público da urbe?

Seja como for, havemos de considerar que possivelmente existiram vários desses cognominados tipos populares agindo (ou simplesmente vivendo) longe dos “holofotes” da Praça do Ferreira. Mas como nossa intenção aqui não é enveredar especificamente pelo âmago de tal discussão, contentamo-nos em destacar que, agindo na praça principal de Fortaleza, esses tipos populares chamavam e despertavam a atenção e o interesse de todos, senão de todos, ao menos de relevante parcela dos fortalezenses.

Esses tipos seriam indivíduos que, atuando em um logradouro público de destaque na urbe, ficavam expostos à sanha (pelo menos ao deboche) de toda uma coletividade cidadina.

A respeito dos tipos populares que existiram em Fortaleza, o escritor Eduardo Campos justifica bem nossa intenção de alocar tais tipos com a problemática acerca do cotidiano, pois este autor relaciona sua presença destacada na capital cearense nas décadas iniciais do século passado ao fato de se viver em uma cidade com seu cotidiano (quotidiano, conforme grifa o autor) sem muita pressa, o que daria mais tempo para momentos mais lúdicos e contemplativos entre os cidadãos, como o ato de rir dos outros.

Com esse modo de agir descrito por Campos, tem-se um exemplo do comportamento que se podia apresentar na vivência do dia-a-dia (vida de todo dia) na cidade.

Evidentemente que o alvo das risadas eram tipos destoantes de uma certa “norma” moderna. Segundo as palavras de Campos:

A cidade de Fortaleza, creiam-me, inseria-se até meados dos anos quarenta numa moldura marcadamente provinciana. Enriquecia o vocabulário de seu cotidiano os ditos, os comentários, as palavras de trânsito popular, mesmo porque a cidade se movimentava praticamente a pé, para os compromissos imediatos. Perseveravam os tipos populares, pois as pessoas ainda tinham tempo de rir dos outros.¹²¹

Livro Técnico, 2002; ADERALDO, Mozart Soriano. **A praça**. Fortaleza: R. Esteves Tipoprogresso, 1989; CAMPOS, Eduardo. **O retrato da praça**. Fortaleza: Livro Técnico, 2002.

¹²¹ CAMPOS, 2003, p. 11.

Um desses tipos, para ficarmos em apenas um deles, era o alcunhado Manezinho do Bispo (cujo nome era Manuel Cavalcante Rocha, ou simplesmente M. C. Rocha). Sobre ele relata-nos Raimundo Girão que “do Manezinho do Bispo, é possível extrair matéria para um grosso livro”.¹²²

E de fato, vários escritos foram dedicados a esse tipo popular, como o de Eduardo Campos, intitulado oportunamente “O ideário de Manezinho do Bispo”. O autor descreve que o indivíduo a quem ele dedicara seu livro era:

Simple e humilde porteiro da Arquidiocese de Fortaleza, de veleidades literárias, pueris, alvo do deboche de seus coevos nada indulgentes, acabaria por conseguir legenda de histórias curiosas, anedotas e peças “literárias” que, deturpadas ou não, mas certamente reconstruídas em alguns casos pela parcela irreverente e ardilosa de terceiros, conseguiram transformar o autor em figura das mais populares, senão a maior delas, da cidade de Fortaleza, há três quartéis de século passados, quando a vida provinciana podia entreter-se melhor com os tipos de sua convivência comunitária, afetiva.¹²³

Para que não fiquemos apenas na ânsia por degustar uma “guloseima” literária da lavra de Manezinho do Bispo, que afinal justifique toda sua notoriedade decorrida em sua própria época (fama que lhe valia um certo, para o bem ou para o mal, reconhecimento e um lugar de proeminência no cotidiano da cidade) e também fundamente o destaque por nós a esse tipo dado no presente texto, citemos um trecho colhido em uma narrativa de Gustavo Barroso, que por sinal o deplorava. Nesse caso, cabe a citação completa, acrescida da visão de Barroso sobre o Manezinho:

Também nos visitava amiúde Manuel Cavalcante Rocha, o célebre Manezinho do Bispo, débil mental, magro, pálido, anzolado, que publicava uma vez por outra folhetos de pensamentos os mais dispatratados deste mundo. No meio, alguns deliciosos: “Rapaz moço e sem emprego que se casa com uma moça sem dinheiro dá um tiro com a pistola da besteira nos miolos do futuro”.¹²⁴

Mais condescendente com o Manezinho se mostrava o já citado Eduardo Campos, que se refere à “identidade espirituosa e humana de Manezinho do

¹²² GIRÃO, 1979, p. 239.

¹²³ CAMPOS, Eduardo. **O ideário de Manezinho do Bispo**: estudos de afeição e louvação. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1992, p. 13.

¹²⁴ BARROSO, 2000, p. 102.

Bispo”.¹²⁵ Já Raimundo Girão reputa-o como maluco: “sentenças como esta: ‘todo homem ou mulher *vaidoso* ou *dosa* que pode e não ama a seus pais, eu só comparo com esses bocórios comedores de banana com rapadura’ – dão o tom da sua maluquice”.¹²⁶

Sendo ou não maluco, de qualquer maneira, eis um exemplo, apenas um dentre tantos possíveis¹²⁷, que nos permitem entrever a relação cotidiana que se podia estabelecer a partir da prática individual (de Manezinho do Bispo com seus escritos) e que repercutia e ganhava sentido em um âmbito maior, o qual nos reportaremos aqui como um âmbito de coletividade social. Estabelece-se, assim, parafraseando Michel de Certeau, que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma devida pluralidade.

Seríamos capazes ainda de citar outras figuras que poderiam bem se enquadrar na designação abrangente de “tipos populares”, como no caso dos denominados “gatos pingados”, que mesmo sem terem uma designação que os personalizasse e os tratasse como indivíduos (diferentemente do Manezinho do Bispo), constituíam-se, em sua labuta (a de conduzir o caixão ao cemitério), como elementos que certamente não passavam despercebidos no dia-a-dia da cidade, seja em virtude de seu trabalho por muitos considerado funesto e degradante, ou ainda por causa de seu peculiar modo de trajarem-se e mesmo pela óbvia atenção que despertava nos cidadãos o simples passar de um cortejo fúnebre.

Sobre dita atenção que despertava em toda a cidade os “enterros no tempo antigo”¹²⁸, alude-nos o cronista João Nogueira que “assim que se verificava o óbito, os sinos da Matriz tocavam a finados e a cidade inteira sabia, de pronto, quem era que já *estava com Deus*”.¹²⁹ Assim sendo, divulgado que fora o passamento de alguém, temos o estágio seguinte, descrito por Nogueira, qual seja, o velório.

¹²⁵ CAMPOS, 1992, p. 8.

¹²⁶ GIRÃO, 1979, p. 240.

¹²⁷ Acerca de outros “afamados” tipos populares que viveram em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, Cf. PONTE, 2001, p. 176-183, tópico intitulado justamente de “estranhos no paraíso: os tipos populares”. Além do citado Manezinho do Bispo, temos outros mencionados, como o Casaca de Urubu, o De Rancho, o Pilombeta, o Tostão, Tertuliano, o Chagas dos Carneiros, além de um tipo popular excêntrico, o Bode Yo Yô. Cabe a ressalva que praticamente todos os principais livros de crônicas acerca da cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado, fazem menção a estes ditos tipos.

¹²⁸ Este justamente o título da crônica de João Nogueira, escrita em maio de 1934. Cf. NOGUEIRA, 1981, p. 79-86.

¹²⁹ NOGUEIRA, 1981, p. 81.

Conforme explana esse autor, “velava-se a porta do morto com um largo pano preto, que tinha ao centro uma grande cruz amarela”.¹³⁰

Após todo esse cerimonial, entra a vez dos “gatos pingados” exercerem sua penosa mas indispensável função, a de conduzir o ataúde para a última das moradas, como se dizia na Fortaleza de antanho. Descreve-nos tal sequência de acontecimentos João Nogueira:

O caixão repousava sobre duas travessas cujas pontas descansavam sobre largas correias, que os condutores traziam a tiracolo. Eram estes os *gatos pingados*, pobres homens ridicularizados que, aliás, prestavam um grande e penível serviço a mortos e vivos, pois não lhes custava pequeno esforço percorrer dois ou mais quilômetros em marcha lenta, carregando peso, vestidos como iam e sob um sol de fogo.¹³¹

E como iam, afinal, vestidos esses tais “gatos pingados”? Explica-nos isso Raimundo de Menezes, como também corrobora-o com o exposto por João Nogueira, quando este trata do pano (cortinas) preto que marcava a casa enlutada. Eis logo a seguir o dito trecho, um pouco longo mas que vale sua citação, da crônica de Menezes, intitulada de “os primitidos enterros”:

Na Fortaleza d’outrora, o cidadão quando morria tinha o seu cadáver carregado à mão pelos soleníssimos “gatos-pingados”. Sabem vocês que eram esses “gatos-pingados”? Explico. Assim se chamavam os funcionários da empresa funerária de propriedade do velho Areias que, envergando surradas casacas, debruadas de enfeites doirados, e ostentando luzidias cartolas, escandalosamente colossais, à guisa de chaminés, se apresentavam na residência do morto a fim de conduzi-lo ao [cemitério] São João Batista. Penduradas à porta da casa, logo de longe se avistavam, balouçando ao vento, umas compridas e lúgubres cortinas pretas, a anunciar espaventosamente, que lá dentro, na sala de visitas, havia um caixão de defunto, a repousar sobre enorme e negra mesa, rodeada de lacrimajantes velas. À hora anunciada, os “gatos-pingados”, armados de duas fortes vigas, que passavam sob o féretro, começavam o seu tétrico ofício, marchando de maneira cadenciada, num ritmo acentuadamente lúgubre, rua afora, pela cidade, a caminho do cemitério, escandindo os passos monótonos, marciais, estudados... era aquela cadência enervante e fúnebre que os caracterizava no seu triste mister. Aquele caminhar marcado, isócrono, profundamente melancólico, devia ser como o caminhar da própria morte...¹³²

¹³⁰ NOGUEIRA, 1981, p. 81.

¹³¹ Ibid., p. 82-83.

¹³² MENEZES, 2000, p. 74-75.

Outra informação interessante que podemos apreender dessa narrativa do cronista Menezes é aquela que relata-nos a forma como os tais “gatos pingados” lidavam para suportar as agruras de tão insalubre trabalho. E tal forma de lidar com seu cotidiano de trabalho levava os “gatos pingados” de quando em vez a cometerem alguns pequenos “deslizes”, a saber:

“Os gatos-pingados”, para executar tão antipáticas funções, “matavam o bicho” na bodega da esquina, antes de carregarem com o defunto. E da necessidade para o hábito era um pulo... quase sempre apareciam meio melados... E acontecia, às vezes, cada desastre, como aquele no enterro do comendador Luís Ribeiro da Cunha. O cortejo vinha solene pela rua Formosa, hoje Barão do Rio Branco, quando, ao chegar ao canto da rua das Flores, hoje Castro e Silva, o caixão escapou das mãos dos “gatos-pingados” e, zás!, espatifou-se ruidosamente nas pedras do calçamento...¹³³

Antes de darmos seguimento, porém, na abordagem que nesse instante busca enfatizar a figura dos “gatos pingados” em seu aspecto relacionado ao cotidiano, façamos brevemente um desvio que nos conduzirá a outro desses tipos populares que existiram em Fortaleza, qual seja este tipo, o carregador de quimoas. Outro tipo sim, mas que guarda muitas semelhanças com os “gatos pingados”.

Tanto o trabalho dos carragadores de quimoas (que eram vasilhames nos quais se depositavam os detritos fecais das residências) como a labuta dos carregadores de caixões (os “gatos pingados”) eram tarefas desprezadas pela maioria dos habitantes da urbe, todavia, alguém tinha de fazê-las.

Tarefas essencias, mas que acabavam por estigmatizar quem as fazia. Sobre o caso mencionado acima dos “gatos pingados”, onde estes por vezes se viam obrigados a trabalhar sob o efeito do álcool, encontramos similitudes em um relato que aborda aqueles que carregavam as quimoas. Será mera coincidência? Ou ambos, além de exercerem “profissões” insalubres, tinham também essa semelhança?

De fato, seja como for, esses “profissionais” seriam inelutavelmente “estranhos no paraíso”. Vejamos, então, tal trecho que aborda os dissabores aos quais estavam submetidos os carregadores de quimoas:

E lá saiam, ruas afora, os carregadores de quimoas (era o nome que se dava ao depósito [de excrementos]), enchendo da maior fedentina os lugares por onde passavam. Aquele horrendo vasilhame era uma séria

¹³³ MENEZES, 2000, p. 75.

ameaça não só a saúde, mas também aos brios de uma província que se dizia civilizada.

Cruzavam-se nas ruas os estranhos carregadores. E quando, cansados ou bêbados, descansavam a barrica nas calçadas ou num providencial batente que lhes servisse de apoio...

À passagem dos quimoeiros havia grandes correrias, de homens, mulheres e crianças agarradas e arrastadas pelos pais. Portas e janelas fechavam-se com estrépito.¹³⁴

Tanto no exposto imediatamente acima acerca do modo como a cidade de Fortaleza no começo do século passado lidava para se livrar de seus excrementos, reuando na observação do autor que a urbe sentia-se ameaçada em seus brios de província civilizada, como no trecho final da citação de Raimundo de Menezes acerca da presença dos “gatos pingados” e dos enterros como então eram praticados, tudo isso nos possibilitou um breve retorno à discussão já posta em prática aqui acerca da passagem do tempo e de sua consubstanciação em tempo moderno.

Em virtude da condição degradante de se conduzir o caixão com os “gatos pingados”, tendo em mente o exemplo coligido de Menezes, e também por causa dos acidentes desastrosos que ocorriam favorecidos supostamente pelo estado de embriaguez de certos “condutores de caixão”, tal atividade (como também a dos quimoeiros) não se inseriria mais nos “ditames” e “normas” exigidos e estabelecidos pela modernidade. Ou seja, até os enterros (e o livrar-se dos dejetos) deveriam ser modernizados e entrar em um tempo plenamente moderno. Diante disso, conclui Menezes que:

Com os tempos, porém, um dia o italiano Emilio Barroccio, que já falara várias vezes, se lembrou de explorar a indústria dos enterros em Fortaleza, procurando modernizá-la. Assim, tratou de adquirir carros puxados a cavalo. A idéia foi aceita com aplausos pelos modormos da Santa Casa, sob cuja administração já se encontrava a empresa funerária. E Barroccio passou a “fazer a América”, cobrando 20% sobre o montante das despesas funerárias, e a princípio o negócio marchou de vento em popa...

Foram aproveitados quase todos os “gatos-pingados”, que continuaram com a mesma indumentária exótica, de cartola e casaca, enfeitadas de fitas doiradas...¹³⁵

Para encerrar essa parte sobre os denominados “gatos pingados”, temos em outro cronista, Otacílio de Azevedo, a seguinte opinião acerca desses referidos

¹³⁴ AZEVEDO, 1992, p. 129.

¹³⁵ MENEZES, 2000, p. 75

tipos populares: “os gatos-pingados pareciam ter sido ensaiados por um artista do além-túmulo, através de mediúnico sortilégio...”.¹³⁶

Enfim, acerca de mais exemplos sobre os cognominados tipos populares que pululavam ou tão-somente viviam/habitavam na Fortaleza do início do século passado, a partir de agora nos absteremos. Mas o que intentamos, através dos exemplos coligidos do Manezinho do Bispo, e sobretudo dos “gatos pigados” e dos carregadores de quimoas, seria perceber que o cotidiano em si consttuiu-se de diversos elementos e personagens que, afinal, interagem constantemente em relações sociais que determinam seus próprios termos.

E foram essas relações sociais que, afinal, determinaram a caracterização depreciativa associada aos ditos profissionais que desempenhavam funções úteis no cotidiano da cidade, mas que quase ninguém se dispunha a fazer, visto que carregar caixão de defunto sob um sol escaldante trajado com roupas quentes e desconfortáveis ou então incubir-se de esvaziar vasilhas cheias de fezes e outros dejetos, por certo não constituiriam tarefas muito almejadas.

A simples presença desses sujeitos no contexto citadino demonstrava para muitos que aquilo era um tácito exemplo de algo fadado a designar a capital cearense como uma cidade alijada do progresso, da civilização, em suma, do tempo moderno.

Mas a censura seria mesmo direcionada a esses sujeitos ou á falta em si de estrutura que apresentava a cidade? Com o advento e disseminação do sistema de esgotos na cidade de Fortaleza (algo que vai ocorrer, progressivamente, a partir da década de 1920), o trabalho dos quimoeiros tenderia a simplesmente desaparecer. E quanto aos “gatos pingados”?

Bem mostra o texto transcrito anteriormente de um trecho da obra do cronista Raimundo de Menezes que mesmo com a modernização dos enterros levada a cabo pelo italiano Barroccio, os “gatos pingados” ainda trajavam-se da mesma forma que antes. E o principal disso, continuavam a ser estigmatizados pela população. Ou seja, continuavam as relações sociais determinado seus termos, mesmo que o contexto histórico já fosse outro.

E por mais que tais termos, por serem cotidianos, possam ser enquadrados como rotineiros e banais, não podem e nem devem ser ignorados ou

¹³⁶ AZEVEDO, 1992, p. 149.

subestimados, ou mesmo reduzidos em sua importância, visto que rotina e banalidade são situações mais presentes no dia-a-dia de uma cidade do que muitos hão de pensar. Que o digam os antigos “gatos pingados” e carregadores de quimoas, além dos vários outros tipos que eram designados pejorativamente como “populares”, que em seu cotidiano repleto de aspectos rotineiros e banais (carregar um caixão ou uma quimoa, ou ainda escrever textos desconexos, como o Manezinho, para muitos seria banal e degradante), se faziam presentes em pleno cotidiano da urbe fortalezense.

O cotidiano, vale sempre que se ressalte, com suas rotinas e banalidades¹³⁷, a nosso ver, pode ser muito eloquente no que tange a sociabilidade do homem comum e tal eloquência muito relevante em uma abordagem historiográfica sobre o tema.

Primeiramente, temos que o cotidiano, sempre caracterizado como rotineiro e banal, não representaria a constituição e perpetuação de uma realidade que não almejasse a alteração na ordem das coisas. Teríamos uma conformação da realidade um tanto diferente, como enfatiza Michel de Certeau: “embora sendo uma realidade sempre repetida, esta relação de forças nem por isso se tornava mais aceitável”.¹³⁸

A realidade a qual refere-se Certeau, realidade do e no cotidiano, no que pese sua condição de discrição¹³⁹, não é tão invisível assim. Essa sua assertiva dirige-se a um trecho transcrito por ele do prefácio feito por Paul Leuilliot ao livro de Guy Thuillier, intitulado “*Pour une histoire du quotidien au XIX siècle en Nivernais*”. O último período do prefácio de Leuilliot, transcrito por Certeau, ressalta que “o que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível”. Será mesmo? Michel de Certeau discorda, e ao fazê-lo, indica o caminho que pretende seguir no segundo volume de seu livro “A Invenção do Cotidiano”:

¹³⁷ Rotina e banalidade, termos estes que vimos recorrentemente usando, podem ter, dependendo do autor ao qual o pesquisador recorra, correlatos outros. Por exemplo, o historiador francês Fernand Braudel, ao tratar das estruturas do cotidiano, em obra já célebre, prefere usar os termos costumeiro e supérfluo. Cf. BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, vol. I, as estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Sobre tudo os capítulos 3 e 4 da citada obra.

¹³⁸ CERTEAU, 1999, p. 77.

¹³⁹ Para Certeau, a vivência cotidiana pauta-se pela arte da astúcia, pois seria no cotidiano onde se manifestaria a arte do fraco. Conforme suas palavras, “ela [sua pesquisa sobre o cotidiano] visa uma lógica operatória cujos modelos remontam talvez às astúcias multimilenares dos peixes disfarçados ou dos insetos camuflados, e que, em todo o caso, é ocultada por uma racionalidade hoje dominante no Ocidente”. CERTEAU, *Ibid.*, p. 38.

Não tão invisível assim. O objetivo deste segundo volume, parte sem dúvida mais importante que a explicação das artes de fazer e modos de ação do primeiro, é precisamente traçar as interligações de uma cotidianidade concreta, deixar que apareçam no espaço de uma memória.¹⁴⁰

E onde se fariam presentes os locais dessa cotidianidade concreta? Eis a resposta: no bairro, nas ruas, nas casas, mas também em tarefas do dia-a-dia, como cozinhar e habitar. Nesse ponto, o aqui exposto relaciona-se perfeitamente ao proposto por Fernand Braudel, para quem o supérfluo e o costumeiro se faziam observáveis e mensuráveis através dos alimentos e bebidas, do habitat, do vestuário e da moda.¹⁴¹

Alguém, no caso o já algumas vezes mencionado Eduardo Campos, que viveu na cidade e ele próprio, ao descrever certos aspectos de seu (o pronome “seu”, aqui utilizado, tanto pode se aplicar em relação a Eduardo Campos como em relação a Fortaleza) cotidiano, age como ator e autor do que descreve. O escritor fornece-nos um relato que gira ao redor da mesa, ou seja, em torno do lugar de ambiência de um dos fatores anteriormente citado por Braudel, qual seja a dos alimentos e bebidas:

Ao redor da mesa, à hora da refeição, à contemplação de pratos de cativante simplicidade culinária, circundava a cordialidade de tempo que imaginei nunca fosse passar, e passou... — os lembrados por mim.

A tanto, sigo contando, tão frugal mas respeitada mesa emoldurada por sutis sabores, por sons de pratos e talheres, um quer que fosse maleável, comunicável, a inserir-se em apetecente atmosfera informal, a toda certeza cristã naturalidade doméstica, a fazer a diferença.

(...)

E caía no ridículo quem exagerava também na bebida. Daí dizer-se a respeito: “Fulano é ver esponja...”. Ou, sob igual sentido de julgamento crítico: “tinga boca de sapo”.

(...)

Por esses dias o cardápio agendava os pratos do dia-a-dia: “cavala frita”, “sopa de cabeça de cangulo”, “tripa assada”, “tutu de feijão”, “bife acebolado”, “fritada de camarão”, “sarrabulho”, “roupa velha”, “pirão escaldado”, “baião-de-dois”, “caldo de caridade” e daí por diante.¹⁴²

O que pode esconder-se sob a égide do supérfluo e do costumeiro, de fato, pode trazer-nos relevantes informações acerca da cidade de Fortaleza nas primeiras décadas do século XX e de suas práticas cotidianas. As palavras de

¹⁴⁰ CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1997, p. 31-32.

¹⁴¹ Vide nota 137.

¹⁴² CAMPOS, 2003, p. 14-15.

Eduardo Campos acima, sobre algo para alguns banal, traz a nós revelações importantes sobre o cotidiano da cidade, tudo isso tendo como principal parâmetro as experiências vividas ao redor da mesa.

Além de uma breve descrição dos hábitos gastronômicos da época, podemos entrever aspectos mais sutis do cotidiano, como a influência da religião cristã (catolicismo) no dia-a-dia das pessoas, como também a imposição de uma moral, que taxava de ridículo ao sujeito que excedia-se no consumo de bebidas alcoólicas.

Mas os questionamentos continuam. Seria capaz essa cotidianidade concreta dar sentido, afinal, à vida do dia-a-dia? Tal problemática surge das indagações do filósofo tcheco Karel Kosik:

Que sentido tem, portanto, indagar-se qual é o sentido da vida de cada dia? O fato de se fazer tal indagação nos fará encontrar um caminho para revelar a essência da vida cotidiana? Quando é que a vida de todo dia se torna problemática e qual o sentido que se desvanece ao problematizar-se?¹⁴³

Acreditamos que as respostas aos questionamentos feitos por Kosik, acerca da concretude (ou conforme seu modo de se expressar, da realidade) inerente e observável da vida cotidiana, da vida de cada dia, aproximam-se sobremaneira do proposto por Michel de Certeau, sobre os locais onde podemos localizar a cotidianidade concreta. É na casa, na rua, que criamos nosso mundo de intimidade. Essa relação íntima se manifesta através de aspectos assim considerados:

A morte, as doenças, o nascimento, os êxitos e as derrotas constituem os acontecimentos calculados da vida de cada dia. Nesta o indivíduo cria para si relações, baseado na própria experiência, nas próprias possibilidades, na própria atividade e daí considerar esta realidade como o seu próprio mundo. Além das fronteiras deste mundo da intimidade, da familiaridade, da experiência imediata, da repetição, do cálculo e do domínio individual, começa um outro mundo, que é o exato contrário da cotidianidade.¹⁴⁴

Mas a contrariedade que caracteriza esses mundos, o da cotidianidade (domínio individual) e o do domínio coletivo, não representa em si uma incongruência insuperável em nossa análise, visto que, conforme ressalta Certeau,

¹⁴³ KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p. 69.

¹⁴⁴ Ibid., p. 70.

cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade. Sendo assim, a intimidade da casa sempre há de se relacionar com aquilo que advém extramuros, para que assim possamos ter uma relação nitidamente cotidiana.

No que tange a intimidade, tanto intra como extramuros (ou seja, nos âmbitos privado e público, individual e coletivo), temos a relatar um fato interessante, qual seja, o da utilização dos apelidos. Sobre tal assunto, destaca Luiz Carlos Villalta que:

Os apelidos, dessa forma, são pontes que conduzem do privado para o público, expressando de modo bastante claro como se dá a articulação entre esses dois domínios: em síntese, nas alcunhas se fundem a identidade privada e a identidade pública.¹⁴⁵

Trazendo tal discussão para um âmbito mais circunscrito e mais ligado ao presente trabalho, temos em Abelardo F. Montenegro todo um aparato acerca da utilização de apelidos por parte do povo cearense, em geral, e do fortalezense, em particular. Montenegro refere-se aos apelidos em uma abordagem sua que visa abarcar o denominado molequismo, marca intrínseca, segundo o próprio, do comportamento cotidiano do cearense.

Na explicação psicológica a que se propõe Montenegro, conclui esse autor que “é bem possível que dos contrastes tenha surgido e consolidado o hábito de pôr apelido, que seria uma maneira incruenta de criticar e ridicularizar.”¹⁴⁶ Exemplo dessa “incruenza” o vemos no citado logo abaixo por Eduardo Campos:

E adotados os apelidos, forma pilhérica de alguém destacar os defeitos de outrem. Lembro ainda hoje com que reverência, mas sem conter o riso, minha mãe referia a apelido pespegado a dom Manoel da Silva Gomes: “bolo enfeitado”.¹⁴⁷

Bem nos descreve Eduardo Campos logo acima que mesmo em uma crítica/observação ridicularizante na qual se propunham e se utilizavam os apelidos, procede-se de uma maneira em que o ridículo reveste-se de certa reverência, como no caso por ele citado envolvendo a lembrança acerca de sua mãe, onde o autor

¹⁴⁵ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil, v.1, dir., Fernando A. Novais), p. 340.

¹⁴⁶ MONTENEGRO, Abelardo F. **Psicologia do povo cearense**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 2000, p. 132.

¹⁴⁷ CAMPOS, 2003, p. 11.

relata a atitude dela para com o então bispo do Ceará, dom Manoel, ou melhor, bolo enfeitado.

Sem deixar de ser católica fervorosa (como observa Campos em outro trecho), sua mãe consegue manter-se reverente diante da utilização do apelido infligido à maior autoridade eclesiástica do Estado. Reverente sim, mas sem conter o riso.

Em outra obra, Eduardo Campos salienta que a inclinação que o povo tinha em fazer uso de apelidos seria exclusividade dos grupos sociais menos favorecidos. Faz alusão Campos que “no Ceará a propensão para a sátira, para o remoque foi sempre característica marcante entre humildes e iletrados”.¹⁴⁸ Entretanto, contrapondo-se ao observado por Campos (contraponto que, afinal, se justapõe ao exposto), Abelardo Montenegro considera que “no Ceará, o homem, seja da camada mais alta, seja da camada mais baixa, tem uma predisposição para irreverência”.¹⁴⁹

Para que não destoemo-nos ao proposto (no que tange ao espaço aqui analisado, qual seja, a cidade de Fortaleza), bem cabe uma observação: mencionou-se imediatamente acima, enfaticamente, o Ceará, ao invés de sua capital, quanto ao exposto acerca dos apelidos. Contudo, seguimos a linha indicada por Abelardo F. Montenegro:

A expressão Ceará-Moleque, traduz o molequismo restrito a Fortaleza? Ou abrange todo o Estado? Fortaleza é referida nos documentos como Fortaleza do Ceará Grande.¹⁵⁰ No teatro de Carlos Câmara, a personagem, quando pretende viajar com destino à Capital diz que vai ao Ceará.

É mais provável que Ceará-Moleque expresse, inicialmente, o molequismo observado na capital, estendendo-lhe, em seguida, ao resto da Capitania. Já em 1811, Henry Koster conta que ouviu falar que o Governador João Carlos se envolveu num capote para descobrir quem, à noite, desmontava portas e fazia e praticava “outras trelas dessa natureza”.¹⁵¹

¹⁴⁸ CAMPOS, Eduardo. **Complexo de Anteu**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977, p. 35.

¹⁴⁹ MONTENEGRO, 2000, p. 120.

¹⁵⁰ Acerca do termo “Ceará Grande”, temos a similitude com o título de um dos livros de cronistas-históricos que lançamos mão no presente estudo: Cf. COLARES, 1980a.

¹⁵¹ MONTENEGRO, 2000, p. 121. Já que mais adiante nesta pesquisa nos debruçaremos sobre as crônicas históricas escritas sobre Fortaleza, havemos de destacar nesta citação de Montenegro, quando o mesmo faz referência a Henry Koster, o seguinte: “a crônica-histórica de Fortaleza bem se poderá afirmar que se iniciou, de maneira mais precisa, com o filho de inglês Henry Koster, ao escrever o livro *Travels in Brazil*, saído em Londres em 1916”. Cf. GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1983, p. 11.

Montenegro é levado a aludir sobre o Ceará-Moleque e sua abrangência (restrita ou não a Fortaleza) quando da ênfase dada por ele a um tipo, João da Silva Tavares, que segundo o autor seria um fiel representante do dito molequismo. Contrapunha-se à figura (real) de Tavares uma outra (ficcional), de um tal Fagundes, figura esta que passa a cognominar um importante cajueiro, logo adiante mencionado. Todavia, antes do Cajueiro do Fagundes, citemos o trecho ao qual nos reportamos do livro de Montenegro. A citação é longa, mas vale a pena levá-la a termo:

O que faz de um qualquer número de pérolas um colar é o fio invisível e interior que as une, diz Antônio Sérgio. Assim, o Ceará-Moleque é formado por uma série de fatos ao longo do tempo unidos pelo espírito de irreverência, galhofeiro, que zomba da própria dor.

Esse comportamento motejador não seriam “resíduos de processos defensivos muito vigorosos no passado, que acabaram por dissociar-se de suas situações originais e evoluíram para traços característicos permanentes?”. O humor, desse modo, fazia parte do mecanismo de defesa contra o sofrimento e a humilhação.

Em “*Cajueiro do Fagundes*”, Araripe Júnior cria a figura do aracatiense Fagundes que, à sombra de um frondoso cajueiro, comenta os acontecimentos do dia. Nativista, a sua tesoura corta, de preferência, a fazenda lusitana. Sob a copa da benfazeja árvore tropical, só tomavam parte na reunião os mestiços que não poupavam os *marinheiros*.

Raimundo de Menezes faz referência ao pardo João da Silva Tavares, que exercia o cargo de professor, em Fortaleza, por volta de 1802, considerando-o o primeiro *mexeriqueiro* de que se tem notícia no Ceará. Nesse exercício, é que teve de comparecer à câmara de Fortaleza, que o obrigou a assinar termo de bem-viver. Não tolerava ele que o tratassem de pardo, repelindo o insulto. Tudo indica que era o aludido professor um representante do Ceará-Moleque mais real do que o Fagundes, de Araripe Júnior.¹⁵²

Ao largo de mais discussões sobre o Ceará-Moleque a partir daqui passaremos. Destarte, para que não venhamos a perder de vista nosso foco (o cotidiano), urge que retomemos o fio da meada. E assim o faremos, tendo como mote o citado Cajueiro do Fagundes. Se, conforme Montenegro, o citado Fagundes não passa de um ente oriundo de uma obra ficcional¹⁵³, o mesmo não se poderá afirmar acerca do referido cajueiro, cuja importância na cidade de Fortaleza pode ser medida, sobretudo, no que tange o aspecto simbólico que se faz presente no cotidiano.

¹⁵² MONTENEGRO, 2000, p. 120-121. Citada por Abelardo F. Montenegro a obra de Raimundo de Menezes que aborda o referido João da Silva Tavares, Cf. MENEZES, 2000, p. 39-42.

¹⁵³ Cf. ARARIPE JR., Tristão de Alencar. **O Cajueiro do Fagundes** (Episódio Cearense). Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno/Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1975.

A essa árvore ligavam-se fatos reputados como reais e/ou ficcionais por muitos habitantes da urbe, havendo inclusive uma rua denominada “do Cajueiro”.¹⁵⁴ A explicação dada por alguns acerca da origem do nome da Rua do Cajueiro (além de outras duas ruas, a do Fogo e a das Trincheiras), reside em um fato que teria ocorrido no início do século XIX. Tal explicação ainda permanecia muito vívida no cotidiano da cidade mais de um século depois da ocorrência do tal “fato”.

Basicamente, todos os cronistas que fazem menção à história que deu origem aos nomes das três referidas ruas partem da declaração feita por Gustavo Barroso, na qual esse autor diz tê-la ouvido de um antigo professor seu, Lino da Encarnação.¹⁵⁵ Resume bem dita história, a partir do citado por Barroso, Mozart Soriano Aderaldo na citação que se segue. Citação longa em demasia, mas cremos que necessária:

Bom e bravo povo de outrora, que enfrentava os potentados e defendia os fracos, como ocorreu com o velho cajueiro então existente no cruzamento das Ruas Pedro Borges, Major Facundo e Liberato Barroso, chamadas do Cajueiro, do Fogo e das Trincheiras – segundo dizem – em razão do episódio que, nos tempos do Brasil-Colônia, sob o reinado de Maria I, foi teatro o Ceará, governado na época pelo oficial da marinha portuguesa Luiz da Mota Féo e Torres, homem impulsivo e orgulhoso. Resumamos a história que a Gustavo Barroso contou seu bondoso professor Lino da Encarnação: – Nesse tempo Fortaleza era uma pequena aldeia, muito embora ostentasse os foros de capital do Ceará. Onde hoje se acha a Praça do Ferreira, existia uma série de casas conhecida por Beco do Cotovelo, de cuja extremidade partiam três incipientes ruelas. A que saía para o lado do Garrote possuía, em certo ponto, um grande cajueiro, à sombra do qual ficava o açougue do Fagundes, que morava numa casinha em frente. Certa feita, ao passar o Governador por ali, cavalgando o seu ginete, um galho baixo da árvore arrebitou-lhe o chapéu, lançando-o ao chão. Como o açougueiro descansava ali perto, o Governador ordenou-lhe:

– “Apanhe este chapéu!”

O Fagundes nem se alterou. Não gostava de ser mandado, acostumado que era nessa vida livre que sempre levaram os primitivos colonizadores. O Governador insistiu, sendo ainda desobedecido. Então gritou colérico:

– “Não me apanhas o chapéu, vilão duma figa, pois eu, que ia somente mandar cortar o galho baixo do cajueiro, agora vou pô-lo no chão e adeus, açougue!”

Do Palácio, outrora aquela casa antiga e baixa guardada por uma muralha com pesados portões, na Rua Conde d’Eu, onde hoje existe o Mercado Central, partiu a ordem de deitar abaixo o cajueiro. O açougueiro, auxiliado por seus magarefes, não deixou que os soldados executassem a ordem. É que o Fagundes lançara pela provincianíssima cidade o grito de revolta. Vieram em seu auxílio outros açougueiros,

¹⁵⁴ NOGUEIRA, 1981, p. 43.

¹⁵⁵ BARROSO, Gustavo. **Coração de menino**. 1. vol. 3. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 2000, p. 35-37.

flandeiros, merceeiros, ferreiros, quem quer que tivesse uma profissão definida, até os pescadores da Prainha, armados todos de cacetes e facões. A tropa carregou. Levantaram-se, então, trincheiras na encruzilhada das três ruas, e os soldados recuaram finalmente. Daí o nome das três artérias perpetuando o episódio: Rua do Cajueiro, Rua das Trincheiras e Rua do Fogo. A irascível autoridade acabara desistindo de pôr abaixo o útil cajueiro. Venceu a coragem de um povo que tinha dignidade e brio.¹⁵⁶

Cabe lembrar que o trecho acima citado por Aderaldo provém de um livro de Gustavo Barroso, no qual este autor rememora tal fato narrado por seu então professor. Recorramos, então, à obra do próprio Barroso, quanto esse, após a narração de seu antigo mestre, que termina justamente no ponto em que ele explica o porquê dos nomes dados e que foram perpetuados às três artérias, indaga-lhe acerca do resto da história. Estando em plena aula, quando da descrição do professor Lino da Encarnação, este assim conclui seu relato, conforme informa-nos Barroso:

O governador desistiu de pôr abaixo o cajueiro, à cuja sombra o Fagundes continuou a vender carne à cidade. A vontade dum só homem não conseguiu vencer a duma população inteira. O capricho dum tirano não se conseguiu impor a uma gente que ainda tinha vergonha e brio. Defendendo sua liberdade contra a tirania, os antigos habitantes da humilde vila do Forte, como era então chamada a nossa Fortaleza, deixaram escrito nas tabuletas de suas ruas um belo exemplo às gerações vindouras.¹⁵⁷

Se levarmos em consideração que o citado pelo professor de Gustavo Barroso acerca da origem heróica e brava dos nomes das três referidas ruas, ocorreu no transcorrer de uma aula, até podemos desvelar nessa história uma intenção de valorizar o passado, para que este seja reverenciado no presente e no futuro. Tal qual um mito fundador, cerca a história do Cajueiro do Fagundes, conforme intenta passar o professor Lino, um elã que visa ser mais história e menos mito, como que para justificá-la, pois “o mito não é reconhecido como tal. É apresentado como a realidade histórica”.¹⁵⁸

Além do mito, temos o “exemplo às gerações vindouras”, visto que o professor Lino deve ter levado em consideração que a tendência natural é que “uma

¹⁵⁶ ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1974, p. 106-108.

¹⁵⁷ BARROSO, 2000, p. 37.

¹⁵⁸ CARRIÈRE, Jean-Claude. Juventude dos mitos. In: BRICOUT, Bernadette (org.). **O olhar de Orfeu: os mitos literários do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 22.

geração esquece o que outras adoraram e reconheceram como modelos inigualáveis”.¹⁵⁹ Eis aí um exemplo interessante sobre a sequência das gerações, conforme expõe Paul Ricoeur. Para esse autor, essa sequência “encontra sua projeção *sociológica* na relação *anônima* entre contemporâneos, predecessores e sucessores”.¹⁶⁰ Ou seja, Lino da Encarnação representa o contemporâneo que repassa a história do cajueiro (vivida pelos predecessores) a seus alunos (sucessores), em uma lógica vista por ele como importante no que tange a preservação (perpetuação) de um importante “fato” histórico.

Ainda acerca do cajueiro, o qual é percebido aqui como um catalisador capaz que reunir em si aspectos simbólicos (mas que para alguns cidadãos eram aspectos bem reais) do cotidiano da cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século XX, destacamos o exposto por Raimundo Girão, que se reporta diretamente à versão de Gustavo Barroso¹⁶¹, citando-a *Ipsis litteris*. Porém, busca ir além, pois vai recorrer a outro autor (João Brígido) uma outra versão da mesma história:

Brígido conta a história doutra maneira: “No sítio ocupado até pouco tempo pela casa em ruínas do sr. Guilherme Miranda, agora n. da rua Sena Madureira, em frente ao muro do palácio do Governo, havia um cajueiro, também célebre, que servia de açougue da vila. É dele que procede o nome da rua, cuja extremidade ocidental vai ter à Praça do Ferreira, rua que foi, em começo, estrada para Arronches. O almotacé da vila mandou derribar esta árvore. Opondo embargos, o Capitão-mor Antônio José Moreira Gomes, alegando ser ela o morador mais antigo da povoação, seguiu-se uma demanda que deu ocasião à Relação da Bahia mandar conservar o venerando cajueiro, que assim veio a morrer de velho”.¹⁶²

Observa-se que há uma gritante divergência entre as versões propaladas por Lino da Encarnação (aludida por Gustavo Barroso em sua obra) e João Brígido (coligida e citada por Raimundo Girão). Em uma versão, os que são contrários à derrubada da árvore são os trabalhadores mais humildes da cidade, liderados pelo açougueiro Fagundes, na outra, quem se opõe é o Capitão-mor. Constata tal divergência referido Girão, observando que:

¹⁵⁹ CARRIÈRE, 2003, p. 35.

¹⁶⁰ RICOEUR, 1997, p. 187.

¹⁶¹ Vale a pena ver todo o capítulo do livro de Girão, que se intitula “árvores que falam”, no qual, além do citado Cajueiro do Fagundes, o autor faz menção a outras árvores que foram importantes na história da cidade de Fortaleza. Cf. GIRÃO, 1979, p. 109-102.

¹⁶² Ibid., p. 112.

É visível o conflito entre as informações do Prof. Lino e as de Brígido, mas também indiscutível é que o cajueiro-açougue se livrou do machado oficial e pôde viver muito ainda na sua função de servir o povo que o defendeu.¹⁶³

Notemos que Girão reconhece que há diferenças mais que óbvias nos dois relatos que remetem à história do cajueiro. Nítida fica a convicção que a única certeza que se tinha, independente do rumo que a história tomara, era que o cajueiro, enfim, livrara-se de qualquer corte. Não se preocupa, contudo, o autor em verificar qual dessas duas versões (ou mesmo se havia outras) seria a “mais verdadeira”. Limita-se ele, todavia, à constatação de que a árvore conseguira livrar-se da sina de ser derrubada pelo machado, podendo viver e ser conservada ainda por vários e vários anos.

Todo esse giro pela história do Cajueiro do Fagundes, história essa que pode nos levar a uma origem heróica do nome de três antigas ruas do centro da cidade de Fortaleza, serve para mostrar que o cotidiano também se compõe de aspectos menos “reais” e mais “simbólicos”. Talvez para as pessoas que viveram na capital cearense no início do século passado, era melhor imaginar que, de fato, as ruas do Cajueiro, do Fogo e das Trincheiras tinham realmente suas origens em fatos gloriosos e heróicos do passado. Fatos estes vividos gloriosa e heroicamente não por eles diretamente, em seu tempo presente em pleno despertar do século XX, mas por seus antecessores, de outras gerações já passadas, mas que na sequência destas gerações, chegando ao século XX, eles também, os cidadãos dessa (daquela) época, deveriam sentir-se como herdeiros legítimos desse tempo glorioso e heróico.

Era mais fácil e desejável, assim o conjecturamos, acreditar em um passado cheio de glórias heróicas. Desse modo teríamos constituído o nome das três referidas ruas. Porém, no caso específico da rua das Trincheiras, temos divergências interessantes acerca dessa origem. Tais divergências apontariam para um passado não tão cheio de honras e loas assim, senão para aspectos banais e corriqueiros do dia-a-dia de uma cidade como Fortaleza.

Dentre tais banalidades, havemos de retornar à questão da utilização de apelidos, que na capital cearense, como anteriormente visto, tinha uso habitualmente corrente. Tal fenômeno, “aliás, muito comum no Ceará de antanho,

¹⁶³ GIRÃO, 1979, p. 113.

quando eram adjudicados aos demais membros das famílias os apelidos de seus chefes, alcunhas que, não raro, eram afinal adotadas oficialmente”.¹⁶⁴

Assim temos, conforme informa-nos Mozart Soriano Aderaldo, que ao descrever uma casa localizada na antiga rua Formosa, faz a seguinte observação:

Em seu local, antigamente, se erguia uma casa térrea de três portas com porão e, por isso, levantada de alguns degraus. Residiam nela as “Corujas”, protegidas do Dr. Domingos Rodrigues da Silva, vulgo “Coruja”, residente um pouco além, como veremos, de quem elas pegaram o apelido, por extensão.¹⁶⁵

Em outro trecho, o cronista Aderaldo relata-nos mais outros apelidos que, a princípio, designavam apenas um membro de uma determinada família, mas que com o passar do tempo ganhavam força e notoriedade e passavam a ser aplicados aos demais membros:

Fortaleza dos apelidos espirituosos, mal recebidos a princípio, para findarem adjudicados ao prenome dos crismados – as Pedrocas, filhas de um tal Pedroca, Pedro de tal; as Itapipocas, por terem vindo daquela localidade; as Mundórias, em vista de seu pai, professor de latim, ter sido alcunhado de Mundório por viver declinando *mundus, mundorum*; as Garapas, tias de Gustavo Barroso, porque muita gente recordava ainda o pseudônimo com que o avô do ilustre escritor assinava os seus artigos políticos – Zé Garapa; as Mississipis, em razão de o pai ter possuído uma bodega denominada “Ao Mississipi”, aproveitando inteligentemente o intercâmbio forçado do Sul dos Estados Unidos com o Nordeste brasileiro durante a Guerra da Secessão; as Palhabotes, em vista de o chefe da família ter montado estabelecimento comercial com o nome de “O Palhabote”...¹⁶⁶

Retornando à rua das Trincheiras, temos em João Nogueira a seguinte versão, não tão gloriosa assim, sendo simplesmente banal, tão banal quanto o ato de se colocar apelido em alguém na Fortaleza das décadas iniciais do século passado:

Antigamente morava ali um Sr. Cavalcante, apelidado por *Trincheira*, em cuja casa havia freqüentes reuniões e folguedos, aos quais compareciam os moços daquele tempo. Foram estes que entraram a chamar *Trincheiras* às irmãs de Cavalcante, e depois o povo estendeu o apelido à rua em que morava a família, bem como à Praça do Ferreira, que outrora chamaram *Largo das Trincheiras*.¹⁶⁷

¹⁶⁴ ADERALDO, 1974, p. 125-126.

¹⁶⁵ Ibid., p. 75.

¹⁶⁶ Ibid., p. 112.

¹⁶⁷ NOGUEIRA, 1981, p. 34.

E por fim, lançamos mão a uma outra possível explicação para o nome da rua das Trincheiras:

Cuja denominação uns dão foros de belicosidade de tempos passados, enquanto outros aludem à morada, ali, de umas senhoras que se dedicavam a preparar jantares de leitões e aves, que já enviavam trinchados a quem os encomendava.¹⁶⁸

Seja como for, dentre as diversas versões acerca da presumível origem do nome da rua das Trincheiras, não nos cabe aqui tecer deambulações historiograficamente científicas que versem e inquiram sobre qual dessas versões venha a ser a “mais verdadeira ou factível”. Talvez para grande parte dos habitantes da cidade de Fortaleza daquela época seria melhor simplesmente crer em um passado de lutas, sacrifícios e atos heróicos. Ou então, devemos considerar essa possibilidade, a de que esses habitantes nem sequer davam tanto valor assim a tal origem, sendo dito valor buscado pelo historiador de hoje que lança seu olhar investigativo sobre as memórias do passado que chegam até nossos dias.

Enfim, não cabe a nós aqui “escolher” ou mesmo indicar/determinar qual das versões era a mais aceita e/ou defendida pelos cidadãos que viveram naquela época. Mas importa, sim, vislumbrar que no cotidiano, na vida de todo dia que se levava na cidade de Fortaleza do início do século passado, havia espaço para o simbólico e que tal simbolismo poderia ter muitas faces, tantas faces quantos fossem seus defensores, usuários e/ou pensadores. E isso pode ser entrevisto em um aspecto bastante presente na cotidianidade do fortalezense, como no hábito de se colocar apelidos, hábito este que, partindo de sua concretude, abria espaço para vários aspectos simbólicos a partir de sua utilização no dia-a-dia.

Mas para que não percorramos apenas um caminho estabelecido pelo simbólico no cotidiano, devemos seguir um outro, mais concreto. Antes disso e como encerramento deste terceiro item do capítulo primeiro, gostaríamos de aludir, mais uma vez, ao escrito por Maria Izilda de Matos, no que concerne às tramas encobertas que podem vir a lume pela análise do cotidiano:

O historiador do cotidiano tem como preocupação restaurar as tramas de vidas que estavam encobertas, procurar no fundo da história figuras ocultas, recobrar o pulsar do cotidiano, recuperar sua ambigüidade e a

¹⁶⁸ COLARES, 1980a, p. 65.

pluralidade de possíveis vivências e interpretações, desafiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo dos dualismos e polaridades e questionando as dicotomias. Ao recuperar o processo histórico, pretende perceber suas mudanças e permanências, descontinuidade e fragmentação, as amplas articulações, as infinitas possibilidades dessa trama multidimensional, que se compõem e recompõem continuamente.¹⁶⁹

Mas para percorrer tal trajetória, das tramas de vidas encobertas, passando pela recuperação da ambiguidade e da pluralidade (e a nosso ver, no que concerne nossa perspectiva de cotidiano, da individualidade também), até a busca por perceber as mudanças e as permanências da sociedade e, por conseguinte do cotidiano, precisamos escrutinar essa cidade e isso prontamente o faremos a seguir, no próximo capítulo, onde buscaremos entrever algumas visões de uma cotidianidade concreta ou se preferirmos, uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade. E essa realidade configurava-se, sobretudo, como (em) um espaço em transformação.

¹⁶⁹ MATOS, 2002, p. 26-27.

CAPÍTULO II

Visões acerca de uma cidade em transformação

*Entre o tempo "narrado" e o espaço "construído",
as analogias e as interferências abundam.*
Paul Ricoeur¹

*O mundo vivido está cheio de dilemas morais,
que nos impõem uma tomada de partido,
fazem-nos decidir a favor ou contra uma certa opção,
tornando-nos culpados ou inocentes,
de acordo com certos padrões de avaliação e julgamento.
Poderíamos até mesmo dizer que a vida,
compelindo-nos a agir em dadas situações
(muitas vezes não escolhidas por nós),
exige moralidade, isto é, nossa postura,
nossa ação mais ou menos refletida, nossa decisão
e nosso julgamento. Como seres dotados de razão
(teórica e prática), somos compelidos a julgar
e rever nossas ações e as dos outros.*
Barbara Freitag²

2.1 Algumas visões concretas do cotidiano de Fortaleza

Já que a discussão até aqui vem girando em torno da problemática relacionada à perspectiva do transcorrer do tempo moderno e das conseqüentes imbricações referentes ao cotidiano advindas nesse tempo e para que tal discussão não fique apenas no campo das deambulações teóricas e divagações metodológicas, acreditamos que se faz necessária uma passada, um entrever sucinto, sobre algumas visões acerca desse espaço construído (a cidade de Fortaleza) e do tempo narrado posto por nós em questão (primeiras décadas do

¹ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007, p. 159.

² FREITAG, Barbara. **Itinerários de Antígona: a questão da moralidade**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002, p. 275-276.

século passado, indo um pouco antes também, quando necessário, até meados do século XIX).

Objetivando dita empreitada, lançaremos mão nesse ponto de algumas visões historiográficas que tratam desse tema, ou parafraseando Paul Ricoeur, que tratam "desse mundo". Tais visões vêm realçar seus respectivos referenciais que ligam, na narrativa, o discurso ao mundo em questão, qual seja esse mundo, a cidade de Fortaleza na temporalidade aqui estabelecida.

De acordo com Ricoeur: "o mundo, em história, é a vida dos homens do passado tal como ela foi. É disso que se trata. E a primeira coisa que se diz disso, é que aconteceu. Tal como o dizemos? Eis toda a questão".³

Adverte-nos, todavia, Ricoeur sobre uma possível e presumível "ingenuidade" que se incutiria na representação do acontecimento⁴ conquanto representação narrativa. Conforme o filósofo francês, caberia ao historiador recobrir-se de cuidados quando da abordagem que se faz da vida dos homens do passado (tal como ele foi) e de sua consumação como uma determinada narrativa histórica. Para este autor:

Assim, a representação enquanto narração não se volta ingenuamente para as coisas ocorridas; a forma narrativa enquanto tal interpõe sua complexidade e sua opacidade próprias ao que gosto de chamar de pulsão referencial da narrativa histórica; a estrutura narrativa tende a fechar-se em círculo e excluir como exterior ao texto, como pressuposto extralinguístico ilegítimo, o momento referencial da narração. A mesma suspeita de não-pertinência referencial da representação recebe uma forma nova sob o signo da tropologia e da retórica. As próprias figuras não se interpõem, também elas, entre o discurso e o que se presume acontecer? Não captam a energia discursiva nas armadilhas dos meandros do discurso e do pensamento?⁵

Dessa forma, a representação do acontecimento como narrativa não deve ser considerada em uma perspectiva "ingênua", posto que a interposição tanto da

³ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007, p. 190.

⁴ Ricoeur considera basicamente, resumamos aqui, que existiriam os denominados acontecimentos "repentinos" ou "breves", como também os acontecimentos tidos como "de longa duração". No presente trabalho, entretanto, não valeremo-nos de tal distinção, visto não ser nossa intenção abordar aqui a noção de acontecimento enquanto sua condição estrutural. Conforme as palavras de Ricoeur, temos que "são ditos repentinos os acontecimentos que suscitam uma reviravolta inesperada – contra qualquer expectativa (...). De forma geral, qualquer discordância que entre em competição com a concordância da ação tem valor de acontecimento. (...) Há, por assim dizer [também], acontecimentos de longa duração, na medida da abrangência, do alcance, da história narrada: o Renascimento, a Reforma, a Revolução Francesa são acontecimentos desse tipo em relação a uma trama multissecular". RICOEUR, 2007, p. 255.

⁵ Ibid., p. 250.

complexidade como da opacidade dos acontecimentos (diríamos que cotidianos) inserem-se em um contexto que envolve o discurso e o que se presume acontecer, ou seja, entre o que de fato aconteceu e o que dizemos/narramos/representamos historicamente.

“Toda a questão”, conforme expõe mais acima Paul Ricoeur, evidencia claramente as imbricações e implicações que se configuram, quanto à forma e ao sentido, entre história (simples sucessão dos acontecimentos no mundo) e História (narrativa produzida pela ciência histórica justamente a partir de tais acontecimentos). Se algo aconteceu, premissa básica para qualquer narrativa histórica, é quando da execução desta narrativa que havemos de nos questionar: tal como o diremos?

E seria nesse ato de "dizer" ou de "narrar" que os acontecimentos, dispostos em um texto historiográfico, conseguem dar sentido e viabilidade a esse próprio texto, visto que "no plano narrativo, o acontecimento é o que, ao acontecer, faz a ação avançar".⁶

Assim sendo, aportemos à cidade da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e nos detenhamos em algumas narrativas que contêm em si visões de mundo (desse mundo feito à cidade), visões essas já lançadas antes por outros que nos precederam cronologicamente.

Sempre tendo como parâmetro a cidade de Fortaleza, devemos desenvolver e direcionar nosso encadeamento de juízos tendo em conta que a cidade e a modernidade têm ocupado a atenção de estudiosos de diversos matizes ao longo do tempo. Do social ao cultural, da arquitetura à salubridade, do cotidiano à ordem, da medicina social à moral, do recato à moda, dos ritos aos hábitos e costumes, do público ao privado, das imagens às sociabilidades, enfim, diversos autores buscaram interpretar o sentido e os efeitos do moderno e suas manifestações na história da cidade.

Em se tratando de analisar as configurações da modernidade (ou do tempo moderno, se preferirmos) na cidade de Fortaleza entre as derradeiras décadas do século XIX e as décadas iniciais do século XX, o trabalho do historiador

⁶ RICOEUR, 2007, p. 255.

Sebastião Rogério Ponte⁷ tornou-se uma referência constante. Ao esquadriñar determinadas produções discursivas e práticas voltadas para a tentativa de instaurar uma ordenação capitalista (leia-se moderna) na cidade, durante a Primeira República, o autor constata que nesse período a capital cearense passa a ser alvo de recorrentes intervenções urbanas, que por extensão adquirem o sentido de intervenções sociais, tendo tais intervenções, afinal, o propósito de erradicar uma “apregoadada” existência de faltas e perigos sócio-urbanos, procurando remodelar a cidade e disciplinar sua população.

Em outras palavras, para esse autor, sendo a aplicação da modernidade o fomento necessário e imprescindível à remodelação urbana em Fortaleza, tal somente poderia ocorrer concomitante a uma disciplinarização social. Não bastaria unicamente a cidade se modernizar. O processo deveria ser análogo a quem nela habitava.

Mens sana in corpore sano. A máxima que sintetiza o ideal de beleza e equilíbrio do mundo greco-romano condiciona em si uma perfeita sincronia entre mente e corpo. Porém, no caso das cidades, mais especificamente na aqui enfatizada Fortaleza, a discussão levantada por Ponte nos suscita uma nova axiologia: habitantes modernos em uma cidade moderna.

Visando a remodelação da cidade e a disciplinarização da população, intervenções no espaço tornam-se prementes, porquanto “na intervenção, ordem urbana e ordem social são articuladas. A percepção de que a primeira redundava na última inspirará a elaboração de noções redefinidoras dos elementos constituintes da ordem urbana e da disciplina social do século XIX”.⁸

Seguindo o proposto por Pechman, podemos considerar que tais noções redefinidoras, em se tratando da cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado, ainda se buscavam aplicar. E a noção de ordem (tanto quanto disciplina), compreendida em sua aplicação nas cidades, conforma-se à noção de modernidade, posto não tratar-se apenas de um ordenamento qualquer e aleatório, mas sim e

⁷ PONTE, Sebastião Rogério de Barros da. **Ruas limpas, novos corpos**: remodelação urbana e disciplinarização social em Fortaleza na Primeira República. 1992. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 1992.

⁸ PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Maria Stella. **Imagens da cidade**: séculos XIX e XX. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994, p. 31.

especificamente uma ordem urbana, ordem essa que deveria vir articulada com sua congênere ordem social.

À cidade moderna, para assim merecer tal designação, deverá ter-se indissociável a noção de urbano e, por conseguinte, urbanidade, visto que essa nova realidade “constitui-se uma ordem urbana que instaura o ‘urbano’ onde antes era a cidade. É a era do urbanismo, que canaliza progressivamente a multidão e a disciplina”.⁹

Sendo assim, recorramos à definição disposta por Françoise Choay acerca do urbanismo, no afã de ligá-la à perspectiva da modernidade, e por extensão do tempo moderno:

A palavra urbanismo, criada na segunda metade do século XIX, consagra o aparecimento de um discurso específico sobre o urbano e um enfoque radicalmente novo da cidade como objeto: atitude instaurada pela grande ruptura da revolução industrial, onde é preciso reter a repercussão das transformações tecnológicas, econômicas e demográficas, que fizeram surgir uma nova problemática do urbano e, igualmente, a dimensão crítica que doravante afetará as relações da sociedade ocidental com suas produções.¹⁰

Reparemos que a autora acima menciona uma grande ruptura provocada pela revolução industrial, que trouxe consigo transformações nos âmbitos da tecnologia, da economia, da demografia, e ousaríamos complementar a enunciação de Françoise Choay adicionando-lhe dois outros quesitos que igualmente passaram por significativas transformações sobrevindas com a ruptura¹¹ (seria talvez melhor que se aplicasse o plural a esse termo?) provocada pelo progredir característico do tempo moderno: o social e o cultural.

E é à própria Françoise Choay a quem recorremos para corroborar com essa asserção acerca do social e principalmente no que tange o cultural. Segundo essa autora:

⁹ PECHMAN, 1994, p. 33.

¹⁰ CHOAY, Françoise. A história e o método em urbanismo. In: BRESCIANI, 1994, op. cit., p. 13.

¹¹ No que diz respeito a tal perspectiva de ruptura, temos em Paul Ricoeur, no que tange uma análise sua sobre os “ramos do saber”, uma noção deveras salutar que pode ter seu significado aqui estendido, visto evidenciar o fato de que a ruptura em si não implica forçosamente na dissolução total de um determinado aspecto da sociedade, mas sim na possibilidade de um *continuum*. Assim sendo, assinalamos, conforme refere o autor, que “as rupturas epistemológicas não impedem que as sociedades existam de maneira contínua em outros registros – institucionais ou outros – do que os dos saberes. E isso, até, que permite que os diferentes cortes epistemológicos nem sempre coincidam: um ramo do saber pode continuar, ao passo que outro é submetido a um efeito de ruptura”. RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 375.

Urbanismo designa uma disciplina nova que se declara autônoma e se quer ciência da concepção das cidades. Ela postula a possibilidade de um domínio completo do fato urbano e elaborou com esta finalidade teorias classificáveis em duas correntes: uma, dita progressista, visa o progresso e a produtividade; a outra, dita culturalista, focaliza-se sobre objetos humanistas.¹²

Ainda acerca da noção de ruptura mais acima mencionada por Choay, consideramo-la extremamente cara à abordagem a qual presentemente nos propomos. Vale lembrar, então, o que afirma Bruno Latour: “através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo”.¹³ O processo conformador dessa nova ordem, desse novo regime, fora desencadeado justamente pelos grandes avanços tecnológicos, que, em suma, atendia, pela designação abrangente de modernidade.

A ordem que se instituiu, portanto, fora uma ordem urbanística, que para ser eficaz visava não somente a uma remodelação urbana, mas também a uma disciplinarização da população, sendo todos esses elementos inseridos em um contexto onde a modernidade exerce a função primordial de fomentadora.

Dessa maneira, na contextura espaço-temporal aqui delimitada, ordem, disciplina, moral, controle e civilização, além de seus opostos, só fazem sentido quando inseridos no âmbito da modernidade, ou melhor, quando considerados no contexto que abrange em si a perspectiva inerente às rupturas advindas com o passar do tempo, tempo este tido e havido como moderno.

Ainda acerca desse processo que envolve a conformação de uma ordem especificamente urbanística¹⁴, ou em suma, da urbanização, vemos em Michel Foucault que a busca por ordem, disciplina, moral, controle e civilização revestia-se desde já, no contexto imposto pela modernidade, na constatação, primeiro, de que os refratários seriam “diagnosticados” como destoantes, cabendo-lhes a “cura”. E essa “cura” viria justamente através da ordem, da disciplina, da moral, do controle e da civilização, termos estes todos substituíveis pelo termo urbanização. Conforme o autor de “Microfísica do Poder”:

¹² CHOAY, Françoise. O reino do urbano e a morte da cidade. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 18, p. 70, mai 1999.

¹³ LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 15.

¹⁴ Acerca dessa discussão, bem observa Raimundo Girão que “urbanismo é disciplina, é diretriz”. GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979, p. 73.

A inserção da prática médica em um *corpus* de ciência físico-química se fez por intermédio da urbanização. A passagem para uma medicina científica não se deu através da medicina privada, individualista, através de um olhar médico mais atento ao indivíduo. A inserção da medicina no funcionamento geral do discurso e do saber científico se fez através da socialização da medicina, devido ao estabelecimento de uma medicina coletiva, social, urbana. A isso se deve a importância da medicina urbana.¹⁵

Sobredita prática médica, portanto, fora efeito da urbanização, porém, dela também se tornara causa, visto que com tal prática passamos a ter esquadrinhas as regiões de “perigo” no espaço urbano¹⁶ e daí, conseqüentemente, a possibilidade e a necessidade de sua “regeneração” e “adequação”.

Bem vale que se ressalte que Michel Foucault aborda a discussão sobre a medicina urbana pelo viés, consideravelmente metafórico, de ampliação de seu significado original, posto que para ele a medicina urbana não seria “verdadeiramente dos homens, corpos e organismos, mas sim uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência”.¹⁷

Ainda acerca dessa discussão sobre o urbanismo e para que tal não fique tão-somente no âmbito de autores estrangeiros como os citados Françoise Choay e Michel Foucault (que obviamente não são aqui desmerecidos por serem estrangeiros), bem vale que transcrevamos abaixo a opinião de um autor que, vivendo e agindo na cidade de Fortaleza¹⁸, pôde concatenar seu encadeamento de juízos e opiniões no que diz respeito ao urbanismo ou simplesmente ao modo de se viver (ou segundo ele, que se deveria viver) na cidade. De acordo esse autor:

Sendo um organismo vivo ou, como diria Corbusier, uma criação, um composto humano de proteção e trabalho, com inúmeras e complicadas funções a desempenhar, não devem as cidades crescer sem as modelagens e as correções que a ciência urbanista sabe impor, a fim de carrear o crescimento urbano para um sentido adequado e lógico, ou para erradicar defeitos ou anomalias danosas a esse crescimento,

¹⁵ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 92.

¹⁶ Foucault cita que “o primeiro objetivo da medicina urbana é a análise das regiões de amontoamento, de confusão e de perigo no espaço urbano”. Ibid., 1988, p. 90.

¹⁷ Ibid., p. 92.

¹⁸ Ressalte-se que o autor em questão, Raimundo Girão, desempenhou a função de prefeito da cidade de Fortaleza no período de 1933 a 1934.

sempre com o cívico objetivo de encontrar melhores condições de vida para o aglomerado habitante.

Tanto as cidades espontâneas, como as cidades criadas que vieram a desvirtuar-se no seu traçado, precisam de cuidado na manutenção daquelas condições de vida, e esse trabalho cabe ao urbanista, com a sua habilidade de *médico*, às vezes de *cirurgião*, de ortopedista, a endireitar membros ou amputar excrescências, restaurando a anatomia para que a fisiologia se processe normalmente.

Daí o conceito de Thomas Adams de ser urbanismo uma ciência, uma arte e uma política, preocupando-se em orientar o desenvolvimento material dos agrupamentos humanos em harmonia com as necessidades sociais e econômicas.¹⁹

Podemos destacar no trecho acima colhido de Raimundo Girão que este, talvez sobremaneira por sua condição de já houver exercido o cargo de prefeito municipal da capital cearense, liga o urbanismo (que deveria modelar e corrigir) a um sentido considerado por ele como lógico e adequado, sentido este que visaria erradicar possíveis defeitos ou anomalias que seriam danosos ao crescimento (poderíamos considerar progresso?).

Reconhece e enfatiza o autor, portanto, que haveria um patente crescimento urbano, o qual indubitavelmente ligamos à inserção da cidade em um tempo tido e havido como moderno. Em suma, para Girão, caberia ao urbanismo "orientar" o desenvolvimento material (leia-se modernidade) para que, enfim, houvesse e prevalecesse a "harmonia" urbana.

Com a "harmonia" propalada por Girão chegamos a um ponto chave: "harmonia" para quem? Como se deveria agir em virtude dessa "harmonia" ou desse tempo que se impunha harmonioso? E podemos ainda supor que na ânsia por dotar e inserir a cidade nesse "tempo harmônico" urgiriam modelagens e correções que viriam a redundar em uma busca por controle, ordem, disciplina e moral, conforme veremos mais adiante.

Não representaria tal "harmonia", afinal, um "paraíso" que se buscava alcançar? Ao tocarmos nesse ponto, cabe que retornemos ao trabalho de Sebastião Rogério Ponte, pois esse autor faz destacada menção àqueles que se estabeleciam como "estranhos no paraíso", sendo esse "paraíso" representado justamente pela vivência em uma sociedade inserida em um tempo moderno, sociedade esta que deveria pautar suas ações conforme o estabelecido pelo urbanismo.

¹⁹ GIRÃO, 1979, p. 73.

Esses "estranhos" seriam, conforme anteriormente já citados, os denominados "tipos populares" ou ainda "excêntricos". Já assinalamos no capítulo anterior a repercussão causada por esses tipos na sociedade fortalezense.

Sua "excentricidade" explicava-se justamente por sua conotação popular e por não se enquadrarem tais indivíduos nos ditames remodeladores e disciplinadores que se impunham. A esses indivíduos se infundiriam a ordem, o controle, a vigilância, a regeneração ou mesmo o escárnio. Configurar-se-ia com isso, conforme Ponte, a busca pela disciplinarização da pobreza, pobreza essa que, enfim, mantinha um quê de irreverência, notadamente popular, e que escapava aos ditames daqueles que pretendiam ter uma cidade de Fortaleza com, parafraseando o referido Ponte, ruas limpas e novos corpos.

A "excentricidade" e a "estranheza" que caracterizariam os denominados tipos populares remetem-nos à questão da moralidade. Mais especificamente a uma moral tida e havida como moderna, estando seus fomentadores e defensores inseridos no tal "paraíso" que podemos depreender no supracitado por Ponte.

Além da moral propriamente dita, podemos também incluir outros aspectos correlatos a ela nesse contexto que se vai esquadrinhando, tais como a ordem, a disciplina, o controle, a vigilância e a civilização. Conforme Barbara Freitag, "a questão da moralidade pode ser estudada valendo-se de uma pergunta aparentemente simples: 'como devo agir?'"²⁰.

Havemos de conjecturar, portanto, que ao "agir corretamente" todo e qualquer cidadão tornar-se-ia apto a incluir-se no tal "paraíso" representado pela cidade que se modernizava. Todavia, dessa forma não agindo, a esse "paraíso" ele mostrar-se-ia estranho e refratário. Ainda aludindo ao afirmado por Freitag, vemos essa autora prosseguir em seus questionamentos, todos surgidos de sua aparente simples pergunta: como devo agir? Pergunta esta, que adaptada ao que se vem discutindo no presente trabalho, transmutar-se-ia para: como devo agir em uma cidade moderna?

Recorrendo diretamente à autora de "Itinerários de Antígona" e tendo em mente as questões levantadas por ela a partir da supostamente simples pergunta "como devo agir?", temos a seguir alguns de seus relevantes questionamentos:

Essa pergunta, todavia, desencadeia uma série de novas perguntas:

²⁰ FREITAG, 2002, p. 13.

- Como posso julgar a minha ação ou a dos outros?
 - Quais os critérios segundo os quais faço esse julgamento?
 - Segundo que máximas, princípios ou valores deve orientar-se (minha ou) a ação (dos outros)?
 - Como posso ter certeza de que os princípios (ou valores) pelos quais oriento a minha ação ou julgo a ação dos outros sejam os princípios certos, justos e corretos?
 - Qual a relação entre a moralidade individual e a moralidade social?
- A resposta a todas essas perguntas não esgotaria a problemática da moralidade, já que cada pergunta gera uma infinidade de outras, que por sua vez exigiriam respostas cada vez mais sofisticadas. Mas formular perguntas pertinentes já é meio caminho andado para a solução do problema.²¹

Continuando assim Barbara Freitag em suas observações e ponderações, estas se tornam deveras pertinentes para nós, visto que o modo de agir de cada indivíduo, inserido em uma coletividade (no caso, a cidade), evidencia a relação sempre social que pauta, afinal, a ação individual (diríamos também cotidiana), ação essa sujeita a critérios ou valores que podem ser transformados ao longo e, principalmente, com o transcorrer do tempo.²²

E se levarmos em consideração que para todos os historiadores que nesse capítulo estamos a lançar mão, a cidade de Fortaleza é tida e havida como um espaço em constante transformação (leia-se também mudança), tal aspecto transformador, por conseguinte, mostrava-se sempre presente nas respectivas análises feitas por estes pesquisadores. De uma maneira ou de outra, seja qual for o caminho que se percorra, tais trabalhos nos demonstram a dinâmica de que se aplicava (ou dever-se-ia aplicar) tal transformação tanto à cidade como a quem nela habitava, tanto aos critérios como aos valores que se podem auferir e aferir de ambos, cidade e seus habitantes.

Expressa-se, então, Barbara Freitag da seguinte maneira acerca de seus próprios questionamentos:

As perguntas acima relacionadas dão destaque ao sujeito que age; sua ação pode ser submetida a um julgamento; esse julgamento orienta-se por certos critérios ou valores; esses critérios ou valores podem ser

²¹ FREITAG, 2002, p. 13.

²² Nesse ponto nos valem do proposto por Ricoeur quando de uma observação sua que se coaduna perfeitamente com tal linha de raciocínio. Conforme este autor: "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que nele ocupo e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios". RICOEUR, 2007, p. 133-134.

transformados (ou não) em máximas ou princípios para orientar as ações – as próprias ou as dos outros – no futuro próximo.²³

Tendo em vista, dessa forma, tanto o sujeito que age como de igual maneira seu modo de agir, recorreremos, portanto, a mais alguns trabalhos historiográficos, que mesmo percorrendo caminhos distintos entre si dirigem-se todos, afinal, a um ponto em comum, qual seja tal ponto, o das transformações tanto na cidade como no sujeito que nela agia.

Trabalhos posteriores ao de Sebastião Rogério Ponte, que vieram complementar (ratificar ou mesmo retificar) a visão deste, tendo também como alvo aspectos que se relacionam à modernidade na capital cearense a partir de meados do século XIX, como progresso, civilização, moral, ordem e disciplina, passam a ser extremamente relevantes para nós na presente circunstância.

Basicamente, levantamos a possibilidade de que esses trabalhos a seguir citados, assim o pensamos, pautam-se a partir de um questionamento que se assemelha ao questionamento que podemos suscitar a partir de Barbara Freitag, ou seja, como se agia ou deveria agir em uma cidade que se transformava (leia-se modernizava)?

E como o que move cada historiador, em suma, são os questionamentos que este lança, teríamos então a conjecturar que "é armado de perguntas que o historiador se engaja em uma investigação".²⁴

Entrementes, já que abordamos o instigante tema das perguntas que cabem ao historiador em sua rotineira labuta condicionar, bem vale que antes de nos dirigirmos finalmente ao encontro de outras mais visões historiográficas que versaram e versejaram sobre a cidade de Fortaleza, urge que detenhamo-nos, brevemente, em um ponto essencial e pertinaz de nossa presente apreciação acerca dessas ditas visões, qual seja, o de seu respectivo enquadramento em uma abordagem que trata tais visões como narrativas que se prezam a uma análise epistemológica do conhecimento histórico.²⁵

²³ FREITAG, 2002, p. 13-14.

²⁴ RICOEUR, 2007, p. 188.

²⁵ É dessa maneira, textualmente, que Paul Ricoeur apresenta/introduz o objetivo mor da segunda parte de sua obra dedicada à memória e à história: "a segunda parte desta obra é dedicada à epistemologia do conhecimento histórico". RICOEUR, 2007, p. 145.

Temos no que propõe Ricoeur o cerne da presente discussão, quando esse estabelece a estrutura triádica da operação historiográfica.²⁶ Conforme o autor de "A memória, a história, o esquecimento", tal trifurcação que caracteriza a história (enquanto ciência do conhecimento) compõe-se de três fases, a saber: documental²⁷, explicativa/compreensiva²⁸ e representativa.²⁹

Para exemplificarmos a utilização prática que bem podemos fazer da abordagem trifurcada proposta acima por Ricoeur acerca da operação historiográfica, lancemos mão, meramente a título de parâmetro, do trabalho há pouco mencionado do historiador Sebastião Rogério Ponte. Para tal, daremos início com a primeira das fases enfatizadas por Ricoeur, qual seja, a fase documental.

Essa fase³⁰, por sua vez, encontra-se subdividida em cinco tópicos, estando os dois primeiros desses tópicos (quais sejam, o espaço habitado e o tempo histórico) inelutavelmente relacionados, posto que "o que vêm a ser um tempo histórico e um espaço geográfico, levando-se em conta sua indissociável articulação?".³¹ Ambos, determinados e concernentes tempo e espaço, vêm a ser, afinal, o âmago donde provém algo essencial a toda e qualquer pesquisa historiográfica: a delimitação/recorte espaço-temporal que a caracteriza sobretudo como um trabalho de porte historiográfico. E no caso do trabalho de Ponte, seguindo nesse nosso exemplo, temos tal delimitação condicionada à cidade de Fortaleza no recorte que se estende pelo período da primeira república, ou seja, entre os anos de 1889 e 1930.

Eis, portanto, a justificativa que cabe a nós reclamarmos e defendermos no que pese a utilização analítica que aqui estamos a fazer de determinadas visões historiográficas (todas nesse momento exemplificadas na obra de Ponte) que, em uníssono, lançaram suas diatribes, conjecturas e observações sobre o mesmo

²⁶ Tal estabelecimento proposto por Ricoeur parte, com suas devidas atribuições diferentes em pontos importantes, conforme informa-nos o próprio autor, do estipulado por Michel de Certeau no que concerne a divisão levada a termo por este da operação historiográfica em sua estrutura triádica, a saber: um lugar social, uma prática, uma escrita. Cf. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

²⁷ Cf. RICOEUR, 2007, p. 155-192.

²⁸ Cf. Ibid., p. 193-245.

²⁹ Cf. Ibid., p. 247-301.

³⁰ Salienta Ricoeur que "não se esquecerá que com o termo fase não se têm em vista estágios cronologicamente distintos da empreitada [a análise epistemológica do conhecimento histórico], mas níveis de programa que somente o olhar distanciado do epistemólogo distingue". Ibid., p. 155.

³¹ Idem.

espaço habitado e o mesmo, basicamente, tempo histórico aos quais nos propusemos analisar a partir dessas narrativas sobre ambos, tempo e espaço, já elaboradas.

Ou seja, é a partir dessa similitude espaço-temporal com a presente pesquisa que tais visões historiográficas tornam-se aqui deveras pertinentes, tal qual acontecerá no próximo capítulo, quando nos debruçaremos sobre outras narrativas, as crônicas históricas elaboradas acerca da cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século XX.

Ainda tecendo comentários sobre a fase documental enunciada conforme Ricoeur, temos que os outros três tópicos no quais se divide tal fase são os seguintes: o testemunho, o arquivo e a prova documental. Para Ricoeur, "o testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das 'coisas do passado', das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica".³²

O testemunho torna-se de suma importância na contextura que resultará, ato contínuo, na efetivação da operação historiográfica, visto que com ele e a partir dele articulam-se os dois tópicos seguintes da fase documental. Temos assim que "com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental".³³

Dessa forma e trazendo tal discussão para a exemplificação que podemos auferir nesse exato momento do paramétrico trabalho do historiador Sebastião Rogério Ponte, se tem delineado que esse autor colige dentre suas principais provas documentais os seguintes itens: periódicos e revistas concernentes ao período em questão (primeira república), mensagens e relatórios oficiais do governo do Estado, além de obras (inclusive literárias) e estudos que tratam da cidade, tais como uma análise sobre o saneamento de Fortaleza e a coleção das leis do Estado do ano de 1914, dentre outros mais.

Assim sendo, ao coletar todos esses documentos, por exemplo, o historiador se vale de um arcabouço que proporciona-lhe, enfim, os subsídios necessários e imprescindíveis ao labor que a ele recai, se exige e se espera. Em suma, ao consubstanciar, com essas ditas fontes, a prova documental, o historiador

³² RICOEUR, 2007, p. 170.

³³ Idem.

"designa a porção de verdade histórica acessível nessa etapa da operação historiográfica".³⁴ Também importante, nessa fase, é considerar que "se um papel de prova pode ser atribuído aos documentos consultados, é porque o historiador vem aos arquivos com perguntas".³⁵

Dessa maneira, ao tentar responder tais perguntas, move-se o pesquisador da primeira das fases estipuladas por Ricoeur, a documental, para as outras duas subsequentes, que são a explicativa/compreensiva (ou de explicação/compreensão) e a representativa (ou a representação historiadora), visto que ao tentar provar algo através de um documento, age o historiador/pesquisador em uma perspectiva que está "amarrada ao ponto de articulação da fase documental com a fase explicativa e compreensiva, e, além desta, com a fase literária da representação".³⁶

E é justamente nesse ponto, no momento em que deveríamos iniciar a transição, sempre em concordância com o estipulado por Ricoeur, entre a primeira fase e as outras duas seguintes, que preferimos interromper nossa abordagem sobre a obra em questão de Ponte no que diz respeito à análise epistemológica do conhecimento histórico que podemos depreender de seu trabalho, levando-se em consideração que compreendemos que aqui não caberia, tendo em vista não ser essa nossa intenção maior, uma análise que nos conduzisse a abordar as fases de explicação/compreensão e de representação historiadora do trabalho de qualquer historiador que porventura nesse espaço se mencione.

Contentamo-nos, afinal, por evidenciar que tais trabalhos são aqui abordados no sentido exato, como também em uma perspectiva relacionada à sua condição, de documentos históricos (tanto em sua feitura como em sua utilização por nós desses trabalhos também como documentos) e que como tais, podem ser submetidos a uma proposta de explicação, conforme a aqui seguida de acordo com os pressupostos colhidos em Paul Ricoeur.

Além disso, seria a partir das perguntas formuladas por Ponte e pelos outros historiadores que se seguirão, nesse ato tão caro a todo e qualquer historiador, que é o ato de indagar, questionar, pesquisar, escrutinar, enfim, perguntar, que nos remeteremos mais uma vez a Barbara Freitag e sua pergunta,

³⁴ RICOEUR, 2007, p. 188.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

para nós primordial, que por fim suscitou toda essa discussão que acaba de ser levada a termo: como devo agir?

Cada historiador que aqui foi consultado, à sua própria maneira e disposição, buscou responder/explicar/compreender tal questionamento. É como afirma o novamente citado Paul Ricoeur: "é em relação à explicação que o documento constitui prova".³⁷

Assim sendo e dando-se seguimento ao transcurso que está a conduzir-nos através de algumas visões historiográficas cuja delimitação espaço-temporal compreende a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado (indo um pouco antes também), temos dentre tais visões a de Sônia Maria de Meneses Silva³⁸, que procurou analisar as alterações nas relações sociais em Fortaleza na segunda metade do século XIX. Buscava a autora lançar um olhar sobre o discurso civilizador produzido pela elite política e intelectual da cidade.

Essa ânsia civilizadora das elites expunha-se através de um discurso que visava a mudança nos hábitos e condutas da população no que concernia, sobretudo, as ações violentas. A esse discurso civilizador uniam-se intervenções na estrutura urbana da cidade, o que, segundo a autora, serviriam para impulsionar modificações no cotidiano, no comportamento e nas ações de todos os cidadãos, sendo que essas novas diretrizes civilizatórias serviriam para redefinir o julgamento e a punição das formas tradicionais de violência.

Podemos entrever na análise posta em prática por Sônia Meneses uma busca em se ter Fortaleza como um espaço onde predominariam habitantes modernos em uma cidade moderna. Para tal, não só a cidade, que se civilizava e modernizava, mas como também e principalmente quem nela habitava, deveriam ser civilizados, sendo que, em virtude disso, as formas de violência, ainda ditas e tidas como tradicionais, deveriam ser julgadas e punidas com severidade, pois tais formas não mais seriam condignas de existir em uma cidade que via (ou desejava) ser estabelecida uma nova ordem urbana.

Em outras palavras, até a violência que se praticava em uma cidade assim, que se instaurava/transformava/construía moderna, civilizada e progressiva, não poderia mais ser, de forma distinta disso, tradicional e incivilizada. Com o

³⁷ RICOEUR, 2007, p. 193.

³⁸ SILVA, Sônia Maria de Meneses. **As chaves da cidade**: civilização e violência na construção do espaço urbano de Fortaleza na segunda metade do século XIX. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

transcorrer do tempo moderno instauraram-se, afinal de contas, novos modos de se viver e agir na cidade.

Delineando um panorama contíguo ao traçado acima, temos o trabalho de Francisco Carlos Jacinto Barbosa³⁹, quando este reflete sobre as condições, possibilidades e modulações de condutas ocorridas cotidianamente na cidade e que seriam percebidas pela sociedade como incompatíveis com os modelos de civilização praticados e difundidos entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930, época em que, segundo o autor, Fortaleza foi “remodelada”.

Centrando foco nas diversas formas de práticas transgressoras situadas nas três décadas iniciais do século XX, momento no qual, de acordo com o autor, Fortaleza passava por uma consolidação das reformas e do ordenamento urbano, consumam-se problematizadas as vivências de uma parcela da população que não se coadunava na perspectiva de habitantes modernos vivendo em uma cidade moderna.

Considerando as reformas e o ordenamento que atingiam a capital cearense nesse período, transformando-a em uma cidade remodelada, ainda haveria a persistência, porém, de diversas condutas transgressoras, representando muito mais que meras transgressões, mas sim, a força de um hábito deveras arraigado, que resistia às reformas e ao ordenamento que eram impostos.

Busca o autor, então, enfocar a dimensão cotidiana da experiência social, na medida em que referida experiência expressava a capacidade de interferir nessa força ordenadora que se impunha. A partir da resignificação do espaço público representado pela capital cearense, onde costumes condenáveis passam a ser identificados e combatidos, teríamos a configuração do embate da moral contra a transgressão, a vadiagem e a desordem.

Ao ordenamento juntar-se-ia a moral, em uma busca das ditas elites em suplantar do cotidiano da cidade essas condutas transgressoras, que se sustentavam na força do hábito. Mas os próprios hábitos, costumes e rotinas são elementos primordialmente constituintes do que compreendemos e definimos como cotidiano. Assim sendo, a dimensão cotidiana da experiência social de significativa

³⁹ BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. **A força do hábito**: condutas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900-1930). 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 1997.

parcela da população fortalezense acabava, por fim, conforme assevera o autor, em adequar a seus propósitos aquilo que vinha para adequar-lhes.

O “hábito não faz o monge”, já diz o ditado. Havemos de concordar, pois um hábito (veste) remodelado (cidade moderna e ordenada) não veste bem a um monge (os tais transgressores) que ainda mantinha hábitos (condutas) considerados transgressores e condenáveis.

Focando a questão da, por ela denominada, “cidade na contramão”, outra historiadora que se debruça sobre a cidade de Fortaleza é Marta Emísia Jacinto Barbosa⁴⁰, que busca perceber as experiências dos cidadãos em seus comportamentos que representariam a desordem “invadindo” a cidade. Mais uma vez a temática da ordem vem à tona. Ligada à ordem, outro aspecto presente na análise da autora é o da moral.

Ordem para quem? Moral para quem? A esses dois aspectos podemos relacionar outros aqui já abordados: disciplina, controle e civilização, todos inseridos em um contexto maior, que é o da modernidade que se aplicava na cidade de Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. Ordem e moral, itens que nos fazem perceber o que estava em jogo quando da busca de suas aplicações: como se deveria agir?

A uma cidade na contramão opor-se-ia uma outra, na “mão certa”, a qual não seria difícil determinar suas características centradas na ordem, na disciplina, na urbanidade e na civilidade. Para a autora, a desordem, o crime e a delinquência passaram a ser itens de um tema maior, a moral.

Eis, portanto, outra caracterização de que Fortaleza não se inseria na axiologia “habitantes modernos em uma cidade moderna”, sendo a moral, que teria a capacidade de conformar o que se deve ou não fazer na cidade, ilustrativa de como determinadas condutas deveriam ser evitadas, combatidas e mesmo punidas, pois, afinal, a ênfase na moralidade seria um artifício utilizado para proibir e coibir comportamentos “desviantes” cotidianamente praticados.

Com a caracterização de que determinados comportamentos eram pejorativamente designados e estabelecidos como “desviantes”, dispõe-se a configuração de um cotidiano no qual regras eram impostas, cabendo o

⁴⁰ BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. **Cidade na contramão**: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. 1996. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 1996.

questionamento acerca de quem as impunham e quais seus interesses. Trilhando esse caminho, temos o trabalho do historiador José Ernesto Pimentel Filho⁴¹, que intenta desvelar tal questão, ao constituir a noção de aristocratização provinciana, noção esta que vai ser aplicada a determinadas manifestações culturais das elites que habitavam a capital cearense entre 1840 e 1890, demonstrando assim que a busca por ordenar a cidade já vinha inserida em um longo processo que nos remeteria aos meados do século XIX.

Seguindo o exposto pelo autor, sua narrativa detém-se nas formas de produção e apropriação do simbólico e da cultura em geral, por parte das camadas letradas e cultas de Fortaleza. Surgiria daí uma visão de mundo que excluiria grande parte da população, ao passo que hierarquizaria e disciplinaria os que não partilhassem da modernidade que se aplicava no decorrer do século XIX. “Partilhar da modernidade do século XIX”, significaria, dentre outras noções, a assimilação (ou submissão) de quesitos como ordem, disciplina, civilidade, urbanidade, vigilância e controle, já por nós anteriormente citados como análogos à experiência moderna que veio instituir uma nova ordem urbana.

Essa nova visão de mundo, a partir do acima exposto, seria resultante da aplicação da modernidade, cabendo àqueles que dela não partilhassem de seus desígnios, ou seja, os que dela estariam excluídos (os tais “estranhos no paraíso”, por exemplo), o controle (hierarquia) e a ordem (disciplina).

O interessante a se ressaltar no texto de Pimentel Filho é que tanto o controle como a ordem se manifestavam também no campo simbólico, através das formas de produção e apropriação da cultura.

Traçando um panorama a respeito de uma atividade que visava, sobretudo o controle e a ordem, ou seja, a atividade policial no espaço estabelecido pela capital cearense entre os anos de 1916 e 1930, Francisco Linhares Fonteles Neto⁴² centra suas atenções na tríade vigilância, impunidade e transgressão.

A partir de uma análise sobre a atuação das forças policiais, o autor busca perceber os limites e entraves na aplicação de “modernas técnicas” que

⁴¹ PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **A aristocratização provinciana em Fortaleza (1840-1890)**. 1995. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 1995.

⁴² FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2005.

ajudassem na identificação e catalogação dos criminosos, tendo por suporte a ciência policial do início do século XX.

Considerando que os vários atores sociais que vagavam pela cidade eram, em sua maioria, indivíduos pobres (entendidos aqui como sinônimo de transgressores e incivilizados), salienta o autor ser a condição social o pressuposto básico para a criação do estereótipo de “figuras perigosas”, que passa a ser inculcado e relacionado a esses indivíduos, caracterizando-os como criminosos e propensos aos vícios tidos como deletérios.

Ou seja, esses supostos criminosos com suas deletérias condutas viciantes, não se enquadravam na emergente e abrangente moderna ordem urbana, derivando daí a vigilância e o combate à impunidade e à transgressão.

Ao crescimento urbano relaciona Fonteles Neto um relevante item, o controle social que se buscava implementar na capital cearense. Da mesma forma Silvana Fernandes Mariz⁴³ trata em seu trabalho da construção de uma “outra” Fortaleza, submetida a códigos e reformas, na qual mais uma vez a questão da ordem vem à tona. E evidente que ao não cumprimento da ordem que se estabelecia (ou se buscava estabelecer), a punição se faria presente e se faria sentir, sendo a cadeia pública o local que simbolizaria a ordem e concretizaria a sua aplicação.

Analisando o despertar do sistema penitenciário em Fortaleza, objetiva a autora que a construção de uma sociedade disciplinarizada não foi resultado da ação solitária dos chefes de polícia em “ensandecidas” investidas de imposição de uma nova organização moral, espacial e profissional da população. De fato, esse processo envolveu vários atores sociais, que nadando a favor ou contra a corrente (leia-se modernidade), constituíam e viviam o cotidiano da cidade no período estabelecido pela autora.

Silvana Mariz adverte que ao invés de enveredar tão-somente pelo caminho dos presos e seus anseios, tanto importante quanto isso seria perceber como se estava procedendo à montagem da figura social, ou seja, a do criminoso, por ser importante no contexto da organização social que se aburguesava (leia-se modernizava).

⁴³ MARIZ, Silvana Fernandes. “**Oficina de Satanás**”: a cadeia pública de Fortaleza (1850-1889). 2004. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2004.

Conclui a autora que estava se delineando o poder que, ao longo da história da cidade, contribuiu para a formação de uma sociedade em que as marcas do autoritarismo foram deixadas por toda a urbe.

Portanto, ao se delinearem condutas que deveriam ser almejadas, praticadas e ensejadas, por contraste teríamos também o estabelecimento das condutas desviantes, que de forma autoritária, deveriam ser evitadas, regeneradas e/ou punidas, caracterizando-se assim, insistimos nisso mais uma vez, na constituição de uma moderna ordem urbana, conforme exposto através dos autores acima citados.

Enveredando por temáticas diversas, outros pesquisadores lançaram seus olhares sobre a capital cearense, sendo que a cidade que passava por um intenso processo de remodelação sócio-urbano, político e cultural, processo este fomentado pela modernidade, tornava-se o palco onde os atores sociais daquela época desempenharam (viveram) suas vidas e onde os pesquisadores do presente esforçaram-se na busca por historicizar esta urbe em seu processo de transformação.

A relação axiológica “habitantes modernos em uma cidade moderna”, com todas suas convergências e divergências, perpassa, em maior ou menor grau de profundidade, todas as pesquisas. Assim o vemos em Diocleciana Paula da Silva⁴⁴, que ao focar a moral e a transgressão, assim o faz tendo em mente a problemática que envolve a relação entre o recato e a moda.

Destacamos que para o historiador francês Jacques Le Goff “a modernidade está ligada à moda”.⁴⁵ E conforme acima, também ao recato (seu oposto), e ambos por extensão, ligando-se à moral.

Já Marco Aurélio Ferreira da Silva⁴⁶, ao abordar o que ele denomina de uma sociabilidade mundana, chega até a perspectiva do ordenamento através de uma conduta que a princípio nada deveria lembrar, mormente, a face carrancuda da ordem: o humor. Lançando mão como documento, sobretudo, aos pasquins

⁴⁴ SILVA, Diocleciana Paula. **Do recato à moda: moral e transgressão na Fortaleza dos anos 1920**. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2002.

⁴⁵ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996, p. 189.

⁴⁶ SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. **“Corrige os costumes rindo”**: humor, vergonha e decorena na sociabilidade mundana de Fortaleza (1850-1890). 2004. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2004.

pilhéricos, o autor analisa as práticas sociais cômicas e de um riso de cunho moral e de exclusão.

Ressalta o autor que através da prática cômica se provocava o sentimento de vergonha e de embaraço, para que o elemento desviante (aquele que não se comportava de forma moderna e civilizada) ao ser constrangido, consertasse suas falhas e se disciplinasse à forma desejada, em conformidade com a ordem urbana que estava sendo imposta.

Em suma, para ordenar, disciplinar, e até mesmo regenerar, percebemos o quão variado podia ser o naipe de opções ao qual lançaram mão as, genericamente denominadas, elites. Mas evidente que isso não recaia só sobre elas, as elites, pois basta lembrarmos da questão, aqui já abordada, da utilização que se fazia no cotidiano da cidade dos apelidos.

Vale ressaltar, ainda, que o “crédito” acerca do propósito de se instaurar ordem e disciplina não deve ser conferido tão-somente às ditas elites. Processo deveras complexo, a imposição da ordem e da disciplina ocorria também através de uma auto-imposição, conforme relata-nos o já anteriormente citado Abelardo F. Montenegro: “com medo do Ceará-Moleque, adota-se a auto-censura. Evita-se cair no ridículo. O riso castiga os costumes”.⁴⁷

Ainda haveria, dentre aqueles que deveriam ser disciplinados, regenerados e ordenados, os retirantes, que ao trocar a vivência no interior do Estado pela (sobre)vivência na capital, se deparavam subitamente com essa moderna moral urbana que se instalava. Estes, mais que quaisquer outros, não seriam habitantes modernos em uma cidade moderna. Seguindo esse viés de pesquisa, citamos aqui os trabalhos de José Tanísio Vieira Bezerra⁴⁸ e Ana Karine Martins Garcia.⁴⁹

Tanísio Bezerra problematiza uma cidade que se via constantemente envolvida em secas. Da grande seca de 1845 até a não menos devastadora estiagem de 1877/1879, visa o autor analisar o espaço representado pela cidade de

⁴⁷ MONTENEGRO, Abelardo F. **Psicologia do povo cearense**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 2000, p. 173.

⁴⁸ BEZERRA, José Tanísio Vieira. **Quando a ambição vira projeto**: Fortaleza, entre o progresso e o caos (1846-1879). 2000. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2000.

⁴⁹ GARCIA, Ana Karine Martins. **A sombra da pobreza na cidade do sol**: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2006.

Fortaleza que enfrentava no final da década de 1870 a maior seca do século XIX. Tal enfrentamento se deu com um misto paradoxal de progresso e caos, que através de milhares de mortos e obras urbanas de suma importância, colocava a urbe em debate, visto que assim teríamos uma “inserção que excluía”. E mesmo representando peças fundamentais na construção do urbano, muitos cidadãos não se encontravam na condição de usufruírem das benesses da urbanidade.

Ana Karine Garcia refere-se diretamente ao ordenamento dos retirantes na “cidade do sol”, como é cognominada Fortaleza. Conforme a autora, seu trabalho tem como proposta analisar os discursos e ações referentes ao desejo de modernização da capital cearense na segunda metade do século XIX e, especialmente, tentar interpretar e entender como a presença dos retirantes, durante o período da seca (1877-1880), afetou e transformou o ordenamento espacial e social urbano.

Vários poderiam ser os fatores que punham em xeque o tão desejado ordenamento social urbano que se ensejava para a cidade. Fatores tão díspares que iam do consumo de bebidas alcoólicas ao cinema, por exemplo. Sobre o primeiro item citado neste exemplo, temos o trabalho de Raul Max da Costa⁵⁰, que se valendo de documentos variados como processos-crimes, jornais, periódicos médicos e operários, além de crônicas, analisa a intensificação do comércio de bebidas que se verificava na cidade, aumento este que se fazia seguir pelo recrudescimento dos discursos antialcoólicos, estando tais discursos repletos, em sua essência, de uma ânsia civilizadora e moralizante.

Podemos perceber ainda tal ânsia por civilização e moral quando do trabalho, já anteriormente abordado, de Márcio Inácio da Silva⁵¹ acerca do cinema e de sua consequente afirmação como um novo e importante espaço de sociabilidade que se estabelecia na cidade de Fortaleza. Referido autor trata da relação que se estabelecera entre os habitantes da urbe e esse novo equipamento urbano, símbolo incontestado, na década de 1920, da modernidade que se instalava. Tal relação traria

⁵⁰ COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935):** trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2009.

⁵¹ SILVA, Márcio Inácio da. **Nas telas da cidade:** salas de cinema e vida urbana na Fortaleza dos anos de 1920. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2007.

consigo mudanças e conflitos, que se refletiriam em aspectos ligados, sobretudo, à moral outrora vigente.

Tantos outros são os trabalhos que têm a cidade de Fortaleza e todas as problemáticas sócio-econômicas, políticas e culturais⁵² concernentes à modernidade envolvidas. Contudo, acreditamos haver delineado, com as pesquisas acima expostas, a perspectiva a qual nos atemos aqui, de que à cidade que se modernizava não necessariamente uniam-se habitantes igualmente modernos, havendo sempre a necessidade de se aplicarem ordem e moral, especificamente uma ordem e uma moral modernas.

Eis aí um descompasso entre cidade e cidadão, entre espaço e indivíduo, posto que nem sempre, conforme podemos entrever em todos os trabalhos aos quais recorremos, haveria uma perfeita sincronia entre a cidade e seus habitantes, no que tange à modernidade.

Mens sana in corpore sano? Ou adaptando-se à nossa perspectiva: cidade moderna com habitantes igualmente modernos? Como vimos, nem sempre essa realidade se mostrava totalmente fiável.

Se haveria, enfim, uma dita ânsia civilizadora, que ensejaria em si ordem, controle, moral, disciplina e regeneração (para citarmos tão-somente alguns itens de sua vasta pauta), evidenciar-se-ia, portanto, a existência na cidade de sujeitos a ser ordenados, controlados, moralizados, disciplinados e regenerados. Tais sujeitos conviveriam em uma mesma cidade onde o progredir (modernizar-se) e suas diversas implicações eram percebidas e desejadas, mas de igual modo negadas, de múltiplas maneiras, ensejando aí os muitos descompassos, as muitas resistências ou mesmo conformações que se verificavam no cotidiano da cidade de Fortaleza nas décadas iniciais século passado.

Resistências e conformações que havemos podido perceber, concisamente, nessa breve digressão que acabamos de por em prática através e a partir da discussão levantada por alguns relevantes, para os questionamentos que presentemente travam-se aqui, trabalhos historiográficos que foram acima expostos.

A ambição, parafraseando Tanísio Bezerra, seria que se tivessem habitantes modernos em uma cidade moderna, tal qual a máxima que apregoa

⁵² Aqui estamos obviamente a parafrasear Michel de Certeau, quando este autor afirma que "toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural". CERTEAU, 1982, p. 66.

mente sã em corpo sã. Evidente que no caso das cidades, mais especificamente a aqui enfatizada Fortaleza, a sanidade (para mente e corpo) ou a ordem (para a cidade e seus habitantes) não seriam desejados nem assimilados de forma equânime por todos. Haveria divergências, dissensões e embates dispostos no dia-a-dia da cidade, que caracterizariam um cotidiano em descompasso, que se manifestaria diante de anseios, posturas, condutas, hábitos e ações específicos diante da modernidade que se impunha na cidade.

Tendo em vista o contexto esquadrinhado acima, teríamos delineado um panorama em que as transformações (ou mesmo ânsias de transformação) por quais passava a cidade insidiam diretamente sobre o cotidiano, a vida de todo e cada dia, que se vivenciava na capital cearense no período em questão, posto que, com a difusão da modernidade e com o inelutável progredir do tempo moderno, a uma cidade moderna deveriam conjugar-se habitantes igualmente modernos. Daí o controle, a vigilância, a moral e a disciplina, impostos no afã de ordenar, à moldura moderna, os cidadãos que passaram a ser identificados e classificados como sujeitos regeneráveis, disciplináveis, moralizáveis, ordenáveis e até mesmo puníveis.

Poderíamos mesmo chegar a um termo, a uma anuência, a partir das análises expostas anteriormente, que a uma cidade que se remodelava deveriam unir-se habitantes “regenerados”. Eis aí, conforme conjecturamos, a fonte donde emanavam as divergências que se verificavam no cotidiano e consequentemente a ânsia por suprimi-las, visto que, conforme as observações postas a seguir por Marshall Berman e Michel de Certeau, deveríamos considerar, em uma amplitude de sentidos e significados, a relação entre os habitantes que se deveriam remodelar e regenerar à feição moderna, com sua cidade que também se regenerava e remodelava.

A remodelação, antes de caber somente à cidade de Fortaleza, deveria ser concomitantemente aplicada a quem nela habitava, pois assim, remodelados conforme impunha a modernidade, a cidade e seus habitantes poderiam ser, enfim, “regenerados”.

Ao traçarmos as linhas gerais de tal perspectiva, recorreremos a Berman, quando esse autor destaca o ideal cultural do autodesenvolvimento e sua relação com o desenvolvimento econômico, sendo que ambos deveriam fundir-se, antes que a modernidade com suas promessas arquetípicas viesse a se efetivar de fato.

Segundo o autor de “Tudo que é sólido desmancha no ar”, a confirmação do desejo de mudança, que seria, afinal, um desejo de “autotransformação e de transformação do mundo em redor”⁵³, representaria a afinidade entre o ideal cultural do autodesenvolvimento e o efetivo movimento social na direção do desenvolvimento econômico, que estaria intimamente ligado à grande ruptura da revolução industrial oriunda como a modernidade, pois como nos lembra Françoise Choay, anteriormente citada⁵⁴, este seria um enfoque radicalmente novo da cidade, onde se faria necessário reter as transformações tecnológicas e econômicas fomentadas pelo urbanismo e pela modernidade.

Para Berman, a autotransformação do indivíduo e a transformação do mundo em redor deveriam caminhar juntas, fundindo-se em uma só, antes que quaisquer modernas promessas arquetípicas, que no caso de Fortaleza expressavam-se no ordenamento, na disciplina, na moral e na regeneração, venham a ser cumpridas.

Ou seja, o ideal de uma cidade moderna com habitantes igualmente modernos, promessa arquetípica, no sentido de padrão a ser alcançado, não passaria mesmo de uma promessa, pois, porquanto ainda subsistissem habitantes a ser ordenados, disciplinados, moralizados e regenerados, de fato não teríamos uma cidade que se enquadraria ela própria plenamente nesses requisitos, havendo um descompasso, uma divergência entre as promessas por ela vislumbradas e efetivadas.

Por fim, conclui Marshall Berman que “o único meio que o homem moderno encontra para se transformar [...] é a radical transformação de todo o mundo físico, moral e social em que ele vive”.⁵⁵

Evidentemente que esse não era o cenário representado e vivido pela capital cearense no alvorecer do século passado, resultando daí justamente a busca em ordenar, disciplinar e regenerar significativa parcela da população cearense. A transformação não poderia ser tida como radical, porque atingiria bem mais a cidade que seus habitantes.

Por isso constatamos que tanto a cidade como quem nela habitava deveriam, sob a ótica da modernidade, simultaneamente estar inseridos em um

⁵³ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13.

⁵⁴ Vide citações 10 e 12 do presente capítulo.

⁵⁵ BERMAN, 1998, p. 41-42.

processo que incluiria mutuamente a remodelação e a regeneração. Se haveria descompassos entre a cidade e seus habitantes, por certo haveria descompassos entre os próprios habitantes da cidade de Fortaleza nas primeiras décadas do século passado.

Hábitos e condutas distintos ressaltavam as diferenças e os descompassos representados no cotidiano, que é urdido nas relações sociais do dia-a-dia.

Nesse ponto recorremos a Certeau, pois a partir de suas análises buscaremos nos acerrar do cotidiano, o qual intentaremos atingir através das narrativas elaboradas sobre a cidade de Fortaleza por cronistas (principalmente) e periodistas. Vale lembrar que o autor de “A invenção do cotidiano” salienta que “a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais”.⁵⁶

Sendo assim, se a relação social determina seus termos, e não o contrário, constatamos que somente a partir da configuração de um cotidiano moderno, urdido diariamente em relações sociais baseadas na modernidade, teríamos a constituição de uma cidade moderna.

Contudo, se haveria uma busca de determinada parcela da população em regenerar, civilizar, moralizar e ordenar condutas consideradas transgressoras e que eram praticadas por um significativo montante da população, observemos que tais condutas expunham relações sociais conflitantes e que dessa forma não poderiam determinar uma cidade plenamente moderna, progressista, regenerada, civilizada, moralizada e ordenada, e sim determinar uma cidade conflitante, em constante descompasso.

Diante de uma cidade com relações sociais deveras divergentes, onde hábitos e condutas eram qualificados de acordo com sua condição de aceitabilidade no âmbito do urbanismo, ou seja, de um discurso moderno, intentamos perceber nas minúcias e sensibilidades do cotidiano as tais relações sociais que determinariam seus termos, que seriam, afinal, termos descompassados, chegando mesmo a

⁵⁶ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 38.

afirmar, conforme sugere Bruno Latour, que jamais teríamos sido, de fato e de direito, modernos.⁵⁷

E se a cidade constitui-se em um lugar no tempo como também um momento no espaço, assim intentaremos atingir o que propõe Paul Ricoeur, quando este afirma que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”.⁵⁸

Nesse ponto, destacamos que é o tempo histórico que nos interessa analisar, tempo este que é o cerne das narrativas que já se seguiram e ainda se seguirão aqui, pois ele dá conta de toda nossa existência e experiência, aspectos estes que, no presente trabalho, estão indissoluvelmente ligados à cidade de Fortaleza.

Mas antes de enveredarmos pelo proposto pelo filósofo francês, percorramos e nos acerquemos um pouco mais desse tal espaço em transformação/construção, que afinal era a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século XX, visto que conforme o próprio Ricoeur, agindo assim estaríamos por nos inteirar de uma relação prementemente existente entre “o tempo ‘narrado’ e o espaço ‘construído’”.⁵⁹

2.2 A cidade de Fortaleza, um espaço em transformação

Qual é o objetivo de uma cidade em construção senão uma cidade? O questionamento proposto por Italo Calvino dirige-se a Tecla,⁶⁰ mas poderia muito bem ser transposto para Fortaleza, mais especificamente a cidade de Fortaleza que

⁵⁷ Cf. LATOUR, 1994.

⁵⁸ RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas, SP: Papyrus, 1994, p. 15.

⁵⁹ Id., 2007, p. 159.

⁶⁰ Tecla é uma das cidades descritas pelo famoso viajante veneziano Marco Polo ao imperador mongol Kublai Khan. Esta cidade é narrada como escondida atrás de tapumes e andaimes, imersa num prolongado processo de construção e transformação, cabendo a seguinte indagação do autor: “qual é o sentido de tanta construção?” E a tentativa de resposta vem na forma de outra pergunta: “qual é o objetivo de uma cidade em construção senão uma cidade?” Cf. CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 117.

passou por consideráveis transformações e reformas urbanas ocorridas entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX⁶¹, período em que houve um intenso processo de mudanças, que produziu transformações nos contextos econômico, social, político e cultural.

Todas essas mudanças, em suma, respondem por uma denominação: modernidade. Ou conforme achamos mais apropriado, ditas transformações vieram a ocorrer no bojo daquilo que se incluía na perspectiva do transcorrer do tempo, sendo este tempo um tempo moderno.

Interessa-nos aqui considerar, conforme a proposta suscitada por Michel de Certeau, a cidade de Fortaleza como um “espaço”, muito mais que um mero “lugar”, sendo a concepção de que este “espaço” passava por várias transformações, fomentadas pela modernidade em sua asseveração pertinente à uma noção de tempo moderno, o cerne de nossas objetivações. Temos dessa forma que:

O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”.⁶²

Conclui Certeau ressaltando que “o espaço é um lugar praticado”.⁶³ E é nesse espaço, que se faz representar pela cidade de Fortaleza considerando-se também a temporalidade que aqui se enfatiza, onde encontraremos práticas que inseridas no cotidiano, nos fazem perceber as ambigüidade de uma efetuação, no caso, ambigüidades criadas ou exacerbadas diante das transformações por quais a capital cearense passava.

Devemos levar em conta, ainda, que muitas dessas ditas ambigüidades, quando de sua inserção e efetivação no dia-a-dia da cidade, têm de fato marcantes características que as denotam como dúbias, mas que, com o contínuo passar do tempo, o que um dia fora tido como dubio ou ambíguo (ou mesmo excêntrico e estranho), passa a apresentar certa “estabilidade” dentro desse próprio cotidiano

⁶¹ O historiador Sebastião Rogério Ponte resalta que “nas primeiras décadas do século XX, o conjunto de reformas se intensificou na capital”. Cf. PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 15.

⁶² CERTEAU, 1999, p. 202.

⁶³ Idem.

que a princípio rechaça determinada transformação, mas que tende a assimilá-la (ou aprende a conviver com ela) pouco depois.

Como a Tecla de Calvino, a capital cearense encontrava-se também imersa em um prolongado processo de construção e transformação, ambas desencadeadas pela modernidade (ou sendo mais lacônico, pela modernização), visto que essa nova ordem ou novo regime, que se construía sob o signo da ruptura⁶⁴, tem seu processo conformador fomentado pelos diversos avanços tecnológicos da época.⁶⁵

Alguns avanços tecnológicos como a iluminação pública (1866), o telégrafo (1881)⁶⁶, o serviço telefônico (1883), o primeiro automóvel (1909), a melhoria nos transportes (a partir do ano de 1880) e o abastecimento de água e o sistema de esgotos (1926) inseriam-se no cotidiano da cidade, em conformidade com a modernidade e as mudanças por ela propaladas.

Abramos aqui um parêntese para que se possa tratar brevemente desses avanços tecnológicos que, quando de sua inserção na cidade, proporcionaram consideráveis transformações (que seriam ambiguidades?) no cotidiano de todos os cidadãos. Sobremaneira a partir da segunda metade do século XIX, temos que "no plano material, a cidade também prosperava".⁶⁷

Quanto à iluminação pública "entre 1866 e 1933 a cidade era iluminada à base de gás carbônico, através de combustores artísticos colocados nos passeios".⁶⁸ Raimundo Girão, sobre esse assunto, nos fornece uma descrição mais pormenorizada ainda. Conforme tal autor, foi "no governo do Presidente José Bento

⁶⁴ Vale sempre lembrar Bruno Latour, quanto este observa que "através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras "moderno", "modernização" e "modernidade" aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável". Cf. LATOUR, 1994, p. 15.

⁶⁵ Ao referir-se à *Belle Époque* (período em que se pode perceber uma concomitância com o período por nós enfatizado no presente trabalho), o historiador Sebastião Rogério Ponte remete-nos a um contexto, pertinente ao período em questão, onde os avanços tecnológicos desencadeiam diversas mudanças: "Termo francês cunhado para traduzir a euforia européia com as novidades decorrentes da revolução científico-tecnológica (1850-1870 em diante). Com efeito, esse período, momento fundante do nosso mundo contemporâneo, é marcado por um intenso fluxo de mudanças que não só produziu transformações de ordem urbana, política e econômica, como também afetou profundamente o cotidiano e a subjetividade das pessoas, alterando seus comportamentos e condutas, seus modos de perceber e de sentir". Cf. SOUZA, Simone de (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 162-163.

⁶⁶ "Completando a rede de comunicações, em 23 de fevereiro de 1881 vincular-se-ia a Capital ao Rio de Janeiro, por meio do telégrafo". Cf. GIRÃO, 1979, p. 165.

⁶⁷ GIRÃO, 1979, p. 164.

⁶⁸ CORDEIRO, Celeste. **Brinquedos da Memória**: a infância em Fortaleza no início do século XX. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996, p. 29.

da Cunha Figueiredo Júnior, [que se deu] grande incremento a pavimentação das ruas e iluminando-se a gás carbônico".⁶⁹ Continuando com as observações fornecidas por Girão, temos que:

Até então era iluminada, se dessa maneira se pode dizer, a azeite de peixe, serviço inaugurado, em 1 de março de 1848, pelo contratante Vitoriano Augusto Borges. Compunha-se de 44 lâmpios de quatro faces, mais largos em cima que em baixo, com fundo e tampa de metal. Eram pendurados em suporte de ferro cravados nas esquinas, para que pudesse a luz distribuir-se em ambas as ruas. Uma corda, passando por duas roldanas, elevava-os até o suporte, depois de convenientemente acesos, e uma caixa de azeite, com um pavio de algodão, completava os interessantes faróis.

Esses mortícios focos, em 1866, foram substituídos por combustores artísticos colocados nos passeios, de cada lado da rua, alternadamente. A altura de 2m, 40 e a boa qualidade da luz proporcionavam uma iluminação muitas vezes melhor que a de azeite. A base é o gás carbônico, extraído do carvão de pedra.⁷⁰

Já acerca do serviço telefônico e nos valendo outra vez do exposto por Raimundo Girão, informa-nos este autor que: "os telefones datam de 11 de fevereiro de 1883 e são iniciativa de Confúcio Pamplona, homem de larga visão e invulgar capacidade realizadora".⁷¹

Sobre o sistema de transporte em Fortaleza, Celeste Cordeiro enfatiza que:

Em 1880 foi instalado, pela Companhia Ferro Carril, o sistema de bondes de tração animal, que esteve em vigor até 1914. (...) Em 1913, a passagem do bonde puxado a burros para o sistema de bondes elétricos fez a cidade animar-se para acompanhar a primeira viagem do bonde elétrico.⁷²

Por sua vez, acerca da instalação e conseqüente melhoria no sistema de transporte na capital cearense, Girão salienta que:

Não menos valioso, o aparecimento da Companhia Ferro-Carril, com os bondes de tração animal. Organizada em 3 de fevereiro de 1877, pôs em trilhos os primeiros veículos no dia 23 de abril de 1880. relembra com bastante fidelidade Raimundo de Menezes: "Constava (a empresa) de 25 bondes. Cada bonde podia conduzir 25 passageiros, distribuídos em 5 bancos, pequeninos, modestos, dirigidos por um bolieiro quase sempre enfiado num fraque, os primeiros bondes semelhavam caixas de fósforos, tendo umas cortinas que corriam balaustres abaixo, em defesa

⁶⁹ GIRÃO, 1979, p. 164.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Ibid., p. 165.

⁷² CORDEIRO, 1996, p. 31.

do calor do sol ou das bâtegas da chuva. Dois nédios [sic] burros, cabisbaixos, usando uns óculos de couro, puxavam, valentemente, o veículo, vergastados por comprido chicote, e atendendo, humildemente, aos nomes característicos, berrados a plenos pulmões. Trafegavam o dia inteiro, das 6 da manhã às 9 da noite, tendo, como ponto de partida de todas as linhas a Praça do Ferreira. O último deixava aquele logradouro ao tocar da corneta nos quartéis, anunciando o recolher, sendo que o do Alagadiço saía às 8 horas. A passagem custava cem réis".⁷³

E no que tange o sistema de abastecimento d'água em Fortaleza, Celeste Cordeiro assevera que:

Até 1926, o abastecimento d'água era feito através de cacimbas escavadas nos quintais das casas e elevadas por moinhos de vento. (...) Em 1926 foi finalmente concluído o serviço de água, utilizando o Rio Acarape como reservatório. (...) Um moderno sistema de esgotos foi também implantado, juntamente com o de água, em 1926.⁷⁴

Conquanto Girão tece considerações acerca desse serviço em um período anterior ao referendado e enfatizado acima por Cordeiro, ou seja, ao ano de 1926:

Outro melhoramento de nota é a canalização d'água potável destinada a abastecer a Capital. Acanhado e algo precário, era, entretanto, de enorme utilidade. Contratou-o, em 27 de maio de 1863, a firma de Londres – Ceará Water Works Co. Ltd., que o inaugurou em 26 de março de 1867. a despeito de gozar do privilégio por 50 anos, viu-se a empresa obrigada a suspender definitivamente o abastecimento em virtude da seca de 1877, que fez sêcar as fontes captoras. Nem ao menos confiou a outrem os seus interesses, pelo que os seus haveres foram vendidos em hasta pública para pagamento de dívidas. O abastecimento era feito por chafarizes, espalhados em vários logradouros públicos.⁷⁵

E sobre os tais chafarizes mencionados logo acima, ainda podemos obter outras apreciações referentes a esse tema, como um uma crônica de Raimundo de Menezes, justamente intitulada "chafarizes e cacimbas". Em tal crônica podemos fruir o seguinte:

Até 1827, Fortaleza não tinha noção do que fosse abastecimento de água. Só com a assinatura das leis provinciais de 19 e 20 de setembro é

⁷³ GIRÃO, 1979, p. 164-165. Vale que se ressalte que Girão faz menção a Raimundo de Menezes, citando-o literalmente em grande parte dessa citação coligida. Assim sendo, Cf. MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, p. 60-61.

⁷⁴ CORDEIRO, 1996, p. 32.

⁷⁵ GIRÃO, 1979, p. 164.

que tivera autorização o início desse serviço em nossa capital, por meio de chafarizes.

Muito antes, porém, daquela data, já, em 1812, havia sido celebrado um contrato entre o Conselho da Vila de Fortaleza e o tenente-coronel João da Silva Feijó, a fim de que fosse aproveitada uma das nascentes de água do seu sítio, na rua do Quartel, para a construção do primeiro chafariz público, localizado na rua que, em conseqüência, lhe tomou o nome.

Os primeiros estudos do projeto de abastecimento e distribuição de água foram iniciados pelo engenheiro Berthot, em 1861, com autorização da Câmara Municipal.

No ano seguinte, concedeu-se a José Paulino Hoonholtz privilégio por 50 anos, a fim de fazer o encanamento de água potável do seu sítio, no Benfica, para chafarizes espalhados pela cidade, tendo sido celebrado o contrato a 27 de maio de 1863.

Quatro chafarizes foram, então, construídos nas seguintes praças: da Municipalidade (hoje Praça do Ferreira), Garrote (Parque da Independência, atual Cidade da Criança), Carolina (Praça Capistrano de Abreu) e Patrocínio (Praça Marquês do Herval). Mais tarde, em 1866, o presidente da Província firmou contrato com a *The Ceará (North Brazil) Water Company Limited*, então concessionária do privilégio, para serem colocados mais três chafarizes nas praças do Patrocínio, (Marquês do Herval), Colégio dos Educandos (Praça Filgueira de Melo) e Alfândega.

⁷⁶

Ainda em conformidade à narrativa levada a termo por Raimundo de Menezes, temos desse autor o seguinte testemunho acerca da inauguração oficial do serviço de abastecimento d'água (através de cacimbas ressalte-se) na capital cearense:

A inauguração oficial desses serviços se registrou, entre festas retumbantes, a 26 de março de 1867, às cinco horas da tarde.

Compareceram ao ato todas as autoridades e compacta multidão de curiosos e, à hora aprazada, D. Luiz Antônio dos Santos, bispo do Ceará, procedeu à bênção solene das instalações de abastecimento de água.

O jornal *Pedro II*, de 7 de abril, publicou circunstanciada notícia a respeito desse notável acontecimento.

Anos depois, a 19 de novembro de 1927, se deu outra inauguração, também sob alegrias gerais, tendo à mesma comparecido o mundo oficial, dessa vez, na localidade do Acarape do Meio, no município de Redenção: a instalação dos filtros do serviço de abastecimento de água da cidade de Fortaleza.

Era presidente do Estado o desembargador José Moreira da Rocha.⁷⁷

⁷⁶ MENEZES, 2000, p. 85-86.

⁷⁷ Ibid., p. 86. Vale citar, ainda, uma pequena obra de autoria de Geraldo Nobre, que vai versar justamente acerca de todo o processo que culminou com a concretização do sistema de abastecimento de água de Fortaleza. Em tal obra, tal feito, o de trazer água potável à capital cearense, mostra-se como uma verdadeira vitória para a própria cidade, que assim se inseriria em uma era de progresso e modernidade. Cf. NOBRE, Geraldo. **Água para o progresso de Fortaleza**: publicação comemorativa da inauguração do novo sistema de abastecimento de água de Fortaleza. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

Dando continuidade às elucubrações referentes à cidade que se transformava mediante sua inserção em uma perspectiva de tempo moderno, temos que a emergência da modernidade em Fortaleza está diretamente ligada ao crescimento da cidade e a um processo de remodelação sócio-urbano que se implementa, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX.

Essa modernidade que vai se instalar na capital cearense relaciona-se com a hegemonia econômica e político-administrativa que a cidade passa a desempenhar sobre todo o Estado do Ceará, hegemonia esta “iniciada na primeira metade do século XIX, mais precisamente em torno dos anos 20 e 30, [e que] completa-se na sua segunda metade”.⁷⁸

Houve a partir deste período uma centralização na capital de um volume maior da produção para o mercado externo, o que proporcionou uma maior arrecadação de impostos. O historiador Sebastião Rogério Ponte informa-nos que

O crescimento da exportação da produção algodoeira para o mercado externo, verificado a partir de 1860, não só dinamizou a economia cearense, como contribuiu para tornar Fortaleza o principal entreposto comercial do Ceará, face à sua condição de sede político-administrativa provincial, à construção da ferrovia Fortaleza-Baturité e às melhorias implementadas em seu porto.⁷⁹

A intensificação do crescimento de Fortaleza, cujo núcleo urbano teve seu tamanho “praticamente dobrado a partir da segunda metade da década de 1850”,⁸⁰ é descrita dessa forma:

Oito extensas ruas mui direitas, espaçosas e calçadas. Conta 960 casas de tijolos alinhadas, e entre estas uns oitenta sobrados; e fóra do alinhamento para cima de 7.200 casas cobertas de palha; tem oito praças, sendo notáveis três que estão plantadas d’arvoredo, existindo nellas cacimbas publicas.⁸¹

Já Raimundo Girão nos fornece o seguinte panorama da cidade no início da penúltima década do século XIX:

Recenseamento geral de 1872 fichara, em Fortaleza, 21.372 habitantes e o de 1877 – 26.943. havia 72 sobrados, quase todos de um só andar, 4.380 casas térreas e 1.178 choupanas. Quarenta e cinco ruas, 4

⁷⁸ LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade:** conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991, p. 110.

⁷⁹ PONTE, 2001, p. 24.

⁸⁰ BEZERRA, 2000, p. 40.

⁸¹ BRASIL apud BEZERRA, op. cit., p. 41-42.

boulevards, 16 praças, 10 templos católicos e 25 edifícios públicos eram a cidade de 1880.⁸²

Na virada do século XIX para o século XX, a fisionomia e a estrutura da cidade já haviam mudado substancialmente: “Teria ela uma área de 6 Km², 61 ruas e 3 avenidas, 14 praças, 8 cafés, 3 restaurantes, 2 hotéis, 9 farmácias, 4 livrarias, 2 casas de jóias, além de 13 médicos, 16 advogados e 9 professores de piano”.⁸³

Já em pleno século XX, a aplicação da modernidade e de seus produtos prossegue celeremente. Tal fato ocorre simultaneamente ao crescimento urbano da cidade, cuja “população, que em 1890 era de aproximadamente 35.000 hab., passou para 50.000 na mudança do século e para cerca de 78.000 em 1920, chegando aos anos 30 com 100.000 habitantes”.⁸⁴

Os fatores que concorreram para esse aumento populacional, segundo a socióloga Celeste Cordeiro, foram o “crescimento comercial, novos serviços urbanos, surgimento da industrialização (têxteis, de cigarro, chapéus, cerveja, etc.), fim do trabalho escravo, secas”.⁸⁵

A modernidade traria consigo, em seu cerne, como algo determinante a sua própria existência e viabilidade, a percepção por parte de seus defensores de uma ruptura com o passado, pois “os modernos têm a particularidade de compreender o tempo que passa como se ele realmente abolisse o passado antes dele”.⁸⁶

O passar inexorável do tempo para os modernos seria uma confirmação, comparando-se o presente com o passado, que ambas as temporalidades são distintas e que não poderiam co-existir, sob pena desse tempo não ser considerado plenamente moderno.

Mas para os modernos o simples passar do tempo não implica necessária e forçosamente em uma ruptura com o passado. Ao se comparar este com o presente, se faz necessário perceber que a modernidade “não é mais pura mudança, sucessão de acontecimentos; ela é difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica, administrativa”.⁸⁷

⁸² GIRÃO, 1979, p. 165.

⁸³ CORDEIRO, 1996, p. 22.

⁸⁴ Ibid., p. 25.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ LATOUR, 1994, p. 67-68.

⁸⁷ TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 17.

É justamente nesse ponto que podemos perceber que esse tempo moderno deve ser apreendido em seu aspecto "subjetivo" e não somente no âmbito de uma "objetividade", conforme defende o anteriormente citado (no primeiro capítulo) Reinhart Koselleck.

Através de tais produtos, conforme expõe Touraine, que passam a ser largamente aplicados em Fortaleza, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, tem-se a percepção, por parte dos modernos, de que realmente se processavam mudanças e rupturas que vinham para abolir o passado retrógrado, tradicional e provinciano que até então se verificara na cidade.

Para que esse passado considerado retrógrado, tradicional e provinciano realmente pudesse ser refutado e suplantado, se faria necessário crer que uma ruptura, fomentada pela modernidade, tivesse condições de fazê-lo, visto que “o passado só é rejeitado quando a inovação é considerada inevitável e socialmente desejável”.⁸⁸

Há, entretanto, um descompasso⁸⁹ na percepção da aplicação do que poderíamos caracterizar como inovação, pois nem tudo que se inova seria desejável, por mais que fosse inevitável. Podemos notar isso nas páginas de um jornal ligado à diocese, que em uma matéria onde o inevitável é constatado e o desejável (neste caso, o indesejável) é ressaltado, lança seu brado de alerta em prol da moralidade pública:

Fortaleza cada dia mais cresce em movimento, mais se alarga, mais aumentada vê a sua população. A passos largos, a cidade progride, civiliza-se, como se diria no Rio de antanho...

Ao mesmo tempo, começa, com esse progresso material, a invadir-nos um frenesi de prazer, de luxo, de sensualismo, que faz perigar a pureza, a correção, a honestidade de costumes, entre nós tradicional.⁹⁰

Na contramão d'O Nordeste, jornal ligado à diocese de Fortaleza, justapomos uma outra visão, oriunda de um pasquim relevantemente intitulado O

⁸⁸ LE GOFF, 1996, p. 213.

⁸⁹ A noção de descompasso, conforme a entendemos e buscamos pô-la em prática, provém de uma observação de Paul Ricoeur e atrela-se às diferentes percepções e condutas que se pode tomar diante do que muda e porta-se de maneira diferente, sendo sempre a perspectiva temporal enfática em tal situação. Conforme Ricoeur, "ora, mudanças e diferenças ou descompassos nas mudanças comportam uma conotação temporal manifesta". RICOEUR, 2007, p. 194.

⁹⁰ UM BRADO de alerta pela moralidade pública – o meretrício e o catismo. **Jornal O Nordeste**. Fortaleza, 26 maio 1923, p. 6. Cabe a observação de que esta mesma citação já fora utilizada por nós no primeiro capítulo, contudo, voltamos a utilizá-la no presente capítulo, visto ser uma citação que será analisada no contexto que se seguirá, conjuntamente, ao da abordagem que faremos da citação 92.

Diabo. Se Deus (O Nordeste) lança seu brado em defesa da moral, a que bradaria, então, O Diabo?

Paradoxalmente, Deus e o Diabo caminhavam juntos nas arenosas ruas⁹¹ da capital cearense de antanho, pois d'O Diabo temos o seguinte “diálogo” deveras representativo:

Entre duas velhas que encontram-se:

- Então, d. Leocadia, suas filhas já casaram?
- Por ora só casou a mais nova; a outra ainda está solteira.
- Como anda tudo errado! Em nosso tempo era ao contrário: casavam primeiro as mais velhas. E já tem filhos?
- A casada ainda não; mas a solteira tem seis.
- Ainda mais me convenço, d. Leocadia, que anda tudo errado!⁹²

Com a inovação, o que antes era considerado estável e seguro, já não seria mais, principalmente, como demonstra O Nordeste, no tocante à moral. A mudança nos costumes, em uma cidade que “ainda vivia ares provincianos na sua cultura urbana, de vida fundada em relações marcadas pela honra, obediência e de cotidiano aparentemente pacato”⁹³, representava uma inovação que contrastava com o desejo de uma parcela significativa e influente da população, neste caso, os católicos.

Essa mudança nos costumes vem demonstrar o descompasso que se forma a partir da inevitável inovação advinda com a modernidade, posto que alguns aspectos modernos seriam desejáveis, enquanto outros não, conforme expõe o historiador Erick Assis de Araújo: “a tecnologia e o progresso técnico-científico [produtos da modernidade] são aplaudidos pelos católicos, porém, quando a propaganda modernista influenciava cotidianamente as opiniões e os comportamentos da população, havia um sistemático combate contra tais fenômenos.”⁹⁴

Tal discussão acerca da rejeição ou não do passado, conforme assinala Jacques Le Goff, nos coloca diante dos questionamentos propostos pelo honorável

⁹¹ Cabe ressaltar que o Jornal O Diabo auto-intitulava-se como o “orgam das areias”, tendo por redator-chefe o “Cão Covo”.

⁹² TUDO ERRADO. **Jornal O Diabo**, Fortaleza, 14 fev. 1904, p. 4.

⁹³ ARAÚJO, Erick Assis de. Você não é daqui: alusão católica à mulher moderna em Fortaleza (1940-1945). In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima; DAMASCENO, Francisco José Gomes; SILVA, Marco Aurélio Ferreira da (Org.). **Outras Histórias**: Fortaleza, cidade(s), sujeitos(s). Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2004, p. 165.

⁹⁴ Ibid., p. 163.

historiador francês: “quando e como as palavras ‘novo’ e ‘revolucionário’ se tornaram sinônimas de ‘melhor’ e ‘mais desejável?’”.⁹⁵

Recorremos, então, a outro ponto de vista, o de Anthony Giddens, para quem “os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes”.⁹⁶ Contudo, Giddens observa também que “existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno”.⁹⁷

Sendo assim, estaríamos diante da constituição e construção de uma nova identidade (ordem) urbana em Fortaleza, identidade esta consubstanciada em um intrínseco descompasso, ora vista como moderna e que havia rompido com uma identidade anterior, tradicional, mas que também poderia ser caracterizada através de suas continuidades entre passado e presente.

Objetivando-se que “a identidade é uma construção imaginária que se apóia sobre os dados concretos do real e os representa por imagens e discursos onde se realiza uma atribuição de sentido”,⁹⁸ a cidade de Fortaleza, inserida em um processo de mudanças, onde a modernidade se fazia sentir através da difusão de seus produtos, seria o palco onde as inovações modernas introduzidas no cotidiano da cidade teriam forte impacto nesta construção imaginária que é a identidade.

Ressaltamos, porém, que a inevitabilidade da inovação e da mudança relaciona-se tensamente com o desejo da sociedade fortalezense do período, pois muitas mudanças não eram consideradas dignas, úteis ou aptas a se inserirem no cotidiano da cidade.

Consideramos que “as identidades urbanas têm uma temporalidade de construção, que articulam uma coerência própria, perceptível numa determinada época”.⁹⁹ Dessa forma, para depreendemos, sob a ótica do historiador que no presente lança seu olhar para o passado, as identidades urbanas que se constituíam na Fortaleza entre o final do século XIX e o início do século XX, lançamos mão de

⁹⁵ LE GOFF, 1996, p. 213.

⁹⁶ GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 14.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ PESAVENTO, Sandra. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). **Anos 90**, Porto Alegre, n. 4, dez. 1995, p. 115-116.

⁹⁹ Ibid., p. 118-119.

relatos que, inseridos no contexto de mudança do período, nos fornecem um panorama que pode captar o “espírito da época”.¹⁰⁰

Por essa razão é que recorremos aqui às narrativas impressas nos periódicos da época, e principalmente às narrativas literárias, em especial às crônicas escritas sobre a capital cearense no período em análise, visto que:

A crônica é uma narrativa por excelência apropriada para o estudo do imaginário de uma época, entendendo nesta designação não só o sistema de idéias e imagens que toda comunidade constrói para si, mas, também, um conjunto de significados de que esta representação coletiva é portadora.¹⁰¹

Ainda conforme Pesavento, o imaginário:

É esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exeqüíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas.¹⁰²

Rememorando Giddens, quando este afirma que os modos de vida produzidos pela modernidade têm a capacidade de nos desvencilhar de todos os tipos tradicionais de ordem social, recorremos a uma crônica escrita sobre Fortaleza na década de 1930, onde o autor constata o processo de transformação por qual passava a cidade, percebendo dessa forma a ruptura que desvencilhou o presente do passado, para assim depreendermos a sensibilidade de quem, realmente possuído pelo espírito da época, via e vivia aquela realidade em transformação.

Sendo assim, o cronista João Nogueira, em uma crônica publicada em 1938, observa que “a Fortaleza de 1861, comparada com a de hoje, era, pode dizer-se, um arremedo de cidade”.¹⁰³ Fica nítida nesta comparação, que enfoca a capital cearense em dois momentos separados entre si por setenta e sete anos, que o progresso, trazido pela modernidade, se faria firmemente presente e que devido a ele, Fortaleza era uma capital que se mostrava meritória de ser tratada como uma cidade desenvolvida e não mais um mero arremedo de cidade.

¹⁰⁰ PESAVENTO, Sandra. Crônica: a leitura sensível do tempo. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997, p. 29.

¹⁰¹ Ibid., p. 34.

¹⁰² PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. v. 27, n. 53, 2007, p. 11-12.

¹⁰³ NOGUEIRA, João. **Fortaleza velha**: crônicas. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1981, p. 30.

A idéia de ruptura e consequentemente de modernidade se fazem presentes no relato de João Nogueira, contudo, o autor observa e ressalta aqueles que ainda não foram bafejados pelo sopro da modernidade: “que belo exemplo de amor à tradição não dão eles [os caboclos de *Porangaba*, que participavam da festa do divino] ao Ceará de hoje, que faz praça de esquecer o passado e de tudo renovar”.¹⁰⁴

Se “tudo se renova”, há, portanto, rupturas. Mas estas rupturas não conseguem extinguir a tradição, mesmo que ter amor à tradição, no relato do cronista, seja exceção e não regra.

O aspecto interessante a se ressaltar é que a cidade, que para alguns poderia ainda se mostrar ingênua e simples como uma criança, exalando simplicidade, é a mesma em que “dizem certos entusiastas que os desastres de rua estão na razão direta do progresso das cidades e que são o índice (ou termômetro) pelo qual se avalia o progredir de cada terra”.¹⁰⁵ Este trecho é de uma crônica de 1936 do mesmo João Nogueira que assinala o fato de viver numa Fortaleza que não mais seria um arremedo de cidade.

Porém, observa bem o cronista que o progresso não traz consigo somente vantagens, pois com o aumento do fluxo de veículos na cidade há, conseqüentemente, um aumento no número de acidentes.

Destilando toda sua ironia, o cronista faz uma apologia ao progresso: “quanto mais os nossos carros quebrarem pernas e matarem gente, tanto melhor, porque tais acidentes mostram que a Fortaleza tem vida, tem gente, movimento e progride”.¹⁰⁶

Eis o preço pago pelo progresso, que paradoxalmente ao gerar e evidenciar toda a vitalidade e movimento que existiam na cidade, assim o faria ao custo das valiosas vidas de seus habitantes.

Mas será que todos estavam dispostos a pagar esse alto preço? Será que todos os fortalezenses estavam dispostos a trocar a ingenuidade, a tranquilidade e a simplicidade de uma vivência numa cidade tradicional e provinciana, repleta ainda de hábitos ligados à vida do interior, por este progresso contraditório e paradoxal, repleto de benefícios, mas de malefícios também?

¹⁰⁴ NOGUEIRA, 1981, p. 103.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 166

¹⁰⁶ *Idem.*

Nesse ponto recorremos ao princípio da montagem por superposição, proposto por Walter Benjamin, visto que, conforme Willi Bolle, “a superposição de imagem é a mais propícia, entre as técnicas benjaminianas de montagem, para ‘radiografar’ o imaginário coletivo”.¹⁰⁷ Esse processo metodológico permitiria ao historiador ir justapondo personagens, imagens, discursos e expectativas do espaço urbano na constituição de seu imaginário.

E como a identidade é uma construção imaginária que se apóia no real, a realidade em transformação de Fortaleza no período aqui analisado, com seu preço (às vezes alto demais) a ser pago, encontrava tanto defensores ardorosos quanto críticos infatigáveis.

Confrontando ou superpondo relatos divergentes acerca das mudanças vividas em Fortaleza entre o final do século XIX e o início do século XX, consideramos que, segundo Italo Calvino, “não se pode dizer que um aspecto da cidade seja mais verdadeiro do que o outro”.¹⁰⁸

Sendo assim, são nos relatos fornecidos pelos cronistas sobre a cidade de Fortaleza das décadas finais do século XIX e , sobretudo, iniciais do século XX que podemos encontrar diversificados aspectos da vivência cotidiana na capital cearense.

Observamos ainda que a crônica, que tem a importância de apreender tais aspectos do cotidiano, deve ter sua relevância considerada por critérios de verossimilhança e não de veracidade¹⁰⁹, justamente para que não haja algo mais ou menos verdadeiro.

Um primeiro aspecto que podemos apreender nas crônicas escritas sobre Fortaleza é o que considera a cidade possuidora das seguintes características: pacata, ingênua, pequena, provinciana e de certo modo atrasada. Tais características revestem-se com uma conotação tanto de lamento como, principalmente, de saudosismo, visto que são reflexo de um tempo ainda não alterado (ao menos demasiadamente) pela “fúria destruidora de o nosso doido progredir”.¹¹⁰

¹⁰⁷ BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 98.

¹⁰⁸ CALVINO, 2007, p. 64.

¹⁰⁹ PESAVENTO, 1997, p. 34.

¹¹⁰ NOGUEIRA, 1981, p. 104.

Daí termos que “as horas passavam vagarosas e a vida era tão branda!”¹¹¹ É dessa forma que a capital cearense é descrita pelo poeta Artur Eduardo Benevides no poema intitulado “Fortaleza de outrora”, no qual o autor, prosseguindo, considera que na cidade “até o enfadonho era agradável”.¹¹²

Conforme a descrição acima do poeta, outras visões nos conduzem a uma cidade que outrora via as horas passarem sem muita pressa. Nas palavras do escritor Otacílio Colares, numa crônica cujo instigante título é “Fortaleza em desamor”, podemos fruir o seguinte: “Fortaleza de 1930 (...) Cidadezinha bucólica, burgo modesto, com ligeiras tintas dominicais, aqui e ali, mas, no fundo, ingênua e simples como as crianças”.¹¹³

Já segundo Moreira Campos, quando de sua chegada a Fortaleza em 1930, esta “era então provinciana, era menina, cadeiras nas calçadas e tristeza dos lampiões a gás em cada esquina”.¹¹⁴

Outro autor, Herman Lima, também faz alusão a uma cidade ingênua e que na década de 1920 ainda era possuidora de um cotidiano monótono: “tão ingênua e pacata aquela monotonia cotidiana, penetrada todavia de tanta ânsia de beleza e de sonho que ficou para sempre sobrepairando aos tumultos e paixões de todas as horas”.¹¹⁵

Outras visões, porém, não se referiam à ingênua e pacata monotonia cotidiana ou ao enfadonho viver na cidade de forma assim tão alvissareira. Podemos constatar isso em uma revista surgida em 1906 e que buscava justamente insurgir-se contra o marasmo e o tédio que se verificavam, segundo seus editores, na vida intelectual fortalezense no começo do século passado:

Do ambiente cheio de placidez e monotonia não emerge uma nota característica e forte, impressiva e alacre que abrindo caminho pela uniformidade, rutilasse, resplandecesse com mil cambiantes, vibrasse argentinamente, num festivo estalejar, sobre esta somnolência morbida e exhaustiva, sobre esta quietude de opíacos. De facto nossa psychologia é pobre e quase despida de atractivos; aqui viceja a flôr

¹¹¹ BENEVIDES, Artur Eduardo. **Poemas de amor a Fortaleza**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2000, p. 25.

¹¹² Idem.

¹¹³ COLARES, Otacílio. Fortaleza em Desamor. In: **Fortaleza 1910**. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, 1980b, p. 13.

¹¹⁴ SOUZA, Simone de; PONTE, Sebastião Rogério (Org.). **Roteiro Sentimental de Fortaleza**: depoimentos de História Oral de Moreira Campos, Antônio Girão Barroso e José Barros Maia. Fortaleza: UFC – NUDOC / SECULT – CE, 1996, p. 31.

¹¹⁵ LIMA, Herman. **Imagens do Ceará**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958, p. 116.

sinistra e amarga do Tédio, de petalos aduncos e violaceos, que insidiosamente é a força activa por excellencia de nossa Alma!¹¹⁶

Como podemos constatar, a tranqüilidade e a pacatez vivenciados na cidade, que para alguns revestiam-se de características positivas e desejáveis, para outros tinham um sentido de lamento: “passam-se os dias, os mezes, o anno, e podemos dizer que nada temos a accrescentar aos fastos da nossa historia”.¹¹⁷

Em mais um relato do já citado Otacílio Colares, a Fortaleza provinciana ainda tinha um aspecto acanhado, que podia ser descrito simplesmente da seguinte forma: “nos velhos tempos, a Fortaleza se dividia em três bairros distintos: bairro da Praia, bairro do Oiteiro e bairro do Comércio”.¹¹⁸

E recorrendo ainda a Colares, vemos esse autor propalar em seu livro, originalmente lançado em 1980, uma interessante proposta, que visava trazer a tona o passado, em uma verdadeira evocação à memória da cidade, para que, conforme Colares “as novas gerações não sejam levadas a pensar que o que hoje aí está seja obra miracular apenas da modernidade”.¹¹⁹

Tal evocação se dirigira, sobremaneira, aos estudantes, que assim seriam “transportados” a uma época longínqua e passada, sendo estes capazes, então, de entrar em contato com uma Fortaleza que já existira e que hoje (o hoje do autor, em 1980) corre (corria) o risco de desaparecer.

E o que representaria, em um contexto histórico, o desaparecimento de algo senão através do esquecimento? A citação em questão de Colares é longa, mas cremos que necessária, pois nela podemos bem entrever uma sucinta digressão por parte do autor através da história que já se viveu e se escreveu acerca da capital cearense:

É preciso levar estudantes, em obediência a um programa bem coordenado, a verem o Quartel-General da 10^a Região, antigo aquartelamento das chamadas tropas de linha lusas, que aqui vieram dar apoio aos desbravadores, a partir de Pero Coelho e Soares Moreno. Levá-los ao hoje tão sacrificado Passeio Público, antigo Largo da Pólvora, testemunha a longo tempo, da vida da cidade, desde quando esta não era mais que um modesto burgo de meia dúzia de casas, nas cercanias da Praça da Sé. Mostrar-lhes a Catedral em construção e chamar-lhes a atenção para o imperdoável crime que foi a demolição da

¹¹⁶ UCHÔA, Raul. Chronica. **A Fortaleza**, n. 7, 30 abr 1907, p. 13.

¹¹⁷ PIMENTA, Joaquim. Chronica. **A Fortaleza**, n. 3, 13 dez 1906, p. 10

¹¹⁸ COLARES, Otacílio. **Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande**. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980a, p. 63.

¹¹⁹ Ibid., p. 60.

igreja matriz, pobre mas cheia de história da Fortaleza amada. Levá-los, em grupos, aos terrenos onde está o prédio do antigo Palácio Episcopal, hoje praticamente abandonado e objeto de transação comercial e mostrar-lhes o pouco que ainda resta do verde de antigamente, no centro da cidade, árvores algumas delas testemunhas da nossa história, vicejando ainda às margens do cada vez mais sacrificado Pajeú. Mostrar-lhes o centenário Colégio da Imaculada Conceição, à Praça da Escola Normal, e dizer-lhes que, há um século, a bem dizer, ali terminava o perímetro urbano e o que existia mais para o leste e norte eram raras construções esparsas, no areal sem fim. Mostrar-lhes as águas, sempre poluídas, do lago existente na Cidade da Criança e dizer-lhes que aquilo, no tempo da cidade menina, era a Lagoa do Garrote e que aquela área centro-sul da cidade amada, segundo opinião de João Brígido e outros, foi terreno que o vulgo denominava "marinhas", ou porque até ali faziam suas incursões, periodicamente, as águas do Atlântico. Essas mesmas águas, que, com o passar dos anos, se foram afastando sempre e sempre, a ponto de deixarem, hoje, como terra firme, a baixada que vai do *platô* que é a Avenida Monsenhor Tabosa até as ruas e avenidas mais próximas do mar dos nossos dias. Num tempo em que os *palhabotes* e as *sumacas*, vindos dos portos do sul e do norte, encontravam acostamento tranqüilo em frente à Igreja da Prainha e as ondas do mar batiam na muralha do forte de Nossa Senhora da Assunção.

E outras coisas assim precisam ser ditas, reavivadas, quando não com amostragem direta, ao menos através de memórias, já que muito foi destruído pela insânia dos que, dominados pela mística do progresso, mandaram sempre às favas, por desinteresse ou falta de sensibilidade, o pouco que possuíamos merecedor de preservação carinhosa.¹²⁰

Sobre a memória e a maior de suas ameaças, o esquecimento, algo que se pode bem depreender a partir da preocupação acima enfatiza por Otacílio Colares, salienta Paul Ricoeur que "de fato, o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça que se delineia no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história".¹²¹

E como vimos mais acima nas palavras de Colares, este, longe de preocupar-se com a memória em seu sentido fenomenológico ou ater-se diretamente à história em sua condição epistemológica, visa sim tal autor, tão-somente (e seria mesmo necessário mais que isso?) dizer e mostrar certas coisas, pois assim, dessa maneira, dizendo e mostrando, essas coisas seriam sempre reavivadas e lembradas e conseqüentemente jamais esquecidas.

Recorrendo à descrição dos acanhados limites de Fortaleza, outro que se detém em levar tal tarefa a termo é Mozart Soriano Aderaldo, que considera que "por volta de 1887 a acanhada capital do Ceará apresentava, com diferenças mínimas,

¹²⁰ COLARES, 1980a, p. 60-62.

¹²¹ RICOEUR, 2007, p. 423.

as mesmas características da cidade colonial de 20 anos antes”.¹²² Detalhando sua descrição sobre a cidade temos que,

Seus limites não iam além das Ruas da Praia e da Misericórdia, da Rua de Baixo, da Rua Dom Pedro e da Rua da Amélia. Fora desse polígono, de pequenas proporções, só havia digno de nota o Palácio do Bispo, o Colégio das Irmãs e o Seminário. Tudo o mais eram areias, onde se levantavam apenas casebres de taipa e raras casas de tijolo desordenadamente construídas.¹²³

Recorrendo à narrativa de Araripe Júnior, disposta a seguir, temos a descrição da cidade de Fortaleza em dois tempos distintos, sendo um deles o “agora” do autor e o outro referente a uma cidade passada, que teve que se desenvolver muito para vestir-se do aspecto concernente à atualidade do autor quando de sua escrita:

A vila do Forte, precursora da formosa cidade de Fortaleza, tinha muito que trabalhar para vestir-se do aspecto atual. Areal movediço, aparelhado de tugúrios ignóbeis, onde, para obter água doce, cavavam-se profundíssimas cacimbas. O povoado consistia numa rua desguarnecida, que marginava o riacho Pajeú, hoje rua Coronel Sena Madureira, desde a igreja até o sítio conhecido por aldeota. Fora dessa rua algumas veredas marginadas por choupanas miseráveis, ocupando o ponto mais elevado da vila, onde existe a praça da Assembléia e ruas adjacentes. O mais consistia em construções oficiais. As fortificações contavam de um forte primitivo, refeito, aumentado e artilhado por Féo e Torres.¹²⁴

Reportando-nos a João Nogueira, este autor, que tinha a Fortaleza de 1861, quando comparada com sua congênere de 1938, como um arremedo de cidade, temos o cronista em uma descrição acerca da fisionomia da cidade:

Limitava-se ao N pelas ruas da Praia e da Misericórdia; a L pela rua de Baixo (Conde d’Eu); ao S pela rua de D. Pedro e a O pela rua Amélia (S. Pompeu). Fora desse âmbito, excetuados o palácio do Bispo, o colégio das Irmãs e o Seminário, tudo eram areias, casas de palha, uma ou outra casa de tijolo com sofrível aparência. Considerava-se uma loucura edificar para além destes limites, tão longe se ficava da cidade.¹²⁵

¹²² ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1974, p. 103.

¹²³ Idem.

¹²⁴ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. **O cajueiro do Fagundes** (Episódio Cearense). Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1975, p. 24.

¹²⁵ NOGUEIRA, João. Iluminação de Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LIII, 1939, p. 144.

Em outra crônica, intitulada “O Palácio antigo que o tempo sacrificou”, o já citado Otacílio Colares refere-se ao Palácio da Luz e ao tratar de sua localização, conforme palavras de João Brígido transcritas pelo autor das Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande, observa-se que,

Nos tempos da Fortaleza ainda simples burgo, era um casarão situado “fora de portas”, ou seja, fora dos limites do augusto perímetro da futura cidade, que era o compreendido, praticamente, entre o velho Quartel da Força de Linha (hoje QG da 10ª Região) e as ruelas que, vindas da beira do mar, avançavam poucas quadras para o sul, entre o Campo da Pólvora (hoje Passeio Público) e o Largo do Conselho (Praça Pedro II), este em frente à nova e inacabável Catedral.¹²⁶

Diversos são os relatos que se concentram em descrever os aspectos acanhados da Fortaleza das últimas décadas do século XIX e décadas iniciais do século XX. A relevância de tais relatos em forma de crônica para a compreensão das representações e do imaginário da cidade, lembrando Sandra Pesavento, reside no fato de que a crônica é uma narrativa apropriada para a análise do imaginário de uma época.

A cidade de Fortaleza do final do século XIX e início do século XX ainda possuía um perímetro urbano limitado, conforme o disposto nas narrativas acima citadas. Além disso, diversos são os relatos que descrevem a capital cearense como uma cidade nada mais que provinciana.

João Nogueira é enfático ao caracterizar a Fortaleza do final do século XIX como uma “cidade absolutamente pacata”.¹²⁷ Ao referir-se numa crônica ao relógio da Sé, o cronista considera que “primitivamente, era o regulador da cidade, espécie de coração da aldeia da pequenina e tranqüila Fortaleza de então”.¹²⁸

Em outra crônica os termos utilizados são “pequena e moderada”.¹²⁹ Mais ainda, o autor reporta-se “ao tempo em que Fortaleza era uma aldeia pobrezinha espalhada pelas areias do mar”.¹³⁰

Nos relatos de João Nogueira, temos a narração de uma cidade que nos estertores do século XIX e no alvorecer do século XX era meritória de designações

¹²⁶ COLARES, 1980a, p. 29.

¹²⁷ NOGUEIRA, 1981, p. 17.

¹²⁸ Ibid., p. 65.

¹²⁹ Ibid., p. 128.

¹³⁰ Ibid., p. 158.

como pacata, pequenina, tranqüila e moderada, além de ser denominada e classificada como uma simples aldeia.

Uma descrição dessas nos remete a uma realidade com hábitos muito provincianos, diríamos que mais para “aldeia” que “metrópole”, como vão sustentar alguns cronistas, pois conforme Nogueira “eram festivos e risonhos os enterros de *anjinhos* ao tempo em que a Fortaleza não tinha pretensões a Metrópole”.¹³¹

Na descrição de Mozart Soriano Aderaldo temos uma “Fortaleza, de inflexíveis tradições, aquela cidadezinha de 1887 guardando, inconscientemente talvez, o antigo espírito medieval”.¹³² O autor recorre, num aparente disparate, a uma comparação entre a Fortaleza da penúltima década do século XIX com o período medieval. Porém, logo a seguir há a devida explicação, pois haveria “a constante na profissão, que passava de pai a filho, sucessivamente”.¹³³

Rememorando um trecho da cidade, Aderaldo observa que lá “desenvolvia-se pacatamente a vida de alguns milhares de cearenses”¹³⁴ e ao descrever a festa da malhação do Judas na Fortaleza de antigamente, o autor cita que “liam-se os ‘testamentos’. Eram os do Outeiro, os de Arronches, os de outros arrabaldes da cidade, criticando a todos, principalmente os avarentos da pacata e encantadora capital de antanho”.¹³⁵

Em outras crônicas, prossegue a utilização de termos que denotam uma cidade simples e acanhada, como quando o autor refere-se “a evocação dos grandes dias do passado, quando a capital era um simples ajuntamento de casinhas de telha e ruas de areia branca”¹³⁶ ou quando de um texto, intitulado “percorrendo a Rua da Palma”, que trata da disposição dos imóveis localizados na referida rua, onde o autor observa o seguinte: “é que, havendo terreno de sobra na então acanhada cidadezinha de Fortaleza, seus proprietários podiam se dar ao luxo de desperdiçá-los, especialmente na parte em que eram menos valorizados – o chamado ‘lado do sol das ruas’”.¹³⁷

Devido, portanto, a acanhada ocupação populacional na Fortaleza do final do século XIX (o que explicaria perfeitamente o exíguo perímetro urbano da cidade),

¹³¹ NOGUEIRA, 1981, p. 85.

¹³² ADERALDO, 1974, p. 105.

¹³³ Ibid., p. 106.

¹³⁴ Ibid., p. 110.

¹³⁵ Ibid., p. 111.

¹³⁶ Ibid., p. 138.

¹³⁷ Ibid., p. 146.

havia verdadeiros desperdícios, conforme Aderaldo, pois a vida continuava demasiadamente pacata e simples numa cidadezinha acanhada, composta em grande parte de um mero ajuntamento de casinhas (que não mereciam nem a designação de casas) localizadas em ruas palmilhadas de areia branca.

Recorrendo a outro cronista, Raimundo de Menezes, podemos vislumbrar a seguinte cidade:

Fortaleza dos tempos antigos! Fortaleza d'outrora! Fortaleza dos lampiões a gás! Como eras diferente, na pacatez de cidade provinciana, na quietude de cidade ingênua. Tuas ruas estreitas, mal alumiadas pelos lampiões escassos, com os sobradões sombrios na ponta da rua, com as casinhas de telhados baixos, com os teus hábitos pacatos e modestos, como eras diferente de hoje!¹³⁸

Em outra crônica, intitulada “festanças d'outrora”, o autor deixa a seguinte observação: “quanta ingenuidade saborosa, nas festas antigas da Fortaleza dos nossos avós! Quanta simplicidade nos folguedos tradicionais que o tempo levou! Como eras encantadora, minha cidade amada, com as tuas festanças simples como tu mesma!”.¹³⁹

A tônica saudosista transparece nos relatos de Raimundo de Menezes, que no final da década de 1930 tinha um programa de rádio em Fortaleza, de grande audiência, denominado “coisas que o tempo levou” (título extensivo ao livro lançado por ele originalmente em 1938). O saudosismo torna-se evidente neste título, o que classificaria a presente obra de Menezes, conforme Pesavento, na vertente dos cronistas saudosistas.¹⁴⁰

Às diversas descrições de cidade pequena e acanhada, juntamos aquelas que consideram Fortaleza como uma cidade provinciana, repleta de práticas que muitas vezes são lamentadas e combatidas pelos cronistas. João Nogueira critica essa faceta provinciana da capital cearense. Vemos isso quando de sua seguinte observação: “e outras coisinhas que, chegando a Fortaleza, viram grandes coisas, como ainda hoje acontece”.¹⁴¹

Mozart Soriano Aderaldo, ao tratar da inauguração do Cine Moderno, ocorrida em 1922, observa que este passou a ser “frequentado pelas melhores

¹³⁸ MENEZES, 2000, p. 31.

¹³⁹ Ibid., p. 35.

¹⁴⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, p. 286.

¹⁴¹ NOGUEIRA, 1981, p. 25.

famílias da terra, dando-se assim novo passo para a alteração de costumes arraigados nos habitantes da cidade, até então excessivamente caseiros”.¹⁴²

O autor parece exultar as alterações ocorridas na cidade, exemplificado aqui na inauguração de um novo equipamento de diversão, que acabariam por modificar costumes que estavam arraigados nos habitantes de Fortaleza. Ao tratar do início do funcionamento das caixas postais, ocorrido em 1889, Aderaldo considera que tal serviço trouxe “grande melhoramento para a capital cearense, que, no alvorecer do Século XX, se esforçou por apresentar sinais de cidade adiantada”.¹⁴³

Acerca ainda do cinema, cabe ressaltarmos que esse equipamento, tão ligado aos avanços técnicos da modernidade, recebia diversas críticas, visto ser considerado, sobretudo pelos mais conservadores, como um perigo à moral. Percebemos isso no relato abaixo, que tratava da tal falta de moralidade nos cinemas:

O cinema sem moral, o cinema sem freios, o cinema de exibição de adultérios e outras perversões semelhantes, é o grande e o máximo factor de desmoralização na época moderna, mais do que o mau livro, mais do que o mau jornal, porque a immoralidade vista. A sociedade católica, a sociedade sã devia capacitar-se de que os cinemas de Fortaleza, em que não ha nenhum criterio de moral na exibição dos filmes, não podem merecer a sua confiança, não para ser freqüentados por quem preze as tradições de pureza dos costumes dos nossos lares.¹⁴⁴

Outros relatos que descrevem Fortaleza como uma cidade provinciana e atrasada podem ser auferidos, como nas crônicas de Otacílio Colares. Em uma delas, intitulada “A Fortaleza através das letras”, ao tratar da chegada ao Ceará do novo presidente da província, Manoel Inácio de Sampaio, ocorrida no distante ano de 1813, o autor refere-se a esta longínqua época, por ele não vivenciada, da seguinte forma:

Homem de vivência em centros então bem mais adiantados do Brasil, Sampaio, quando aqui aportou, o fez para encontrar um burgo mal desenvolvido, ronceiro em tudo – nos hábitos, nas tradições, no trato social e, sobretudo, no que concernia aos domínios da inteligência e da cultura.¹⁴⁵

¹⁴² ADERALDO, 1974, p. 53.

¹⁴³ Ibid., p. 50.

¹⁴⁴ O CINEMA sem moral. **Jornal O Nordeste**, Fortaleza, 10 jan. 1923, p. 7.

¹⁴⁵ COLARES, 1980a, p. 67.

Em mais outra crônica, as memórias sobre a Fortaleza de antigamente trazem a constatação de que eram “bons tempos aqueles, em que a cidade-menina era íntima de todos nós, que lhe conhecíamos as virtudes e os defeitos, mais virtudes que defeitos, na alma cândida de um século em começo...”.¹⁴⁶

Segundo Edigar de Alencar, Fortaleza não era apenas uma cidade pacata, provinciana e acanhada. Conforme o autor, a sociedade fortalezense era “bastante fechada e preconceituosa”¹⁴⁷, característica que coaduna-se com uma cidade realmente provinciana e tacanha e não, como desejavam muitos, desenvolvida, com ares de metrópole.

Em outra crônica, Alencar observa que “Fortaleza sempre fora uma sociedade preconceituosa, quase fechada. Esse preconceito era evidente até nos jardins públicos, onde as camadas da classe mais abastada podia misturar-se à da classe média, nunca, jamais, à massa”.¹⁴⁸

Vale ressaltar, porém, que havia cronistas que consideravam Fortaleza como uma cidade grande, moderna e desenvolvida. Em suma, muitos viam ou queria ver, ao contrário das opiniões acima citadas, a capital cearense como uma verdadeira metrópole. Evidentemente uma metrópole com suas muitas especificidades.

Exaltando o desenvolvimento alcançado pela cidade, podemos perceber no relato abaixo a opinião de um cronista que escrevia sobre a surpresa que teria um visitante que estivera em Fortaleza há pouco mais de dez anos com as transformações por quais passou a capital cearense:

O visitante que visitou Fortaleza há pouco mais de um decênio é agradavelmente surpreendido pelo seu desenvolvimento actual, e, sobretudo pela feição de modernismo, que em certo lapso de tempo, lhe modificou, radicalmente, a pacata e provinciana phisionomia de antanho.¹⁴⁹

Recorrendo a outros cronistas, temos um que se encantou com a cidade: Marciano Lopes. Este autor ressalta que “embora Fortaleza daquele tempo fosse uma encantadora província, se comparada à minha pequenina e inocente Beberibe,

¹⁴⁶ COLARES, 1980a, p. 152.

¹⁴⁷ ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de ontem e anteontem**. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980, p. 91.

¹⁴⁸ Ibid., p. 165-166.

¹⁴⁹ O VISITANTE que visitou Fortaleza há pouco mais de um decênio. **Jornal Correio do Ceará**, Fortaleza, 30 jun. 1924, p. 9.

me parecia uma Metrópole”.¹⁵⁰ É interessante percebermos que mesmo considerando Fortaleza uma “província”, o cronista, ao compará-la com sua cidade de origem, ainda menor, confere-lhe o *status* de Metrópole.

E prosseguindo nas comparações, o autor cita que sua chegada à capital cearense, proveniente de sua natal Beberibe, seria “algo como deixar Fortaleza, agora, e chegar à Nova York. Encantavam-me os prédios altos, as lojas bonitas e suas vitrinas, as ruas pavimentadas, os carros, o barulho ensurdecador dos bondes”.¹⁵¹

A realidade moderna vista e vivida por Marciano Lopes em Fortaleza, portanto, mostra-se deveras paradoxal e contraditória, pois a mesma cidade que é descrita por ele como uma “encantadora província”, também podia ser descrita como uma “metrópole”, na qual as ruas movimentadas, os prédios altos, os carros e os bondes encantavam a este novo habitante da cidade. Simultaneamente “metrópole” e “província”, a Fortaleza de Lopes variava sua alcunha de acordo, tão-somente, com a comparação com uma outra cidade, sendo esta maior (Nova York) ou menor (Beberibe).

Nesta mesma perspectiva levantada por Marciano Lopes, Antônio Martins Filho, no prefácio do livro sobre a Praça do Ferreira, de autoria de Daniel Carneiro Job, também se refere ao movimento da cidade:

Conheci a Praça do Ferreira nos idos de 1918. (...) Esta, aliás, a primeira aventura de um garoto de quatorze anos, ávido em conhecer a cidade grande, ruas largas e movimentadas que conduziam a praças cheias de árvores, sobrados e edifícios de muitos pavimentos, de onde a gente chegava a ver o mar.¹⁵²

Tanto para Marciano Lopes como para Antônio Martins Filho, a Fortaleza daquela época merecia títulos enaltecedores como o de “metrópole” e de “cidade grande”, respectivamente. Como os dois são oriundos do interior do Estado, tais títulos decorrem das comparações entre a capital cearense, então já a maior e mais importante cidade (política, econômica e administrativamente) do Ceará, com as cidades natais de ambos. Mas se as comparações são feitas tendo como parâmetro

¹⁵⁰ LOPES, Marciano. **Royal Briar**: Fortaleza dos anos 40. 3. ed. Fortaleza: Tipoprogresso, 1989. p. 110.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² JOB, Daniel Carneiro. **Praça do Ferreira**: o inédito, o sério e o pitoresco. 2. ed. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo, 1992. p. 5.

metrópoles mundiais, como Nova York, por exemplo, o título passa a ser outro: “província”, como cita Lopes.

Um poema de José Maria Mendes sobre a cidade de Fortaleza, transcrito por Raimundo Girão no livro “Retrato de Fortaleza”, dá bem a medida dessa cidade que podia ser tanto metrópole quanto província:

Cidade algo moderna, algo provinciana, algo civilizada e algo mal educada. Em resumo, porém: cidade formosa, hospitaleira e gostosa. Movimento nas ruas, arranha-céus, casinhas pequeninas, onde nosso amor nasceu. Automóveis de luxo. Caminhões e aviões. Jumento carregando água. Pregões. Ônibus repletos, businando. Guardas apitando, reclamando e multando.¹⁵³

A cidade acima descrita presencia a coexistência de práticas urbanas totalmente distintas, quiçá antagônicas, onde a modernidade, que se faz representar por produtos ligados à tecnologia, como aviões, caminhões e automóveis, convive no mesmo espaço com aspectos que se relacionam diretamente ao provincianismo, bem caracterizados com a imagem do jumento que carrega água em plena cidade (um meio de transporte nada ligado à tecnologia ou à cidade, mas sim ao interior).

A cidade de Fortaleza, que é tida como “formosa, hospitaleira e gostosa”, características estas que independem da modernidade, surge paradoxal e contraditória no relato do autor, pois ela é ao mesmo tempo, moderna e provinciana, civilizada e mal-educada.

Mas para ser “formosa, hospitaleira e gostosa”, a cidade necessitava continuamente estar a transformar-se. Essas transformações/reformas urbanas aplicadas em Fortaleza desde o século XIX visavam construir uma cidade desejada, na qual os aspectos relacionados à civilidade e à modernidade seriam valorizados. Ou seja, em tese, não deveria, ainda na metade o século XX, persistir uma cidade algo moderna, algo provinciana, mas tão-somente uma delas, no caso, apenas a cidade moderna.

A intervenção governamental no espaço da cidade visando transformá-la em uma urbe notadamente moderna pode ser percebida pela adoção dos planos urbanísticos de Silva Paulet e Adolfo Herbster e mesmo no de Nestor Figueiredo (que não viria a ser concretizado). Esses planos coadunam-se com a perspectiva de

¹⁵³ MIRANDA, Ubatuba de; GIRÃO, Raimundo. **Retrato de Fortaleza**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1954, p. 65-66.

reformatar a cidade, transformando-a, a partir da cidade que se tinha, na cidade que se queria e dotando-a de feições civilizadas, progressistas e modernas.

Mas além de civilizar e modernizar a cidade se fazia também necessário ordená-la. E a razão ordenadora¹⁵⁴ contida no primeiro plano urbanístico elaborado para Fortaleza, o de Silva Paulet em 1818, obedecia aos princípios reguladores do plano em xadrez: unidade, planificação e ordem rigorosa.

É dentro deste rigor que o Engenheiro Antônio José da Silva Paulet, ajudante de ordem do então governador da Província do Ceará, Coronel Manuel Inácio de Sampaio elabora o plano urbanístico em xadrez que até hoje permanece como a matriz básica da cidade de Fortaleza.¹⁵⁵

Já que o plano em xadrez impunha unidade, planificação e ordem rigorosa à vivência na cidade, isto concedia aos “produtores do espaço”, segundo José Ernesto Pimentel, a condição de terem em mãos uma cidade manipulável. Além disso, observa o historiador que:

A cidade de Fortaleza assentou-se em bases urbanísticas e racionais, já muito cedo. Nasceu extemporânea para uns, tal como Raimundo Girão, que considerou com espanto o traçado em plano ortogonal, esboçado em 1823, “quando não havia tomado corpo à ciência urbanística”. Uma cidade muito bonitinha e alinhada. Sua modelação urbana de fato não esperou nem a modernidade econômica. Ela foi plano racional ordenador antes de “espelhar” o progresso do século. Seu caráter moderno nunca esteve dissociado da vivência de hábitos, costumes e etiquetas de distinção e controle frente ao homem cotidiano. Desde cedo, as classes sociais mais abastadas tinham à mão uma cidade geometricamente manipulável.¹⁵⁶

A razão que ordena e regula e que foi a base do plano de Silva Paulet, cumpriu bem sua função, e, como observa Paulo Linhares, “a prova de que este plano, quando utilizado em Fortaleza, cumpriu bem sua tarefa de criar espaços novos para ordenar as relações sociais, foi seu reaproveitamento por Adolfo Herbster, já em 1875”.¹⁵⁷

¹⁵⁴ Cf. LINHARES, Paulo. **Cidade de Água e Sal**: por uma antropologia do Litoral Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992. O terceiro capítulo, da segunda parte deste livro intitula-se “A razão ordenadora”. Referido capítulo trata justamente dos planos urbanísticos de Silva Paulet e Adolfo Herbster.

¹⁵⁵ Ibid., p. 179.

¹⁵⁶ PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Urbanidade e Cultura Política**: a Cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no Século XIX. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1998, p. 13.

¹⁵⁷ Ibid., p. 181.

Antes, porém, de prosseguirmos até o plano de Herbster, cabe abriremos um parêntese acerca do sentido de razão aqui aplicado. Para Alain Touraine, a modernidade é marcada pela difusão de certos produtos, nos quais se incluem aqueles ligados à racionalidade.¹⁵⁸ A razão, ao lado da ciência e da tecnologia, gera produtos que originam e dão sentido à modernidade. Portanto, a razão ordenadora que se impunha em Fortaleza, buscando estabelecer uma nova ordem urbana, estava totalmente calcada na modernidade.

Reaproveitando o plano de Silva Paulet, o engenheiro da Província do Ceará Adolfo Herbster elaborou a Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, concluída em 1875. Esta planta dotava a cidade com três bulevares (as atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel). Uma das finalidades dos novos bulevares era, “num futuro breve, facilitar o escoamento do movimento urbano”.¹⁵⁹

Outra finalidade dos bulevares era determinarem os limites do espaço urbano da cidade:

Herbster cercou os limites do espaço urbano por uma cinta de avenidas, no total de três. Duas delas partiam do mar, correndo paralelas em busca da parte sul da cidade (as atuais Av. do Imperador e Av. D. Manuel). Mais à frente elas são interceptadas ortogonalmente pela terceira (Av. Duque de Caxias), que ultrapassa a cidade no sentido leste-oeste.¹⁶⁰

A influência das reformas do Barão de Haussmann em Paris, com seus espaçosos bulevares que davam vazão a um tráfego pesado¹⁶¹, são evidentes na planta adotada por Herbster em Fortaleza. Da cidade-luz irradiavam tendências que seriam seguidas por várias cidades do mundo. Tal fato não seria diferente na capital cearense, que recebia efusivamente as novidades advindas da Europa.

E os bulevares projetados por Herbster para Fortaleza constituíam uma novidade inserida no que de mais moderno havia no mundo na época, visto que eles

¹⁵⁸ TOURAINE, 1999, p. 17.

¹⁵⁹ PONTE, 2001, p. 23

¹⁶⁰ PIMENTEL FILHO, 1998, p. 33.

¹⁶¹ Marshall Berman informa-nos que “quando Haussmann deu início aos trabalhos nos bulevares, ninguém entendeu por que ele os queria tão espaçosos: de trinta a cem metros de largura. Só depois que o trabalho estava concluído é que as pessoas começaram a ver que essas estradas, imensamente amplas, meticulosamente retas, estendendo-se por quilômetros, seriam vias expressas ideais para o tráfego pesado”. Cf. BERMAN, 1998, p. 153.

eram considerados “altamente revolucionários para a vida urbana do século XIX”.¹⁶² E esta revolução na vida urbana já era aplicada na cidade antes mesmo do final do referido século, o que demonstraria a busca, por parte dos “produtores do espaço”, em aplicar na capital cearense, produtos que consolidassem a condição moderna da cidade.

Mas além da óbvia praticidade dos bulevares em facilitar o movimento urbano (algo indicativo da existência de um fluxo crescente) que existia na cidade, “o principal objetivo da nova planta era disciplinar a expansão de Fortaleza, o que, de fato, consegue, pelo menos até 1930”.¹⁶³ O bulevar, símbolo da modernidade, modernidade esta que representaria a prevalência da cidade desejada, marcava a fronteira (real e simbólica) entre a “Fortaleza que se queria” e a “Fortaleza que se tinha”.

Para além dos bulevares, porém, descortinava-se uma “outra” cidade, onde a modernidade e seus produtos não se faziam lá muito presentes. Para além das fronteiras impostas pelos bulevares só existiam as areias. Estas representavam “a outra face urbana de Fortaleza, constituída pelos bairros periféricos, [que] pouco sentia a presença ou os efeitos da modernização propalada”.¹⁶⁴

O historiador Gisafran Jucá intitula essa parte de Fortaleza de “o reverso da cidade”. Seriam, pois, as areias a “anticidade”, local onde as práticas ditas civilizadas eram pouco ou nada aplicadas? Seriam, por extensão, os habitantes das areias os “anticidadãos”, totalmente distintos daqueles que viviam aquém das fronteiras criadas pelos bulevares, espaço este que fazia jus ser chamado de cidade? Haveria duas cidades de Fortaleza, quase antagônicas, co-existindo numa só?

Para o antropólogo Gilberto Velho não é a grande cidade que inaugura a heterogeneidade. Porém, ele mesmo observa que “o estilo de vida urbano contemporâneo leva ao paroxismo os mecanismos universais de diferenciação, base

¹⁶² BERMAN, 1998, p. 146.

¹⁶³ PONTE, 2001, p. 23.

¹⁶⁴ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. A modernização de Fortaleza e o cotidiano da população: 1930-1960. In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima; DAMASCENO, Francisco José Gomes; SILVA, Marco Aurélio Ferreira da (Org.). **Outras Histórias**: Fortaleza, cidade(s), sujeitos(s). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 129.

da vida social”.¹⁶⁵ E a diferenciação e a segregação, em Fortaleza, não eram impostas apenas pelas “fronteiras” representadas pelos bulevares:

As práticas de confinamento se articularam entre visíveis e invisíveis. O Passeio Público, tão reputado, se compunha de três avenidas, cada uma reservada a uma camada social. O “Clube Cearense”, criado em 1867, não era freqüentado senão pelos grandes comerciantes conscientes de seus laços com a Europa. A Avenida Sete de Setembro que partia da Praça do Ferreira era reservada às elites durante o carnaval. O exercício da distinção importava ainda, já na primeira metade do século XX, a mudança de residência das elites do bairro de Jacarecanga, na zona central, para a zona leste da cidade.¹⁶⁶

Marshall Berman, ao comentar dois poemas do escritor francês Charles Baudelaire, ambientados em um moderno e movimentado bulevar na Paris metamorfoseada pelas reformas do Barão de Haussmann no século XIX, depara-se com a existência de duas realidades que também poderiam ser postas para Fortaleza: a calçada e a sarjeta.

O oceano que os separa [os dois poemas] corresponde ao passo que vai da calçada à sarjeta. Na calçada, pessoas de todas as classes se reconhecem comparando-se umas às outras segundo o modo como se sentam ou caminham. Na sarjeta, pessoas são forçadas a se esquecer do que são enquanto lutam pela sobrevivência.¹⁶⁷

Nos poemas de Baudelaire, a calçada representava a modernidade emergente, visto estar colocada ao lado do moderno bulevar. Já a sarjeta é a “anticalçada”, onde sequer são oferecidas oportunidades claras de sobrevivência. E o que separa estas duas realidades, ao mesmo tempo paradoxalmente tão próximas e tão distantes, é um imenso oceano, quase impossível de ser transposto, apesar de que para isso bastasse um único passo, justamente a distância que separa essas realidades.

Traçando uma analogia entre a Paris descrita acima por Baudelaire e a Fortaleza do final do século XIX e início do século XX, no que concerne ao simbolismo representado pelos modernos bulevares, percebemos que a “calçada parisiense” tem um sentido análogo à “Fortaleza do calçamento”, enquanto do mesmo modo a “sarjeta” de lá se compara à “Fortaleza das areias”. Nas primeiras, o

¹⁶⁵ VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 227-234.

¹⁶⁶ SANTIAGO, Pádua. Pirambu: espaço estratégico de inserção no modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo. In: GADELHA; DAMASCENO; SILVA, 2004, p. 61-62.

¹⁶⁷ BERMAN, 1998, p. 153.

convívio social e o reconhecimento, nas últimas, a luta pela sobrevivência e o esquecimento.

A Fortaleza do calçamento é evidenciada através da utilização deste avanço tecnológico, que possibilitou um domínio sobre a natureza hostil numa cidade arenosa.¹⁶⁸ A historiadora Sandra Pesavento observa que “as modificações sobre a natureza eram um imperativo, podendo mesmo se dizer que o fenômeno urbano é marcado pela intervenção/vitória do homem sobre o meio”.¹⁶⁹ A Fortaleza do calçamento, portanto, seria a concretização da cidade que se queria, construída a partir da cidade que se tinha, ou seja, a Fortaleza das areias.

O historiador Antonio Otaviano Vieira Júnior enfatiza as várias iniciativas do poder público em tentar solucionar o problema gerado pelas ruas de areia¹⁷⁰ e salienta que “a ameaça provocada pelo intenso açoite das *correntes das areias* estava associada diretamente não apenas com a localização da cidade, mas também à ausência de uma pavimentação mais acurada”.¹⁷¹

As dificuldades de pavimentação eram percebidas em diversos lugares do Ceará, e “especialmente em Fortaleza, que deveria servir [de exemplo] enquanto signo de civilidade e desenvolvimento para outras cidades cearenses”.¹⁷² Se Paris influenciava Fortaleza, essa por sua vez deveria influenciar as outras cidades do interior do Estado, sendo o exemplo de civilidade e modernidade a ser seguido. A partir da capital, as mudanças inseridas em sua fisionomia urbana deveriam se espalhar por todo o Ceará.

Nas primeiras décadas do século XX, de acordo com o historiador Francisco Carlos Jacinto Barbosa, seria bastante comum em Fortaleza a organização e realização de festas e outros divertimentos. Segundo este autor, “tanto as camadas privilegiadas como as mais populares não hesitavam em

¹⁶⁸ Em viagem a Fortaleza, o norte-americano Daniel Kidder observa que “a primeira coisa que se pode dizer do Ceará é que a cidade é inteiramente construída sobre areia. Desde a praia até o bairro mais distante, só se vê areia”. Cf. KIDDER, Daniel. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil**. Províncias do Norte. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980, p. 153.

¹⁶⁹ PESAVENTO, Sandra. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: **Porto Alegre na virada do século XIX**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS- ULBRA-UNISINOS, 1994, p. 131.

¹⁷⁰ Cf. Vieira, 2005, p. 33-39. No segundo capítulo do livro, intitulado “Futuro promissor: porto, ruas, iluminação, pontes e estradas”, há um tópico, intitulado “As Ruas de Areia”, que se refere ao assunto.

¹⁷¹ VIEIRA JR., Antonio Otaviano. **Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005, p. 35.

¹⁷² Idem.

participar de algum evento capaz de quebrar a monotonia da vida diária”.¹⁷³ Contudo, haveria uma diferenciação clara na espécie de divertimento a qual cada camada tinha acesso:

Marcadamente dominado pela moderação com que aconteciam, as festas “chiques”, promovidas pelas elites fortalezenses, em muito se diferenciavam das que os populares costumavam fazer. Sem contar com humildade, estas eram caracterizadas pelo exagero e o desregramento. Bebia-se bastante, dançava-se muito e, não raro, acontecia alguma briga séria, motivo pelo qual a imprensa as olhava com um tom de nojo e reprovação moral.¹⁷⁴

Tais festas populares por certo não se enquadravam nas perspectivas daqueles que intentavam dotar a cidade com características modernas, visto que o desregramento por parte dos “populares” era justamente contra as regras de civilidade tão almejadas e defendidas por quem transformava/construía a cidade conforme suas necessidades e vontades. Nesse ponto havia a quebra da rotina (leia-se ordem, controle, moral e disciplina) que se desejava impor através da modernidade e não o oposto, ou seja, a modernidade quebrando a rotina vigente no cotidiano daqueles que se mostravam refratários à essa mesma modernidade e as mudanças por ela propaladas.

Para o cronista João Nogueira, as festas e manifestações populares, ainda no século XIX, tinham mesmo o intuito de quebrar a monotonia existente na cidade, apesar de possuírem um caráter majoritariamente religioso. E com o passar dos anos e o conseqüente advento da modernidade, tais festas foram se “civilizando”, tornando-se menos “grotescas”. Tais festas eram descritas pelo cronista da seguinte maneira:

Antigamente as festas na Fortaleza quase se limitavam aos atos graves da Igreja ou às novenas, seguidas que eram dos leilões de prendas e das *máquinas*, que subiam acompanhadas de fogos do ar e dos assobios dos meninos, chamando o vento.

As moças de então se abraçavam e choravam ao fim de cada novena, precisamente quando a música entoava peças alegres.

Mais tais diversões, em datas fixas do ano, não bastavam para quebrar a monotonia do tempo restante. Nossos antigos corriam, então, a tudo o que interrompesse o ramerrão da vida, fosse a execução de um condenado, fossem festas quaisquer, para as quais nunca lhes faltava o necessário.¹⁷⁵

¹⁷³ BARBOSA, 1997, p. 161.

¹⁷⁴ Ibid., p. 162-163.

¹⁷⁵ NOGUEIRA, 1981, p. 87.

Em outra crônica, alusiva à chegada dos caboclos de *Porangaba* na tradicional festa do Bom Jesus, João Nogueira ressalta, comparando-a com outra festa existente em Fortaleza, a do Divino, que esta “passou porque não tinha raízes na fé; [enquanto] a dos Caboclos não passou por ter ali as suas raízes”.¹⁷⁶ Independente dos motivos da persistência da festa do Bom Jesus (seu apego à fé católica) interessa-nos perceber que sua prática, em plena década de 1930, representava uma quebra na tentativa de consolidar uma rotina ordeira e moralizante na vida urbana da capital cearense.

Mas no início do século XX, as festas realmente populares e que atraíam as atenções da camada da população menos favorecida em Fortaleza eram os “batuques ou, como se costumava falar, os forrobodós. Geralmente aconteciam em bairros mais afastados do centro e, nem sempre, com a autorização da polícia”.¹⁷⁷ Como tais festas muitas vezes fugiam ao controle da autoridade policial, podemos supor que elas conseguiam quebrar a rotina (muitas vezes repressiva) que se impunha com a modernidade e, além disso, quebravam a possibilidade dos “produtores do espaço” em introduzir, através da razão, a ordem e a disciplina tão almejadas por eles.

Sandra Pesavento ressalta a furiosa ação dos agentes históricos que fomentavam estas transformações, contrastando, enfim, com a construção da imagem do pobre (os estranhos, no paraíso?), que não se adequavam a elas:

Esta fúria de embelezamento, conforto, higiene e segurança que, enfim, tanto expressava um ideal de civilização quanto os interesses burgueses [dos “construtores do espaço”], implícitos na renovação urbana, tinha o seu complemento na estruturação de uma imagem do pobre como perigoso, indisciplinado, com aspecto e comportamento não recomendável. Feios, sujos, malvados...¹⁷⁸

Tais transformações frenéticas, com toda sua fúria por inovações, por certo, têm na modernidade e seus produtos sua grande fomentadora. Estas transformações alteravam diversos aspectos cotidianos vivenciados na cidade, do trabalho ao lazer, das relações entre o público e o privado, do acesso (ou não) aos benefícios implantados com o progresso. Mas podemos considerar que estas

¹⁷⁶ NOGUEIRA, 1981, p. 103.

¹⁷⁷ BARBOSA, 1997, p. 63.

¹⁷⁸ PESAVENTO, 1994, p. 139.

transformações, por mais que se buscassem instalar em toda a cidade, beneficiavam bem mais a construção de uma cidade que se queria, construída a partir da cidade que se tinha. Ou seja, o “paraíso” não estava reservado a todos os habitantes de Fortaleza.

A cidade inegavelmente se transformava e “as melhorias ocorriam, mas poucos delas se beneficiavam. Melhoramentos urbanos, saneamento, iluminação? Só para os afortunados, moradores dos bairros *chics*”.¹⁷⁹

Mas retornando ao questionamento inicial proposto por Calvino, qual é o objeto de uma cidade em construção senão uma cidade? Deparamo-nos também com a necessidade de nos questionar acerca das intencionalidades de tal construção, visto que a cidade que se constrói, constituindo-se então como uma cidade específica, moderna, urbanizada e civilizada, segue preceitos e diretrizes estabelecidos¹⁸⁰ por determinados sujeitos historicamente situados, aqueles que o geógrafo francês Marcel Roncayolo chama de “produtores do espaço”, que acabam por fomentar a construção dessa nova ordem urbana.

Se a modernidade enseja mudança, os fortalezenses, inseridos em um contexto de tempo moderno, tal qual vislumbramos Fortaleza entre o final do século XIX e início do século XX, deveriam ser todos movidos, ao mesmo tempo, na mesma direção e com a mesma intensidade por esse desejo de mudança, que nada mais seria que “um desejo de autotransformação e de transformação do mundo em redor”¹⁸¹, conforme já vimos anteriormente na perspectiva levantada por Marshall Berman.

Considerando, portanto, que a cidade se modernizava construída segundo determinações impostas pelos produtores do espaço, devemos direcionar nossa atenção não a estes, mas sim aos consumidores do espaço, diga-se que do mesmo espaço, pois se percebemos que o mundo ao redor destes se transformava (vide a inserção dos produtos da modernidade no cotidiano de Fortaleza), o mesmo não acontecia plenamente com eles próprios. Eles não se autotransformavam, a luz da modernidade, por completo.

Porém, se havia um descompasso entre a cidade que se modernizava e quem nela habitava, havia descompassos, no contexto da modernização por qual

¹⁷⁹ PESAVENTO, 1994, p. 140.

¹⁸⁰ Como demonstra a Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, elaborada em 1875 pelo engenheiro Adolfo Herbster.

¹⁸¹ BERMAN, 1998, p.13.

passava Fortaleza, entre os próprios habitantes, ressaltados nas condutas e anseios cotidianos diferenciados adotados por diferentes segmentos sociais:

As famílias moradoras na rua Coronel Guilherme Rocha, no quarteirão compreendendo as ruas Padre Mororó e Concórdia, pedem-nos chamemos a atenção da Polícia e da hygiene contra desocupados indecorosos que não os deixam em socego, pois, das ruínas das casas incendiadas ali, fazem centinas, que não se podem supportar. Além disso, palavrões obscenos a cada instante estão repetindo, com ofensa ao decoro das famílias.¹⁸²

Além disso, a busca por ordenar e civilizar a cidade, estabelecida não só na configuração dos planos urbanísticos, também se estendia a hábitos e condutas praticadas cotidianamente por indivíduos listados nas fileiras daqueles que, por não se enquadrarem nas regras de urbanidade e modernidade, deveriam ser ordenados, civilizados e vigiados:

A sociedade, para combater o exército do crime, precisa organizar um registro de todos os indivíduos que o compõem, de todos que se engajam diariamente nas suas fileiras e que uma primeira sentença condenatória designa como futuros reincidentes. E torna-se mister que a Polícia possa vigial-os, seguil-os, nos seus passos, reconhecê-los sob os disfarces que adoptam e restituir-lhes a verdadeira personalidade e o verdadeiro estado civil, não, obstante os seus pretextos. É necessário, assim, possuir um sistema de fichas, contendo os indivíduos que tenham negócios com a justiça.¹⁸³

Ao analisarmos alguns discursos proferidos por cronistas e memorialistas, que tinham a cidade de Fortaleza como principal matéria-prima para seus escritos, podemos perceber este descompasso entre a autotransformação dos cidadãos em modernos e a transformação do mundo em redor, mundo este representado pela emergência de uma Fortaleza moderna.

Nesse caso, o ideal deveria ser de um desenvolvimento, tanto do indivíduo como da cidade, absorvidos, ambos, num mesmo contexto de modernização. Isso sim seria o ideal em uma perspectiva de modernização, conforme relata-nos Marshall Berman, ao analisar a figura do *Fausto* de Goethe, considerado por ele um dos heróis de uma cultura moderna. Para Berman:

¹⁸² AS FAMÍLIAS moradoras na rua Coronel Guilherme Rocha. **Jornal O Nordeste**. Fortaleza, 9 fev. 1923, p. 5.

¹⁸³ RELATÓRIO apresentado ao presidente do Estado Sr. Dr. João Thomé de Saboya e Silva por José Eduardo Torres Câmara, Chefe de Polícia. Fortaleza, Chefatura de Polícia, 31 maio 1917.

Uma das idéias mais originais e frutíferas do *Fausto* de Goethe diz respeito à afinidade entre o ideal cultural do *autodesenvolvimento* e o efetivo movimento social na direção do desenvolvimento *econômico*. Goethe acredita que essas duas formas de desenvolvimento devem caminhar juntas, devem fundir-se em uma só, antes que qualquer uma dessas modernas promessas arquetípicas venha a ser cumprida.¹⁸⁴

Dessas modernas promessas arquetípicas, configura-se a cidade de Fortaleza, com seus produtos modernos, presentes cada vez mais na cidade graças a um desenvolvimento econômico, tecnológico e modernizante, inserindo-se num contexto onde essas promessas passavam da mera condição de um vir a ser a uma visível concretização. Porém, alguns discursos nos dizem que talvez a cidade, mas não seus habitantes, estavam inseridos nessas mesmas modernas promessas: “de repente, o homem desavisado se apercebe do que lhe era, até então, insuspeitado. E vê que está deslocado, em meio à paisagem, aquela paisagem que foi a sua grande companheira de infância”.¹⁸⁵

Esta crônica de Otacílio Colares intitula-se “Fortaleza em desamor”. Mas onde estaria então este “desamor” que marcaria a cidade de Fortaleza? A resposta consta na mesma crônica: “É que, enquanto o homem cresce para envelhecer, as cidades crescem para remogar e – o que em parte dói – para mudar de fisionomia, de costumes, de modos de ser”.¹⁸⁶ Seria então este desamor que afetava Fortaleza, segundo o cronista Otacílio Colares, causado pelas transformações advindas com a modernidade?

A observação acima, sobre a cidade que cresce, se remoça, muda de fisionomia, costumes e modos de ser, é indicativa da presença da modernidade como fomentadora destas mudanças, visto ser a modernidade marcada pelo signo da ruptura. O contraste entre o homem e a cidade, contraste este provocado pelas mudanças ocasionadas pela modernidade, opõe o primeiro, que cresce, mas para envelhecer, da última, que ao crescer faz o oposto, remoça-se. O “desamor” em Fortaleza marcaria justamente este antagonismo, este descompasso entre a cidade e os que nela habitavam, representando assim a vivência “não natural” que se teria numa cidade moderna, onde a contradição e o paradoxo se fariam sempre presentes.

¹⁸⁴ BERMAN, 1998, p.41.

¹⁸⁵ COLARES, 1980b, p. 13.

¹⁸⁶ Idem.

Se a cidade, ao contrário dos homens que envelhecem com o passar dos anos, remoça-se, graças à modernidade e ao progresso, percebemos que estes atingem e modificam a cidade de tal maneira, tornando-a menos “humana”, que tais mudanças restringem-se à cidade e não é extensivo a seus habitantes. Assim o demonstra o poeta Artur Eduardo Benevides: “mesmo que ficas menos humana nesse imenso progresso que te engana, ainda assim és linda”.¹⁸⁷

Se o poeta, reconhecendo as mudanças pelas quais a cidade passou, absorva num imenso progresso que afinal não passa de algo enganador, ainda assim a reputa como linda, temos uma declaração que evidencia mais uma vez não só mais um descompasso entre a cidade que se modernizava e seus habitantes, mas um descompasso entre seus próprios habitantes, muitos dos quais “enganados” e deixados seduzir pelo progresso.

Assim, ao tratar da cidade que se mantém linda, apesar do progresso, as palavras do poeta soam como uma “declaração de que os velhos não pretendem adaptar-se ao desejo de mudança de seus filhos”.¹⁸⁸ Desta forma, nem todos, como Artur Eduardo Benevides, viam o progresso como algo enganador, mas o viam, e de forma mais ampla a própria modernidade, como algo deveras salutar para o desenvolvimento de Fortaleza.

Antes do irresistível afã da modernidade que solapou os fortalezenses, sobretudo aqueles que gozavam das benesses de se viver “no paraíso” representado pela modernidade, tínhamos uma vivência que sob a ótica moderna seria considerada provinciana e atrasada. Mas este atraso em relação à modernidade, contudo, podia ser considerado não um atraso em relação ao indivíduo:

De tudo e de todos nos lembramos, e até folgamos, desvanecidos e saudosos, de contar-o e recontar-o aos pequerruchos, que ouvem boqui-abertos, como exemplo, estímulo ou lição que devem tomar.¹⁸⁹

Eis, para o autor, a lição que os jovens deveriam tomar, lição esta trazida pela lembrança da cidade de antanho, pois Fortaleza, enquanto moça, antes da

¹⁸⁷ BENEVIDES, 2000, p. 117.

¹⁸⁸ BERMAN, 1998, p. 59.

¹⁸⁹ NOGUEIRA, Paulino. Um epitaphio na calçada. In: **Almanaque do Ceará**. Fortaleza, 1900, p. 142.

frememente emergência da modernidade, assemelhava-se mais a um frade trapista que a alguma outra forma degenerada de cidade moderna.¹⁹⁰

Conforme Artur Eduardo Benevides, em um poema intitulado “em louvor de Fortaleza”: “já não te sinto como antigamente: ou envelheci, ou de repente perdeste, em moderníssima grandeza, o casto ar gentil de tua beleza”.¹⁹¹

O descompasso aí está presente. Se o homem não consegue sentir mais sua devotada cidade como antigamente, há duas explicações para isso. A primeira decorre de um processo biológico natural: o envelhecimento. A segunda provém de um fenômeno desencadeado pela modernidade: a outrora casta cidade, bela e com ar gentil, perdeu tais características, devido a uma grandeza, não possível de ser acompanhada pelo homem, devido ser esta uma grandeza moderna, ou melhor, mais que isso, ser uma grandeza moderníssima.

Então retornamos ao início: qual o objetivo de uma cidade em construção senão uma cidade? Bem que poderíamos reformular tal questionamento: qual o objetivo de uma moderna cidade em construção senão uma cidade moderna? A resposta não é tão óbvia como se queira perceber, pois nem todos que habitavam na moderna Fortaleza que se transformava/modificava/construía entre o final do século XIX e início do século XX, consideravam-se modernos ou até mesmo habitando numa cidade tão moderna assim.

Além disso, havemos de perceber a existência de uma ânsia, por parte de alguns indivíduos que viveram e agiram na cidade, de preservar a memória, para que esta sobreviva. Sobreviver a que? Talvez à irrefreável e inelutável passagem do tempo moderno? Conjecturamos que sim.

E muito dessa memória que “sobreviveu” ficou registrada nas crônicas históricas escritas sobre a cidade de Fortaleza, cuja “função” principal seria justamente essa: preservar o passado através de suas palavras, no intuito manifesto de “fotografar o passado com palavras”.

¹⁹⁰ Sandra Pesavento, no que tange ao imaginário da cidade, considera o antagonismo que se cria, na conjuntura da modernização, entre as imagens arquetípicas da cidade pesadelo e da cidade ideal: “assim é que, de uma parte, teríamos a cidade pesadelo, referente à tipologia Babilônia, Sodoma e Gomorra, e, de outra, o sonho da constituição de uma cidade ideal, síntese das virtudes representada ora por Jerusalém, Atenas ou Roma”. Cf. PESAVENTO, 2002, p. 49.

¹⁹¹ BENEVIDES, 2000, p. 118.

CAPÍTULO III

Crônica histórica, tempo crônico e memória sobre Fortaleza

*Registrando o detalhe e captando os valores de uma época,
a leitura da crônica é, para o historiador,
uma das formas pelas quais ele pode atingir,
por outros meios que não os tradicionais, a representação
do passado. E, por irônicos caminhos, dá "permanência"
àquilo que seria um produto "descartável".*
Sandra Jatahy Pesavento¹

*Dúbio devido à sua real ausência,
inacessível embora intimamente conhecido,
o caráter do passado depende
de como – e de quando – é conscientemente apreendido.*
David Lowenthal²

*Ora, não é a historiografia, de certa forma,
a herdeira da ars memoriae, essa memória artificial
que evocávamos mais acima sob o título da
memorização erigida em façanha? E não é de
memorização, mais que de rememoração,
no sentido de uma lembrança precisa de
acontecimentos passados, que se trata essa narrativa?*
Paul Ricoeur³

3.1 História em Crônicas/Crônicas da História

Para depreendemos, sob a ótica do historiador que no presente lança seu olhar para o passado, as identidades urbanas que se constituíam na Fortaleza no início do século XX, lançamos mão de relatos que, inseridos no contexto de

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, p. 181.

² LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 17, nov 1998, p. 75.

³ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007, p. 151-152.

mudança do período, nos fornecem um panorama apto a captar o “espírito da época”.⁴

Esse denominado “espírito da época” deve ser visado e considerado a partir da concepção que estabelece a cidade de Fortaleza, sobretudo, como um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural, lugar esse cuja definição, tomada de empréstimo a Michel de Certeau, já nos reportamos anteriormente.⁵

Para tal, se faz necessário que aqui se construa uma narrativa a partir da análise das narrativas em forma de crônica às quais abordaremos a seguir, para que assim se consiga captar uma ação social que fora capaz de produzir certos vínculos, como também certas identidades tendo como cenário a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado.

Acerca dessa discussão, nosso norte será o proposto por Paul Ricoeur, quando este afirma que “de acordo com a orientação geral da historiografia que privilegiamos, o referente último do discurso da história é a ação social em sua capacidade de produzir vínculo social e identidades”.⁶

E como o referente último do discurso historiográfico (ou da narrativa histórica) é a ação social, devemos, então, direcionar nosso olhar para os atores que viveram e deram sentido a essas ações, buscando enfatizar com as crônicas históricas as quais lançamos mão esses tais atores de uma história (sucessão de acontecimentos) já decorrida e que chega até os nossos dias para sua devida apreciação enquanto história (ciência historiográfica).

Para ilustrar e conformar referido intento, cabe a seguinte citação de Ricoeur:

O historiador não tem apenas como contraponto mortos, para os quais ele constrói um túmulo escriturário; ele não se dedica apenas a ressuscitar vivos de outrora, que não existem mais, mas que existiram; ele se dedica a re-apresentar ações e paixões. Quanto a mim, associo, explicitamente, a tese favorável à idéia de que o referente último da representação historiadora é o vivo antigo, atrás do ausente de hoje na história, à mudança de paradigma que, na “guinada crítica” dos *Annales* dos anos 80, promoveu o que pôde chamar de “paradoxo do ator”. A história visa não apenas ao vivo de outrora, na retaguarda

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crônica: a leitura sensível do tempo. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997, p. 29.

⁵ Conforme Certeau, mais uma vez lembrando, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66.

⁶ RICOEUR, 2007, p. 396.

do morto de hoje, mas ao ator da história decorrida, desde que se decida “levar a sério os próprios atores”.⁷

Como o historiador não apenas tem os mortos⁸ (ou seja, o passado) como contraponto, cabe a esse, também, repensar sua relação (na escrita, na confecção de seu texto) com o presente e mesmo com o futuro. Aqui mais uma vez recorreremos aos escritos de Ricoeur:

Ora, as perplexidades mais tenazes, concernentes ao tratamento “factício” do tempo pelo historiador, dizem respeito à articulação do saber histórico sobre o trabalho de memória no presente da história. Gostaria de mostrar que, na atitude por princípio retrospectiva comum à memória e a história, a prioridade entre essas duas perspectivas do passado é indecível. A ontologia do ser histórico que abraça a condição temporal em sua tripartição – passado, presente, futuro – está habilitada a legitimar esse caráter indecível, sob a condição da abstração do presente e do futuro.⁹

E ao utilizar as crônicas (ditas históricas, mas também tidas como memorialísticas) visando à articulação do saber histórico sobre o trabalho de memória, articulação essa proporcionada através justamente dessas crônicas, intentamos precisamente visar essa memória que se faz viva no presente da história (ou do historiador).

Antes de prosseguirmos, contudo, cabe esclarecer o sentido que imprimimos aqui ao termo “crônica”. Aliás, antes mesmo dessa definição vale destacar sua própria origem. Esse termo deriva diretamente do nome do deus grego *Cronos* e este por sua vez está diretamente relacionado ao tempo.¹⁰ Do nome do deus temos a derivação resultante, “*chronica*”, para daí alcançarmos o termo usual hoje em dia empregado em língua portuguesa, ou seja, crônica.

Porém, para nosso estudo, o mais relevante acerca da origem do termo “crônica” é sua indissociável ligação à problemática do tempo, ligação essa evidente na própria conformação lingüística da palavra, oriunda de um deus que era identificado ao próprio tempo.

⁷ RICOEUR, 2007, p. 396.

⁸ Acerca da discussão sobre o “morto”, em caráter denotativo ou conotativo, confira-se também CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In: _____. **A cultura no plural**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005, p. 55-85.

⁹ RICOEUR, 2007, p. 396-397.

¹⁰ “Os gregos tardios lêem “Cronos” como *Chronos*, “Pai Tempo”, com sua inexorável foice”. In: GRAVES, Robert. **O grande livro dos mitos gregos**. São Paulo: Ediouro, 2008, p. 46.

Em suma, sempre que fazemos menção à palavra “crônica”, devemos levar em consideração que ela retém em si uma intrínseca e inseparável ligação com o tempo.¹¹

E essa ligação da crônica com o tempo pode também ser auferida quando de uma percepção acerca da época em que a tomamos para análise. Sua conotação atualmente empregada pode ser percebida na seguinte descrição de Sandra Pesavento:

Antes de tudo, cabe esclarecer que trataremos a crônica na sua acepção contemporânea, ou seja, aquela narrativa curta, difundida pelos jornais, frente a um mundo transformado pela modernidade urbana e pelos meios de comunicação de massa, tal como se processou na civilização ocidental a partir do século XIX. Nesta instância, a crônica é aquele artigo de consumo diário, rápido e preciso, que se apresenta como produto a ser consumido por um público leitor de jornal.¹²

Todavia, tal definição acima mencionada aplica-se tão-somente de modo relativo às crônicas por nós analisadas, visto estarem essas narrativas (as crônicas), conforme veremos mais adiante, enlaçadas quase que indissoluvelmente tanto à história como à memória.

Destarte, ousamos complementar o exposto por Pesavento, aditando-lhe mais um significado, para que assim tenhamos um apanhado mais de acordo com nossas pretensões. Assim sendo, recorreremos à apresentação feita por Otacílio Colares ao livro “História Abreviada de Fortaleza”, onde se pode ler que:

No caso deste livro de Mozart Soriano Aderaldo, a palavra “crônica” deverá ser admitida em sentido duplo: o moderno, que subentende literatura em prosa utilizando poeticamente fatos e coisas conhecidas do dia-a-dia, e o antigo, que significa recomposição sentimental de fatos e coisas que merecem resguardadas, sob pena de, com o tempo, ficarem perdidas sob a pátina do tempo.¹³

Como podemos perceber no citado acima por Colares, a crônica (menos no sentido contemporâneo ou moderno que no antigo) tem como alvo o tempo. Nesse caso visa-se, sobretudo, um resguardo do tempo, para que com isso se

¹¹ Ricoeur faz referência, diretamente, ao termo “tempo crônico”. Cf. RICOEUR, 2007, p. 163.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crônica: fronteiras da narrativa histórica. **História Unisinos**, São Leopoldo/RS, v. 8, n. 10, jul/dez 2004, p. 63.

¹³ COLARES, Otacílio. Á guisa de apresentação. In: ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1974, p. 10.

proporcione o recompor de fatos e de coisas que com o seu passar se vão desvanecendo.

A pátina do tempo, ao desbotar-se justamente com o seu transcorrer, vale-se da crônica para que esse mesmo tempo tenha a possibilidade de ser resguardado. E o que afinal se resguarda, com tal resguardo que se faz do tempo, senão as memórias?

Ainda dentre as definições de “crônica”, recorramos inicialmente a uma não “definição”:

Sem ser tão despretensiosa e ligeira quanto supõe parte da crítica, a crônica não se presta também a definições gerais que tentem, de uma tacada, englobar todos os seus sentidos e características, como se fosse possível chegar a uma sua suposta essência. Se a própria delimitação dos diversos gêneros literários se mostra frágil e incerta, qualquer definição abstrata de crônica terá sempre, como limite, a concretude de cada um desses pequenos artigos. Escritas em verso ou prosa, ligadas à verdade ou ao sonho, têm em comum o tipo de relação que estabelecem com a indeterminação da história.¹⁴

Acerca do enquadramento da crônica a um determinado gênero, Afrânio Coutinho a considera:

Gênero literário de prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo, a variedade, a finura e a argúcia na apreciação, a graça na análise dos fatos miúdos e sem importância, ou na crítica das pessoas.¹⁵

Outro autor que considera a crônica como uma fonte apropriada para a análise dos fatos miúdos do dia-a-dia é Antônio Cândido, que em seminal artigo sobre o assunto, nos convida a ver a grandeza da crônica, qual seja, a grandeza da vida ao rés-do-chão:

Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoadada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas.¹⁶

¹⁴ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: ed. Unicamp, 2005, p. 17.

¹⁵ COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 2. ed., v. 6. Rio de Janeiro: Sul America, 1971, p. 109.

¹⁶ CÂNDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: CÂNDIDO, Antônio (et al.). **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 14.

Consideramos ainda que chegar, através das crônicas, a esse “espírito da época” que houvera marcado o período aqui estabelecido, não nos levaria a um caminho unívoco, mas sim a uma polissemia de significados e sentidos. Conforme ressalta Certeau, “o *writing*, ou a *construção de uma escrita* (no sentido amplo de uma organização de significantes) é uma passagem, sob muitos aspectos, estranha. Conduz da prática ao texto”.¹⁷

A construção de uma escrita constitui um momento delicado, passagem estranha, parafraseando Michel de Certeau. Ampliando o sentido da palavra “passagem”, temos tratar-se de um local por onde se passa; passadouro; um local de ligação.

E o que estaria a ligar afinal, nessa passagem, a escrita? Para Paul Ricoeur a questão da escrita “não constitui, de modo nenhum, a problemática única do texto”.¹⁸ Teríamos também de levar em consideração o mundo que ela abre. Ricoeur propõe que:

A tríade discurso-obra-escrita ainda constitui apenas o tripé que suporta a problemática decisiva, a do projecto de um mundo, a que eu chamo o mundo da obra e onde vejo o centro de gravidade da questão hermenêutica. Toda a discussão anterior servirá apenas para preparar a deslocação do problema do texto para o do *mundo* que ele abre.¹⁹

Evidente que para o presente trabalho não devemos nem podemos gravitar unicamente ao redor da questão hermenêutica delineada acima por Ricoeur. Mas rica é sua contribuição, nesse quesito, à nossa problemática da escrita, problemática essa que findará por desaguar em nossa abordagem acerca das crônicas sobre a cidade de Fortaleza.

Se Certeau enfatiza a passagem da prática ao texto, o mesmo se propõe Ricoeur, quando este analisa o momento no qual o discurso se torna texto. E sobre o discurso, salienta ainda que “apenas o discurso, dizíamos nós, visa as coisas, se aplica à realidade, exprime o mundo”.²⁰

¹⁷ CERTEAU, 1982, p. 94.

¹⁸ RICOEUR, Paul. **Do texto a acção**: ensaios de hermenêutica II. Porto: RÉs, 1989, p. 110.

¹⁹ Idem.

²⁰ Ibid., p. 120.

E nada mais apropriado que a crônica para exprimir um mundo específico (a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado) e ter a marcante característica de buscar aplicar-se à realidade outrora vivida.

Ressaltamos que essa “realidade” deve ser compreendida sob a ótica do tempo vivido por cada autor, ou seja, estamos fazendo referência à “realidade de cada autor”, daí “estabelecendo uma reflexão sobre se o autor, ao escrever a crônica, está a fazer uma história do seu tempo”.²¹

Com relação a esse tempo, em um primeiro momento, iremos recorrer a três dos principais cronistas cuja temática central é a cidade de Fortaleza e seu cotidiano.²² Com tais autores temos visões díspares que dizem respeito não somente aos significantes de suas próprias narrativas, mas que também ressaltam os significados do próprio ato de suas narrativas e dos resultados daí decorrentes, posto que a crônica assume, para cada um deles, o sentido seja de retrospectiva ou então o significado de narrar fatos extraordinários e banais.

O primeiro desses cronistas mencionados, Otacílio Colares, considera que:

O trabalho do cronista, muita vez, em certas retrospectivas que promove, não tem outro sentido que não o de tornar de novo conhecidos fatos e gente que, com o passar do tempo, se vão perdendo, juntamente com os ossos dos que por derradeiro os ouviram relatados dos maiores.²³

Por sua vez, João Nogueira observa que:

Todo mundo sabe que a História e a crônica, de preferência, conservam os fatos extraordinários e raros: guerras, terremotos, proezas de um herói, etc., deixando na sombra e quase no olvido os fatos da vida ordinária.²⁴

Enquanto isso, Otacílio de Azevedo ressaltava as “esquisitices” daqueles por ele considerados como tipos curiosos, ou seja, redundando desses tipos fatos nada extraordinários:

²¹ PESAVENTO, 2004, p. 64.

²² Basta atentarmos para os títulos das três obras neste ponto abordadas, cujo foco centrado na capital cearense, fica visível nos próprios títulos: *Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande*; *Fortaleza velha: crônicas*; *Fortaleza descalça*.

²³ COLARES, Otacílio. **Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande**. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1980a, p. 13

²⁴ NOGUEIRA, João. **Fortaleza velha: crônicas**. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1981, p. 106.

Fortaleza esteve sempre cheia de tipos curiosos capazes de chamar a atenção de quantos tivessem oportunidades de vê-los. Suas esquisitices, seu “humor”, adereços, atitudes – tudo isso ficou gravado na crônica da cidade.²⁵

Observamos dessa forma a multiplicidade de significados e sentidos que comportam em si mesmas as crônicas. Conquanto Otacílio Colares atribua à crônica uma significação muito similar ao da ciência historiográfica conforme a tratamos nos moldes atuais (tornar de novo conhecidos fatos e gente), vemos João Nogueira “remar contra a maré” dos que consideram a crônica como relativa tão-somente aos fatos miúdos do dia-a-dia e afirmar que essas mesmas crônicas servem para conservar os fatos extraordinários e raros, ao passo que Otacílio de Azevedo atribui-lhe um sentido de história, mas não da história ciência, como o faz Colares, mas sim da história como o acontecimento em si.²⁶

Acerca dessa discussão sobre a história e seus significados (história como ciência ou como o acontecimento em si), cabe aqui um adendo. Em língua portuguesa, diferente de outros idiomas (inglês com *History* e *Story* e alemão com *Historie* e *Geschichte*²⁷, por exemplo) não temos diferenças entre essas duas vertentes. Porém, no presente texto o significado dessas duas formas será aplicado tanto para a narrativa proveniente do trabalho da ciência histórica quanto para a narrativa oriunda das crônicas.

Dito isso, nesse momento a presente discussão vai enveredar pela relação existente entre a crônica e a história, visto que “história e literatura são formas de ‘dizer’ a realidade”.²⁸ Essa realidade é visada de forma distinta por ambas as consortes mencionadas:

História e literatura reconfiguram um passado. Trata-se, no caso da história, de uma reconfiguração “autorizada”, circunscrita pelos dados

²⁵ AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça**. 2. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992, p. 145.

²⁶ Evitaremos o uso de “história” e “estória” (como do mesmo modo “História” e “história”) para diferenciar, respectivamente, a ciência histórica e o acontecimento em si, tal como prefere o dicionário: “recomenda-se apenas a grafia *história*, tanto no sentido de ciência histórica, quanto no de narrativa de ficção, conto popular, e demais acepções”. In; HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 724.

²⁷ Sobre as nomenclaturas de história e suas variações em língua alemã no decorrer do tempo, Cf. especificamente KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 48-49.

²⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Leituras cruzadas**: diálogos da história com a literatura. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000, p. 7.

fornecidos pelo passado (as fontes), pela preocupação da investigação sobre documentos, pelos critérios e exigências científicas do método. A literatura, ao contrário, permite que o imaginário levante vôo mais livre e amplamente, que ele fuja, numa certa medida, aos condicionamentos impostos pela exigência da verificação pelas fontes.

Literatura e história se distinguem também pelo tipo de leitura que tencionam provocar. A literatura tenta incitar, antes de mais nada, à empatia, à identificação; ela visa criar uma proximidade entre o leitor e o passado, lá onde a história pressupõe uma distância crítica entre o leitor, de um lado, e o passado e o discurso do historiador, de outro. Ao mesmo tempo, o historiador adota uma atitude mais "autoritária". Ao domesticar, ao fixar, ao encaixar o tempo com o objetivo de apresentar a sua visão do passado, ele apresenta "o que poderia ter sido" como "o que foi". É baseando-se no seu estatuto científico que a história justifica a sua legitimidade como narração do passado.²⁹

Porém, muito mais que insuperáveis diferenças, teríamos consideráveis similitudes, que se baseariam no aspecto ficcional empregado à realidade quando de sua apreensão na forma de narrativa historiográfica: "a História – pela interpretação, pelo subjetivismo, pela comunicação, pela ideologia – é também uma ficcionalização do real".³⁰

Trata também Paul Ricoeur dessa aproximação (ou se preferirmos entrecruzamento) envolvendo as duas formas de narrativa abordadas nesse momento no presente trabalho, que são a histórica e a ficcional.³¹ É e ao próprio Ricoeur a quem vamos recorrer abaixo para uma breve apreciação acerca desse tema:

Por entrecruzamento da história e da ficção, entendemos a estrutura fundamental, tanto ontológica quanto epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam cada uma sua respectiva intencionalidade tomando empréstimos da intencionalidade da outra. Essa concretização corresponde, na teoria narrativa, ao fenômeno do "ver como...". (...) Avizinhamo-nos pelo menos duas vezes do problema da concretização: uma primeira vez quando tentamos, na esteira de Hayden White, elucidar a relação de representância da consciência histórica com o passado enquanto tal, por meio da noção de apreensão analogizante; a segunda vez quando, numa perspectiva próxima da de R. Ingarden, descrevemos a leitura como uma efetuação do texto considerado como uma partitura a executar. (...) Essa concretização só é atingida na medida em que, por um lado, a história se serve, de algum

²⁹ DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Ria (org.). **Pelas margens**: outros caminhos da história e da literatura. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000, p. 11-12.

³⁰ SILVEIRA, Jorge Fernandes da. Fernão Lopes e José Saramago, viagem – paisagem – linguagem, cousa de veer. In: CÂNDIDO, 1992, p. 27.

³¹ Cf. sobretudo acerca de tal discussão, o quinto capítulo da segunda seção, intitulado "o entrecruzamento da história e da ficção", capítulo este que encontra-se por sua vez dividido em duas partes, a saber, "a ficcionalização da história" e a "historicização da ficção", da seguinte obra: RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 315-333.

modo, da ficção para refigurar o tempo e, por outro lado, a ficção se vale da história com o mesmo objetivo. Essa concretização recíproca assinala o triunfo da noção de figura, na forma do *figurar-se que...*³²

Tendo a ciência historiográfica, tal qual a literatura, em última análise, a ficção como horizonte (guardadas todas as devidas proporções concernentes à verificação das fontes e ao método), havemos de pensar como Hayden White.³³

Não no que diz respeito a seu “relativismo” que aboliria todas as fronteiras entre história e literatura, entre realidade e ficção.³⁴ Mas sim quando esse autor conclui que “toda explanação histórica é retórica e poética por natureza”.³⁵

A diferença primordial que podemos verificar entre a história e a crônica, ou melhor, entre o historiador e o cronista, não estaria tão-somente na óbvia objetividade e na determinada intencionalidade da escrita de ambos, mas sim na subjetividade de suas respectivas pertinências explicativas, visto ser o cronista aquele que compila e historia os fatos, sendo o historiador aquele que interpreta o fato, através do exame subjetivo.³⁶

Ou seja, enquanto o cronista compila, cabe ao historiador interpretar. Porém, compilando ou interpretando, ambos almejam, ao final de suas incursões, narrar. É a narrativa o fim a ser atingido tanto por quem escreve a crônica como por aquele que produz a história (como representação historiadora).

Encetando um questionamento sobre a discussão concernente ao ato de narrar, temos o seguinte problema: “que diferença separa a história e a ficção, se ambas narram?”.³⁷

³² RICOEUR, p. 316-317.

³³ Sobre a obra de White, observa Ricoeur que “o que Hayden White chama de função ‘representativa’ da imaginação histórica se aproxima mais uma vez do ato de se afigurar que... pelo qual a imaginação se faz visionária: o passado é o que eu teria visto, do que eu teria sido testemunha ocular, se houvesse estado ali, assim como o outro lado das coisas é o que veria se o percebesse daí de onde você o considera. Assim, a tropologia se torna o imaginário da representância”. Ibid., p. 322.

³⁴ Cf. WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1994; como também WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1995. Vale também ressaltar, acerca desse assunto, que cabe uma tentativa para “desradicalizar e ultrapassar a oposição convencional entre documento/fato/verdade/história, de um lado, e, de outro, ficção/imaginário/literatura”. DE DECCA; LEMAIRE, 2000, p. 10.

³⁵ WHITE, 1995, p. 11

³⁶ SILVEIRA, 1992, p. 29.

³⁷ RICOEUR, 2007, p. 253.

Acerca dessa discussão, recorramos ao prefácio (da edição original de 1938) escrito por Eusébio de Sousa para o livro de crônicas de Raimundo de Menezes. Conforme Sousa:

Suas crônicas, leves e sutis, tão bem feitas e tão bem coordenadas têm, para mim, como diria alguém, um sabor mágico, sugestionador, um fortíssimo poder de evocação, porque nelas há muita coisa deliciosa, um colorido que sobrepuja, na fixação de individualidades e de fatos.³⁸

Prosseguindo na apreciação introdutória da obra cronística de Menezes, ressalta ainda Sousa que:

Não é só para mim que as suas crônicas têm valor. Sei – e estou certo disso – existir nesta terra muita gente que aprecia esse gênero de literatura, por certo o mais apropriado para se conhecer a História, pois, está mais ou menos verificado – se não estou enganado, foi Mário Melo quem isso escreveu – que só os especialistas procuram ler e estudar essa mesma História nas suas fontes, enquanto a maioria demonstra agrado em ler fatos esparsos, máxime se a narrativa se afasta do estilo adequado ao cronologista.³⁹

Conforme podemos deduzir do exposto acima por Eusébio de Sousa, caberia somente aos especialistas, nesse caso específico os historiadores, construir uma narrativa através de uma interpretação dos fatos (ler e estudar as fontes). Tal rigor não seria necessário aos cronistas, por exemplo, posto que esses poderiam apresentar, já que a eles caberia tão-somente a compilação dos fatos, um afastamento de um estilo (rigor) adequado ao cronologista, leia-se mais uma vez, historiador.

Podemos, dessa maneira, considerar que a diferença *mater* entre a narrativa histórica e aquela em forma de crônica não inviabiliza o intercurso entre ambas no que concerne sua condição de narrativa (afinal, ambas narram, devendo-se considerar e ressaltar aí a intencionalidade de quem dispõe e usufrui de cada uma dessas formas de narrar), pois conforme salientado abaixo, tais narrativas representariam dois tipos (válidos) de inteligibilidade:

Em vez de jogar uns contra os outros adversários e defensores da pertinência explicativa da narrativa enquanto ato configurante, pareceu mais útil interrogar-se sobre a forma como podem compor-se juntos dois tipos de inteligibilidade, a inteligibilidade narrativa e a inteligibilidade explicativa.⁴⁰

³⁸ SOUSA, Eusébio de. Prefácio da edição original. In: MENEZES, 2000, p. 24.

³⁹ Ibid., p. 25.

⁴⁰ RICOEUR, 2007, p. 254-255.

E essas duas formas de inteligibilidade logo acima mencionadas, a narrativa e a explicativa, podem ser auferidas tanto na crônica como na história, visto que "a coerência narrativa tem raízes na primeira e articula-se com a segunda".⁴¹ Ambas, história e crônica, narram e explicam, a sua própria maneira, determinados fatos e acontecimentos.

Já com relação a tal coerência narrativa, acreditamos que essa deva ser enfatizada como um processo que se manifestaria, afinal, desde a construção do texto até a participação daquele sujeito que lê determinada obra narrativa, todo esse processo inserido em um contexto de inteligibilidade. Acerca das intenções e expectativas (ou seja, da coerência) desse sujeito que lê, bem, aqui não nos cabe tecer comentários ou ponderações, visto que dito intento fugiria de nossa almejada alçada.

Dando seguimento, chegamos a outro autor que se refere à associação entre a narrativa histórica, a subjetividade e a ficcionalidade. Esse autor é Jörn Rüsen.⁴² Para esse historiador alemão:

A história é apreendida, pela linguagem e pela metáfora, como campo de experiência, como o supra-sumo do que é interpretável historicamente (na narrativa). Essa apreensão se dá no domínio global da experiência do tempo, antes de serem elaborados, em forma de teorias, conceitos elementares ou categorias. Essa apreensão não depende da conceituação de uma teoria específica. Tirar daí a conclusão que o conhecimento histórico possui caráter fundamentalmente poético, "literário" ou "retórico", não convence, se esses termos tiverem a conotação de "não-científico" ou "incapaz de ser científico".⁴³

Sendo assim, considerando o imediatamente acima exposto por Rüsen no que tange o cuidado que cabe ao historiador em sua labuta, que nunca deve perder de vista o caráter científico da história, também não devemos ignorar a ligação da ciência histórica com aspectos comumente mais relacionados à literatura, tais quais a ficcionalidade.

⁴¹ RICOEUR, 2007, p. 255.

⁴² RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Textos de História**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, v. 4, n. 1, 1996, p. 75-102.

⁴³ RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2007, p. 63.

Mas se a história é uma ciência (com todos os preceitos e obrigações que se exigem e impõem a qualquer campo de atuação epistemológica) com características que não a deixam escapar totalmente da ficcionalidade, persiste-nos a questão: e a crônica, onde se situa? Como podemos seguramente classificá-la? Será ela, ao contrário da história, uma ficção (literatura) com pitadas de ciência? Encontramos em Raimundo Girão uma resposta que nos parece plausível: seria a crônica uma quase história.

Mas cabe a ressalva: não seria qualquer crônica, mas sim especificamente um modelo, a *crônica-histórica*. Cita Girão, ao tratar de sua obra cujo título já é deveras elucidativo quanto a seu objetivo (Fortaleza e a Crônica Histórica), que:

O nosso intuito é particularizar, em atenção à capital cearense, a sua *crônica-histórica*, a qual bem se poderá dizer que é uma *quase-história* com a diferença de que a História registra e desseca friamente o fato-histórico, ao passo que a Crônica-história não pretende ir ao exame fundo desse fato, é mais por cima, mais literária, menos exigente.⁴⁴

Para Raimundo Girão, portanto, a diferença principal entre a ciência histórica (que pode ser considerada como História, com maiúsculo) e a crônica, ou posto de outra forma, entre o historiador e o cronista, é que cabe ao primeiro registrar e dessecar (também caberia o verbo dissecar?) friamente os fatos (seria essa frieza proveniente do rigor científico?), enquanto ao segundo não caberia tal rigor, posto que a ele não competiria ir ao exame mais profundo dos fatos, sendo por isso mesmo sua postura menos exigente.

Porém, essa “menor exigência” que caberia e se esperaria do cronista não o livraria de certo “rigor”, pois o cronista-histórico (termo que doravante faremos uso) não se desvencilha da exigência de verdade:

O cronista-histórico faz, na verdade, uma espécie de obra artística, querendo apresentar ao leitor as coisas e os fatos de modo menos rígido, ao contrário mais ameno, suave, sem contudo esquecer que não os deve enfeitar a ponto de transformá-los em mentira. A criatividade do crítico-histórico não é liberta, imaginosa, senão muito encostada à chamada verdade histórica, ainda que mais literariamente escrita. O verdadeiro cronista-histórico não inventa, não entrega o espírito ao devaneio, às idealizações que se comportam dentro das outras espécies

⁴⁴ GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1983, p. 9

de crônicas: crônica literária, crônica social, crônica esportiva, crônica religiosa, etc.⁴⁵

Ao tratar das limitações que caberiam ao “verdadeiro” cronista-histórico, que não inventa, Girão nomeia as outras variedades de crônica, como que demonstrando claramente sua intenção em delimitar o campo reservado à crônica histórica.

Esse campo, portanto, afasta-se sobremaneira do literário, fazendo com que a crônica dita histórica, na visão de Girão, esteja entre a literatura e a ciência histórica, ou seja, se ela é “quase história”, por extensão podemos considerá-la também “quase literatura”.

Tal delimitação proposta por Girão é utilizada pelo historiador Sebastião Rogério Ponte (que a ele diretamente faz menção), que na introdução a reedição do livro “Coisas que o Tempo Levou”⁴⁶, livro este “de crônicas históricas sobre Fortaleza entre o século XIX e início do século XX”⁴⁷, observa que:

Coisas que o Tempo Levou... não é um livro de História, mas de crônicas históricas. A crônica histórica, ressaltava o historiador Raimundo Girão, é um gênero literário que se move na fronteira entre história e literatura: embora tenha preocupações artísticas, sem compromisso maior é com a história, mas sem precisar aprofundar-se nos rigores exigidos pela investigação histórica. Nesse sentido, continua Girão, a crônica histórica é quase história.⁴⁸

É interessante perceber o salientado acima pelo historiador Ponte, que assim também intitula Girão, mas que observa que o autor de “Coisas que o Tempo Levou”, Raimundo de Menezes, era “bacharel em Direito, não era historiador, não pertencia ao Instituto Histórico do Ceará”.⁴⁹ Daí a ressalva que esse não era, de fato, um livro de história, mas sim de crônicas históricas.

Mesmo sendo caracterizada como uma “quase história”, a narrativa em forma de crônica não perdera (e nem poderia perder) o cuidado, a atenção ou mesmo a desconfiança (como que uma advertência aos historiadores) que a fazem acompanhar e que constantemente devem ser lembrados, pelo historiador, através da simples presença do advérbio “quase”.

⁴⁵ GIRÃO, 1983, p. 9.

⁴⁶ Cujas edição original é do ano de 1938.

⁴⁷ PONTE, Sebastião Rogério. Introdução. In: MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, p. 10.

⁴⁸ MENEZES, 2000, p. 11.

⁴⁹ Idem.

Ainda na apresentação do livro de Raimundo de Menezes, continuamos na apreciação do explorado por Ponte:

Por outro lado, o cronista histórico não deve perder completamente de vista o teor artístico que cabe a esse gênero, devendo, porém, atentar para o risco de não “enfeitar” demais os fatos abordados a ponto de esvaziá-los. Ou seja: a crônica histórica não permite a invenção ou a idealização facultadas apenas às crônicas puramente literárias, não históricas.⁵⁰

Como à crônica histórica não seria permitida a invenção, conforme observa acima Ponte, podemos depreender o quão cuidadosos eram (ou ao menos deveriam ser) os cronistas históricos no que concerne a veracidade de suas narrativas. Um exemplo que podemos citar é o de João Nogueira, que ao tratar desse assunto, em uma crônica sua, deixa bem claro que toda crônica “tem sempre por ponto de partida um grãozinho de verdade”.⁵¹

À preocupação que os cronistas tinham com a veracidade juntava-se uma outra, a que dizia respeito ao temor de ter seus textos fora da perfeita conformidade com a língua vernácula, como bem o demonstra Otacílio de Azevedo, que ao relatar a apreensão quando do lançamento de seu primeiro livro, no ano de 1916, salienta que “lia e relia, vezes angustiado, à procura de um possível erro tipográfico que pudesse ser visto pelos leitores”.⁵²

A inquietude de Azevedo em se ter um texto acurado, sem máculas que pudessem lhe atribuir seus leitores, demonstra bem a relação que envolve a escrita de um texto com os leitores deste mesmo texto. E essa relação carrega consigo, como bem o assinala Azevedo, toda uma carga de tensão. Ilustrando bem essa conexão, recorremos a uma análise feita por Thana Mara de Souza, a partir de sua leitura de Sartre. Dessa forma temos que:

Assim, se ele [o escritor] cria, já não é capaz de ler o que escreveu, e é por isso que apela para o leitor a fim de que este faça sua escrita existir. A prosa só existe pelo esforço conjunto do escritor e do leitor, e é nessa relação tensa e necessária que a obra de arte se torna um objeto concreto e imaginário.⁵³

⁵⁰ MENEZES, 2000, p. 11-12.

⁵¹ NOGUEIRA, 1981, p. 186.

⁵² AZEVEDO, 1992, p. 258.

⁵³ SOUZA, Thana Mara de. A relação entre escritor e leitor. In: **Sartre e a literatura engajada: espelho crítico e consciência infeliz**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008, p. 121.

Se a relação é tensa, do mesmo modo é necessária, pois somente existe o escritor se porventura houver leitores (tal premissa aplica-se, sobretudo, se estamos a falar de crônicas). E essa confluência permite que a obra de arte, no nosso caso a narrativa em forma de livro, se torne um objeto que assume em si tanto características concretas quanto imaginárias.

Tendo a cidade de Fortaleza, portanto, como o palco onde se consubstanciava e personificava essa relação, nos vemos diante de uma cidade que vivia um período enlevado em diversas transformações. Tais transformações se refletiam no cotidiano e no imaginário dos cidadãos.

Daí considerarmos que ressaltamos com as crônicas a relevância destas serem "uma narrativa por excelência apropriada para o estudo do imaginário de uma época".⁵⁴

Além disso, tais narrativas, ou seja, as crônicas, "enquanto construções imaginárias, comportam a ambiguidade sempre presente na oscilação própria das representações".⁵⁵

Sobre esse caráter imaginário e representativo que recai sobre a narrativa em forma de crônica (mas do mesmo modo também à narrativa histórica), recorreremos nesse momento a Ricoeur, quando este se vale de um "fenômeno" para exemplificar tal situação.

Para esse autor "é no fenômeno do rastro que culmina o caráter imaginário dos conectores que marcam a instauração do tempo histórico".⁵⁶ E o que vem a ser esse rastro? Ou melhor, como podemos identificá-lo para daí perscrutá-lo? Informa-nos, então, Ricoeur que:

São justamente as atividades de preservação, de seleção, de agrupamento, de consulta, que mediatizam e esquematizam, por assim dizer, o rastro, para transformá-lo na última pressuposição da reinscrição do tempo vivido (o tempo com um presente) no tempo puramente sucessivo (o tempo sem presente). Se o rastro é um fenômeno mais radical do que o do documento ou do arquivo, em compensação é o processamento dos arquivos e dos documentos que faz do rastro um operador efetivo do tempo histórico.⁵⁷

⁵⁴ PESAVENTO, 1997, p. 34.

⁵⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En línea]**. Debates, 2006, Puesto en línea el 28 janvier 2006. p. 2. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1499.html>>. Acesso em: 18 mar. 2009.

⁵⁶ RICOEUR, 1997, p. 320.

⁵⁷ Idem.

Teríamos assim definido o caráter imaginário das atividades que mediatizam e esquematizam o rastro, atividades estas que por sua vez viabilizariam a consecução do trabalho historiográfico, como também da narrativa literária (crônicas). Esse caráter:

É atestado no trabalho de pensamento que acompanha a interpretação de um resto, de um fóssil, de uma ruína, de uma peça de museu, de um monumento: só lhe atribuímos seu valor de rastro, ou seja, de efeito-signo, ao *nos afigurar* o contexto de vida, o ambiente social e cultural, em suma, (...) o *mundo* que, *hoje*, falta, por assim dizer, ao redor da relíquia. Mas tocamos aqui, com a expressão *afigurar-se*, numa atividade do imaginário que é mais fácil de cingir no âmbito da análise que se segue.⁵⁸

Segue adiante, assim, Ricoeur em sua análise acerca do papel mediador exercido pelo imaginário no que tange sua validade como um rastro que se preza a uma apreciação, em forma de narrativa, do tempo vivido. Porém, por aqui ficamos nesse ponto especificamente abordado, tentando ao menos, a partir do exposto acima, ressaltar a importância dos rastros que por nós são tidos e havidos como, sobretudo, a experiência de vida dos autores das crônicas aqui abordadas nesse tempo vivido e nesse espaço habitado.

Essa experiência, que se consubstancia em narrativa a partir do imaginário desses respectivos autores, afigura-se no contexto da vida de cada um deles, no ambiente social e cultural representado pela cidade de Fortaleza no período específico de confecção de suas obras.

Além da noção acima proposta por Ricoeur acerca do rastro, que mediatiza e esquematiza o imaginário, também se faz importante ressaltar que a crônica só se torna uma narrativa apropriada para se depreender o imaginário de um determinado lugar em uma época específica se tivermos uma convenção, que atribui à narrativa do autor uma consistência realmente plural, ou seja, é este sujeito plural que sustenta o discurso.

De acordo com Certeau “o *nós* do autor remete a uma *convenção* (dir-se-ia em semiótica, que ele remete a um ‘verossímil enunciativo’). No texto ele é a encenação de um contrato social ‘entre nós’. É um sujeito plural que ‘sustenta’ o discurso”.⁵⁹

⁵⁸ RICOEUR, 1997, p. 320-321.

⁵⁹ CERTEAU, 1982, p. 71.

Finalmente chegamos ao ponto em que se evidenciam os autores/escritores, ou melhor, os cronistas históricos que tanto merecem nossa atenção. Antes, porém, de irmos a esses autores e nos debruçar sobre suas narrativas, cabe aqui mais uma justificativa acerca da utilização das crônicas como uma relevante fonte para o fazer história.

Em sua análise enquanto documento histórico, as crônicas têm a importância de expressar aspectos específicos do cotidiano da cidade, de onde intentamos perceber traços que se relacionem aos, por nós denominados, descompassos, descompassos estes fomentados, principalmente, com o advento da modernidade.

De uma maneira distinta ao do documento no sentido positivista do termo, a crônica requer uma abordagem muito específica, retratada pela relação entre ficção e história. De acordo com Margarida de Souza Neves, através das crônicas,

É possível uma leitura que as considere “documentos” na medida em que se constituem como um discurso polifacético que expressa, de forma certamente contraditória, um “tempo social” vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações.⁶⁰

Acerca da crônica e de sua importância para o historiador do presente em sua ânsia por apreender as sensibilidades passadas, temos que,

O ofício do historiador, contudo, nos faz olhar para as crônicas passadas como registros sensíveis de um tempo e nelas procurar realizar aquela ambição de captar o sentido das ações e das formas dos homens do passado perceberem a si próprios e ao mundo. Para o historiador do presente a crônica se oferece como um exercício imaginário para a apreensão das sensibilidades passadas.⁶¹

As crônicas podem ser consideradas relevantes documentos na labuta empreendida pelo historiador porque se estabelecem enquanto elementos que descrevem as novidades desse momento de transformações situado nas décadas iniciais do século XX, captando assim suas sensibilidades. Nada melhor que as crônicas, portanto, para se captar elementos que, devido sua presumível

⁶⁰ NEVES, Margarida de Souza. In: CÂNDIDO, Antônio (et al). **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 76.

⁶¹ PESAVENTO, 1997, p. 31.

"irrelevância", costumam passar despercebidos por outras formas de registro do passado.

Tendo em vista a discussão anterior e apesar de enfatizarmos não ser essa a nossa intenção aqui, a de enveredarmos pelas questões pertinentes às sensibilidades, bem cabe uma referência acerca da compreensão desse termo. Conforme o define Sandra Pesavento:

Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do real e do não real, do sabido e do desconhecido, do intuído ou pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação. Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real.⁶²

Ainda de acordo com Sandra Pesavento, é este mundo do sensível que incorre nas formas de valorizar e classificar o mundo ou de atuar diante de determinadas situações e agentes sociais. Em suma,

As sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos. Pensar nas sensibilidades, no caso, é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos.⁶³

Enfim, é no fato de terem abordado, através de suas crônicas históricas, o mundo que se produziu no seu referente tempo, qual seja, as décadas iniciais do século passado, que direcionamos nossa atenção para essas narrativas que tinham na cidade de Fortaleza a inspiração e seu palco privilegiado de ação, onde se atuava (vivia) em uma época de muitas transformações, muitas das quais magistralmente captadas pelos cronistas históricos, cuja análise se segue.

E tudo isso que nos chegou foi através de memórias.

⁶² PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 58.

⁶³ Idem, p. 58-59.

3.2 Crônicas históricas como lugares de memória

Primeiramente, gostaríamos de enfatizar a especificidade das crônicas históricas as quais recorreremos. Esses documentos, essas narrativas aptas a captar o cotidiano em suas minudências, em seu caráter rotineiramente miúdo, ganham aqui o *status* de lugar de memória, conforme propõe o historiador francês Pierre Nora.

Seguindo a premissa suscitada por Nora, temos nas crônicas históricas, quando de sua edição no formato livresco, a configuração de um foco privilegiado, foco este “que administra a presença do passado no presente”.⁶⁴

Conforme ainda Nora, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos”.⁶⁵ Exemplificando a necessidade de se criar tais lugares de arquivos, como um museu, e em uma demonstração de que Fortaleza praticamente não os tinha, recorreremos à um trecho contido em uma narrativa de um dos cronistas ao quais fazemos menção, Otacílio Colares, pois este, ao tratar da necessidade de se criar um museu⁶⁶ na capital cearense, constata que “quem se debruçar sobre a vida evolutiva do Ceará, há de constatar, não sem espanto e desagrado, que fomos, até pouco tempo, uma terra, a bem dizer, sem museus”.⁶⁷

Sem necessariamente enveredar mais ainda por uma discussão sobre o museu como um lugar específico de memória ou de arquivamento dessa memória, o que nos interessa aqui é a perspectiva diretamente ligada à própria memória em sua relação direta com a história.

Indo mais uma vez ao encontro do cronista Colares, esse sentencia que se vivia na cidade de Fortaleza “numa terra eivada da supervalorização do dia-a-

⁶⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez 1993, p. 24.

⁶⁵ Ibid., p. 13.

⁶⁶ Nesse caso, o Museu Histórico do Ceará. Cf. sobre esse tema OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar**: memória e escrita da história no museu do Ceará. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2008

⁶⁷ COLARES, 1980a, p. 36.

dia".⁶⁸ Portanto, não haveria na capital cearense, de acordo com o estabelecido pelo cronista, a vontade ou necessidade de se criar um museu. Em suma, não se valorizaria a memória por este arquivada. E tal se daria pela supervalorização do cotidiano, ou seja, do dia-a-dia.

Contudo, estabelece-se dessa forma um paradoxo envolvendo a tríade memória/história/cotidiano. O estabelecimento de um museu (lugar de memória) denota que a memória corre o risco de esvair-se, porém, com a consubstanciação deste lugar, o que estava por esvair-se, acaba por fixar-se.

Nesse caso, o cotidiano, com suas características que o reputam como rotineiro e repetitivo, demonstra outra vertente, a da ruptura, pois somente assim, sob a iminência de dissipar-se, é que urgiria sua fixação. Para ilustrar essa discussão, recorremos mais uma vez a Pierre Nora:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.⁶⁹

Pondera ainda Nora que "tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história".⁷⁰ Assim sendo, quando vislumbramos os relatos memorialísticos contidos nas crônicas aqui abordadas, vemos antes a história do que a memória.

Nesse caso, os livros escritos pelos cronistas enquadram-se bem na definição levada a termo por Pierre Nora, pois seriam essas obras lugares de memória, visto que atenderiam ao mesmo tempo aos requisitos estipulados para serem enquadrados como tal: seriam simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais.⁷¹

Como não habitamos mais nossa memória precisamos edificar lugares para mantê-las preservadas. Além de não mais habitá-las, essas mesmas memórias podem trair-nos e frases como esta podem ser auferidas: "se não nos trai a

⁶⁸ COLARES, 1980a, p. 37.

⁶⁹ NORA, 1993, p. 8-9.

⁷⁰ Ibid., p. 14.

⁷¹ Ibid., p. 21.

memória"⁷² ou então "se não nos enganamos".⁷³ Ou seja, a memória que trai ou engana é aquela que não tem mais respaldo na veracidade.

Paul Ricoeur assegura-nos que a lembrança é o "momento objetal da memória".⁷⁴ E nesse ponto, a memória, por mais paradoxal que possa parecer, assemelha-se consideravelmente à história, pois ambas tentam revestir-se com o manto da verdade (ou pelo menos da verossimilhança), tendo em vista que à memória também se interpõe um limite que não a faça parecer-se sobremaneira com a imaginação.

Ou seja, à memória também cabe e se aplica a ressalva, análoga à história, de também portar-se condizente com determinados padrões de veracidade.

Culminando tal discussão, temos em Ricoeur a proposição de se valorizar a memória, pois teríamos no bojo das ciências ditas humanas uma desvalorização resultante de uma postura epistemológica deveras infundida. Procede de modo a visar dita valorização o autor de "A memória, a história, o esquecimento", ao estabelecer a seguinte proposta de dissociação entre imaginação e a memória:

É na contracorrente dessa tradição de desvalorização da memória, nas margens de uma crítica da imaginação, que se deve proceder a uma dissociação da imaginação e da memória, levando essa operação tão longe quanto possível. Sua idéia diretriz é a diferença, que podemos chamar de eidética, entre dois objetivos, duas intencionalidades: uma, a da imaginação, voltada para o fantástico, a ficção, o irreal, o possível, o utópico; a outra, a da memória, voltada para a realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da "coisa lembrada", do "lembrado" como tal.⁷⁵

É nesse contexto, ou seja, tendo a memória como algo que se volta para uma realidade anterior, para uma anterioridade, que vamos perceber o narrado logo abaixo em um trecho extraído da apresentação feita por Otacílio Colares ao livro de crônicas de Edigar de Alencar. Temos assim que:

Não nos cabe, nesta apresentação, tentar dirigir o leitor para esta ou aquela das crônicas, que a esse leitor está sendo oferecida a variada gama de lembranças reavivadas, no caso dos contemporâneos do escritor, e das surpresas, no que tange às gerações mais novas, uns lembrando, outros conhecendo, através da mágica do memorialista, uma

⁷² MENEZES, 2000, p. 78.

⁷³ Idem.

⁷⁴ RICOEUR, 2007, p. 23.

⁷⁵ Ibid., p. 25-26.

Fortaleza que passava da condição de burgo debruçado poeticamente sobre o bravio Atlântico ao estágio do progressivo desenvolvimento que a faz hoje uma metrópole que, embora continue amada, não mais corresponde, em muitos aspectos, ao saboroso encanto que lhe sentiam os que, ao tempo das lembranças do cronista, tinham também alma de adolescente.⁷⁶

Mais adiante, é o próprio Alencar, em sua apresentação, que faz menção ao uso da memória e de suas lembranças e como que se desculpando previamente sobre quaisquer eventuais falhas, observa que:

Há muito, estas páginas estavam escritas no coração. Não havia anotações, havia lembranças. Nada de apontamentos, que as reminiscências falavam. Assim enfaixadas, longe das fontes de informação onde poderia testá-las, não tenho pretensões de exatidão plena e indiscutível. Haverá de certo lapsos de memória e provavelmente omissões. Espero que uns e outras sejam relevados. Não houve o propósito de melindrar nem humilhar ninguém. Propósito houve de relembrar criaturas, paisagens, fatos e coisas de um passado não muito longínquo. E houve principalmente o propósito de render tributo á cidade inesquecível, e demonstrar mais uma vez a quase desvairada paixão que me inspirou.⁷⁷

Observemos que o autor acima deixa bem claro que na confecção de sua narrativa valeu-se unicamente de suas lembranças. Faz questão ainda de mencionar Alencar que nem de apontamentos ele se valera. De antemão, o autor, por valer-se tão-somente de suas lembranças (momento objetual da memória) enfatiza que sua obra não tem pretensões de exatidão plena nem de ser indiscutível.

Seria essa uma falha? Seria esse um reconhecimento, pelo autor, que sua narrativa apresenta limitações justamente por ter sido formatada somente através de lembranças? Porém, não reputamos isso como falha, afinal, mesmo a narrativa historiográfica mais abalizada e robustamente servida de fontes não pode ser considerada como uma obra pretensamente exata e indiscutível. Sempre haverá espaço para releituras e para o contraditório.

Constata Edigar de Alencar que em virtude de utilizar-se de lembranças, haverá em sua obra lapsos de memória e provavelmente omissões. Outro ponto fraco? Talvez. Mas se não forem as memórias do passado, como lidaremos justamente com esse tempo pretérito? Parafraseando o ditado popular que diz "ruim com ela, pior sem ela", temos que:

⁷⁶ COLARES, Otacílio. Edigar de Alencar e a cidade amada (apresentação). In: ALENCAR, 1980, p. 12. .

⁷⁷ Ibid., p. 14.

E no entanto, nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formarmos sua lembrança. A própria historiografia, digamo-lo desde já, não conseguirá remover a convicção, sempre criticada e sempre reafirmada, de que o referente último da memória continua sendo o passado, independentemente do que possa significar a preteridade do passado.⁷⁸

Evidentemente que cabe a cada pesquisador o devido discernimento acerca dessas questões que envolvem a utilização da memória como fonte documental para qualquer trabalho historiográfico. Caso contrário, corre-se o risco de ver envolvido em um hipnotizante e sedutor "canto da sereia" epistemológico, no qual o senso crítico seja mandado às favas.

No presente caso, tendo as crônicas históricas como foco, podemos e devemos considerá-las como um privilegiado lugar de memória posto que, além de sua óbvia referência à memória no sentido de preteridade do passado, tais narrativas nos valem no exato de sentido em que se portam e apresentam as condições de serem tratadas como um lugar de memória, no sentido enfatizado por Pierre Nora.

Pois como afirma o citado Nora, relembremos, afinal, tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Isso, evidentemente, tendo em mente especificamente as crônicas históricas que, em sua concepção, funcionam como privilegiados lugares de memória,

Isso vale na justa medida em que pensamos na obra de Edigar de Alencar. Conforme suas próprias palavras, toda a referida obra foi elaborada a partir de suas lembranças. Mas quando elaborada essa narrativa, e partir daí, suas lembranças deixam de ser meras lembranças, meras memórias (se é que podemos tratar lembranças e memórias com a designação de meras coisas) e passam a ser, ganham o *status*, de história.

Se já vimos anteriormente a intrínseca ligação e devidas semelhanças entre história e literatura (crônica), sem jamais perder de vista suas particularidades, com o que propõe Nora chegamos ao ponto em que temos em foco a correlação entre história e memória. Para o historiador francês a relação entre ambos os termos é bem clara: é a memória que dita e a história que escreve. E é nesse ponto de

⁷⁸ RICOEUR, 2007, p. 26.

interseção entre memória e história que temos a configuração pertinente da obra *livresca*. Assinala Nora que:

Na mistura, é a memória que dita e a história que escreve. É por isso que dois domínios merecem que nos detenhamos, os acontecimentos e os livros de história, porque, não sendo mistos de memória e história, mas os instrumentos, por excelência, da memória em história, permitem delimitar nitidamente o domínio. Toda grande obra histórica é o próprio gênero histórico não são uma forma de lugar de memória? Todo grande acontecimento e a própria noção de acontecimento não são, por definição, lugares de memória?⁷⁹

Acerca dos dois domínios nos quais se detém Pierre Nora, os acontecimentos e os livros de história, cabem algumas observações. Sobre os primeiros, utilizamos o proposto acima sob o acurado sentido de termos nas crônicas históricas do cotidiano a possibilidade de um registro deveras salutar e representativo dos acontecimentos rotineira e habitualmente vividos na cidade de Fortaleza no período aqui estabelecido.

Porquanto Nora enfatize os ditos grandes acontecimentos, algo que mui raramente seria alvo de uma crônica diga-se de passagem, ele mesmo não deixa de considerar a própria noção de acontecimento, noção esta que independe de seu “tamanho” ou “penetração”, que define-se, para nosso interesse, como um lugar de memória.

Já sobre os livros de história, categoria na qual incluímos os livros de crônicas históricas, visto serem essas uma “quase história”, temos em Nora sua constatação de que estes nada mais são, também, que lugares de memória. Nesse caso, como é a memória que dita e a história que escreve, não devemos nos espantar quando de uma afirmação como a anteriormente citada conforme Edigar de Alencar.

O livro de Edigar de Alencar acima mencionado é um dos que foram lançados sob a égide da Coleção José de Alencar, ponto este que passamos a tratar agora. Podemos perceber com a instituição dessa coleção, datada em 1979⁸⁰, a

⁷⁹ NORA, 1993, p. 24.

⁸⁰ Todos os livros editados sob os auspícios da Coleção José de Alencar, traziam em suas contracapas a seguinte informação: “A *Coleção José de Alencar*, criada pelo Decreto Municipal N.º 5370, de 19 de julho de 1979, na administração do Exmo. Sr. Prefeito, Professor Lúcio Gonzalo de Alcântara, sendo Governador do Estado do Ceará, o Exmo. Sr. Coronel Virgílio de Moraes Fernandes Távora, visa, com a sua denominação e seu programa, homenagear a memória e a personalidade extraordinária de José de Alencar, ilustre filho da terra cearense, o criador da autêntica literatura nacional, ao ensejo do transcurso do sesquicentenário de seu nascimento, em 1 de maio de 1829”.

constituição do que Pierre Nora denomina de “vontade de memória”. Conforme citado por este historiador, “o que os constitui [os lugares de memória] é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória”.⁸¹

A intenção primeira da Coleção José de Alencar fora homenagear o escritor cearense que a nomeava, cujo sesquicentenário de seu nascimento se deu justamente no ano de 1979. O plano original, quando do lançamento da coleção, recaia sobre a edição de cinco obras, entre inéditas e reedições, “julgadas de interesse geral”⁸², cuja temática recorrente trataria da cidade de Fortaleza. Numa (longa, porém interessante) citação, Otacílio Colares, na apresentação/introdução de uma destas obras, faz estas observações:

Assim, no caso de obras inéditas, foram editadas as seguintes: *Fortaleza de ontem e anteontem*, do consagrado escritor cearense, radicado no sul do país, *Edigar de Alencar*, autor, entre outros excelentes trabalhos, de um já em terceira edição aumentada, que é *O Carnaval carioca através da música*; *Fortaleza descalça*, do já falecido e excelente porte cearense *Otacílio de Azevedo*; uma reunião de nada menos de cem crônicas, ungidas de duplo sabor: o sentimental e o informativo, relatando a vida da capital cearense, a partir da segunda década deste século e até o início real do seu desenvolvimento; *Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande*, reunião de escritos entre saudosistas e documentais sobre coisas, fatos e gentes da Fortaleza e do Ceará de antigamente, da responsabilidade do professor, escritor e pesquisador *Otacílio Colares*; *A Fortaleza de 1810*, do sempre lembrado e inimitável *João Brígido*, através de cujas reminiscências e pesquisas temos ressuscitada a metrópole, que é hoje a capital do Ceará. Desde seus primeiros passos, quando, praticamente, tudo nela se resumia à ribeira do regato Pajeú, o hoje tão sacrificado Marajaitiba dos índios e dos lusos de Moreno e flamengos de Matias Beck. Esse mesmo Pajeú que, afinal, está a caminho seguro da esperada recuperação, para indispensável e útil preservação; finalmente, uma outra reedição – *Fortaleza Velha*, de *João Nogueira*, cuja primeira edição, em tiragem limitada, há muito tornou-se autêntica raridade bibliográfica.⁸³

Acerca ainda dessa coleção, mais uma vez citamos o aqui quase “onipresente” Otacílio Colares, que em sua apresentação do livro de outro Otacílio, o de Azevedo, observa que:

Ou seja, sob o pretexto de homenagear os 150 anos do nascimento do escritor José de Alencar, foram editados e reeditados alguns livros cuja temática principal era a cidade de Fortaleza, berço de Alencar (daí a cognominação de capital alencarina para Fortaleza). Eis aí um exemplo de “vontade de memória”, conforme propõe Nora. Uma vontade, uma justificativa, por intermédio do poder público, que fora usada para a configuração da Coleção José de Alencar.

⁸¹ NORA, 1993, p. 22

⁸² COLARES, Otacílio. *Fortaleza Velha*. In: NOGUEIRA, 1981, p. 8.

⁸³ *Ibid.*, p. 8-9.

São tais memórias sobre a variada gama em que se há desdobrado, ao longo do tempo a Cidade de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção que constituem o significativo conteúdo desta publicação, marco ponderável da Coleção José de Alencar, feito ao mesmo tempo literário e histórico que se empreende na administração do prefeito de Fortaleza, professor e escritor Lúcio Alcântara.⁸⁴

Outro que se refere e enaltece a Coleção José de Alencar, mais especificamente a três lançamentos “recém” efetuados, é Raimundo Girão, que em seu livro seminal para a análise da crônica histórica sobre a cidade Fortaleza, afirma que:

No ano findo de 1980, a literatura da crônica histórica enriqueceu-se com três obras do mais real valor, todas componentes da “Coleção José de Alencar”, criada por decreto da atual administração municipal, sendo Prefeito o Dr. Lúcio Gonçalo de Alcântara: *Fortaleza de Ontem e Anteontem*, de Edigar de Alencar, *Fortaleza Descalça*, de Otacílio de Azevedo e *Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande*, de Otacílio Colares, todos impressos na Imprensa Universitária da U.F.C., Edições UFC/PMF.⁸⁵

Destacamos no escrito acima por Girão que esse autor faz menção ao fato que as três obras por ele citadas constituem uma “literatura da crônica histórica”, sendo que esta veio a enriquecer-se com o advento das citadas obras.

Sendo “quase história”, a crônica histórica deve ser mencionada sempre como algo que flutua entre a literatura e a escrita historiográfica, sendo que de cada uma delas torna-se tributária.

Para complementar o número de obras de crônicas históricas as quais utilizamos no presente trabalho, além das já mencionadas acima por Otacílio Colares (exceção feita à obra de João Brígido, por tratar tal livro sobre a cidade de Fortaleza num período muito aquém do visado por nós), temos as seguintes: “História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada”, de Mozart Soriano Aderaldo; e “Coisas que o tempo levou, de Raimundo de Menezes.

Eis delimitadas, assim, nestas obras, o escopo necessário à confecção do presente texto que busca versar sobre a crônica histórica referente à cidade de Fortaleza.

Dentre o arcabouço de informações que podem ser auferidas destas obras, temos a temática relacionada aos hábitos e costumes dos cidadãos, aliás,

⁸⁴ COLARES, Otacílio. O cronista Otacílio de Azevedo. In: AZEVEDO, 1992, p. 18.

⁸⁵ GIRÃO, 1983, p. 72.

temática esta que perpassa todos os autores supracitados. Considerando-se que a cidade de Fortaleza, durante as décadas iniciais do século passado, vivia um período de intensas transformações urbanas, fomentadas, sobretudo, pelo avanço da modernidade, seus efeitos não poderiam passar despercebidos da arguta observação dos cronistas históricos.

Todos esses cronistas comungam da mesma opinião de que a cidade passava por transformações em sua fisionomia, transformações estas que tinham reflexo direto no modo de agir e viver na própria cidade. Antigos hábitos e costumes estavam dando lugar a novos, que muitas vezes não eram vistos com tanta simpatia pelos cronistas históricos.

Teríamos aí um traço superlativo de melancolia? Não podemos negar tal característica. Mas também não podemos nos esquecer que ao escreverem suas crônicas, esses autores estavam preocupados tanto com seu conteúdo como com sua forma, afinal, suas narrativas compunham-se de textos que, apesar de almejam uma credibilidade e uma certa veracidade quase histórica, não deixavam de ser, também, textos literários, e como tais, repletos de subterfúgios e interstícios que podem normalmente parecer estranhos aos olhos “científicos” do historiador de hoje.

Para ilustrar a situação de que as narrativas em forma de crônica se prestam para uma análise de certos aspectos que estavam por transformar a vivência (cotidiano) na cidade, citemos um dos equipamentos modernos que veio quebrar com a “pasmaceira sonolenta” que pairava sobre Fortaleza nas décadas iniciais do século XX, ou seja, o cinema.⁸⁶

Ao tratar especificamente da inauguração de um destes equipamentos de lazer, o Cine Moderno em 1922, Mozart Soriano Aderaldo⁸⁷ cita que com este cinema viu-se na cidade uma modificação nos costumes vigentes, “dando-se assim

⁸⁶ Acerca do cinema e seu impacto na vida urbana de Fortaleza, em período concomitante ao aqui analisado, lembramos mais uma vez o trabalho de Márcio Inácio da Silva. Cf. SILVA, Márcio Inácio da. **Nas telas da cidade: salas de cinema e vida urbana na Fortaleza dos anos de 1920.** Dissertação (mestrado em História Social), Fortaleza: UFC, 2007. Indicamos ainda, num âmbito específico sobre a cidade de São Paulo na década de 1920, mas que traz uma excelente análise do impacto provocado pelo cinema e pela modernidade nas práticas sociais desta urbe, o interessante trabalho de Carla Ferraresi. Cf. FERRARESI, Carla Miucci. **Papéis normativos e práticas sociais: o cinema e a modernidade no processo de elaboração das sociabilidades paulistanas na São Paulo dos anos de 1920.** Tese (doutorado em História), São Paulo, USP, 2007.

⁸⁷ Vide a apresentação feita do cronista Mozart Soriano Aderaldo por Raimundo Girão. Cf. GIRÃO, 1983, p. 60-62.

novo passo para a alteração de costumes arraigados nos habitantes da cidade, até então excessivamente caseiros”.⁸⁸

Para o cronista histórico enfatizar que os costumes eram antigos e profundamente inseridos entre os cidadãos, ele os considera como arraigados, metaforicamente firmados pela raiz. Nesse caso, o elemento desenraizador, ou seja, o cinema (e em última instância a modernidade), passa a ser visto não como um malefício que se abate sobre a urbe, mas sim como um aspecto favorável e desejável.

Porém, nem tudo que é “desenraizado” vai merecer o olhar complacente do cronista, que ao tecer loas ao cinema e à modificação inserida por este nos hábitos dos moradores da cidade, não esquece que a modificação pode representar, também, o desaparecer de certos costumes, como o hábito de se erigir lapinhas (ou pastoris) à época do natal. Observa Aderaldo, quanto a isso, que “é lembrado com carinho o fato de D. Maria Cecília organizar, anualmente, uma ‘lapinha’ em sua casa, tradicional costume que se vem extinguindo entre nós”.⁸⁹

É interessante conjecturarmos acerca da diferença de sentidos aplicada pelo cronista Aderaldo no que concerne às transformações advindas na cidade com o transcorrer do tempo moderno (modernidade). Quanto ao cinema, equipamento moderno por excelência, este tem o poder de quebrar um tradicional costume dos fortalezenses de serem “excessivamente caseiros”. Mas ao tornarem-se menos caseiros, os habitantes da capital cearense passam a não valorizar tanto costumes como a apreciação das lapinhas, que por isso tendem a se extinguir.

Ou seja, o que causa a ascensão e o declínio dos fatos narrados pelo cronista atende pelo mesmo nome, em suma, modernidade. E as modificações inseridas por essa modernidade podem ser plenamente entendidas como um aspecto que se atrela sobremodo à passagem do tempo, de um tempo moderno e que congrega em si que se assumam novos hábitos, que rompem com os hábitos anteriores.

Ao assumir o cinema e fazer dele uma nova diversão, muitos habitantes da urbe deixam de dar valor a outras diversões, como no caso, por exemplo, de se apreciar as lapinhas, costume de outrora que vai entrando em declínio.

⁸⁸ ADERALDO, 1974, p. 53.

⁸⁹ Ibid., p. 75.

As certezas que tínhamos, que pareciam sólidas, com as transformações, frutos da modernidade, já não seriam mais tão certas assim.⁹⁰ E o próprio Aderaldo constata isso, pois ao tratar da cidade, ainda no século XIX, observa que “Fortaleza, de inflexíveis tradições, aquela cidadezinha de 1887”.⁹¹ Se as tradições eram inflexíveis na década de 1880, estas mesmas tradições seriam bem menos rígidas, como pôde constatar o cronista histórico, já em pleno século XX.

Recorrendo à visão de outros cronistas históricos, temos em Edigar de Alencar⁹² uma constatação parecida ao da proferida por Aderaldo mais acima. Parecida sim, porém diferente em essência. Observa Alencar que a cidade na década de 1920 saía de sua comodidade, afluindo dessa forma em maior quantidade ao cinema e ao teatro.

Porém, diferente de Aderaldo, que atribui ao cinema esse “abalo” providencial que estava pondo fim aos hábitos caseiros dos cidadãos, constata Alencar que “a cidade aos poucos, isto é, aos bocados, se abalava e saía de sua comodidade, que sempre foi prejudicial ao desenvolvimento do teatro e do cinema”.⁹³

Acerca da quebra da comodidade e dos hábitos caseiros tratados pelos dois cronistas supracitados, enquanto Aderaldo considera como “causa” dessa quebra o cinema, que com ele as pessoas passaram a adotar práticas menos caseiras, Alencar considera que o cinema só se beneficiara de um “efeito” dessa quebra, dito de outra forma, para este cronista não fora o cinema que dotara os cidadãos de hábitos menos caseiros, mas sim estes hábitos, menos ligados a uma comodidade, que passaram a beneficiar o cinema.

Confirmando essa visão, de que não fora o cinema que dotara os cidadãos de hábitos menos caseiros (diferentemente do citado por Aderaldo), Alencar cita que:

⁹⁰ Tal pensamento nos leva ao emblemático título da obra de Marshall Berman, tomado de empréstimo de uma frase de Karl Marx no Manifesto do Partido Comunista, que tem por objetivo analisar o que o autor denomina de “a aventura da modernidade”. E nessa aventura uma característica marcante seria a condição pouco indissolúvel das coisas, numa torrente que nos leva sempre à transformação, à mudança, à ruptura. Cf. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁹¹ ADERALDO, 1974, p. 105.

⁹² Vide a apresentação feita do cronista Edigar de Alencar por Raimundo Girão. Cf. GIRÃO, 1983, p. 72-77.

⁹³ ALENCAR, 1980, p. 117.

Quando me refiro ao heroísmo e teimosia dos cinemas, é que o cinema em Fortaleza não foi, pelo menos até 1930, um hábito arraigado na população. Contavam-se aos milhares as pessoas que, mesmo residindo no centro, jamais entraram num cinema! Nunca foi possível até então os cinemas funcionarem às tardes. E mesmo as sessões noturnas só eram concorridas aos sábados, domingos e feriados, ou nas exhibições de seriados, ou de filmes sacros como “Nascimento, Vida, Paixão e Morte de N. S. Jesus Cristo”.⁹⁴

Evidente que devemos agir ponderadamente, pois se há disparidades nas opiniões dos cronistas sobre o cinema, se este conseguira, de fato, ter um impacto decisivo ou não na vida urbana da cidade, para tais questões, urgiria, se assim fosse a situação, um aprofundar-se na referida questão. Contudo, este intento fugiria de nossas intenções, pois não visamos tratar diretamente do cinema e do impacto por ele provocado na cidade.

Nosso foco é a opinião captada através das crônicas históricas que tinham no cotidiano da cidade seus motes primordiais. Se há divergências nas visões dos cronistas, tanto melhor para nós, pois isso demonstra que esse campo, o das crônicas históricas, é eivado com uma multiplicidade de sentidos e opiniões, tais quais se percebe na ciência histórica.

Dando seguimento, chegamos a Raimundo de Menezes⁹⁵, cujas crônicas, antes de publicadas em livro, tiveram um caminho interessante. Estas foram lidas na rádio (PRE-9), num programa dedicado ao resgate das coisas antigas, *Coisas que o tempo levou* (título análogo ao do livro de crônicas), e também publicadas em jornal. Como observa Raimundo Girão:

Bastante tempo deleitou os ouvintes da emissora pioneira, “numa linguagem simples, mas elegante, corredia, cheia de encantos que atraem os que, porventura, através do rádio o ouvem ou têm nas páginas do jornal citadino que as edita” (a Gazeta de Notícias). Depois, juntou-as em livro com o mesmo título (Fortaleza, Edésio-Editor, 1938 e 2.^a ed. São Paulo, 1977). São, nem se discute, crônicas no exato sentido, tendo como temas, acontecimentos locais e pessoas da Fortaleza, em que ele nasceu. Trinta e nove ao todo, sempre a retirar do esquecimento, com especial graça, as coisas velhas e esquecidas para os novos as conhecessem. Sempre curiosas e ajustadas as suas rememorações.⁹⁶

⁹⁴ ALENCAR, 1980I, p. 45.

⁹⁵ Vide a apresentação feita do cronista Raimundo de Menezes por Raimundo Girão. Cf. GIRÃO, 1983, p. 45-46.

⁹⁶ Id. *ibid.*, p. 45.

É salutar a peculiaridade do caminho percorrido pelas crônicas de Raimundo de Menezes. Raimundo Girão, acima, preocupa-se em caracterizar estas crônicas em “seu exato sentido”, pois as mesmas fogem de muitas definições acerca desse gênero. *Coisas que o tempo*, como vimos, era um programa de rádio. Mas mesmo assim suas crônicas ganham o caráter dignificante, em seu exato sentido, de crônica histórica, apesar de seu *sui generis* berço.

Para confirmá-lo, temos por nos avalizar o que propõem Chalhoub, Neves e Pereira: uma ampliação no sentido de crônica, não sendo esta somente entendida como uma produção veiculada por jornais (os folhetins). Conforme estes autores, na introdução de seu livro dedicado ao tema:

Ao invés de conceituar a crônica de modo unívoco, cabe enfrentar a sua especificidade, em um procedimento que radicalize a busca de sua historicidade, ao mesmo tempo em que se mostre atento aos complexos mecanismos narrativos que a constituem. Não parecerá estranho, por isso, que essa coletânea se encerre com artigos que tratam de “Crônicas singulares”, textos que sem serem crônicas cumprem uma função análoga. Desenhos, cartas, sambas e relatos orais, todos sujeitos aos filtros de sua forma própria de elaboração, cumprem também a seu modo o protocolo básico que singulariza a crônica em relação a outros gêneros. Ao utilizar outras linguagens, por vezes sem a pompa e circunstância normalmente associadas à criação literária, são construções autorais, que intervêm na realidade que tentam representar. Mesmo sem entrar no campo da literatura, o paralelo entre esses distintos modos de expressão e a crônica em seu sentido estrito pode ajudar a entender esse gênero, ele próprio muitas vezes excluído do cânon literário.⁹⁷

Ao ampliarem o sentido de crônica, incluindo desenhos, mapas, canções, os autores nos fornecem a deixa para também colocarmos nesse grupo as crônicas de Raimundo de Menezes. Por mais que estas tenham ganhado um invólucro livresco para sustentá-las e torná-las mais acessíveis ao público que não pudera ouvir suas transmissões radiofônicas, estas crônicas originalmente eram lidas no ar, através do rádio. Mas não deixam de ser crônicas, no estrito sentido discutido mais acima.

E é deveras interessante destacarmos o fato de que o cronista Raimundo de Menezes, mesmo nas longínquas décadas de 1920 e 1930, já adotava, em seu programa de rádio, uma interatividade com seus ouvintes que só cremos encontrar

⁹⁷ CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 17-18.

parâmetros semelhantes já mais atualmente, na era da *internet*. Dessa forma, o rádio e a velocidade de suas ondas interagem numa relação direta autor/ouvinte.

Nalgumas de suas crônicas (lidas no rádio), Menezes observa que está a atender pedidos de ouvintes seus. Vemos isso quando da crônica que trata do primeiro telefone instalado na capital cearense. Assim inicia esta crônica o autor: “Como Fortaleza conheceu o seu primeiro telefone? Essa a pergunta que me foi remetida em carta assinada por um radiouvinte da PRE-9.”⁹⁸

Podemos ver essa interatividade entre o autor e seus ouvintes quando de uma crônica dedicada ao “comércio dos outros tempos”. O cronista histórico dirige-se a seu público da seguinte maneira: “Na Fortaleza de 40 a 50 anos passados, como seria o seu comércio e quais os preços das mercadorias? Está aí um assunto assaz curioso, que uma jovem radiouvinte de PRE-9 mandou perguntar”.⁹⁹

Ao final dessa crônica o autor traz uma lista que contém os preços de alguns gêneros e serviços (manteiga francesa, carne-do-sol, farinha, feijão, querosene, aguardente, cigarros e até o valor dos aluguéis para casas de 2 e 3 portas, etc.) tais quais praticados nos tempos mais recuados aos quais ele faz referência. E por fim, o arremate: “que diferença fantástica para os trepidantes dias de hoje! A vida atual custa os olhos da cara, como diz o zé-povo, na sua linguagem característica...”.¹⁰⁰

Se haveria alguma dúvida acerca da importância da crônica para se abarcar detalhes miúdos, mas importantes do cotidiano, acreditamos que estas se desvanecem ao termos noção do detalhado acima por Raimundo de Menezes, visto que até a constatação de que se vivia numa época de carestia, que custava aos cidadãos daquela época “os olhos da cara”, podemos ter idéia ao lermos essa crônica.

Temos, portanto, a constatação do diálogo que se faz presente entre o autor e os leitores, neste caso também ouvintes, das crônicas, o que demonstra a qualidade que estas narrativas têm de ser um “gênero dialógico por excelência”.¹⁰¹ As proposições, no caso de Menezes, dos leitores/ouvintes eram atendidas, fato este que denota uma relação de mão dupla:

⁹⁸ MENEZES, 2000, p. 66.

⁹⁹ Id. *ibid.*, p; 149.

¹⁰⁰ Id. *ibid.*, p. 154.

¹⁰¹ CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 15.

Se o cronista fazia dos seus artigos um modo de intervir sobre a realidade, influenciando os leitores, por outro ele era também influenciado por eles, cujas expectativas e interesses ajudavam a definir temas e formas que passaria a adotar. Da dialética entre essas posições resultava um movimento que relativizava a possibilidade de o autor definir, sozinho, os rumos de uma série, abrindo espaço para a indeterminação.¹⁰²

Ainda continuando com Menezes, este faz menção, em uma crônica dedicada aos bondes de burro que havia na capital cearense, a um costume que ia se esvaindo: “nas sextas-feiras da Paixão, o tráfego [dos bondes] era suspenso no período do meio-dia às três horas da tarde, costume tradicional que foi extinto tempos depois”.¹⁰³

Mas não fora somente este costume que desaparecera. Alude o cronista sobre as festas de antigamente:

Quanta ingenuidade saborosa nas festas antigas da Fortaleza dos nossos avós! Quanta simplicidade nos folguedos tradicionais que o tempo levou! Como eras encantadora, minha cidade amada, com as tuas festanças simples como tu mesma!¹⁰⁴

Evidentemente que de um livro de crônicas que logo no seu título sobressai-se a intenção do autor de trazer de novo à baila coisas que foram desaparecendo com o passar dos anos, relatos que noticiem rupturas, mudanças e transformações se destacam. No caso de Menezes, invariavelmente o passado é posto em um pedestal onde só lhe deviam homenagens de seus contemporâneos.

Mas dentre todas essas homenagens, podemos auferir relatos que demonstram aspectos do cotidiano da cidade, como o hábito dos seus habitantes em recolherem-se não muito tarde na noite.

E a que horas, costumeiramente, dava-se esse recolhimento? Informa-nos Menezes que tal se dava por volta das 21 horas. Temos essa informação acerca desse hábito que se praticava na cidade a lermos uma crônica intitulada “a passagem do século”, onde se lê: “31 de Dezembro de 1900. Fortaleza, contra os seus velhos hábitos, não se deitou às 9 horas”.¹⁰⁵

E é dessa forma que as crônicas nos servem como depósito onde se acumulam detalhes cotidianos da vida da cidade de Fortaleza nas décadas iniciais

¹⁰² CHALHOUN; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 15-16.

¹⁰³ MENEZES, 2000, p. 61.

¹⁰⁴ Ibid., p. 35.

¹⁰⁵ Ibid., p. 116.

do século passado. Recolher-se às 21 horas, no alvorecer do século XX, era uma rotina que só seria quebrada diante de um fato extraordinário, nesse caso, a passagem do ano.

Tal situação evidencia uma constatação feita por praticamente todos os cronistas aos quais lançamos mão: ainda respiravam-se na cidade fortes ares que a caracterizavam como uma urbe pequena, provinciana, ingênua, tranquila e de certo modo pouco desenvolvida, ou no mínimo, com um insipiente desenvolvimento que aos poucos ia tomando formas mais robustas.

Acerca desse tema, o já por nós mencionado Mozart Soriano Aderaldo assevera também que a cidade vivia emersa em superstições: “Fortaleza das assombrações, das pedradas nos telhados das casas, das histórias de mulas-sem-cabeça, Fortaleza ingênua mas viril”.¹⁰⁶

A ingenuidade podia ser enaltecida como espontaneidade, como nos mostra Menezes, que ao tratar das festas antigas, afirma que “era assim que espontaneamente a Fortaleza dos nossos avós se divertia, na sua simplicidade, no seu encantamento, na sua ingenuidade de cidade provinciana...”¹⁰⁷

Para outro cronista histórico ao qual recorreremos, Otacílio Colares¹⁰⁸, tínhamos o “povo da pequena e pacata Fortaleza de princípios do século”,¹⁰⁹ que poderia ser caracterizada como “nossa Fortaleza provinciana”¹¹⁰ e que fazia referência aos “bons tempos aqueles, em que a cidade-menina era íntima de todos nós”.¹¹¹

Nessa pequena, pacata e provinciana Fortaleza do início do século passado, cidade ainda menina, a intimidade dela com seus habitantes é enaltecida por Colares. Enaltecida com um “quê” de melancolia, pois com o crescimento da cidade e seu desenvolvimento, essa intimidade foi aos poucos ganhando ares de indiferença.

Em uma cidade pequena, tanto em dimensão como em “espírito” a relação de seus habitantes entre si mesmos era mais próxima, fato este que podemos perceber nas linhas que se seguem.

¹⁰⁶ ADERALDO, 1974, p. 106.

¹⁰⁷ MENEZES, 2000, p. 38.

¹⁰⁸ Vide a apresentação feita do cronista Otacílio Colares por Raimundo Girão. Cf. GIRÃO, 1983, p. 80-85.

¹⁰⁹ COLARES, 1980a, p. 124.

¹¹⁰ Ibid., p. 151.

¹¹¹ Ibid., p. 152.

Relata-nos Raimundo de Menezes, ao fazer menção ao movimento de pessoas que acorriam ao estabelecimento comercial do boticário Ferreira, isso ainda em meados do século XIX, que:

Era ali que se abrigavam os políticos da atualidade no cavaquear costumeiro de todas as tardes, a saber notícias do dia, a mexericar, no diz-que-diz, – espécie de jornal falado dos acontecimentos notáveis da Fortaleza daqueles tempos.¹¹²

Somente em uma cidade pequena para que as principais notícias de seu dia-a-dia pudessem ser conhecidas no diz-que-diz dos mexericos que se faziam na botica de Ferreira. Essa espécie de “jornal falado” deveria representar, para a época, um apanhado geral dos principais assuntos em voga.

Acerca da vivência numa cidade pequena, citamos o escrito por Sandra Pesavento sobre Porto Alegre no último decênio do século XIX. Lá como cá, passava-se por um processo de transformações. Mas o que nos interessa é a relação que se estabelecia na vivência numa cidade onde, de certa forma, a intimidade, o conhecer-se, era bem mais presente: “a pequenez da urbe ainda se revela nos mecanismos de controle social e de censura, numa cidade em que todos se conhecem”.¹¹³

O mote da discussão travada por Pesavento reside em seu comentário acerca de uma obra ficcional que narra, quase *pari passu*, a morte de dois jovens amantes. O fato que destacamos é que quando se espalha pela então pequena capital gaúcha a notícia que o jovem, que havia se envenenado com estricnina (nome do veneno, como também do livro logo depois lançado) estava sendo atendido numa botica (mais uma vez aqui uma botica se faz presente ao relato, o que nos leva a crer que estes estabelecimentos deveriam ser lugares muito freqüentados, tanto por doentes em busca de tratamento, como por cidadãos em busca de uma cura para suas curiosidades), isso fez com que o diz-que-diz dos habitantes urgisse em saber novidades e se direcionasse para a botica.

A citação é longa e envereda pela nominação de alguns personagens presentes no livro em questão, o que pode tornar sua compreensão um tanto quanto fugidia, mas mesmo assim vale a pena fazê-la:

¹¹² MENEZES, 2000, p. 49-50.

¹¹³ PESAVENTO, 2002, p. 352.

Só uma cidade pequena comportaria esse nível de comentário e reconhecimento pessoal. E é ainda nos quadros de um centro urbano de pequeno porte que as notícias se espalham de boca em boca, ou que todo e qualquer acontecimento que rompa a regularidade do cotidiano desperta atenção. O caminhar apressado de Ramalho conduzindo Neco à farmácia, após a ingestão do veneno, fez com que “os transeuntes e o vizindário curioso e intrigado acompanhasse os dois”, a “saber o que era aquilo”, fazendo a botica ficar “invadida por uma turbamulta de curiosos”, despertando a curiosidade da população e notavelmente dos jornalistas. É entre anônimos, basbaques, homens de polícia e repórteres que Neco morre, convertido em notícia sensação na pacata Porto Alegre, onde todos falavam da notícia do suicídio antes de ela ser anunciada pelos jornais do dia seguinte. A circulação da notícia, primeiro de boca em boca, no mexerico, no “delineamento indeciso do boato”, precedente à publicação do ocorrido, coloca cores de “novidade” ao acontecimento, sacudindo a cidade pacata. As palavras dos vendedores de jornais são significativas, pois confirmam, pelo texto escrito, “aquilo que se dizia” de dois amantes que, por sua vez, eram também “pessoas conhecidas”.¹¹⁴

Não temos registros em Fortaleza, ao menos se levarmos em consideração as narrativas dos cronistas por nós utilizados, de fato tão dramático como o acima exposto por Sandra Pesavento. Mesmo assim, destacamos a questão que envolve a vivência em uma cidade pequena, onde qualquer fato, dos mais banais passando pelos mais trágicos, passa a ser, de certo modo, alusivo não somente ao indivíduo diretamente envolvido, mas praticamente a todos os habitantes da urbe, que bem poderiam se expressar da seguinte maneira: trata-se, afinal, de uma pessoa conhecida.

Outro fato que destacamos é o que se prende à divulgação das informações tais quais ocorrem em uma cidade pequena. No caso acima, a notícia do suicídio corre primeiramente de boca em boca, para só depois, no dia seguinte, ser veiculada através dos jornais.

Não tendo Fortaleza uma história semelhante ao do romance “Estricnina”, temos um fato, narrado em uma crônica histórica, que demonstra bem que se vivia, na capital cearense, em uma cidade pequena, onde o “próximo” pode sim ser uma pessoa conhecida (a na maioria das vezes o era), e que as notícias, antes de se espalharem por meio de jornais ou pelo rádio, corriam de boca em boca, num diz-que-diz habitual de cidade pacata, tranqüila e ingênua.

O fato que narramos agora é alusivo a uma falha de comunicação, que por ocorrer numa cidade então com pequena dimensão, talvez acostumada a ter as

¹¹⁴ PESAVENTO, 2002, p. 352.

notícias mais importantes divulgadas primeiramente através do boca em boca, possa ter visto tal confusão. Quem a conta é Edigar de Alencar:

Eurico Pinto certa vez me lembrou que um desses vendedores de pão da tarde propiciou uma cena tragicômica. Passou anunciando um pouco retardado do seu horário habitual:

– Pão de leite, suíço e doce!

A meia língua do vendedor novato e o pregão fora de hora deu a entender a uma senhora que era o anúncio de um gazeteiro:

– O Padre Leite suicidou-se.¹¹⁵

É interessante ver que a senhora que compreende erroneamente o anúncio da venda do pão da tarde, entendendo-o como a divulgação da notícia do suicídio do Padre Leite, assim o faz em virtude de uma quebra da rotina a qual ela estava acostumada.

O vendedor que provocara a confusão havia passado atrasado, fora de seu horário habitual. Sendo assim, fora desde horário costumeiro, a confusão ganhou enlevo, fato este que talvez não tivesse ocorrido caso o vendedor houvesse passado em seu habitual horário.

Otacílio de Azevedo¹¹⁶ vai se referir a Fortaleza pequena e acanhada das décadas iniciais do século passado como uma “moça pobre mas vaidosa”.¹¹⁷ Para esse cronista, a pequenez da capital cearense se sobressai sob sua condição de cidade descalça.

Cita Azevedo que a cidade era uma “pobrezinha descalça, ainda, mas já sonhando com os primeiros calçados de pedra – o calçamento desigual e áspero, prenunciando as ricas futuras sandálias de asfalto”.¹¹⁸

Observamos que o autor está ciente acerca do processo de transformação por qual passava a cidade, estabelecendo que à descalça Fortaleza viria substituí-la uma outra, sua congênere, mas diferente daquela pelo fato de ser uma cidade calçada sobre as ricas sandálias de asfalto.

Porém, o mesmo asfalto que viria representando o progresso que acabaria, enfim, por suplantar a cidade descalça de antigamente, seria censurado por Azevedo, que ao tratar de um caso que teve certa repercussão em Fortaleza, a

¹¹⁵ ALENCAR, 1980, p. 55-56.

¹¹⁶ Vide a apresentação feita do cronista Otacílio de Azevedo por Raimundo Girão. Cf. GIRÃO, 1983, p. 77-80.

¹¹⁷ AZEVEDO, 1992, p. 26.

¹¹⁸ Idem.

derrubada de uma árvore símbolo da cidade, o Oitizeiro do Rosário, em 1929¹¹⁹, observa que “o verdadeiro algoz do Oitizeiro foi o progresso, em nome do qual se cometem tantos crimes...”¹²⁰

Por fim, dentre os cronistas históricos que nos propusemos a analisar, citamo-nos João Nogueira¹²¹, para quem Fortaleza era uma “cidade absolutamente pacata”.¹²² Cidade esta que vai merecer dele a denominação de provinciana, quando de sua crítica ao censurar certas “novidades” que, inseridas na urbe, logo passam a ser consideradas grandes coisas: “e outras coisinhas que, chegando à Fortaleza, viram grandes coisas, como ainda hoje acontece”.¹²³

Em outra crônica, é desta forma que Nogueira se refere à cidade: “pequenina e tranqüila Fortaleza”.¹²⁴ Pelas crônicas desse autor, podemos perceber o quanto a cidade era pequena, tanto que todos, de certa forma, se conheciam, ou seja, eram todas pessoas conhecidas.

Observa isso bem o cronista, pois ao tratar do anúncio que se fazia quando de um falecimento, assinala que “assim que se verificava o óbito, os sinos da Matriz tocavam a finados e a cidade inteira sabia, de pronto, quem era que já *estava com Deus*”.¹²⁵

Em Nogueira podemos perceber também aspectos relacionados à mudanças em hábitos e costumes antigos. Mudança ou mesmo extinção de certos hábitos, como o citado por ele nesta crônica seguinte, que vêm a ser o de prestar pêsames à viúva:

As visitas de pêsames eram uma tortura, especialmente para as viúvas que, em exposição nas suas salas, tinham que repetir, miudamente, aos visitantes, as peripécias da doença e sofrimentos últimos do seu morto. Felizmente, este torturante costume, este *sacrifício das viúvas* vai caindo em desuso.¹²⁶

¹¹⁹ Acerca da análise da modernidade em Fortaleza, tratando especificamente do marco representado pela derrubada do Oitizeiro do Rosário, Cf. NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, progresso, memória**: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta. Dissertação (mestrado em História Social), Fortaleza: UFC, 2006. Vide especificamente o primeiro capítulo, intitulado “tempo do progresso, tempo da memória”.

¹²⁰ AZEVEDO, 1992, p. 118.

¹²¹ Vide a apresentação feita do cronista João Nogueira por Raimundo Girão. Cf. GIRÃO, 1983, p. 47-51.

¹²² NOGUEIRA, 1981, p. 17.

¹²³ Ibid., p. 25.

¹²⁴ Ibid., p. 65.

¹²⁵ Ibid., p. 81.

¹²⁶ Ibid., p. 84.

Como podemos perceber, nem tudo que estava em vias de desaparecer merecia ser lamentado por João Nogueira. No caso acima, o autor louva que esse costume, tido por ele como torturante, esteja caindo em desuso.

Essa postura de Nogueira, como também dos outros cronistas, de taxar a cidade como pequena, tranquila, pacata, provinciana, etc., se reveste de duas proposições antagônicas: por uma lado, todas estas características alusivas à cidade ganham um *status* negativo quando da constatação que as transformações inerentes aos tempos modernos vão provocar mudanças, sobretudo, em práticas e costumes tidos por eles como benéficos à boa vivência na cidade.

Nessa situação, o aspecto em vias de desaparecer ganha um melancólico tom de homenagem. Podemos ver isso quando da derrubada do citado Oitizeiro do Rosário, do respeito à sexta-feira da Paixão ou as festas de outrora.

Quanto ao *status* positivo, este surge quando da constatação que as mudanças virão trazer benefícios à vivência na cidade. Neste caso, o cinema que impõe mudanças na sociabilidade das pessoas, que passam a ter hábitos menos caseiros ou o costume antigo dos torturantes pêsames das viúvas, quando de sua transformação (ou mesmo extinção), passam a ser enaltecidos.

Destarte, percebemos que as crônicas históricas são valiosas em uma análise que se proponha a perceber que as mudanças/transformações por elas registradas são mudanças fomentadas, sobretudo, pela modernidade. Ao condenar ou enaltecer aspectos do cotidiano da cidade, os cronistas nada mais estavam a fazer do que, em última instância, avaliando os aspectos da modernidade e do tempo moderno que se insinuavam e se infiltravam na cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado. E esses aspectos podiam ser de duas maneiras: positivos ou negativos.

Tal comparação pode bem ser percebida no seguinte comentário proferido por Sandra Pesavento: “da mesma forma, no que concerne aos elementos icônicos da modernidade, as relações se dão por avaliação de positividade ou condenação”.¹²⁷

Um mesmo autor, no caso João Nogueira, poderia ter posturas ora de positividade, ora de condenação diante das mudanças que ele visualizava na cidade. Ao tratar, por exemplo, das constantes trocas nos nomes das ruas e praças

¹²⁷ PESAVENTO, 2002, p. 346.

de Fortaleza, este autor faz uma condenação, que aliada à analogia da cidade afeita a mudanças com a inconstância encontrada nas mulheres, traz-nos um interessante panorama:

A Fortaleza, por ser muito formosa, chegou a apaixonar o próprio Sol, que, dizem, a desposou, sendo *celebrante* das núpcias o nosso famoso Paula Nei.

É, pois, uma entidade feminina e, como tal, sofre do mal congênito que aflige o seu sexo: a inconstância.

Não podendo mudar de vestuário dia a dia, mês a mês como o fazem as suas filhas, muda, troca e altera, sempre que pode, o nome de suas praças e ruas.

Não procede, porém, com a mesma elegância e graça com que as nossas lindas lracemas acompanham os ziguezagues da moda; e às vezes faz tais alterações nas suas ruas, que mais parecem caprichos de mulher estabanada, do que resoluções de uma senhora já de certa idade.

E quando alguém exproba tanta versatilidade ela, com um sorriso de mofa, sai-se com esta desculpa: *La dona é móbile*.¹²⁸

Porém, a voz de João Nogueira não se levanta estridente quando em contrário, senão em apoio, à demolição de um antigo prédio da cidade, onde funcionou o Hotel Central. E o motivo dessa mudança de postura? O próprio cronista nos informa:

Percorrendo o velho edifício, notamos com tristeza que por toda parte havia inscrições e figuras de uma obscenidade repugnante.

O sobrado foi, até pouco tempo, *Hotel Central*, e muitos dos numerosos hóspedes que ali estiveram deixaram nas paredes as marcas dos seus espíritos, tendências e costumes.

Este, precisando nomes e datas, descreve uma cena aretínica em que desempenhou o principal papel; este outro dirige palavras sujas a conhecido gerente do restaurante; além, algum Bocage sem talento suja as paredes com versos imundos. Por toda parte enfim a obscenidade como vestígio do que ali se passava.¹²⁹

A esse prédio, carcomido pelas obscenidades incrustadas em suas paredes, a sentença nada amigável de Nogueira, diante da constatação de que no dia seguinte, o mesmo seria demolido: “amanhã o velho sobrado não existirá mais; e é bem que assim seja”.¹³⁰

Enfim, as posições tomadas pelos cronistas tornam-se deveras cambiantes, como demonstra o exposto acima em relação a João Nogueira. O prédio que abrigara o Hotel Central, por exemplo, deveria vir abaixo menos por sua

¹²⁸ NOGUEIRA, 1981, p. 46.

¹²⁹ Ibid., p. 121.

¹³⁰ Ibid., p. 122.

condição de construção já centenária e mais pelas obscenidades intrinsecamente ligadas a ele.

Ao Oitizeiro do Rosário, conforme já mencionado, o lamento por sua derrubada, ou seja, querer-se-ia sua preservação. Já ao edifício com paredes "maculadas", o desejo de sua derrubada. Diferenças de análise que brotam muito mais de concepções subjetivas de vida que, de fato, da maior praticidade para a cidade, seja de uma árvore ou de um prédio antigo.

Essas diferenças evidenciam que analisar crônicas históricas requer muito mais que uma mera diferenciação de estilos meramente literários que poderiam colocar este ou aquele cronista em campos opostos ou similares, em uma perspectiva que levasse em conta tão-somente as diferenças ou similitudes justamente de âmbito literárias.

Portanto, antes de darmos seguimento, nos debruçando sobre às crônicas históricas como lugares onde podemos encontrar vestígios da memória da cidade, cabe uma explicação "pedagógica" acerca dessas variações que podemos encontrar nos sentidos empregados às crônicas e aos próprios cronistas, definição esta que será útil na formulação do capítulo que segue:

De uma forma geral, poderíamos agrupar esses autores dentro de grandes conjuntos ou tendências, que se expressam em crônicas.

De um lado, a vertente "saudosista", que se caracteriza por uma evocação positiva do passado, dotada de uma leve melancolia. Tal postura se notabiliza por uma avaliação severa dos hábitos e, sobretudo, da moralidade trazida pela vida moderna. No lado oposto, a tendência dita "progressista", manifesta na atitude de confiança no processo de renovação urbana em curso e na avaliação política de alteração dos hábitos citadinos. Numa posição não propriamente intermediária, mas distinta das anteriores, se encontraria a tendência a qual chamaríamos de "amargura provinciana" e que corresponderia ao lamento da elite ilustrada local frente ao meio acanhado e ao atraso da cidade.¹³¹

Cabe ressaltar que consideramos que nenhuma dessas tendências apareceria em "estado puro", senão entrelaçadas consigo mesmas. Mas de modo geral, as vertentes "saudosista" e de "amargura provinciana" são as mais presentes nas narrativas elaboradas pelos cronistas históricos aos quais recorreremos.

¹³¹ PESAVENTO, 2002, p. 286.

3.3 A cidade como um espaço de memórias

Para que possamos considerar as vertentes “saudosista” e de “amargura provinciana” como as mais presentes nas narrativas elaboradas pelos cronistas históricos em questão, recorremos a eles próprios, no afã de vislumbramos tais características de saudosismo e amargura.

Todos os cronistas aos quais lançamos mão trazem em suas narrativas relatos que nos remetem diretamente à prática com a memória. Mozart Soriano Aderaldo, por exemplo, usa termos que denotam claramente que ele está a fazer uso de suas memórias, como quando assinala que tal acontecimento se deu “no meu tempo de menino”.¹³²

E quando de um lapso de sua memória, recorre o cronista a outros que podem lhe fornecer um auxílio: “o Dr. Manuel Albano Amora, encorajou-me a realizar a empresa, auxiliando-me ainda com preciosas informações que me haviam escapado da memória”.¹³³

Por sua vez, Edigar de Alencar, em uma demonstração que está a usar sua memória, quando de uma longa citação de nomes de pessoas envolvidas com o teatro fortalezense nas décadas iniciais do século passado, por fim, chega a conclusão que talvez alguns nomes ainda fiquem fora desta lista, o que o leva a, meio que se desculpando, salientar: “e outros cujos nomes nos escapam à memória”.¹³⁴

Essa citação de Alencar é complementada por ele próprio, através de uma nota de rodapé na referida página de seu livro de crônicas históricas, onde o mesmo reafirma que à memória ele faz menção privilegiada e dela torna-se tributária, como fonte privilegiada de sua narrativa.

¹³² ADERALDO, 1974, p. 76.

¹³³ Ibid., p. 68.

¹³⁴ ALENCAR, 1980, p. 113.

O autor coloca-se como testemunha ocular dos fatos que passa a descrever, fatos estes que estão ligados à sua experiência de vida, como participante ativo das sociedades de teatro então vicejantes na cidade. Cita Alencar que:

Longe das fontes, todo esse histórico é feito de memória, como testemunha pessoal que fui de toda a campanha dessa sociedade [teatral]. Menino, assistia aos ensaios, na companhia de minha mãe, que integrava o seu corpo cênico.¹³⁵

A experiência vivida diretamente pelo cronista Alencar faz com que ele, posteriormente, fazendo uso de sua memória, tenha a possibilidade de descrever a época passada em que viveu, pois “toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado”.¹³⁶

Mas seriam as lembranças trazidas pela memória de uma pessoa isoladamente, no caso o cronista Edigar de Alencar, substancialmente importantes para depreendemos aspectos da vivência na cidade de Fortaleza das décadas iniciais do século passado?

O questionamento que se impõe é instigante e nos instiga, também, a procurar uma explicação que se mostre plausível e admissível. Para tal, recorremos a Paul Ricoeur, para quem “é por seu lugar num conjunto que os outros se definem”.¹³⁷

Ousaríamos complementar o enunciado por Ricoeur aditando-lhe, ou adaptando-lhe o trecho dele citado às nossas exigências e considerar que é por seu lugar em um conjunto que os outros se definem e são definidos.

E o lugar vivido e definido por Alencar mais acima era a cidade de Fortaleza, que desde sua infância estava presente firmemente em suas vivências, que posteriormente viriam a ser tornar suas lembranças, compondo assim suas memórias.

Em Paul Ricoeur encontramos, ainda, uma orientação acerca do “eu”, ou seja, do indivíduo em sua relação com o coletivo, algo deveras importante para que

¹³⁵ ALENCAR, 1980, p. 113.

¹³⁶ LOWENTHAL, 1998, p. 75

¹³⁷ RICOEUR, 2007, p. 131.

aqui seja citado para que tenhamos um norte sobre as relações entre a memória individual e a memória coletiva. Assevera o autor de “A memória, a história, o esquecimento” que:

Resta explicar como o sentimento da unidade do eu deriva desse pensamento coletivo. É por intermédio da consciência que consideramos, a cada momento, pertencer simultaneamente a vários meios; mas essa consciência existe apenas no presente. A única concessão que o autor se permite é a de dotar cada consciência do poder de se situar no ponto de vista do grupo e mais ainda de passar de um grupo a outro. Contudo, essa concessão é rapidamente retirada: essa última atribuição ainda é uma ilusão que resulta de uma adaptação à pressão social; esta nos leva a acreditar que somos os autores de nossas crenças: “É assim que a maioria das influências às quais obedecemos com mais frequência permanecem despercebidas para nós”. Esse defeito de apercepção é a principal fonte de ilusão. Quando influências sociais se opõem e essa oposição permanece, por sua vez, despercebida, imaginamos que nosso ato é independente de todas essas influências uma vez que não está sob a dependência exclusiva de nenhuma delas: “Não percebemos que, na verdade, ele resulta de seu conjunto, e que ele é sempre dominado pela lei de causalidade”.¹³⁸

Como enfatiza Ricoeur, o sentimento do “eu” deriva de um pensamento coletivo e que sempre o “eu” está submetido às pressões do conjunto da sociedade. Devemos levar em consideração, portanto, que mesmo a memória de vivência individual pode nos trazer aspectos que a excedam, visto que o individual não pode alijar-se das influências sociais, ditas coletivas.

Raimundo de Menezes também nos fornece seu quinhão de memórias sobre Fortaleza. Ao tratar, em uma crônica, acerca do primeiro aparelho de rádio que houve na capital cearense, este autor faz uma evocação do passado, ao constatar que o que passa a descrever já se vai longe no tempo, cabendo apenas a rememoração: “como o tempo voa! Parece que foi ontem... E, no entanto, o 1922 já vai ficando distante. E 16 anos são passados na ampulheta inexorável!”¹³⁹

Outro cronista, Otacílio Colares, mostra uma preocupação que recai sobre as memórias que deveriam ser conhecidas e reconhecidas pela nova geração, pela juventude de então:

A juventude que ai está, participante de um mundo que lhe está ao fácil alcance pelos meios técnicos da comunicação e da participação, logo mais há de parecer que o Ceará seja tão-somente um produto deste século, tão pouco resguardados e, menos ainda, rememorados e

¹³⁸ RICOEUR, 2007, p. 133.

¹³⁹ MENEZES, 2000, p. 146.

avivados aqueles traços sem dúvida significativos deixados por várias gerações de homens empreendedores.¹⁴⁰

Acorre Colares nas explicações acerca de seu livro de cônicas: “nos animamos ao exame do conteúdo cada vez mais rarefeito e abandonado dos arquivos, de onde retiramos, sem qualquer pretensões especiais, memórias que julgamos de interesse”.¹⁴¹

Ressaltemos que esse cronista histórico, diferentemente dos outros supracitados, se vale de memórias registradas em arquivos, mas não de qualquer memória, mas somente aquelas que ele julgou de interesse. Cabe a pergunta: interesse de quem? Dele mesmo? Se assim o for, esse aspecto de individualidade não inviabilizaria essas tais memórias.

Ricoeur considera que a memória arquivada se torna documento. Sendo assim, o que Colares faz, ao lançar mão de arquivos e outros registros, nada mais é, também, que fazer uso das memórias registradas sobre a cidade. Conforme citação de Ricoeur:

Se considerarmos [...] que o essencial de um fundo de arquivos consiste em textos, e se desejarmos realmente nos atermos àqueles, dentre esses textos, que são testemunhos deixados pelos contemporâneos que tiveram acesso ao fundo, a mudança de estatuto do testemunho ao de arquivo constitui a primeira mutação historiadora da memória viva submetida a nosso exame.¹⁴²

Para Ricoeur, portanto, os documentos contidos nos arquivos são resultantes de uma mutação provocada e vaticinada pela ciência histórica, mas que de fato não deixam de ser aspectos de uma memória viva.

Em outro cronista, dando seguimento a esse giro por entre suas narrativas, temos uma percepção de que a memória não é exata: “todas essas casas existiram em épocas não contemporâneas. que a memória não pôde guardar com exatidão.”¹⁴³ Em outro trecho, o cronista Azevedo chega a considerar, quando da exatidão de uma lembrança, que tal só poderia ser proveniente de uma situação *sui generis*, no caso, um milagre: “tudo isso me vem à memória milagrosamente, como num presente divino”.¹⁴⁴

¹⁴⁰ COLARES, 1980a, p. 13.

¹⁴¹ Ibid., p. 13-14.

¹⁴² RICOEUR, 2007, p. 179.

¹⁴³ AZEVEDO, 1992, p. 57.

¹⁴⁴ Ibid., p. 68.

Exageros à parte, as dúvidas do cronista quanto à memória, em sua pouca exatidão, o que levaria a uma certa descrença em relação a sua veracidade, põe em destaque a condição residual da memória. Tal condição, porém, antes de inviabilizá-la, torna-a dileta congênere da própria ciência histórica, que tal qual a memória, também pode ser considerada através do viés da residualidade, afinal, do que trata a história, senão de traços e resíduos do passado?

Se os resíduos que nos chegam, via nossas memórias, podem nos causar apreensão diante de sua confiabilidade, David Lowenthal observa que tal condição é inerente à memória (e também, de certo modo, à história), e como tal devemos aprender a lidar com ela:

A memória não é menos residual que a história. Por mais volumosas que sejam nossas recordações, sabemos que são meros lampejos do que já foi um todo vivo. Não importa quão vivamente relembrado ou reproduzido, o passado se forma progressivamente envolto em sombras, privado de sensações, apagado pelo esquecimento.¹⁴⁵

Prosseguindo com Lowenthal, temos dele as seguintes ponderações acerca da análise que ele faz da memória:

Meu interesse maior aqui nestas páginas está na natureza e no valor do conhecimento da memória e não no processo da memória em si. Primeiro revelo o caráter pessoal e coletivo da memória; prossigo mostrando como a lembrança sustenta nosso sentido de identidade; em seguida exponho até onde a “verdade” das lembranças pode ser confirmada. Vários tipos de recordação, desejadas e espontâneas, adquiridas e inatas, revelam aspectos diversos de coisas passadas, associados para mostrar o passado como um todo. A necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente.¹⁴⁶

Por fim, falta-nos citar um último cronista em sua relação com a memória, João Nogueira. Cita o autor de “Fortaleza Velha” que busca “reavivar a lembrança, fazer ver novamente a terra querida que se foi”.¹⁴⁷ Revela este autor um “gosto em recordar o passado”¹⁴⁸ e que em seu livro temos ele, sempre ao tratar de aspectos

¹⁴⁵ LOWENTHAL, 1998, p. 74.

¹⁴⁶ Ibid., p. 77.

¹⁴⁷ NOGUEIRA, 1981, p. 104.

¹⁴⁸ Ibid., p. 126.

do passado da cidade, imbuído de uma tarefa, sempre “revolvendo essas lembranças”,¹⁴⁹

Em suma, todos esses cronistas supracitados têm como preocupação primordial a preservação da memória da cidade, para que esta seja conhecida e reconhecida por seus pósteros. Suas opiniões devem ser levadas em conta no justo sentido de que a construção da memória não representa e nem se configura em ato isolado, e sim coletivo, sendo a mesma regra aplicada no que tange a tarefa de coligir tais memórias em formato de crônicas históricas.

Evidente que devemos levar em consideração as especificidades de cada cronista, porém, para a presente análise que se apresenta, o mais relevante é tentar entrever a correlação que todas essas narrativas crônico-históricas têm a oferecer numa abordagem historiográfica acerca do cotidiano da capital cearense nas décadas iniciais do século XX.

Nesse momento nos valem, conforme já o fizemos no capítulo anterior, do princípio da montagem por superposição, pois segundo Willi Bolle, “a superposição de imagem é a mais propícia, entre as técnicas benjaminianas de montagem, para ‘radiografar’ o imaginário coletivo”.¹⁵⁰

Superpondo ou confrontando divergentes perspectivas sobre as mudanças vividas na capital cearense nas décadas iniciais do século passado, consideramos que, conforme Italo Calvino, “não se pode dizer que um aspecto da cidade seja mais verdadeiro do que o outro”.¹⁵¹

Continuando com a premissa de que não se pode dizer que um aspecto da cidade seja mais verdadeiro do que o outro, temos então uma cidade que era considerada tanto provinciana como metrópole.

Mas qual vertente seguir? Consideramos ser a modernidade e a perspectiva do transcorrer do tempo moderno um ponto convergente nessa discussão, pois quem exalta a Fortaleza metrópole exalta também a modernidade que transformou, sob o ponto de vista deles, aquela provinciana capital em uma cidade grande e desenvolvida. Aqueles outros, com postura saudosista, reconhecem

¹⁴⁹ NOGUEIRA, 1981, p. 77.

¹⁵⁰ BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 98.

¹⁵¹ CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 64.

tal transformação, lamentando, porém, o presente e rememorando um passado que mesmo simples e acanhado, era para eles em tudo melhor.

É como observa Jacques Le Goff: “a maior parte das sociedades considera o passado como modelo do presente. Nesta devoção pelo passado há, no entanto, fendas através das quais se insinuam a inovação e a mudança”.¹⁵²

Ao passado devotado une-se uma memória que recria uma realidade já não mais existente, sendo por isso em tudo melhor que o presente, visto ser idealizada.

Em se tratando das cidades, a fixação da memória e o estabelecimento do imaginário a elas relacionado, imbricam-se ao transcorrer do tempo e às mudanças produzidas no espaço.

Nesse caso, tendo a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século XX como nosso foco, podemos considerar que a cidade “é sempre um lugar no tempo, na medida em que é um espaço com reconhecimento e significação estabelecidos na temporalidade; ela é também um momento no espaço, pois expõe um tempo materializado em uma superfície dada”.¹⁵³

Sendo a cidade um lugar no tempo, como também um momento no espaço, “esse tempo contado se dá sempre a partir de um espaço construído, e não é possível pensar um sem o outro. Quando se trata de *representificar* a memória – ou a história – de uma cidade, a experiência do tempo é indissociável da sua representação no espaço”.¹⁵⁴

Para que a memória acerca de uma determinada cidade em uma dada época seja fixada, se fazem necessárias, além do transcorrer do tempo, mudanças no espaço, pois só assim se pode perceber e considerar que o “hoje” na cidade é outro, mudado quando comparado ao “ontem”. Conforme cita François Dosse, “a memória é, portanto, em relação à história, um modo de seleção no passado, uma construção intelectual e não um fluxo exterior ao pensamento”.¹⁵⁵

Observamos que estas comparações entre o presente e o passado de uma cidade carregam consigo tanto referências à experiência no tempo como à

¹⁵² LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996, p. 213.

¹⁵³ PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. v. 27, n. 53, 2007, p. 15.

¹⁵⁴ Ibid., p. 15-16.

¹⁵⁵ DOSSE, François. **A História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 289.

representação no espaço, espaço e tempo estes especificados no presente texto como a capital cearense no início do século passado, período por qual Fortaleza passava por intensas mudanças em sua fisionomia, que por extensão, refletiam em intensas mudanças no estabelecimento do imaginário dos cidadãos. Estes seriam, enfim, os ditos tempos modernos, conforme já vimos tentando demonstrar.

Antes, porém, de chegarmos a Fortaleza, façamos uma escala em outra cidade. Italo Calvino, referindo-se a uma de suas *cidades invisíveis*, dá voz ao viajante veneziano Marco Polo, quando este observa que “Zora tem a propriedade de permanecer na memória ponto por ponto, na sucessão das ruas e das casas ao longo das ruas e das portas e janelas das casas”.¹⁵⁶

E Zora permanece assim na memória, mesmo a cidade não demonstrando particular beleza ou raridade.

Todavia, sem ser bela ou rara, qual o segredo para Zora permanecer na memória? Desvela-se logo a questão, pois “o seu segredo é o modo pelo qual o olhar percorre as figuras que se sucedem como uma partitura musical da qual não se pode modificar ou deslocar nenhuma nota”.¹⁵⁷

Eis aí a forma encontrada por essa cidade para permanecer, ponto por ponto, na memória: Zora compunha-se em uma sinfonia cuja execução seria sempre imutável, onde nenhuma nota sequer estaria deslocada.

Mas a memória que fixa e se fixa, assim se faz a partir da não fixidez do espaço no tempo e do tempo no espaço. Retornando a Calvino, este constata que “obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo”.¹⁵⁸

Sendo assim, para uma pessoa ou mesmo uma cidade, a permanência imutável de suas características acabam, por fim, a gerar o esquecimento, pois diante dessa hipotética situação não haveria nada para recordar, visto que nada mudaria ou se transformaria. Em suma, a memória que temos de algo ou alguém, para poder fixar-se, necessita que esse mesmo algo ou alguém mude/transforme alguma (ou várias) de suas características. Caso contrário, corre-se o risco de se acabar como a Zora de Calvino, que definhou até desfazer-se e sumir ou então como Funes, cognominado soberbamente “o memorioso”, pois este afirmara, ao

¹⁵⁶ CALVINO, 2007, 19.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Ibid., p. 20.

correr genial da grafia de Borges, que "mais lembranças tenho eu do que todos os homens tiveram desde que o mundo é mundo".¹⁵⁹

Mas essa prodigiosa memória, afinal, constituía-se em um grande estorvo para Funes, visto que segundo ele, "minha memória, senhor, é como depósito de lixo".¹⁶⁰

A memória que permanece e não se esquece é aquela que, por um paradoxo apenas aparente, move-se e muda. Temos, portanto, que "sua mobilização é indissociável de *uma alteração*. Mais ainda, a sua força de intervenção, a memória a obtém de sua própria capacidade de ser alterada – deslocável, móvel, sem lugar fixo".¹⁶¹

Além de sua capacidade de ser alterada e de sua característica de mobilização, temos que para a fixação e o estabelecimento da memória se faz necessário, aparentemente em um paradoxo, o esquecimento.

Ou seja, para haver memória deve existir concomitantemente o esquecimento, pois "é assim que a memória é inseparável do trabalho do esquecimento".¹⁶²

Sendo assim, unindo o pensamento de Borges e Dosse, podemos até tecer uma despresticiosa conjectura envolvendo o esquecer e o próprio pensar, pois tratando ainda Borges acerca de Funes, observa que este:

Havia aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, contudo, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos.¹⁶³

Para Michel de Certeau, "longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita".¹⁶⁴ Consideramos que as possibilidades, os "possíveis", eram diversos no ambiente formado pela cidade de Fortaleza que passava por consideráveis transformações ocorridas entre o final do século XIX e o início do século XX, período em que houve um intenso processo de mudanças, que produziu transformações nos

¹⁵⁹ BORGES, Jorge Luis. **Prosa Completa**. vol. 1. Barcelona: Bruguera, 1979, p. 482.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p.162.

¹⁶² DOSSE, 2003, p. 289.

¹⁶³ BORGES, 1979, p. 484.

¹⁶⁴ CERTEAU, 1999, 163.

contextos econômico, social, político e cultural. Essas mudanças, em suma, respondiam por uma denominação: modernidade, ou se preferirmos, tempo moderno.

A modernidade preconizava em si a constituição de um imaginário próprio, visto que ela interferia sobremaneira nas antigas noções de tempo e espaço, além da caracterização de uma nova ordem, um novo regime, que se constituía pelo signo da ruptura.

E é essa ruptura que fomenta, na memória, sua crença nas possibilidades. E tais possibilidades compunham as bases que sustentavam, na Fortaleza do início do século XX, um novo imaginário, possível e desejável por muitos.

As memórias trazidas até nós pelos cronistas nos evidenciam uma cidade onde um imaginário moderno (Fortaleza metrópole) coexistia como um imaginário não tão moderno assim (Fortaleza provinciana). Mas o que cabe aqui ressaltar é a configuração de um imaginário que, consistindo em perceber a cidade de Fortaleza como um lugar no tempo, mas também um tempo no espaço, tem na memória de um “espírito da época” sua condição deslocável, móvel e crente nos possíveis, como nos lembra Certeau. E como nos faz lembrar um dos cronistas aos quais recorreremos, Otacílio Colares:

O trabalho do cronista, muita vez, em certas retrospectivas que promove, não tem outro sentido que não o de tornar de novo conhecidos fatos e gente que, com o passar do tempo, se vão perdendo, juntamente com os ossos dos que por derradeiro os ouviram relatados dos maiores.¹⁶⁵

Prefaciando o livro de Otacílio de Azevedo, José Valdivino considera que, através de um jogo de memorização, o autor traz aos leitores imagens do passado de uma “Fortaleza bucólica e mansa do início do século”.¹⁶⁶ O autor de “Fortaleza descalça”, ao longo de sua obra de caráter memorialístico, menciona outras vezes suas impressões sobre o bucolismo da cidade do começo do século passado. Em uma delas, fazendo jus ao adjetivo “descalça” com o qual Otacílio de Azevedo

¹⁶⁵ COLARES, 1980a, p. 13.

¹⁶⁶ AZEVEDO, 1992, p. 19.

cognomina a capital cearense, temos que “era linda, Fortaleza, não obstante ser tão pobre e andar, ainda, descalça...”¹⁶⁷

Em outra crônica, conforme já citada anteriormente, o cronista refere-se à cidade como “pobrezinha descalça, ainda, mas já sonhando com os primeiros calçados de pedra – o calçamento desigual e áspero, prenunciando as ricas futuras sandálias de asfalto...”¹⁶⁸ Aqui podemos perceber que a cidade ainda descalça, descrita como pobrezinha, sonhava com tempos melhores, quando teria calçados de pedra, que prenunciariam as ricas sandálias de asfalto. A pobreza descalça daria lugar a uma outra realidade, rica e calçada com asfalto.

Mas muito antes da concretização do sonho de se calçar com asfalto, a cidade vivia uma outra realidade e descalça caminhava sobre as areias, conforme o relato de Gastão Justa em um poema transcrito por Otacílio de Azevedo:

Fortaleza pousada sobre a areia
Descalça e linda, refulgindo do alto
Sob o mago esplendor da lua cheia.¹⁶⁹

Acerca da condição de cidade descalça, Edigar de Alencar, descrevendo um préstito ou passeata carnavalesca que ocorreu na última década do século XIX, observa que “como se vê, o préstito circularia por todo o centro da cidade, excluídas as ruas não pavimentadas como Tristão Gonçalves (Trilho de Ferro) e Imperador”.¹⁷⁰

Sobre a pavimentação do centro da cidade neste período, o arquiteto Liberal de Castro corrobora com a perspectiva acima descrita por Edigar de Alencar. Castro considera que “o domínio do areal teria que ser resolvido com a pavimentação das ruas, feita por calceteiros portugueses especialmente contratados”.¹⁷¹

Ressalta ainda Castro que “o empedramento da cidade nem sempre acompanhou a expansão urbana. Trechos centrais ainda permaneciam sem pavimentação nas primeiras décadas do século atual, à parte o caso comum das

¹⁶⁷ AZEVEDO, 1992, p. 24.

¹⁶⁸ Ibid., p. 26.

¹⁶⁹ Ibid., p. 11.

¹⁷⁰ ALENCAR, 1980, p. 22.

¹⁷¹ CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, 1994, p. 64.

pontas de ruas, então conhecidas por ‘areias’, expressão esta de forte demérito social”.¹⁷²

Algumas considerações podem ser feitas a partir do afirmado acima por Liberal de Castro. Primeiramente destacamos a condição da pavimentação ou calçamento que se tinha em Fortaleza. Em uma crônica de Otacílio Colares, intitulada “bodegas e cadeiras na calçada”, o autor refere-se a uma bodega denominada Gambetá, que se localizava “para os lados do sul da cidade, aquela zona em que a pavimentação ainda era inexistente, dominava, de modo absoluto, na esquina da Rua Clarindo de Queiroz com Tristão Gonçalves”.¹⁷³

Já João Nogueira, descrevendo a Rua das Flores (atual Castro e Silva) não constata a inexistência da pavimentação, mas sim sua precária condição: “era, em verdade, um sacrifício ir um homem, da [Igreja] Matriz ao Cemitério, vestido de preto, sol das quatro horas pela frente, sobre um péssimo calçamento”.¹⁷⁴

Através de outra crônica de João Nogueira, podemos até deduzir que a pavimentação das ruas da cidade de Fortaleza, ao menos até finais da década de 1930, era muito limitada a algumas áreas centrais e que a cidade mantinha nesse período um perímetro urbano ainda acanhado: “e daí continuando, lá nas areias e fora da cidade, entrava na chamada *Curva do Amaral*, no quilometro 2”.¹⁷⁵

Outro cronista que nos fornece um panorama a respeito da limitação da pavimentação em Fortaleza nas décadas iniciais do século XX é Otacílio de Azevedo. Segundo esse autor “antigamente, quando Fortaleza não tinha esgotos e quase não tinha calçamento, a não ser nas proximidades da Praça do Ferreira”.¹⁷⁶

Uma outra consideração que podemos fazer acerca do afirmado por Liberal de Castro é no que diz respeito à expressão “areias”, que traria consigo um forte demérito social. Para Eduardo Campos, eram nas “areias”, na parte da cidade menos afetada pela modernidade, onde a violência se fazia mais presente. Afirma o autor que, “crime nas areias, de facada”,¹⁷⁷ crimes de natureza bem diferente daqueles apresentados no “calçamento”, onde a bengala, a inofensiva bengala, substituía a mortal faca.

¹⁷² CASTRO, 1994, p. 64.

¹⁷³ COLARES, 1980a, p. 84.

¹⁷⁴ NOGUEIRA, 1981, p. 83.

¹⁷⁵ Ibid., p. 184.

¹⁷⁶ AZEVEDO, 1992, p. 129.

¹⁷⁷ CAMPOS, Eduardo. **O inventário do cotidiano**: breve memória da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996, p. 53.

Outro que menciona as armas utilizadas nesse período é Juarez Leitão, para quem as armas “eram o cacete de jucá, de fácil acesso aos humildes, e a bengala, instrumento de elegância e, circunstancialmente, arma dos ricos. Mas (...) se usava também a navalha e, naturalmente, a velha peixeira”.¹⁷⁸

Edigar de Alencar, ao analisar em uma crônica os pasquins que circulavam em Fortaleza entre o final do século XIX e o início do século XX, nos fornece uma pequena descrição que nos permite localizar algumas áreas da cidade que eram denominadas areias.

Segundo este autor “os pasquins anônimos, que se davam ao mister de enxovalhar, de atassalhar as pobres mocinhas das areias, dos bairros humildes como Cachorra Magra, Cambirinhas, Estrada do Gado, Morro do Moinho, Arraial Moura Brasil, etc.”¹⁷⁹

As areias eram os subúrbios, os arrabaldes, onde vivia a arraia-miúda, área afastada, no que pese que em meados do século XX a noção de “afastado” podia ser de apenas alguns quarteirões contados a partir do ponto central da cidade, a Praça do Ferreira.

Quase todos os cronistas históricos que utilizamos se referem diretamente à arraia-miúda, quando não, esta aparece discriminada, de modo genérico, como moradores de casas de beira-e-bica, a “massa”, ou ainda simplesmente através da alcunha depreciativa de ralé.

Aderaldo, em uma crítica que se estende das “elites” à “massa” pobre, é com estes últimos mais incisivo nas observações de repreensão:

Se assim procediam as chamadas “elites”, o que não dizer das “massas”, dos habitantes de nossos subúrbios? Levas de emigrantes, em consequência das secas, constroem “favelas” em seu derredor e trazem para a cidade problemas sociais os mais variados, da prostituição de infelizes mocinhas pobres ao “biscatismo” consequente da mão-de-obra não qualificada. Do costume de cuspir no pé das paredes ao de alimentar-se nas ruas e jogar nas calçadas as cascas de bananas, manga e laranja ali mesmo consumidas. Dos pés descalços à roupa em trapos e mal lavada.¹⁸⁰

Prosseguindo em suas observações, Aderaldo dá-nos noção da antiga existência, ainda no século XIX, de casas de beira-e-bica nas proximidades da

¹⁷⁸ LEITÃO, Juarez. **A Praça do Ferreira**: república do Ceará-moleque. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2002, p. 237.

¹⁷⁹ ALENCAR, 1980, p. 131.

¹⁸⁰ ADERALDO, 1974, p. 60.

Praça da Sé: “não mais podemos contemplar as velhas e características casas de taipa e beira-e-bica que existiam no lado oeste do logradouro.”¹⁸¹ ,

É através da narrativa do cronista que ficamos a saber que as casas humildes, ditas de beira-e-bica, já foram, na Fortaleza de antigamente, mais regra que exceção: “neste local das novas instalações da casa Christmas havia, há bem pouco tempo, uma casa térrea, estilo beira-e-bica, característico das velhas construções da cidade”.¹⁸²

Azevedo também é outro cronista histórico que cita esse tipo de construção: “ao redor da praça, as casas eram de beira-e-bica”.¹⁸³ Também faz esse autor menção à ralé, em uma crônica em que narra a divisão que se verificava no Passeio Público, ainda no século XIX, observa que “a terceira [parte] era a Avenida Padre Mororó, freqüentada pela ralé – as mulheres da vida, os rufiões e os operários pobres”.¹⁸⁴

João Nogueira também faz menção à arraia-miúda.¹⁸⁵ Em outras narrativas, como a de Raimundo Girão, também podemos ver indicações acerca desse “tipo” de gente. Refere-se este autor aos “*sambas da plebe das areias*”¹⁸⁶, que invariavelmente eram “interrompidos a cacetadas e correrias”.¹⁸⁷

Girão corrobora com Azevedo e os outros cronistas, ao enquadrar os operários, moradores de casas estilo beira-e-bica, numa situação que os coloca inseridos no contexto já descrito acima: “as casas baixas, proletárias, de beira e bica, paredes de taipa”.¹⁸⁸

Enfim, nesse rápido quadro pintado acerca da visão que os cronistas tinham sobre os habitantes menos favorecidos que viviam em nossa capital nas primeiras décadas do século passado, temos delineado um panorama deveras rico, onde o cotidiano da cidade de então salta aos nossos olhos.

Dessa forma, acreditamos ter ressaltado a importância das crônicas históricas para o estudo tanto do cotidiano, como das diversas e divergentes formas de sociabilidade, sendo que todas essas características e observações acerca do

¹⁸¹ ADERALDO, 1974, p. 105.

¹⁸² Ibid., p. 73.

¹⁸³ AZEVEDO, 1992, p.108.

¹⁸⁴ Ibid., p. 50.

¹⁸⁵ NOGUEIRA, 1981, p. 88.

¹⁸⁶ GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979, p. 137.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ GIRÃO, 1979, p. 106.

passado chegaram até nós por intermédio da memória que fora preservada por todos esses citados cronistas.

Memória esta que se porta como um verdadeiro rastro, que ao segui-lo, por intermédio dessas crônicas históricas que visam abarcar a vivência que se levava ou o modo como se agia na cidade de Fortaleza na época aqui em questão, nos proporciona tal memória, a nós historiadores de hoje, um entrever através de uma temporalidade que não mais a nossa, mas que se torna, enfim, muito nossa justamente quando nos propomos a abordá-la.

É como, afinal, expressa-se Paul Ricoeur acerca do passado, destino este que, em suma, visa a aportar todo e qualquer historiador:

A fidelidade ao passado não é um dado, mas um voto. Como todos os votos, pode ser frustrado, e até mesmo traído. A originalidade desse voto é que ele consiste não numa ação, mas numa representação retomada numa seqüência de atos de linguagem constitutivos da dimensão declarativa da memória. Como todos os atos de discurso, os da memória declarativa também podem ter êxito ou fracassar.¹⁸⁹

Evidente que não nos cabe ponderar se o presente trabalho se faz mais acompanhar pelo fracasso ou pelo êxito. Isso caberá a outrem. Esperamos tão-somente que ao lidarmos com a memória contida, sobretudo, nas crônicas históricas escritas por sujeitos que vivenciaram, de fato, a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado, tenhamos podido, ao menos, não ter traído o voto em relação ao passado por esses cronistas coligido.

¹⁸⁹ RICOEUR, 2007, p. 502.

Considerações finais

Pretendemos com essa dissertação abordar a importância que podem ter as crônicas ditas históricas para o estudo do passado de uma cidade, cidade esta aqui "personificada" e representada pela capital cearense em um período estabelecido nas décadas iniciais do século passado.

Sabemos que todo estudo acerca do passado, perpetrado por um historiador, deve se arvorar e ater-se a partir de preceitos que dêem credibilidade a esse labor.

E tal labuta levada a termo aqui no presente trabalho buscou pautar-se pela indicação teórico-metodológica que nos conduziu através de três fases de uma laboriosa maneira de agir, a saber, a fase documental, que nos leva adiante à fase explicativa/compreensiva e que por fim redundou na fase representativa da narrativa historiográfica, fase esta justamente atingida aqui com a conclusão e confecção dessa dissertação.

Sendo assim, fácil se faz conjecturar que cabe e exige-se ao conhecimento histórico uma representação historiadora em forma concreta, tal qual a presente dissertação (lembremos sua condição de requisito essencial para que haja um reconhecimento entre os pares).

Haverá, pois, sempre a necessidade, em uma analogia envolvendo a história e a memória, de que esta também se preserve e se conserve de uma maneira concreta?

Afinal, as crônicas históricas, cerne de nossa discussão, são mais história ou mais memória? Já vimos que elas podem ser consideradas como uma "quase história". Uma quase história, portanto, mas que pode nos conduzir pelas memórias de uma realidade anteriormente vivida.

Já disse Pierre Nora que quando acaba a memória surge a história. Havemos de concordar com esse historiador, pois tanto a história como a memória necessitam de lugares para sua fixação e sua apreciação (que se faz no presente, acerca do passado e que se dirige ao futuro), sendo que o lugar de fixação da história exemplifica-se aqui com a presente dissertação enquanto que o lugar onde se pôde fixar a memória da cidade de Fortaleza (um dentre tantos outros lugares

possíveis), mas da Fortaleza de antanho, contida em uma realidade vivida no passado, foi encontrado justamente nas crônicas históricas que aqui foram colocadas em destaque.

Ou seja, se a memória, especificamente a memória sobre uma cidade em uma dada época, não encontra pessoas interessadas em resguardá-la, a tendência seria que essas lembranças se desvanecessem ao sabor do intransigente transcorrer do tempo.

Seria, dessa forma, o tempo, esse dito tempo que traz consigo e em si mesmo as insígnias da ruptura, da aceleração e do progresso, um feroz algoz da memória?

Paradoxalmente, acreditamos que não, posto que à memória, para sua devida fixação, urge que atrele-se a ela sua suposta antítese: o esquecimento. Tudo isso, todo esse processo, enfim, deve estar inserido em uma contextura na qual a modernidade, entendida e percebida no bojo das transformações desejadas e fomentadas no transcorrer do tempo moderno, ocupe uma posição de destaque e referência.

Com as devidas transformações perpetradas por esse tempo moderno, surgia a necessidade de transformar a memória em história, de registrar o passado para que este justamente se preserve para as gerações futuras.

Eis aí, basicamente, a intenção primordial das crônicas históricas escritas sobre a cidade de Fortaleza nas décadas iniciais do século passado: preservar esse tempo pretérito para que aqueles que viveram a época narrada se lembrem/recordem e para que aqueles que não viveram tal período possam tomar conhecimento.

Daí nosso direcionamento às décadas iniciais do século passado, pois este período da história da cidade é tido e havido como um momento de intensas transformações urbanas. Ou seja, muito do que se preservava através das crônicas estava a passar por mudanças, decorrendo dessas mudanças a possibilidade de sua desapareição.

Àquilo que estava em vias de mudar caberiam, *grosso modo*, dois caminhos a seguir: a memória ou o esquecimento. Ou dito de outra forma, aquilo poderia ser preservado em lugares, como as crônicas, ou simplesmente não serem registrados.

E muito do que se registrava nas crônicas, podemos bem dizer que a maioria do que se registrava nessas narrativas, eram aspectos relacionados à vivência cotidiana em plena cidade. Se a cidade se via inserida em um processo de transformação, aqueles que nela habitavam também assim o estavam ou deveriam estar.

Sendo assim, muitos hábitos e costumes dos cidadãos estavam a passar por mudanças ou pelo menos adaptações, que se refletiam, sobretudo, no modo como esses habitantes da urbe lidavam em seu dia-a-dia com as mudanças advindas nesse tempo moderno.

Mas teríamos aí, é bom que se destaque, um interessante senão. Ora, o cotidiano tem por característica principal aspectos relacionados ao banal e rotineiro. E como correlacionar aquilo que se apresenta como banal e rotineiro com uma realidade que se liga ao tempo moderno, realidade esta que enseja em si principalmente a ruptura, a mudança e a transformação?

Nesse ponto, nos valem das crônicas históricas para termos a exata noção de que o cotidiano, a seu modo, insere-se na lógica imposta pelo tempo moderno. Exemplos como o do automóvel pioneiro que trafegou pela cidade ou do primeiro telefone nos demonstram que a ruptura provocada hoje pelo tempo moderno, com o passar justamente desse tempo, deixa de ter uma característica marcadamente de ruptura e passa, na iminência de outras rupturas, a revestir-se de aspectos banais e rotineiros.

Teríamos assim enfatizado o que historiador Reinhart Koselleck trata como o espaço de experiências e o horizonte de expectativas. Essa lógica do tempo moderno (o amanhã que se transforma no ontem passando pelo hoje) perpassa todas as crônicas históricas aos quais lançamos mão. O espaço onde se viviam essas tais experiências se faz representar pela cidade de Fortaleza, conquanto o horizonte de expectativas inseria-se no por vir, sempre alimentado pela perspectiva da passagem do tempo moderno.

E se a memória em questão refere-se diretamente ao tempo, a um tempo passado de uma realidade já vivida, temos que é nas crônicas históricas sobre a cidade de Fortaleza que podemos perceber importantes traços, verdadeiros rastros relacionados com a memória, a história e o cotidiano dessa cidade de outrora, que chega até os nossos dias na exata medida de narrativas apropriadas para o estudo da memória de um tempo pretérito.

De fato, como a Maurília de Calvino e seus cartões-postais, para Fortaleza e para nós, tais crônicas históricas funcionam na exata medida e na própria dimensão de "cartões-postais" os quais podemos depreender um pouco da memória antiga da cidade.

Referências

A INFLUENCIA da civilização na Sociedade Brasileira. **Ceará Ilustrado**, Fortaleza, anno I, n. 32, p. 10, 15 fev 1925.

ADERALDO, Mozart Soriano. **História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1974.

_____. **A praça**. Fortaleza: R. Esteves Tipoprogresso, 1989.

ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de ontem e anteontem**. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1980.

ARAMAC, Outro. Fortaleza de 1845: Almanaque do Ceará para o ano de 1845, se voltar organizado de memória, e sob documentos. **Revista do Instituto do Ceará**, anno LXXII, tomo LXXII, 1958.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. **O Cajueiro do Fagundes** (Episódio Cearense). Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno/Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1975.

ARARIPE, Guarani Valença de. **O café central**: o romance de João e Maria. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997.

AS FAMÍLIAS moradoras na rua Coronel Guilherme Rocha. **Jornal O Nordeste**. Fortaleza, p. 5, 9 fev. 1923.

AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça**. 2. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. **A força do hábito**: condutas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900-1930). 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 1997.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. **Cidade na contramão**: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. 1996. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 1996.

BARROSO, Gustavo. **Coração de menino**. 1. vol. 3. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 2000.

_____. **Liceu do Ceará**. 2. vol. 3. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 2000.

_____. **O consulado da China**. 3. vol. 3. ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 2000.

BENEVIDES, Artur Eduardo (org.). **Cancioneiro da cidade de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1973.

_____. **Poemas de amor a Fortaleza**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2000.

BERGER, Peter; LUCKMAN, John. A construção social da realidade. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BEZERRA, José Tanísio Vieira. **Quando a ambição vira projeto**: Fortaleza, entre o progresso e o caos (1846-1879). 2000. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2000.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BORGES, Jorge Luis. **Prosa Completa**. vol. 1. Barcelona: Bruguera, 1979.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio estatístico da Província do Ceará**. Tomo II. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. (Fac. símile da edição publicada em 1864).

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, set 1984/abr 1985.

_____. **Imagens da cidade**: séculos XIX e XX. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.

BRICOUT, Bernadette (org.). **O olhar de Orfeu**: os mitos literários do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMPOS, Eduardo. **Complexo de Anteu**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.

_____. **O ideário de Manezinho do Bispo**: estudos de afeição e louvação. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1992.

_____. **O inventário do cotidiano**: breve memória da cidade de Fortaleza. Fortaleza: Ed. Fundação Cultural de Fortaleza, 1996.

_____. **O retrato da praça**. Fortaleza: Livro Técnico, 2002.

_____. **Vocabulário antigo e mais coisas não menos longevas.** Fortaleza: Impreço, 2003.

CÂNDIDO, Antônio (et al.). **A crônica:** o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano:** 2. Morar, Cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de Fazer. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **A cultura no plural.** 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). **História em cousas miúdas:** capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: ed. Unicamp, 2005.

CHOAY, Françoise. O reino do urbano e a morte da cidade. **Projeto História**, São Paulo, n. 18, mai 1999.

COLARES, Otacílio. **Crônicas da Fortaleza e do Seará Grande.** Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1980a.

_____. Fortaleza em Desamor. In: **Fortaleza 1910.** Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, 1980b, p. 13.

CORDEIRO, Celeste. **Brinquedos da Memória:** a infância em Fortaleza no início do século XX. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935):** trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2009.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil.** 2. ed., v. 6., Rio de Janeiro: Sul America, 1971.

DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Ria (org.). **Pelas margens:** outros caminhos da história e da literatura. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

DOSSE, François. **A História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FERRARESI, Carla Miucci. **Papéis normativos e práticas sociais**: o cinema e a modernidade no processo de elaboração das sociabilidades paulistanas na São Paulo dos anos de 1920. 2007. Tese (doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2007.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão**: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930). 2005. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2005.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREITAG, Barbara. **Itinerários de Antígona**: a questão da moralidade. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

GADELHA, Francisco Agileu de Lima; DAMASCENO, Francisco José Gomes; SILVA, Marco Aurélio Ferreira da (Org.). **Outras Histórias**: Fortaleza, cidade(s), sujeitos(s). Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2004.

GALENO, Alberto. **A praça e o povo**: homens e acontecimentos que fizeram a história da Praça do Ferreira. 2. ed. Fortaleza: Multigraf, 2000.

GALVANI, Walter. **Crônica**: o vôo da palavra. Porto Alegre: Mediação, 2005.

GARCIA, Ana Karine Martins. **A sombra da pobreza na cidade do sol**: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

_____. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1983.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOMES, Tiago de Melo. Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920. In: **Cadernos Pagu**, Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero, Campinas, SP, p. 127, jul-dez 2004.

GRAVES, Robert. **O grande livro dos mitos gregos**. São Paulo: Ediouro, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1968.

HARTOG, François. Tempo e história: “como se escreve a história da França hoje?”. **História Social**, Campinas, SP, n. 3, p. 129, 1996.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **Uma teoria da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

JOB, Daniel Carneiro. **Praça do Ferreira**: o inédito, o sério e o pitoresco. 2. ed. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1992.

KIDDER, Daniel. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil**. Províncias do Norte. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996.

LEITÃO, Juarez. **Sábado, estação de viver**: histórias da boemia cearense. Fortaleza: Premium, 2000.

_____. **A Praça do Ferreira**: república do Ceará-moleque. Fortaleza: Livro Técnico, 2002.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade**: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LIMA, Herman. **Imagens do Ceará**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

LINHARES, Paulo. **Cidade de Água e Sal**: por uma antropologia do Litoral Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

LOPES, Marciano. **O ronco do motor do rambler acorda a cidade espantada**. Jornal O Povo, Fortaleza, p. 5, 13 abr 1986.

_____. **Royal Briar**: Fortaleza dos anos 40. 3. ed. Fortaleza: Tipoprogresso, 1989.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, nov 1998.

LÖWY, Michael. A Escola de Frankfurt e a modernidade: Benjamin e Habermas. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 32, p. 119, mar 1992.

MARIZ, Silvana Fernandes. **“Oficina de Satanás”**: a cadeia pública de Fortaleza (1850-1889). 2004. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2004.

MARTINS, José de Souza (org.). **(Des)figurações**: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

MIRANDA, Ubatuba de; GIRÃO, Raimundo. **Retrato de Fortaleza**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1954, p. 65-66.

MONTENEGRO, Abelardo F. **A Praça do Ferreira**: tentativa de interpretação do Ceará-Moleque. Fortaleza: Ed. A. Batista Fontenele, 1959.

_____. **Psicologia do povo cearense**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 2000.

MORAES, Delorizano. Reflexões. **Ceará Ilustrado**, Fortaleza, anno II, n. 53, p. 14, 12 jul 1925.

NOBRE, Geraldo. **Água para o progresso de Fortaleza**: publicação comemorativa da inauguração do novo sistema de abastecimento de água de Fortaleza. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. **Tempo, progresso, memória**: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta.. Dissertação (mestrado em História Social), Fortaleza: UFC, 2006.

NOGUEIRA, João. Iluminação da Fortaleza. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, anno LIII, tomo LIII, 1939.

_____. **Fortaleza velha**: crônicas. 2. ed. Fortaleza: Ed. UFC/PMF, 1981.

NOGUEIRA, Paulino. Um epitaphio na calçada. **Almanaque do Ceará**. Fortaleza, 1900.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez 1993.

O CINEMA sem moral. **Jornal O Nordeste**, Fortaleza, p. 7, 10 jan 1923.

O VISITANTE que visitou Fortaleza há pouco mais de um decênio. **Jornal Correio do Ceará**, Fortaleza, p. 9, 30 jun 1924.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar**: memória e escrita da história no museu do Ceará. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2008.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PELLAUER, David. **Compreender Ricoeur**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PESAVENTO, Sandra. Trabalhadores e máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880-1920). In: **Anos 90**, Porto Alegre, n. 2, maio 1994.

_____. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: **Porto Alegre na virada do século XIX**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS- ULBRA-UNISINOS, 1994.

_____. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). **Anos 90**, Porto Alegre, n. 4, dez. 1995.

_____. Crônica: a leitura sensível do tempo. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997.

_____. (org.). **Leituras cruzadas**: diálogos da história com a literatura. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

_____. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

_____. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Crônica: fronteiras da narrativa histórica. **História Unisinos**, São Leopoldo/RS, v. 8, n. 10, jul/dez 2004.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. v. 27, n. 53, 2007.

_____. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En línea]. Debates, 2006, Puesto en línea el 28 janvier 2006. p. 2. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1499.html>>. Acesso em: 18 mar. 2009.

PIMENTA, Joaquim. Chronica. **A Fortaleza**, n. 3, p. 10, 13 dez 1906.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **A aristocratização provinciana em Fortaleza (1840-1890)**. 1995. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 1995.

_____. **Urbanidade e Cultura Política**: a Cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no Século XIX. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1998.

PLATÃO. **Diálogos**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; tradução e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PONTE, Sebastião Rogério de Barros da. **Ruas limpas, novos corpos:** remodelação urbana e disciplinarização social em Fortaleza na Primeira República. 1992. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 1992.

_____. **Fortaleza Belle Époque:** reforma urbana e controle social, 1860-1930. 3. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001.

RELATÓRIO apresentado ao presidente do Estado Sr. Dr. João Thomé de Saboya e Silva por José Eduardo Torres Câmara, Chefe de Polícia. Fortaleza, Chefatura de Polícia, 31 maio 1917.

RICOEUR, Paul. **História e verdade.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968.

_____. **Do texto a acção:** ensaios de hermenêutica II. Porto: RÉS, 1989.

_____. **O si-mesmo como um outro.** Campinas, SP: Papirus, 1991.

_____. **Tempo e narrativa.** Tomo I. Campinas, SP: Papirus, 1994.

_____. **Tempo e narrativa.** Tomo II. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. **Tempo e narrativa.** Tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997.

_____. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Textos de História.** Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, v. 4, n. 1, p. 75-102, 1996.

_____. **Reconstrução do passado:** teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2007.

SÁ, Jorge de. **A crônica.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências.** Porto: Ed. Afrontamento, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe. In: **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 5, n. 8/9, set 1984/abr 1985.

SILVA, Diocleciana Paula. **Do recato à moda:** moral e transgressão na Fortaleza dos anos 1920. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2002.

SILVA, Márcio Inácio da. **Nas telas da cidade:** salas de cinema e vida urbana na Fortaleza dos anos de 1920. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2007.

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. **“Corrige os costumes rindo”:** humor, vergonha e decoro na sociabilidade mundana de Fortaleza (1850-1890). 2004. Tese

(Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2004.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **As chaves da cidade**: civilização e violência na construção do espaço urbano de Fortaleza na segunda metade do século XIX. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e (org.). **Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Simone de (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

_____; PONTE, Sebastião Rogério (Org.). **Roteiro Sentimental de Fortaleza**: depoimentos de História Oral de Moreira Campos, Antônio Girão Barroso e José Barros Maia. Fortaleza: UFC – NUDOC / SECULT – CE, 1996.

SOUZA, Thana Mara de. A relação entre escritor e leitor. In: **Sartre e a literatura engajada**: espelho crítico e consciência infeliz. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

TUDO ERRADO. **Jornal O Diabo**, Fortaleza, p. 4, 14 fev. 1904.

TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem**: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro: COPPE; São Paulo: Marco Zero, 1989.

UCHÔA, Raul. Chronica. **A Fortaleza**, n. 7, p. 13, 30 abr 1907.

UM BRADO de alerta pela moralidade pública – o meretrício e o caftismo. **Jornal O Nordeste**. Fortaleza, p. 6, 26 maio 1923.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 227-234, 1995.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 23, jan/jun 2004.

VIEIRA JR., Antonio Otaviano. **Entre o futuro e o passado**: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850). Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1995.

WHITROW, G. J. **O tempo na história**: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. **O que é tempo?**: uma visão clássica sobre a natureza do tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.